

JOÃO FREIRE  
ADELINO RODRIGUES DA COSTA

# AS ESCOLAS DA MARINHA: UMA RESENHA (1779-2014)



ACADEMIA DE MARINHA

2024





JOÃO FREIRE  
ADELINO RODRIGUES DA COSTA

**AS ESCOLAS DA MARINHA:  
UMA RESENHA (1779-2014)**



Lisboa  
2024

## Ficha Técnica

**Título:** *As Escolas da Marinha: Uma resenha (1779-2014)*

**Autores:** João Freire - Adelino Rodrigues da Costa

**Edição:** Academia de Marinha, Lisboa

**Imagens cedidas ou trabalhadas por:** Biblioteca Central da Marinha - Arquivo Histórico, Revista da Armada, Arquivo Municipal de Lisboa e Outros

**Data:** Outubro 2024

**Tiragem:** 200 exemplares

**Impressão e Acabamento:** ACD PRINT, S.A.

**Depósito Legal:** 538832/24

**ISBN:** 978-972-781-182-3



## Notas biográficas dos autores

### João C. O. Moreira Freire

Nascido em Lisboa em 1942 numa família de militares, foi oficial da Armada (Curso 'Luís de Camões' da Escola Naval, 1960-64) até 1968. Viveu no estrangeiro; livre-pensador; licenciado e doutorado em Sociologia. A maior parte do seu percurso profissional aconteceu no ISCTE de Lisboa, atingindo o grau de professor catedrático e sendo presidente do seu Conselho Científico. A partir de 2003 e após a publicação do livro *Homens em Fundo Azul Marinho*, dedicou-se, como cidadão, à investigação histórica sobre a Marinha e a moderna colonização portuguesa em África. Tem diversos livros publicados sobre estas temáticas nas Edições Colibri, Edições Culturais da Marinha e Academia de Marinha.

É Membro Efectivo da Academia de Marinha da Classe de Artes, Letras e Ciências.

### Adelino Rodrigues da Costa

Oficial da Armada (Curso 'Oliveira e Carmo' da Escola Naval, 1962-66), cumpriu comissões em Moçambique como imediato da LDG *Cimitarra* e comandante das LFP *Antares* e LFG *Dragão* (1966-1968) e na Guiné como comandante da LFG *Sagitário* (1971-1973). Foi professor da Escola Naval, da Escola Náutica Infante D. Henrique e do Instituto Superior Naval de Guerra. Serviu no Instituto Hidrográfico e em 1983 passou à reserva a seu pedido. Foi director da Fundação Oriente na Índia e em Timor-Leste. É licenciado em Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e em Economia (ISEG), sendo Mestre em Comunicação e Cultura (ISCTE) e em História Marítima (EN/FLUL). É Membro Emérito da Academia de Marinha da Classe de História Marítima.

## TÁBUA DE MATÉRIAS

### **Prefácio**

As Escolas da Marinha: Uma resenha (1779-2014).....	9
---	---

### **Preâmbulo**

O intuito desta obra. Fontes e metodologias. Plano de exposição .....	13
---	----

JOÃO FREIRE

<b>I – O tempo das Academias</b> .....	17
--	----

1. A Academia Real da Marinha .....	21
-------------------------------------	----

2. O Observatório Real da Marinha (1798-1874) .....	30
---	----

3. Os Guardas-Marinhas, a sua Companhia e a Academia Real dos Guardas-Marinhas .....	32
---	----

4. A Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto .....	47
---	----

5. O interregno brasileiro e o regresso .....	49
---	----

6. Extensões para o Oriente e Brasil .....	51
--	----

<b>II – A chegada da Modernidade</b> .....	55
--	----

7. As reformas do liberalismo constitucional: do Colégio dos Nobres à Escola Politécnica e às escolas militares .....	58
--	----

8. A sobrevivência da Companhia dos Guardas-Marinhas até à criação da Escola Naval .....	59
---	----

9. A Escola Naval .....	66
-------------------------	----

10. A Escola de Construção e Arquitectura Naval .....	84
---	----

11. A formação dos Maquinistas .....	86
--------------------------------------	----

12. A Escola Prática de Artilharia Naval .....	88
--	----

13. As Escolas de Alunos-Marinheiros .....	95
--	----

14. O Serviço e Escola de Torpedos e Electricidade .....	102
15. Da concessão das cartas de pilotagem à Escola Auxiliar de Marinha .....	105
16. A Escola de Ofícios do Arsenal da Marinha .....	108
<b>III – No século da Técnica .....</b>	<b>111</b>
17. A Escola Naval, ainda em Lisboa .....	113
18. A Escola Náutica (1924 a 1974) .....	128
19. As Brigadas da Armada, as hesitações em período de mudança de regime político e a Escola de Alunos Marinheiros .....	130
20. Da Escola Prática de Torpedos e Electricidade à Escola de Mecânicos da Armada .....	135
21. A Escola de Artilharia Naval, no Tejo e depois no Alfeite .....	143
22. A Escola de Educação Física da Armada .....	146
23. Escola de Marinharia e Manobra .....	149
24. As reformas da Escola Naval, agora no Alfeite .....	150
25. A Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho .....	159
26. A instrução de submarinistas e mergulhadores .....	161
27. Instituto Superior Naval de Guerra .....	162
28. Escola de Enfermagem .....	165
29. Grupo nº 1 de Escolas da Armada .....	166
30. Grupo nº 2 de Escolas da Armada .....	167
31. Escola de Fuzileiros .....	168
32. A Escola de Marinheiros e Mecânicos da Marinha Mercante, de Caxias ..	169
33. As Escolas de Pesca .....	170
34. A formação de pessoal marítimo no Ultramar .....	171
<b>ADELINO RODRIGUES DA COSTA</b>	
<b>IV – Da Instrução à Formação em contexto democrático (1974-2014) .....</b>	<b>173</b>
1. Um novo contexto político .....	176
2. Uma nova atitude em relação ao Ensino e à Formação .....	178
3. Um novo contexto técnico-educativo .....	181
4. A nova orgânica da Marinha e as suas implicações no ensino .....	184
5. A reestruturação do Sistema de Formação da Marinha (SFM) .....	187
6. A reorganização da estrutura orgânica da Marinha .....	190
7. Escolas e centros de formação – 40 anos de vida (1974-2014) .....	193
7.1. Centro de Educação Física da Armada (CEFA) .....	194

7.2. Centro de Instrução de Controle Naval e Defesa da Navegação .....	196
7.3. Centro de Instrução de Minas e Contramedidas (CIMCM) .....	197
7.4. Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN) .....	199
7.5. Centro Naval de Ensino à Distância (CNED) .....	200
7.6. Escola da Autoridade Marítima (EAM) .....	203
7.7. Escola de Abastecimento .....	205
7.8. Escola de Alunos Marinheiros (EAM) .....	207
7.9. Escola de Armas Submarinas (EAS) .....	209
7.10. Escola de Artilharia Naval (EAN) .....	210
7.11. Escola de Comunicações (ECO) .....	211
7.12. Escola de Electrotecnicia (EEL) .....	212
7.13. Escola de Enfermagem da Armada (EEA) .....	214
7.14. Escola de Fuzileiros .....	215
7.15. Escola de Hidrografia e Oceanografia (EHO) .....	218
7.16. Escola de Informações de Combate (EIC) .....	220
7.17. Escola de Limitação de Avarias (ELA) .....	221
7.18. Escola de Máquinas (EMAQ) .....	223
7.19. Escola de Marinharia (EMR) .....	224
7.20. Escola de Mergulhadores (EMERG) .....	225
7.21. Escola de Sargentos .....	226
7.22. Escola de Submarinos/Centro de Instrução de Submarinos (CISUB) .	227
7.23. Escola de Tecnologias de Educação e Treino (ETET) .....	227
7.24. Escola de Tecnologias Navais (ETNA) .....	229
7.25. Escola Naval .....	231
7.26. Escola Superior de Tecnologias Navais (ESTNA) .....	236
7.27. Grupo nº 1 de Escolas da Armada (G1EA) .....	237
7.28. Grupo nº 2 de Escolas da Armada (G2EA) .....	240
7.29. Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG) .....	243
8. Breve síntese conclusiva .....	245
<b>Ensaio de conclusão</b> .....	249
<b>Fontes e Bibliografia</b> .....	251
<b>Índice Remissivo de Figuras e Tabelas</b> .....	259
<b>Principais Siglas utilizadas</b> .....	263



## PREFÁCIO

### **As Escolas da Marinha: Uma resenha (1779-2014)**

Já não é a primeira vez que estes dois prestigiados académicos e investigadores oferecem à Academia de Marinha, para eventual publicação, originais dos seus estudos e trabalhos. Como em casos anteriores, é com orgulho que a Academia os edita, sempre com êxito garantido face à reconhecida qualidade dos conteúdos e ao reconhecido valor académico dos seus autores. Estou certo que de novo assim sucederá face a todos os motivos já indicados, mas também ao tema deste livro, “As Escolas da Marinha”, tema ainda não explorado nesta dimensão temporal e globalidade.

À honra da oferta deste original acresce a honra de me ter sido pedido que escrevesse o prefácio para este livro. Comecei por ler o preâmbulo da responsabilidade dos dois autores. E fiquei descansado pois nele encontrei muito do que é hábito ser escrito nos prefácios. Fiquei assim com a tarefa facilitada e por isso mesmo não me alongarei.

Pelas mesmas razões vou permitir-me partilhar neste espaço como vivi, ao longo da minha carreira as Escolas da Marinha por onde passei ou acompanhei e o seu modelo de ensino. Acaba por ser um complemento à abordagem feita pelos autores, esta mais centrada no modelo organizativo.

Fiz o curso de especialização em electrotecnia durante o ano de 1965. O ensino estava partido – os oficiais ensinavam a teoria e os então designados sargentos artífices davam as aulas práticas como auxiliares de instrução. Estávamos em plena época do analógico e das válvulas e no fim do curso, disseram-nos que “agora” havia uma coisa nova, chamada transístores que fazia o mesmo que as válvulas, mas ainda não se ensinava. Isto em 1965!

Para os navios dessa época era confortável chegar a bordo e verificar que todos os equipamentos existentes tinham sido estudados no curso por fazerem parte do programa. Esta situação convidava mesmo a que os Chefes de Serviço se sentissem,

com algum atrevimento, tão capazes de reparar avarias como os sargentos artífices. A longa experiência destes últimos repunha quase sempre as coisas no seu lugar e só em casos mais complicados a mais sólida preparação teórica dos oficiais constituía uma boa ajuda. A organização a bordo era por serviços.

Entretanto a Marinha tinha-se modernizado e com a chegada das fragatas da classe “Cte. João Belo” e dos submarinos da classe “Barracuda” deu-se uma enorme revolução tecnológica com uma imensidão de novos equipamentos que não podiam ser todos ensinados na Escola. Foi nesta fase e neste tipo de navios que, como chefe de serviço, deixei de ter ilusões sobre o alcance e atualidade dos meus conhecimentos e decidi que era melhor concentrar-me apenas na dimensão da gestão do serviço.

Anteriormente a esta mudança, como instrutor da Escola de Electrotecnicia vivi a alteração então ocorrida, de que destaco todos os oficiais das especializações de cariz operacional passarem as semanas iniciais dos seus cursos na Escola de Electrotecnicia para um ensino comum, quando o ensino destas matérias era inicialmente da responsabilidade de cada escola. Mas a organização de bordo continuava a ser por serviços.

Durante os anos em que fui instrutor da Escola de Electrotecnicia, tive a oportunidade de ir a duas escolas da Marinha dos Estados Unidos estudar alguns equipamentos usados a bordo e que teriam de ser ensinados. Tratou-se de uma experiência que mostrou bem a vantagem de ver como os outros fazem. Enquanto em Portugal os instrutores da Escola de Electrotecnicia eram todos oficiais (mais de uma dezena), por serem os únicos que dominavam as línguas em que estavam escritos os manuais técnicos, lá os instrutores eram sargentos ou praças que davam a teoria e a prática em salas onde existiam os equipamentos que estavam a ser ensinados. As escolas eram muito maiores que a nossa e só tinham um oficial (o director). O modelo de dar as aulas teóricas e práticas com instrutor e auxiliar de instrução na mesma sala e junto aos equipamentos que estavam a ser ensinados passou a ser usada em Portugal, com excelentes resultados.

No final dos anos 80 do século passado e precedendo a chegada das fragatas da classe “Vasco da Gama” deu-se uma nova revolução no ensino e na organização das escolas que passou a seguir a nova organização de bordo. Em vez dos tradicionais serviços organizados por especialidades (comunicações, artilharia, armas submarinas, electrotecnicia, máquinas e abastecimento), a organização de bordo passou a ter por base os departamentos por finalidade (operações, armas e electrónica, propulsão e energia e logística).

A adaptação obrigou a mudar radicalmente a organização escolar, sendo encerrados os anteriores Grupos de Escolas (o nº1, em Vila Franca de Xira, essencialmente vocacionado para as escolas técnicas e o nº 2 para as escolas de cariz operacional, no Alfeite), dando lugar à ETNA (Escola de Tecnologias Navais) onde foi muito reforçada a formação de sargentos e praças, estes com acrescidas responsabilidades na operação e manutenção de equipamentos, cada vez mais sofisticados.

Feito este breve apelo à memória da evolução das Escolas e do ensino na Marinha por mim vivido, tudo isto encontrarão muito melhor explicado ao longo deste livro que recomendo vivamente aos interessados nesta matéria.

Finalizo, felicitando o Professor João Freire e o Comandante Adelino Rodrigues da Costa pelo excelente trabalho produzido, agradecendo em nome da Academia de Marinha esta possibilidade que lhe foi dada de editar um trabalho muito completo e rigoroso, contribuindo assim para um melhor cumprimento da sua missão.

Academia de Marinha, 24 de junho de 2024

O Presidente

*Francisco Vidal Abreu*

Almirante



## PREÂMBULO

### **O intuito desta obra. Fontes e metodologias. Plano de exposição.**

Parecendo ser do interesse dos estudos da Academia de Marinha e da sua instituição-mãe, a Marinha, a publicação de uma síntese do que foi, ao longo de dois séculos, o esforço de instrução das Escolas que formaram o pessoal tripulante dos seus navios, aqui se apresenta o resultado dessa investigação de arquivos e bibliotecas, que agora se conclui.

Este trabalho foi realizado por João Freire (quanto ao período histórico que decorre até 1974, tratado nas Partes I, II e III deste livro) e por Adelino Rodrigues da Costa (de 1974 até à actualidade, constante da Parte IV), antigos oficiais da Armada e hoje membros da Academia de Marinha. Este *Preâmbulo* e o *Ensaio de Conclusão* são da responsabilidade de ambos. A arquitectura geral do trabalho foi inicialmente gizada por João Freire. E a harmonização do conjunto foi realizada em perfeito entendimento dos dois autores.

Temendo, à partida, uma tarefa excessiva para as capacidades do primeiro investigador, logo este verificou tratar-se de um tema sobre o qual a bibliografia publicada era já muito extensa, embora dispersa, diversa nos termos da abordagem e respondendo a preocupações ou desígnios muito diferentes.

Aquilatado aproximadamente o volume da documentação existente na Biblioteca Central da Marinha-Arquivo Histórico e após uma busca exaustiva à colecção dos *Anais* existente no Clube Militar Naval, foi-lhe então possível esboçar um projecto de pesquisa e publicação com foros de viabilidade, nomeadamente quanto aos métodos de acesso e utilização das fontes documentais primárias e da bibliografia existente, às disponibilidades do executante e ao modelo de livro que daqui poderia resultar. A sua intenção inicial de trazer o objecto deste estudo até à actualidade foi porém frustrada por várias circunstâncias, a principal das quais terá sido a notória alteração das fontes

a que se habituara a recorrer, já nos anos da aposentação profissional. De facto, para as décadas mais recentes, a documentação de arquivo histórica é muito mais rara, ou mesmo inexistente, sobrelevando em contrapartida os documentos legislativos, os regulamentos e relatórios, muitas vezes com acesso já mais reservado.

Nestas condições, optou-se então por encerrar estas pesquisas no marco-fronteira de 1974 – que corresponde, aliás, ao período histórico que a Academia de Marinha definiu como término de vários dos volumes da **História da Marinha Portuguesa**. Porém, afortunadamente, surgiu já *a posteriori* da escrita desse período histórico de 1779-1974 a possibilidade de participação autoral de Adelino Rodrigues da Costa para as décadas seguintes, com outra familiaridade e domínio relativamente às fontes mais indicadas para o cumprimento desse desígnio, nomeadamente a **Revista da Armada**, a legislação e a possibilidade de fontes orais (em entrevistas por si conduzidas), além naturalmente dos **Anais do Clube Militar Naval** e da bibliografia disponível relativa a este período.

Deste modo, passamos a esclarecer a meia dúzia de orientações particulares que presidiram a esta investigação.

Em primeiro lugar, pretendeu-se identificar e caracterizar as instituições especializadas na formação técnica e profissional do pessoal da Armada desde a segunda metade do século XVIII – quando tais Escolas começaram a constituir-se, ao mesmo tempo que a própria Marinha de Guerra iniciava a sua formalização em termos pré-Modernos, mas já visíveis nos princípios de racionalidade que a enformavam – até aos tempos actuais. Como é bem entendível, a formação dos oficiais concentra aqui a maior parte da nossa atenção mas, a partir da meados do século XIX, os progressos técnicos da industrialização fizeram-se também rapidamente sentir nas marinhas, quer ao nível do navio e da navegação, quer quanto às técnicas de guerra, e isso exigiu a criação de escolas que instruísem as praças e a mestrança da Armada no seu actualizado manejo. Essas exigências e as correspondentes escolas técnicas foram-se tornando sempre mais prementes, numerosas e especializadas ao longo do século XX. Por outro lado, embora num lugar secundário e adjacente a tais processos formativos, também se foi melhor institucionalizando a formação do pessoal para a operação de navios de comércio e de pesca, em particular dos mais qualificados (pilotos, etc.), até porque coubera ao mesmo departamento do Estado a responsabilidade de organizar em termos modernos (constitucionais-liberais) a administração pública marítima, através das capitânias dos portos, da farolagem das costas, da fiscalização do mar territorial, etc. Daí que tenhamos também consagrado um mínimo de atenção a esses procedimentos e instituições.

Em segundo lugar, e sobretudo para a matéria mais antiga, por razões de rigor histórico-científico, procurámos claramente dar prioridade à informação colhida em fontes primárias – isto é, à documentação avulsa e manuscrita contida no Arquivo Histórico da Marinha (Biblioteca Central da Marinha-AH) – sobre toda a outra informação que sucessivos autores foram publicando, por vezes carente dos necessários procedimentos

metodológicos. Além disto, o nosso particular prisma de observação e análise – essencialmente socio-histórico – foi quase sempre desatendido por esses investigadores, situados no âmago da própria corporação, e por isso motivados por valores e critérios próprios do seu bem-servir, para quem era estranha uma perspectiva de análise crítica, como hoje se impõe, quer em termos de epistemologia do conhecimento, quer em termos de ética científica e autoral.

Contudo, esta prevalência analítica dos documentos primários (e da exploração das relações, tendências e fenómenos por eles revelados) tende a atenuar-se fortemente quando chegamos ao século XX, à medida dos avanços da sociedade moderna, da economia e das ciências. A partir daí, com o aperfeiçoamento técnico-jurídico das instituições do Estado, a legislação e, secundariamente, os regulamentos, os relatórios e a correspondência administrativa, assumem um lugar preponderante como fontes de informação para a análise histórica deste e doutro tipo de instituições; no caso, as Escolas da Marinha.

Ainda assim, dada a assinalável vastidão de publicações (de opinião, debate e divulgação) da autoria de oficiais da Armada sobre este assunto, sobretudo sob a forma de artigos dados à estampa nos **Anais do Clube Militar Naval** ou através de outras revistas e de livros editados autonomamente, fizemos questão de a todos eles conseguir chegar para averiguar o seu conteúdo, cotejar as informações objectivas aí contidas e aproveitar deles o que pudesse constituir um enriquecimento para este novo trabalho de síntese, em especial por poderem exprimir debates e confrontos de opiniões, livremente expressas, sobre os processos formativos da Marinha, suas deficiências e vantagens, procurando as soluções de maior eficiência e proveito para o país e para a instituição.

Em suma, as duas fontes principais que estão na base das pesquisas realizadas para a elaboração deste estudo foram, de facto, as publicações institucionais da Marinha e a Documentação Avulsa existente no seu Arquivo Histórico, por um lado; e os **Anais do Clube Militar Naval**, seguidos pela consulta a diversos números da colecção da **Revista da Armada**, por outro.

Voltámos também à distinção conceptual (que João Freire explicitou no seu inaugural **Homens em Fundo Azul Marinho**, de 2003) entre instituição e corporação, neste caso considerando as diversas escolas como pertencentes à *esfera institucional* da Marinha, e a organização das classes, especialidades e carreiras profissionais do seu pessoal (necessariamente em correspondência com aquelas) como estando no domínio da *corporação*, todas porém sobredeterminadas pelos progressos da *técnica*, esta de âmbito essencialmente externo e contextual. Este dispositivo conceptual está aqui, porém, apenas subjacente ao discurso escrito e não se traduz em algum tipo de estruturação textual ou de formulação analítica.

Finalmente, tivemos em atenção as características da publicação unitária que deveria poder constituir o resultado público desta investigação e os recursos ao dispor dos

investigadores: dimensão moderada; clara prevalência do texto sobre as eventuais imagens de ilustração; prioridade à citação (devidamente referenciada) e à transcrição de dados originais, servidos por uma redacção analítica-compreensiva mas de fácil leitura e com as sínteses necessárias; impossibilidade de aceder directamente aos arquivos brasileiros para o período de 1807-1825 em que a Academia Real dos Guardas-Marinhas funcionou no Rio de Janeiro, mas beneficiando mesmo assim da afabilidade de alguns dos seus responsáveis; e, por último, tempos de execução da investigação e da apresentação do seu resultado não excedendo os dois anos – ponto que se verificou impossível de cumprir por razões de força maior.

Terminamos deixando os devidos agradecimentos à dra. Isabel Beato, aos sargentos Gouveia, Damião e Lourenço, todos do Arquivo Histórico da Marinha; aos Comandantes da Marinha do Brasil Hermes P. Pereira de Oliveira, Roberto Henrique A. dos Santos e Marcello Loureiro; às arquitectas Joana Correia e Clara Vieira; aos almirantes Roque Martins, Botelho Leal, Leitão Rodrigues, Pereira Vale, Rebelo Duarte, Luís Calceteiro Serafim; e aos comandantes Costa Correia, Almada Contreiras, Encarnação Gomes, Ferreira da Silva, Almeida de Moura, Nanques de Matos, Semedo de Matos, Costa Canas, Rocha e Abreu, Couto Soares, Samuel Carvalho de Oliveira, Melo e Sousa, Miguel Arenga, Pinto Conde, Vítor Mendonça e Santos Maia, pelas colaborações deles recebidas. E agradecemos à Academia de Marinha o acolhimento dado para a edição deste trabalho.

JOÃO FREIRE

**I – O TEMPO DAS ACADEMIAS**



Na Europa, o século XVIII foi, caracterizadamente, um tempo de esplendor das grandes Monarquias absolutistas “de direito divino”, que nos deixaram magníficas obras edificadas mas, ao tempo, também envolveram os seus súbditos em guerras e conflitos ditados, antes de mais, pelas suas ambições dinásticas e pela vontade de um domínio sempre mais alargado. Mas foi igualmente uma época em que frutificou a racionalidade Cartesiana anterior, a Economia Política e a Física se afirmaram no campo científico catapultando os progressos da indústria, e filósofos ou enciclopedistas espalharam ideias novas que nenhuma censura foi capaz de impedir. Foi o século das “Luzes”, as quais acenderam no espírito humano vontades emancipatórias individuais e colectivas – tudo culminando na guerra revolucionária da independência Americana e na Revolução Francesa, que iram presidir às grandes transformações da Modernidade.

Em Portugal, com uma economia ainda assente na exploração das riquezas brasileiras, no comércio (do ouro e dos escravos) e nalguma sua dissipação de natureza sumptuária, tivemos contudo o “despotismo iluminado” de Pombal que, se atacou os fundamentos da velha nobreza para conseguir uma maior concentração do poder Real utilizando os meios de violência ao seu dispor e correntes na época, não deixou de revelar o largo alcance da sua visão estratégica do contexto internacional, sobretudo no plano da produção industrial autóctone, na racionalização do Estado e na selecção e preparação das elites nacionais: o mesmo é dizer, com o estímulo às ciências, às artes e aos ofícios, em grande parte através das Academias então criadas, mais do que por via da Universidade (de Coimbra), onde pontificava a Igreja Católica numa das suas versões menos dadas ao progresso do conhecimento e à descoberta de novos saberes.

Foi para distanciar esta influência (e afastada que fora do país a Companhia de Jesus), que o Conde de Oeiras criou em 1761 o Colégio dos Nobres, em Lisboa. Na sua ideia, os “negócios do Estado” não podiam estar dependentes dos meros acasos das descendências, e até para “ser nobre” seria necessária uma adequada formação escolar. Nessa instituição, instalada no sítio da Cotovia, no alto de uma das colinas mais distintas de Lisboa, de onde tinham sido desalojados os Jesuítas e perto das enormes obras públicas do abastecimento de água à capital, os adolescentes e jovens aprendiam agora

matérias escolásticas (da escrita, das humanidades, da álgebra, da física) mas também as práticas e comportamentos adequados à Corte, com eram a dança, a equitação e a esgrima. Ao mesmo tempo, provocou em 1772 uma reforma na Universidade de Coimbra (esvaziada dos anteriores mestres Jesuítas) com a criação de novos colégios de Matemática e Filosofia e alguma influência “iluminada” de “estrangeirados” como Ribeiro Sanches e Verney.

E nesses tempos, mas já no reinado de D. Maria I, também foram criadas: a Academia Real da Marinha (no Verão de 1779); a Academia Real das Ciências de Lisboa (em finais de 1779, sob a impulsão do 2º duque de Lafões, D. João de Bragança, e do abade Correia da Serra); a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho em 1790 (para os engenheiros militares, que vinham já com alguma preparação matemática recebida na Academia da Marinha) e se alargou a outras especialidades do Exército, a começar pela Arma da Artilharia; e a Academia Real dos Guardas-Marinhas em 1782 (cuja Companhia é fundada ao mesmo tempo).

No que respeita à Marinha, é nestas décadas finais do século que se inicia uma sua reforma orgânica e de meios que a voltaram a pôr em plano de destaque no país e sem desmerecimento no quadro externo. O Marquês de Pombal terá dado um primeiro pequeno passo mas foi sob o reinado de D. Maria I (1777-1792), a regência de D. João VI e com os ministros Martinho de Melo e Castro (1770-1796) e Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801) que a Marinha se organizou em termos condizentes com a época. O historiador Nuno Monteiro em *Elites e Poder* (2ª ed., 2007) analisou em detalhe a origem social da oficialidade militar no topo da hierarquia, verificando uma nítida predominância de estrangeiros e titulares da nobreza. «Isto significa – diz ele – que, em larga medida, o acesso aos postos de “oficial general” não era, na esmagadora maioria dos casos, o resultado de uma promoção, antes constituindo aqueles, em boa medida, ofícios tendencialmente hereditários, na maior parte dos casos acessíveis apenas a um número restrito de potenciais candidatos que os podiam alcançar desde que se dispusessem a servir durante um apreciável número de anos» (p. 120). Infelizmente, o autor não trata da situação no Corpo da Armada Real, não somente por que o assunto lhe interessaria menos, mas também porque as próprias carreiras militares, de terra e mar, não estavam ainda suficientemente distintas uma da outra.

Como marcos cronológicos também importantes para esta época referenciem-se os anos de: -1777, com o falecimento de D. José, entronização de D. Maria e saída de Pombal; -1789, com a tomada da Bastilha e o início da Revolução em França; -1792, quando é declarada a loucura da rainha; -1793, com Portugal a participar na campanha do Rossilhão (Pirenéus orientais, 1793-95), ao lado da Espanha e da Inglaterra contra a França revolucionária, com o coronel Gomes Freire e outros 6 mil homens em terra, e com a Esquadra do Canal a colaborar no bloqueio da Mancha e outra força naval a escoltar o comboio que transportava o corpo expedicionário do general Forbes

para as terras da Catalunha; -1799, com D. João (IV) a entrar formalmente a Regente; -1801, Guerra das Laranjas; -1803, Motim em Lisboa com Gomes Freire e Alorna; e 1806, com o Bloqueio Continental e em Outubro se trava a batalha de Trafalgar, a sueste do Algarve.

## 1. A Academia Real da Marinha

Lançada a reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, é significativo que a primeira das novas Academias abertas em Lisboa tenha sido a Academia Real da Marinha, por força do Estatuto por si determinado em Queluz aos 5 de Agosto de 1779, pois só no fim desse mesmo ano é instituída a ainda hoje existente Academia das Ciências de Lisboa. É provável que esta antecipação tenha sido devida à acção do ministro Martinho de Melo e Castro, preponderante na antecipação de outras reformas tendentes a repor a Marinha no lugar que entendia deveria ter num Estado imperial como era então o português, apesar dos domínios ultramarinos já exercidos por Ingleses, Holandeses, Espanhóis e mesmo Franceses.

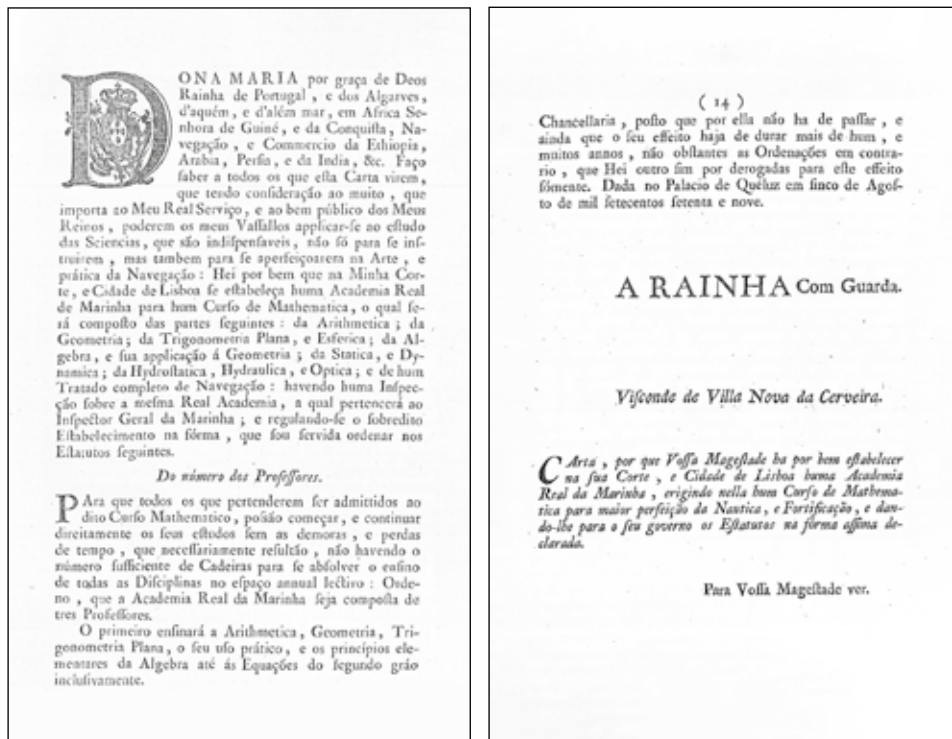


Figura 1 - Criação e estatutos da Academia Real de Marinha – 1779 <sup>1</sup>

1 Reprodução do autor.

Os estudos propostos para a novel Academia Real de Marinha (ou da Marinha) consistiam essencialmente em três anos de aulas de um Curso Matemático onde se ensinava a Álgebra, a Geometria, a Trigonometria plana e esférica, a Estática, Dinâmica e Óptica, além de um Curso de Navegação. Os três professores titulares deveriam possuir os cinco anos completos das Matemáticas da Universidade de Coimbra, gozando de idênticos privilégios. Os alunos, maiores de 14 anos, deveriam fazer prova de domínio das quatro regras fundamentais da Aritmética para poderem ser admitidos. Estavam previstas aulas matinais de hora-e-meia, aprendizagem dos instrumentos de observação astronómica e exames no final de cada ano lectivo.<sup>2</sup>

Os lentes que passaram por esta Academia foram numerosos. Apesar dos úteis quadros de síntese propostos por Martins Ferreira<sup>3</sup>, os fundos documentais do Arquivo Histórico da Marinha incluem referências individuais a 31 professores, pelo menos, entre «proprietários» e «substitutos», desde a fundação até 1837<sup>4</sup>, data da extinção da Academia Real da Marinha e da criação da Escola Politécnica de Lisboa. Entre eles podem assegurar-se os nomes de J. M. Abreu, A. F. F. Almeida, A. L. J. Atouguia, J. Baptista, F. L. Barbosa, L. M. J. Bellegarde, J. A. Brunelli, J. L. Caldeira, J. F. Campos, J. F. T. S. Castelo-Branco, F. A. Ciera, M. A. Ciera, R. F. Costa, M. V. Couto, J. Faria, J. C. Feio, A. F. Figueiredo, F. Folque, M. Franzini, M. J. N. Gama, M. E. S. Limpo, M. F. T. S. C.-B. Manuel, F. S. Margiochi, J. Martiniano, J. J. P. Martim, J. G. M. R. Peleção, F. Sampaio, F. B. G. Stockler, J. E. Torriani, F. P. Travassos e C. G. Villas-Boas. Na década de 1830 também já surge na documentação original a designação de “Catedráticos”.

A existência de duas Academias formando gente qualificada para a Marinha não deixou de levantar dúvidas, sugestões e pequenas alterações face à aparente duplicação de algumas das suas actividades. Verdade é que a Academia dos Guardas-Marinhas devia fornecer os futuros oficiais da Armada Real (e por isso lhe tinha agregada a correspondente Companhia, de natureza castrense), enquanto que a Academia Real da Marinha se assumia como uma escola de ciência vocacionada para as matemáticas, a astronomia teórica e a navegação, que muito delas dependia. Competia-lhe, assim, fornecer as bases para o exercício da pilotagem náutica, quer para os pilotos e capitães mercantes<sup>5</sup>, quer para os oficiais da Marinha militar, além de fornecer boa preparação teórica para os Engenheiros cuja missão (militar, mas também civil) estava agora a corporizar-se.

2 Ver em BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 5.

3 FERREIRA, Nuno Martins - **A Institucionalização do Ensino da Náutica em Portugal (1779-1805)**, Lisboa, Academia de Marinha, 2017, p. 239.

4 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 5, pastas 1 a 4; e Cx. 2, pasta 1781/1798. Alguns, como Campos, Faria e Sampaio, são referidos mais tarde, já nos anos 30 (Cx. 4).

5 Até então as cartas de pilotagem eram certificadas pelo Cosmógrafo-Mor, registando-se nas décadas posteriores algumas dificuldades nesta transferência de competências.

Destes debates, registamos aqui três momentos particularmente significativos:

- Documento sem data e não-assinado (mas provavelmente da década de 1890) considerando insuficiente o triénio de estudos das duas Academias de Marinha, propondo um 4º ano com mais matérias científicas e técnicas, e maior colaboração entre ambas;<sup>6</sup>

- Em ofício bem argumentado do capitão-de-mar-e-guerra Dantas Pereira de 19 de Agosto de 1802, escreve este sem meias-palavras: «Foi sempre do meu voto que, na Cidade de Lisboa, uma das duas Reais Academias relativas à Marinha era supérflua, e, ao mesmo tempo, que o maior proveito do Estado exigia nova distribuição de anos em cada uma delas. Este meu parecer não tem obtido aprovação. [...] Os Discípulos também preferem seguir a Real Academia de Marinha, porque de lá podem sair não só para a Marinha Real como oficiais e como Pilotos, mas para as tropas de terra, para a Pilotagem da Marinha Mercante, para Engenheiros Construtores e para irem concluir a Universidade. [...]»<sup>7</sup>. E em outro ofício saído da secretaria da Companhia dos Guardas-Marinhas na mesma data propõe a extensão do curso da sua Real Academia para 4 anos, sobretudo por causa da Matemática, tal como é dada na Universidade.<sup>8</sup>

- Sobre este assunto, eis a posição do Conselho do Almirantado em 14 de Maio de 1803, com assinaturas de Pedro de Mendonça de Moura, Manuel da Cunha Sotto Mayor, António Januário do Vale e António José de Oliveira, acerca da proposta vinda de Dantas Pereira no ano anterior de um «Projecto de Organização da Companhia dos Guardas-Marinhas», a qual foi submetida na parte académica aos lentes da Academia Real da Marinha que concluíram, criticando diversos aspectos da propostas: «[...] enquanto V.A.R não for servido ordenar que se faça uma redução bem entendida das duas Academias da Marinha a uma só Academia, ou que se estabeleça um Colégio Militar em que se dê às pessoas que aí se destinarem para oficiais da Marinha ou do Exército todas as instruções e Disciplina Militar, necessária para se tornarem Oficiais beneméritos, fiquem intactas as duas Academias, não só quanto à distribuição de matérias por três anos, mas também quanto a Compêndios [...]»<sup>9</sup>. Não obteve, assim, Dantas Pereira ganho de causa, e a futura deslocação desta instituição para o Brasil terá inviabilizado eventuais reestruturações de maior vulto.

Como qualquer outra instituição congénere, o funcionamento quotidiano da Academia Real da Marinha era marcado por rotinas, as quais – por serem objecto de larga tradição universitária-cristã, renovada por concepções setecentistas – se apresentam de forma típica em vários aspectos (lições, mestres, exames, etc.). Disso se dá conta com os exemplos transcritos abaixo, em ordem cronológica:

6 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781/1798.

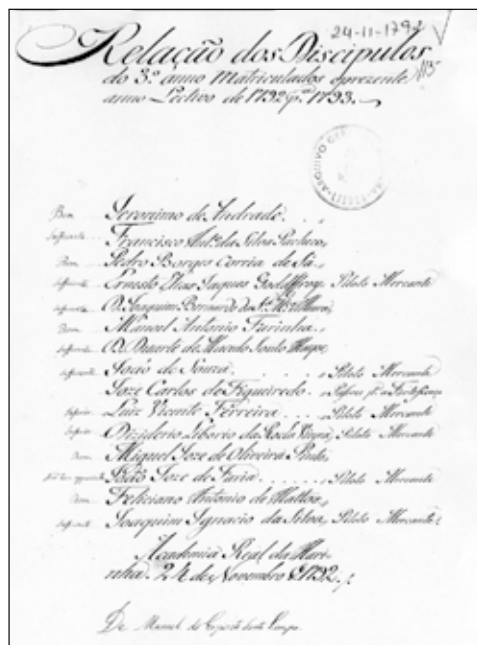
7 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116, pasta 1.

8 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116, pasta 1.

9 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116, pasta 2.

- Em data de 17 de Outubro de 1792: «Relação dos Discípulos da Academia Real da Marinha que, pelo Lentes dela, foram julgados dignos dos Prémios que Sua Majestade manda distribuir pelos mais beneméritos [...]». São 8 que passam para o 3º ano e «se habilitam para o serviço da Marinha Real»; 4 que passam para o 2º ano; 6 «que se habilitam para Oficiais Engenheiros» [do Exército e Obras Públicas]; e ainda 6 menos bem avaliados mas que a Academia propõe sejam enviados para a Academia da Fortificação;<sup>10</sup>

- «Relação dos Discípulos do 3º ano matriculados no presente ano lectivo de 1792 para 1793.» São quinze, antecedidos de notas valorativas do seu aproveitamento: Jerónimo de Andrade – Bom; Francisco A. Silva Pacheco – Suficiente; Pedro B. Correia de Sá – Bom; Ernesto Elias Jacques Godfroy (Piloto mercante) – Suficiente; D. Joaquim Bernardo S.M. Moura – Suficiente; Manuel A. Farinha – Bom; D. Duarte M. Sotto Mayor – Suficiente; João de Sousa (Piloto mercante) – Suficiente; José Carlos de Figueiredo (Passou para a Fortificação); Luís V. Ferreira (Piloto mercante) – Inferior; Desidério V. Rocha Vieira (Piloto mercante) – Inferior; Miguel J. Oliveira Pinto – Bom; João J. Faria (Piloto mercante) – Não tem aparecido; Feliciano A. Matos – Bom; Joaquim I. Silva – Suficiente. É um documento datado de 24 de Novembro de 1792 e assinado por Manuel do Espírito Santo Limpo;<sup>11</sup>



**Figura 2** - Relação de Discípulos da Real Academia de Marinha – 1792 <sup>12</sup>

10 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2 (Academia Real de Marinha), pasta s/d 1781/1798.

11 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781/1798.

12 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781/1798.

-«Conta dos Exames dos Discípulos do 1º Ano da Academia Real da Marinha que começaram e acabaram a 28 de Julho de 1794»: «Aprovados plenamente para o 2º Ano – 17 (a saber, 7 para Engenharia e 10 para a Marinha); Aprovados *simpliciter* p<sup>a</sup> 2º ano – 3; Aprovados plenamente p<sup>a</sup> 3º Ano – 6; Aprovados *simpliciter* p<sup>a</sup> 3º Ano – 14; Aprovados plenamente para passar a ouvir as Lições de Fortificação – 1; Aprovados *simpliciter* idem – 12; Reprovados – 17; total 70. «Ainda ficaram alguns para fazer exame em Outubro por causa de moléstia e outros impedimentos justos.»<sup>13</sup>. Assinado C. G. Villas-Boas;

-Uma informação do mesmo lente Custódio Villas-Boas de 16 de Outubro de 1798 sobre as deficientes condições materiais do ensino começa assim: «A grande afluência de Discípulos que neste ano concorrem a aproveitar-se do benefício que Sua Majestade lhes concede na liberalidade com que lhe franqueia o estudo das Matemáticas, merece a atenção de V. Excelência e requer alguma providências para se não frustrarem tão bons intentos, e para evitar as más frequências que se podem seguir para o futuro. Há mais de oito dias que não tenho aceitado Discípulo algum, porque a Casa da Aula não pode conter comodamente se não 163, cujo número já se acha completo há muito tempo, e depois disso se têm apresentado mais 40, os quais não aceitei por falta de lugar [...]»<sup>14</sup>;

-«A multiplicidade que concorrem a pretender matricular-se por Alunos desta Real Academia faz evidentemente necessária a divisão do ensino do primeiro ano entre dois Professores, que expliquem cada um a uma diferente turma de Discípulos as matérias relativas ao mesmo ano; e portanto parece à Academia que será muito de razão que, à semelhança do que em iguais circunstâncias se praticou no ano Lectivo próximo passado, se digne Sua Alteza Real assim o determinar [...]» (documento de 8 de Novembro de 1799 assinado por Villas-Boas, Stockler e Limpo). E o príncipe regente assim o acolheu e determinou logo em 14 de Novembro, mandando-o publicar na folha oficial;<sup>15</sup>

-Um documento de arquivo informa que em Junho de 1803 fizeram exame do 1º ano da Academia Real da Marinha 47 dos 93 inscritos, com 20 aprovados plenamente (7 de Marinha e 13 de Engenharia), 8 reprovados e os restantes passados com deficiência ou remetidos para novo exame depois das férias. Assina Custódio Villas-Boas;<sup>16</sup>

-Requerimento em Janeiro de 1810 de José Lúcio Correia de Sousa, secretário da Academia desde 1787, pedindo aumento de ordenado para 400\$000 anuais. Há informação sobre este pedido dado por seis lentes. Despacho final: «Não há lugar para

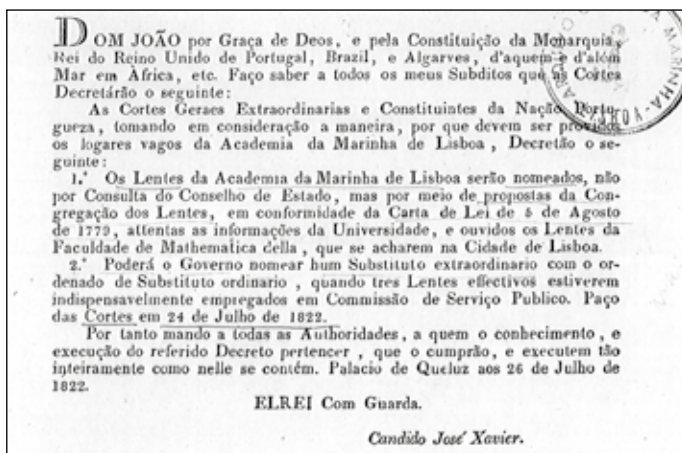
13 BCM/AH, Dov. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781-1798.

14 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781/1798.

15 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1799-1810.

16 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1799-1810.





**Figura 4** - Decreto de 24.Jul.1822 das Cortes da Nação sobre os Lentes da Academia de Marinha <sup>21</sup>

Prosseguimos, contudo, com a referência a mais alguns documentos de arquivo:

-Documento interessante: «1825 – Lisboa – Auditoria Geral da Marinha – Autos de Justificação de Nobreza de Augusto de Sá Nogueira de Figueiredo e Rodrigo de Sá Nogueira e Figueiredo para serem aspirantes a Guarda-Marinha» (seguem papéis)<sup>22</sup>. E o processo segue em 7 de Janeiro de 1826 do Quartel-General da Marinha para o Major-General, com a informação de que «me parece que devem ser deferidos»<sup>23</sup>;

-Papel de 23 de Novembro de 1828 com orçamento de despesas para 1828 mostra que os Lentes Proprietários ganham 600 mil réis anuais (incluindo os Jubilados), o Secretário 300 mil; para as despesas de funcionamento há 100\$000 – num total de despesas anuais de 5.850\$000 réis;<sup>24</sup>

- Offício de 23 de Novembro de 1829 diz «que se determinou a obra que se deve fazer para preparar as Aulas, Secretaria e Cartório da Academia Real da Marinha, erecta hoje no Edifício do Colégio dos Nobres e que, em consequência dos Avisos acima mencionados, deve passar para o Edifício junto ao Arsenal Real da Marinha»<sup>25</sup>. Acrescenta orçamentos das obras e do material necessário para essa adaptação, uma vez que o poleame ali existente já foi removido. Estas obras prosseguiram ainda em Fevereiro de 1831, pelo menos, segundo as notas que continuam a ser enviadas ao Conde de Basto.<sup>26</sup>

21 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1819-1822.

22 São provavelmente irmãos do Bernardo, futuro Marquês de Sá da Bandeira.

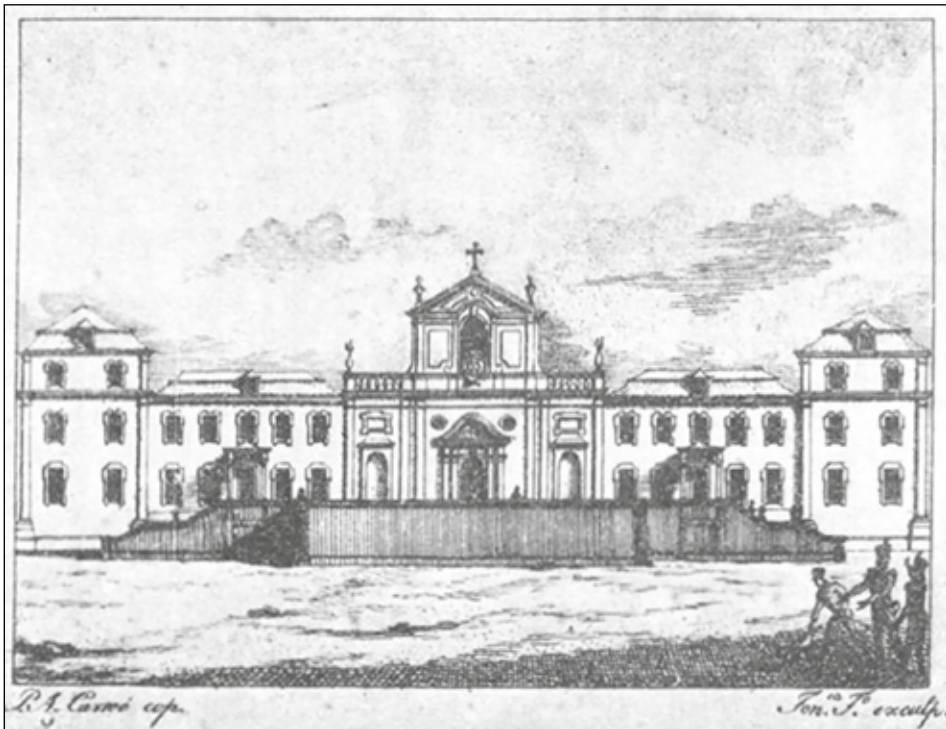
23 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 4, pasta 1825-1827.

24 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 4, pasta 1825-1827.

25 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 4, pasta 1828-1830.

26 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 4, pasta 1831-1834.

Desta última referência pode concluir-se que terá sido a partir destas datas que a Academia Real da Marinha se instalou no 1º e 2º pisos do edifício pombalino que ladeia a Rua do Arsenal, com ligação directa à Sala do Risco, e ali funcionou como Escola Naval, sem interrupção até 1937, embora durante a segunda metade do Séc. XIX várias disciplinas fossem seguidas na Escola Politécnica. Entretanto, até à criação desta em 1845, terá havido uma quase-fusão entre as duas Academias, sendo certo que quase todas as referências documentais conservadas dizem respeito à Companhia dos Guardas-Marinhas, a unidade militar que organizava os aspirantes e guardas-marinhas que desejavam fazer carreira no Corpo da Armada.



**Figura 5** - Desenho da fachada do edifício do Colégio dos Nobres, na Cotovia <sup>27</sup>

Damos ainda conta (por esta mesma maneira simplificada e seleccionada) dos problemas de indisciplina dos alunos, que também surgiram nesta instituição:

- Parecer dos lentes Villas-Boas e Stockler de 11 de Fevereiro de 1792 sobre participação referente ao discípulo Desidério Libório da Rocha Vieira, acusado por outros alunos de que «tinha escandalizado a Aula com acções desonestas e com anexins, conversas e

<sup>27</sup> Reproduzido da Internet em 14.Junho.2023: Wikipedia, pág. Academia Real de Marinha. Domínio público <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=635995>

rizadas» e noutra Aula «tem feito outras semelhantes que, se não são tão escandalosas, provocam ainda mais o riso [...]»<sup>28</sup>;

- É instaurado um processo disciplinar por virtude de «desordens praticadas por alguns Discípulos daquelas Aulas» nos dias 25 e 26 de Outubro de 1792;<sup>29</sup>

- Documento de 30 de Janeiro de 1807 ass. pelos lentes Limpo, Travassos e Couto esclarecendo que a súplica feita pelo aluno Manuel da Cunha Maldonado não está correcta, tratando-se de uma picardia em aula com o seu colega Francisco António Botelho Freitas, envolvendo um chapéu a marcar lugar numa cadeira, agressão com um pau, etc.;<sup>30</sup>

- Documento assinado pelos lentes Couto, Barbosa e Margiochi em data de 6 de Outubro de 1813 informando que «no dia de hoje se apresentaram nesta Academia duas sentinelas da Guarda Real de Polícia, as quais tínhamos requerido»<sup>31</sup>;

- Carta de 4 de Outubro de 1823 dos lentes Castelo-Branco e Jervis de Atouguia pedindo «uma guarda de não menos de quatro soldados, que em os dias de Aula mantenha o sossego, boa ordem, e evite quaisquer desordens que possam ter lugar nos corredores que conduzem às mesmas Aulas»<sup>32</sup>.

Finalmente, e como referido atrás, competiu também à Academia Real da Marinha o exame das derrotas dos pilotos a partir de 1780, com vista à certificação legal da sua profissão. Eis alguns documentos que ilustram o desempenho (e algumas dificuldades) desta tarefa:

- Documento manuscrito de 24 de Novembro de 1797 assinado pelos lentes Custódio Villas-Boas, Francisco Stockler e Manuel Espírito Santo Limpo que começa assim: «Não é esta a primeira vez que a Academia Real da Marinha tem o desgosto de ver-se obrigada a responder a queixas apócrifas contra o procedimento dos seus Lentes nos Exames dos Pilotos da Marinha Mercante. O artifício para fazer chegar às mãos dos Príncipes e dos seus subdelegados papéis sem nome, contendo acusações vagas dos seus mais fiéis e zelosos Vassallos, só com o fim de fazê-los suspeitos e tirar-lhes a confiança [...]»<sup>33</sup>;

- «Representação» levada ao conhecimento real pelos lentes da Academia Real da Marinha Francisco Ciera, Garção Stokler, Villas-Boas e Espírito Santo Limpo em data de 27 de Julho de 1789, com propostas relativamente ao provimento dos Lentes das diversas

28 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781/1798.

29 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781/1798.

30 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1799-1810.

31 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1811-1818.

32 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1819-1822.

33 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781-1798.

Cadeiras da Academia, exames e reconhecimento de qualificações feitos por ela, em particular quanto ao exercício das profissões de pilotos e de capitães de navios mercantes (devendo aqueles apresentar sempre as suas derrotas ao regressarem de qualquer viagem);<sup>34</sup>

- Documento mns. de 18 de Março de 1814 com assinatura ilegível. Dirigido a Jorge Martin e pedindo que o Conselho do Almirantado seja instado a dar a suas ordens para que os Pilotos que servem na Armada Real entreguem as derrotas das viagens que fizerem, como os mercantes e está determinado dos Estatutos da ARM, para que esta os possa certificar com as respectivas Cartas como Pilotos. Compreende-se, porém, que o Almirantado tenha relutância em divulgar os movimentos dos navios da Armada;<sup>35</sup>

- Documento de 5 de Fevereiro de 1822 assinado pelo secretário Correia de Sousa contendo a «Relação das Derrotas que se remeteram do Conselho do Almirantado para a Academia da Marinha em 4 de Janeiro de 1822: Derrota de José Joaquim de Sousa, 1º Piloto do navio *Santíssimo Sacramento*, vindo de Pernambuco. [...]», etc. É uma lista de 39 processos, de diferentes pilotos, em derrotas todas vindas do Brasil (Baía, Pará, Pernambuco ou Rio de Janeiro), mas uma vem de Bengala.<sup>36</sup>

## 2. O Observatório Real da Marinha (1798-1874)

Também não foi uma escola, no mesmo sentido institucional em que anteriormente referimos a construção naval, mas antes um instrumento auxiliar da instrução prática dos alunos das reais Academia da Marinha e Academia dos Guardas-Marinhas.

Servido por uma escrita muito agradável e após vários anos de infatigável pesquisa, desde há mais de uma década que podemos dispor do precioso livro do comandante Estácio dos Reis sobre o Observatório Real da Marinha<sup>37</sup>, que também incorpora uma belíssima colecção de ilustrações de época. E, felizmente, pôde ser cumprido um dos três propósitos que levaram o autor a meter-se em tais trabalhos: a reconstituição simbólica do “balão do Arsenal” (que durante 57 anos serviu para indicar a hora legal) sobre o «canto nordeste do telhado do edifício da Agência Europeia de Segurança Marítima, [...] a poucos metros da última morada do Observatório e, ainda, por uma indiscutível ligação entre o balão e a referida agência»<sup>38</sup>.

Mas o Observatório da Marinha foi uma instituição mal-fadada, pelos percalços diversos de que foi vítima, o primeiro dos quais foi a falta de instalações adequadas; a segunda, a ida em 1810 de valiosos instrumentos da sua colecção para o Brasil; e,

---

34 BCM/AH, Dov. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781-1798.

35 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1811-1818. Era então ainda corrente os navios da Armada empregarem pilotos para auxiliarem os comandantes nas tarefas da navegação.

36 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1819-1822.

37 REIS, António Estácio dos - **Observatório Real da Marinha**, Lisboa, CTT, 2009.

38 REIS, A. Estácio dos, *op. cit.*, p. 25.

por fim – a fortuna de uns está por vezes associada à má-sorte de outros –, ao facto de, já nos reinados de D. Pedro V e D. Luís, ter sido decidida a construção de um grande Observatório Astronómico de Lisboa, cujas obras já estão em acto em 1861 e donde saem as primeiras observações em 1867. Considerando que, nestas condições, à formação dos aspirantes a Escola Naval bastaria apenas um observatório prático para treinar o uso dos instrumentos de navegação então correntes (sobretudo o sextante e o cronómetro de bordo), o Observatório Real da Marinha foi extinto em 1874. Parcial consolação para a Marinha foi o facto dos dois primeiros directores do Observatório da Ajuda terem sido seus destacados filhos: Frederico Oom (de 1878 a 1890) e Campos Rodrigues (desde aí até à sua morte em 1919).

A investigação historiográfica de Estácio dos Reis diz tudo (e o melhor) que foi possível apurar sobre o Observatório Real da Marinha. Pelo que nos limitamos aqui a sobrevoar algumas das principais vicissitudes da sua existência, a saber:

- Embora já desde 1788 se falasse na necessidade de um observatório astronómico, este só vem a ser criado em 1798, sob proposta do titular da pasta da Marinha;

- O Observatório ficou adstrito às leccionações praticadas pela Academia Real da Marinha, que então funcionava no edifício do Colégio dos Nobres, sítio da Cotovia. Mas, tendo o seu material e posto de observações ficado instalados em lugar incerto mas junto ao topo Sul da Sala do Risco do Arsenal, onde aprendiam os membros da Companhia dos Guardas-Marinhas, é quase certo que o dito observatório servisse ambas as Academias, como de resto confirma Estácio dos Reis;

- Rapidamente, o Observatório foi dotado de instrumentos necessários ao seu labor, conforme listas reproduzidas no livro em referência, e de uma pequena biblioteca. Quanto à Oficina de Instrumentos Náuticos, essa funcionou durante muito tempo na Cordoaria, só vindo para uma sala do Arsenal cerca de 1860. Mas vale a pena também referir a existência inicial de uma Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares, que em parte terá viajado para o Brasil<sup>39</sup> e em parte talvez tenha desaparecido na voragem das invasões francesas;

- Em 1829, devido ao mau estado das instalações na Ribeira das Naus, o Observatório foi transferido para o edifício do Colégio dos Nobres, junto às aulas da Academia de Marinha, porém com pouca utilização, que cessou totalmente com o incêndio que devastou o edifício em 1843, mas tendo-se salvado a maior parte do seu espólio. A instituição regressou então ao Arsenal, utilizando a varanda Sul da Sala do Risco para as observações;

- Os sucessivos directores do Observatório foram Manuel Espírito Santo Limpo, lente da Academia da Marinha (1798-1815, ano do seu falecimento); Francisco de Paula Travassos, idem, mas que no mesmo ano renuncia devido a doença; Mateus Valente do

39 Ver FERREIRA, Nuno Martins, *op. cit.*, p. 315.

Couto, idem (de 1815 a 1848, por morte); e, depois de vários interinos, Filipe Folque (1856-1874), que presenciou a extinção da sua instituição;

- Foi graças ao dinamismo deste último director que o Observatório conheceu a sua melhor morada, embora com diversas limitações. Na década de 1850 foi aproveitado o terraço da Casa da Bomba (para aspiração do Dique) e nele se contruíram essas instalações, incluindo duas torres cilíndricas de cúpula móvel com pedestal de cantaria, gabinetes, marca geodésica, um marégrafo junto à borda-d'água, etc. Ali cerca também funcionou uma torre do “balão da hora” (ou “do Arsenal”), que assinalava diariamente e para o público as 13 H do nosso meridiano de referência (Greenwich);

- A partir de 1845 o Observatório ficou dependente do comando da Escola Naval, funcionando quase ao lado;

- Além as funções de ensino, foram-lhe sendo atribuídas outras importantes tarefas para os conhecimentos náuticos e a segurança da navegação, como a publicação de tábuas náuticas (*Ephemerides*), registos meteorológicos, a determinação rigorosa da longitude do meridiano do lugar (com uma marca fixada no Alfeite) ou a regulação dos cronómetros.<sup>40</sup>

### **3. Os Guardas-Marinhas, a sua Companhia e a Academia Real dos Guardas-Marinhas**

Os principais passos históricos destas duas instituições articuladas entre si são já sobejamente conhecidos, mas justifica-se lembrá-los aqui, de modo simplificado.

Ao tempo da governação de Sebastião José de Carvalho e Melo (entre 1755 e 1777, com o rei D. José), foi publicado um decreto em data de 2 de Julho de 1762 criando um quadro de 24 Guardas-Marinhas para servir a bordo dos navios de guerra, com estipêndio igual ao dos alferes de infantaria. A experiência terá sido mal-sucedida pois o mesmo ministro pôs fim a ela em 1774, «sendo informado da pouca aplicação e aproveitamento que têm mostrado no exercício de seus empregos, a maior parte dos Guardas-Marinhas que até agora tiveram nele as suas praças»<sup>41</sup>, conforme reza o decreto respectivo.

Já sob o reinado de D. Maria e com Martinho de Melo e Castro à frente dos Negócios da Marinha e Ultramar, é fundada a Companhia (com um efectivo de 48 praças) e a Real Academia dos Guardas-Marinhas por decreto de D. Maria I de 14 de Dezembro de 1782, entrando logo a funcionar em 1783, conforma constata uma notícia da *Gazeta de Lisboa* (o “diário do governo” da época) publicada em Agosto seguinte. O mesmo jornal relata uma visita da rainha à Academia em Agosto de 1786 onde assistiu a exames e exercícios dos seus alunos. É talvez desta altura um

---

40 Tudo referido em A. Estácio dos Reis, *op. cit.*, p. diversas.

41 *Apud* SOUSA, Alfredo Botelho de, “A educação dos oficiais da Armada até à criação da Escola Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, A. 60, Mar.-Abr. 1929, p. 17.

documento manuscrito sobrevivente que elenca uma série de exibições para mostra do aproveitamento dos discípulos nas matérias “práticas”: artilharia; construção e desenho; arte prática de marinheiro; língua francesa; manejo de armas de mão; esgrima; e detalhe (da guarnição, quartos de vigia e postos de combate)<sup>42</sup>.

A breve passagem do poeta Bocage pela Marinha tem suscitado algumas interrogações ou afirmações verbais mais arriscadas. Escreve o seu biógrafo Daniel Pires: «Uma carreira na Marinha estaria nos seus sonhos: a personalidade do avô normando, combatente heroico, marinheiro audaz, amplamente nomeado pela avó, a tia, a mãe e o pai nos serões de família, incentivaram o seu gosto pela aventura e pelo mar, estimularam o seu imaginário. Outros fatores foram determinantes para Bocage cortar o cordão umbilical e partir: a possibilidade de conhecer as sete partidas do mundo, a auréola social que rodeava o oficialato e um ordenado considerável. [...] Em Lisboa, Bocage foi surpreendido por uma sociedade cosmopolita, plena de solicitações, que colidiam com os valores sociais e políticos dominantes, diferente da vila que o vira crescer e crescer.»<sup>43</sup> Bocage ingressou na Companhia dos Guardas-Marinhas em 1872, tinha então dezoito anos<sup>44</sup>, após nomeação a 2 de Agosto, confirmada por despacho de 5 de Setembro.

O regime de estudos e disciplinar não deve ter sido fácil para o jovem Bocage, conforme refere o seu biógrafo ao citar uma ocorrência que ficou no *Registo Diário da Academia de Guardas-Marinhas* de 4 de Outubro de 1783: «O Guarda-Marinha Manuel Maria de Barbosa du Bocage, no dia de sexta-feira, embarçou-se com o Guarda-Marinha Filipe de Barros, primeiro, dentro do A. R. de M. [Arsenal Real de Marinha] e depois com a espada fora dele, maltratando-o com murros; cuja desordem presenciou o capitão-tenente Agostinho da Rosa, ao tempo que saía do Arsenal; e depois de os repreender mandou-os presos para os seus quartéis.»<sup>45</sup> Havendo também notícia de uma deserção em 1784, os casamentos de dois príncipes reais no ano seguinte dão a oportunidade de uma amnistia e do regresso de Bocage à Companhia dos Guardas-Marinhas<sup>46</sup>.

Segundo outro autor<sup>47</sup>, terá abandonado aquela Academia (a dos Guardas-Marinhas) em inícios de 1786, sem ter tido reprovações, mas sem concluir o 3º ano do curso, parece que por decisão do próprio<sup>48</sup>. Querendo seguir para o Oriente, e com empenhos do seu pai, requere à Academia que possa ir prestar serviço na Índia, que é despachado

42 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32 (Real Companhia dos Guardas-Marinhas), Cx. 115, pasta 7.

43 PIRES, Daniel - **Bocage ou o elogio da inquietude**, Lisboa, Imprensa Nacional, 2019, p. 87.

44 Nascera em Setúbal em 1765 e veio a falecer em Lisboa em 1805, com 40 anos de idade.

45 D. Pires, *op. cit.*, p. 90.

46 D. Pires, *op. cit.*, p. 92-93.

47 Contra-almirante [Médico] BRAGA, José Filipe de Araújo Moreira, “Apontamento: Um olhar sobre o guarda-marinha Manuel Maria L'hédois Barbosa du Bocage”, **Anais do Clube Militar Naval**, A.150, Jan.-Jun. 2020: 237-249.

48 Segundo a interpretação do articulista.

assim: «Hei por bem fazer mercê a Manuel Maria Barbosa Hédois do Bocage de o nomear guarda-marinha da Armada do Estado da Índia. O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, e lhe mande passar os despachos necessários. Samora Correia, 31 de Janeiro de 1786» (com rúbrica real)<sup>49</sup>.

Com este fim, saiu de Lisboa a 14 de Abril na nau *Nossa Senhora da Vida, Santo António e Madalena* e, com escala no Rio de Janeiro e em Moçambique, chegou a Goa a 29 de Outubro de 1786. A despeito de uma vinda a Lisboa, ficou pelo Oriente cerca de dois anos, mas, adoentado ou deprimido pela perda da namorada, perde por faltas o ano lectivo na Aula Real de Marinha em Pangim. Participa num combate perto de Chaúl e é promovido a Tenente de Infantaria e colocado em Damão em 1789, uma situação que detesta. Viajou ainda até Macau e regressou finalmente a Lisboa em Agosto de 1790. Bocage não terá tido mais relações com a Marinha no resto da sua atribulada e aventureira vida, da qual, além da elogiada obra literária, sempre perduraram histórias e referências de genialidade, rebeldia e humor, como ilustra o diálogo perante a ameaça do cano de um malfeitor nas ruas escuras da capital: “Quem és tu, de onde vens e para onde vais? – Eu sou o poeta Bocage, venho do café Nicola e vou para o outro mundo se disparas a pistola”<sup>50</sup>.

Em 14 de Julho de 1788 a rainha D. Maria I aumenta a Companhia de «mais doze praças, e além delas de vinte e quatro Aspirantes [a] Guardas-Marinha [...] ficando presentemente a mesma Companhia composta de setenta Guardas-Marinhas e vinte e quatro Aspirantes, com um Auditor, que será o da Marinha, um Secretário, um Capelão, um Tambor e os Instrumentos que eu for servida permitir-lhe. Tendo encarregado o Conde de São Vicente, Marechal-de-Campo com exercício na Marinha, do Comando interino da sobredita Companhia, e da Inspeção dos Estudos e mais Regime dela, o que tem executado com vigilante cuidado e conhecido acerto [...]»<sup>51</sup>.

Sob a direcção do conde de S. Vicente, a instituição organiza-se e deseja progredir, como parecem comprovar as referências seguintes:

-Requisição de materiais em 17 de Maio de 1788 para melhor equipar a Academia: 18 livros, quase todos franceses, importando em 71\$160 reis; 4 instrumentos, custando 10\$520; Estampas, idem 47\$260; Material para Esgrima e ordenado ao Mestre, idem 58\$840. Soma total = 187\$780<sup>52</sup>;

-O mapa de despesas da Companhia do 2º trimestre de 1789 indica um total de 1.289\$680 réis, repartidas por: Estado-maior 352\$610; tenentes-de-mar e agregados 45\$279; Guardas-Marinhas 361\$200; Aspirantes 206\$600; Lentos, mestres e porteiros 324\$000<sup>53</sup>;

49 J. F. A. M. Braga *cit.*

50 Da gíria popular.

51 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115 (Real Companhia dos Guardas-Marinhas), pasta 6.

52 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 6.

53 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 6.

-Um documento de Dezembro de 1789 identifica os Lentes e Metres ali em serviço, e os seus vencimentos. Matemática: capitão-tenente José Pinto Rebelo (ganha 24\$000 por mês) e capitão de engenharia Eusébio Dias Azedo (32\$000 mensais). Artilharia: Feliciano António Falcão (8\$000 mensais). Arquitectura naval e Desenho: João de Sousa Salter (660 reis por dia de aulas). Mestres: de Aparelho, Nicolau José Rodrigues (14\$000 mensais); de Língua francesa, Francisco de Mendonça (12\$000 mensais); de Esgrema, Caetano Sierra (10\$000 mensais)<sup>54</sup>;

-Em 12 de Novembro de 1791 uma ordem real nomeia para «Lentes de Matemática da Companhia dos Guardas-Marinhas a António Pires da Silva Pontes e Francisco José Lacerda Almeida»<sup>55</sup>.

Em 1 de Abril de 1796, ainda pela rainha D. Maria, é publicado um novo Estatuto ou Regulamento para a Academia Real dos Guardas-Marinhas, muito explícito e discriminado. Se já de anteriormente a admissão se fazia entre rapazes ainda adolescentes, com preferência para os filhos de oficiais, agora a idade mínima de ingresso passa para os 15 anos, sendo também admitidos os mais premiados alunos da Academia Real da Marinha.

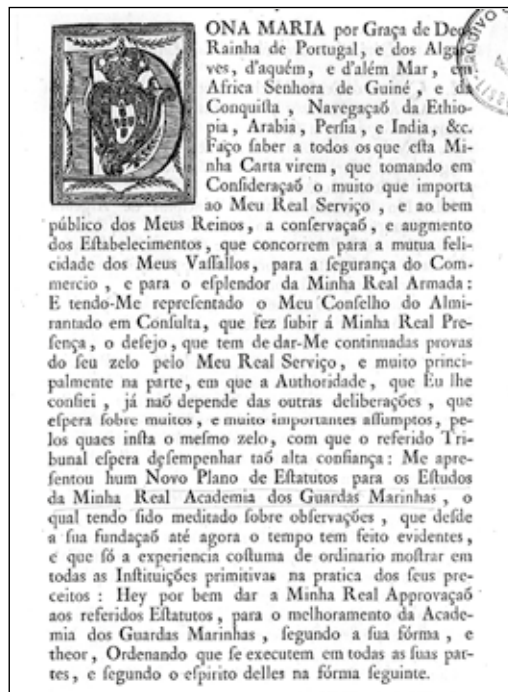


Figura 6 - Estatutos da Real Academia dos Guardas-Marinhas – 1796 <sup>56</sup>

54 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 6.

55 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 7.

56 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116 (Real Companhia dos Guardas-Marinhas), pasta 1 (1796-1802).

Eis alguns dos pontos mais característicos das normas então fixadas:

- O curso tinha a duração de 4 anos lectivos, dos quais três em terra e um embarcado, para os aprovados no ano inicial. A parte teórica fundamental distribuía-se pela leccionação ao longo dos três anos em Lisboa de um Curso Matemático (segundo o livro de Etienne Bézout) que abrangia matérias de álgebra, geometria, trigonometria esférica, mecânica, etc.;
- O professorado era exercido por três lentes proprietários e dois substitutos de matemática, um lente de artilharia e dois mestres para as “artes práticas”. Os lentes provinham de pessoas qualificadas pela Universidade de Coimbra ou pela Academia Real da Marinha; tinham direito aos mesmos «privilégios, indultos e franquezas» desta última; e reuniam frequentemente em «Congregação dos Lentes» para deliberar sobre matérias académicas;
- O regime escolar e disciplinar era rígido: ano lectivo de Outubro a Junho, sendo Julho reservado para os exames; férias no Natal, Páscoa e Agosto-Setembro; aulas teóricas de três horas diárias, da parte da manhã, sendo as tardes para estudo e actividades práticas; “sabatinas” aos sábados; e exames sobre temas sorteados na véspera apreciados por um júri de três lentes, que votam secretamente. Admitia-se uma reprovação, mas à segunda o aluno era expulso. E exigia-se observar nas aulas «o mais profundo e rigoroso silêncio»;
- Um Secretário, um porteiro e dois guardas compunham o restante pessoal desta Academia<sup>57</sup>.

Do ponto de vista militar, o comandante da Companhia dos Guardas-Marinhas (nesta altura também designados por «Guardas da Marinha») e igualmente inspector da Academia estava subordinado ao Capitão-General da Armada, durante vários anos o marquês de Angeja<sup>58</sup>, dependência essa que passou para o Conselho do Almirantado em 1800. Mas, sob a liderança efectiva de Dantas Pereira, a partir daqui a instituição fortaleceu-se, impondo-se também maior disciplina a mestres e alunos, como referiremos já adiante. E em 1807 esta Companhia e a sua Academia acompanham a ida da Corte para Brasil e já funcionam no Rio de Janeiro durante o ano de 1808.

Este tema serviu ao académico brasileiro Carlos Francisco Moura para divulgar alguns documentos interessantes sobre a Sala das Formas<sup>59</sup> (mais tarde Sala do Risco) do Arsenal da Marinha, onde funcionou esta Academia. Trata-se de uma “perspectiva em sépia” da autoria do arquitecto José da Costa e Silva (1747-1819) que Moura encontrou e apresenta expostos ao longo de várias páginas do seu livro, quando da visita de D. Maria em 1886 e onde já se vislumbra a tão falada corveta *Paciência*, destinada à instrução prática, em sala, dos seus alunos, e que ali permaneceu durante cerca de 130 anos<sup>60</sup>.

---

57 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116, pasta 1.

58 Ver BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 6.

59 Segundo a inclinação e o saber do Eng<sup>o</sup> Óscar N. F. Mota, deverá pronunciar-se [Fôrmas].

60 MOURA, Carlos Francisco - **O Ensino na Real Academia dos Guardas-Marinhas no Século XVIII**, Lisboa, Academia de Marinha, 2019.

Também o historiador Martins Ferreira dedicou uma secção da sua tese de doutoramento à Academia Real dos Guardas-Marinhas, referindo vários momentos da sua trajectória, a organização do ensino, problemas disciplinares surgidos, algumas visíveis duplicações com a antecedente e “mais teórica” Academia Real da Marinha e, em particular, identificando claramente o seu corpo docente e os comandantes da sua Companhia<sup>61</sup>. Esta era, no fundo, a unidade militar que organizava os discípulos frequentadores da instituição de ensino.

Finalmente, também do Brasil pudemos dispor de duas obras que focam a presença desta Academia no Rio de Janeiro, da autoria de A. L. Porto e Albuquerque<sup>62</sup> e de C. A. Lopes da Silva<sup>63</sup>, deixando nós aqui expresso o agradecimento a quem nos facilitou a consulta<sup>64</sup>. Adiante voltaremos a este funcionamento no Brasil.

Mas antes destas investigações já os **Anais do Clube Militar Naval** tinham publicado interessantes e detalhadas sínteses da história desta Casa. Em artigo não-assinado e saído ao longo de vários números em 1907<sup>65</sup>, o autor refere, por exemplo, o «*Discurso recitado na sessão de abertura da Real Academia dos Guardas-Marinhas em Outubro de 1803 e retocado em 1828*, por José Maria Dantas Pereira»<sup>66</sup> onde este contou a sua história até essa data.

Não obstante estes valiosos contributos, é no importante espólio documental depositado no Arquivo Histórico da Biblioteca Central da Marinha que se encontra a principal fonte de informação sobre esta instituição, tal como sobre a sua congénere Academia Real da Marinha. Sobre o período da instalação no Rio de Janeiro e graças à amistosa colaboração de responsáveis brasileiros, pudemos igualmente usufruir de alguma informação complementar inencontrável em Lisboa, de que daremos conta em capítulo posterior.

Confirmando o quadro dos sucessivos comandantes da Companhia dos Guardas-Marinhas<sup>67</sup>, sabemos que houve dois homens decisivos na construção efectiva da Companhia e Academia dos Guardas-Marinhas: Manuel Carlos da Cunha, 6º conde

61 Ver FERREIRA, Nuno Martins - **A Institucionalização do Ensino da Náutica em Portugal (1779-1805)**, Lisboa, Academia de Marinha, 2017, p. 174-224, 237-267, 293-308.

62 ALBUQUERQUE, António Luiz Porto e - “A Real Academia dos Guardas-Marinha”, in **História Naval Brasileira** – Segundo Volume, Tomo II, Parte III, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, p. 353-367.

63 SILVA, Carlos André Lopes da - **A Real Companhia e a Academia dos Guardas-Marinha: Aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839**, (Dissertação de Mestrado em História Social), Rio de Janeiro, Universidade Federal do R. J., 2012.

64 Comandantes da Marinha Brasileira Srs Hermes Pacheco Pereira de Oliveira, Roberto Henrique Assad dos Santos e Marcello José Gomes Loureiro.

65 “A Companhia dos Guardas-Marinhas e a sua Bandeira”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 38, Jul.-Ago. 1907: 486-490; Set. 1907: 578-580; Out. 1907: 630-634; e Nov.-Dez.: 766-792.

66 *Op. cit.*, p. 632.

67 Ver FERREIRA, Nuno Martins, *op. cit.*, p. 180.

de S. Vicente, interino desde 1782 e passado a efetivo em 1788, tendo ficado no cargo até ao seu falecimento em 1795<sup>68</sup>; e José Maria Dantas Pereira, efectivo desde 1800 a 1817 (incluindo, portanto, o período brasileiro, até ser graduado em chefe-de-esquadra)<sup>69</sup>. Nos intervalos destes desempenhos outros oficiais substituíram-nos interinamente.

No respeitante à biografia de Dantas Pereira, é de relevar o que sobre ele informou o conde de S. Vicente em 24 de Agosto de 1788: «Filho legítimo de Vitorino António Dantas Pereira e de sua mulher Quitéria Margarida de Andrade, tem idade até hoje 15 anos, 10 meses e 23 dias, porque nasceu em 1 de Outubro de 1772, como tudo consta da sua Certidão de Baptismo. Além disto, é um dos Discípulos mais distintos que tem tido até agora a R. A. de Marinha: obteve os Partidos que os Estatutos da mesma Real Academia destinam para os mais aplicados; merece as certidões mais distintas do Lente Doutor João Ângelo Brunelli, e do Substituto Manuel do Espírito Santo Limpo, ambos da sobredita Real Academia. Não leu, escreveu nem fez na minha presença as 4 primeiras regras da Aritmética; porque, com semelhante dispensa, formo ainda mais o elogio. Tem boa figura, sem defeito pessoal.»<sup>70</sup> Também interessantes são dois cálculos por ele feitos (ainda «Guarda da Marinha») na Academia Real da Marinha: um cálculo do tempo verdadeiro pelas alturas do sol em 21 de Julho de 1779, tendo encontrado um «adiantamento do relógio a respeito do tempo verdadeiro» de 6' e 46",649; e um «cálculo da latitude pela observação da altura meridiana da lua» em 1 de Agosto de 1789 que lhe determinou o resultado de 38° 41' 33" [N]<sup>71</sup>. Tudo isto em contexto escolar nesta Academia da Marinha.

Significativo é certamente este ofício do Conselho do Almirantado dirigido em 1796 ao poder real:

«Senhora,

Parecendo ao Conselho do Almirantado que não deviam continuar no exercício de Guardas da Marinha e Aspirantes aqueles Alunos que não tivessem provas ao menos suficientes para o serviço da Real Marinha de V. Majestade,

Ordenou o mesmo Conselho aos Lentes da Academia dos mesmos Guardas da Marinha que muito particularmente [isto é, sigilosa ou discretamente, decerto devido à delicadeza dos nomes de suas famílias] informassem sobre aqueles discípulos em que não considerassem circunstâncias para continuarem o actual exercício em que estavam, como também acerca daqueles que se mostrassem dignos de serem promovidos:

68 Uma sua biografia foi publicada por VALENTIM, Carlos Manuel, "O 6º Conde de S. Vicente (1729-1795) - 1º Comandante da Companhia Real dos Guardas-Marinhas", **Anais do Clube Militar Naval**, Vol. CXXXVII, Jul.-Set. 2007, p. 571-580.

69 Uma biografia de Dantas Pereira foi publicada por PINTO, José Luís Leiria em "Dantas Pereira e a Real Academia dos Guardas-Marinha", in **Bicentário da partida da Família Real para o Brasil**, Lisboa, Academia de Marinha, 2011, p. 57-66.

70 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 6.

71 BCM/AH, Dov. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781-1798.

Para Guardas da Marinha: - os Aspirantes [são sete nominalmente discriminados];  
 Para Aspirante [é um, idem];  
 Para serem expulsos: Guardas da Marinha [são sete, idem]; Aspirantes [são treze, idem].  
 [...]

Parece ao Conselho que deve ser aprovado. Sua Majestade mandará o que for servida pelo Conselho do Almirantado. 5 de Abril de 1796»<sup>72</sup>. Assinam José Sanches de Brito, António Januário do Vale e Pedro de Mendonça de Moura. Num outro documento com data do dia 2, descrevem-se as situações próprias de cada um destes alunos visados pela medida.

Sintetizando aqui a sistemática pesquisa desde logo feita em tais fundos arquivísticos – até para não repetir coisas já publicadas com acerto por terceiros<sup>73</sup> – começamos por referenciar de forma avulsa alguns factos documentados que nos permitam uma melhor compreensão do modo como funcionavam estas instituições setecentistas:

- Documento não-datado (provavelmente anterior a 1800) consistindo numa lista de «Instrumentos Físico-Matemático-Astronómicos e Náuticos que vieram de Londres para o Gabinete da Academia Real de Guardas-Marinhas». Inclui sextante, balestilha, octante, horizonte artificial, barquinha, etc., importando num total de «268 libras, 2 shelins e 8 dinheiros»; e outros já pagos num valor total de «229 libras e 6 shelins»<sup>74</sup>;
- Dois curiosos modelos impressos mas não preenchidos, um para a nomeação do Capelão (1788) e o outro para a promoção de um aluno a guarda-marinha (em 1790)<sup>75</sup>, que se reproduzem abaixo:

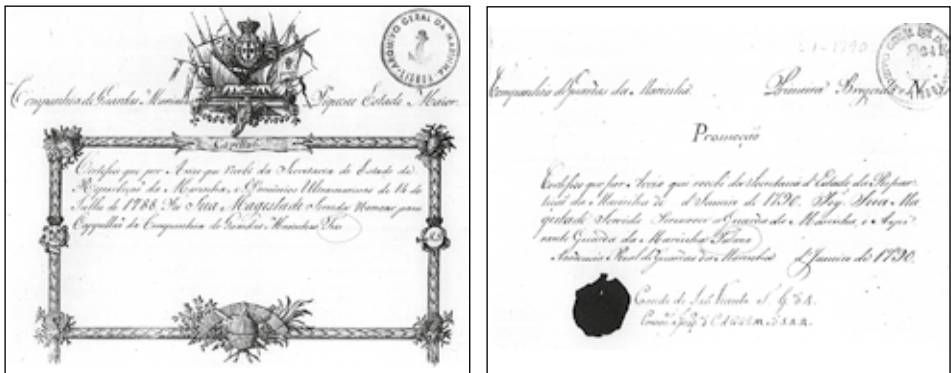


Figura 7 - Impressos (por preencher) da R.A.G.-M. – 1788 e 1790 <sup>76</sup>

72 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781/1798.

73 No plano da divulgação histórica, ver, entre outros: FONSECA, Henrique A., “Da Academia dos Guardas-Marinhas à Escola Naval”, *Revista da Armada*, nº 46, Julho 1975.

74 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781/1798.

75 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 6.

76 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 6.

Da prática do ensino da astronomia e da navegação astronómica podem mostrar-se aqui dois trabalhos de cálculo e desenho realizado por alunos:

-um «cálculo de latitude pela observação da altura meridiana da Lua» feito em 7 de Outubro de 1789 pelo então guarda-marinha José Maria Dantas Pereira<sup>77</sup>.

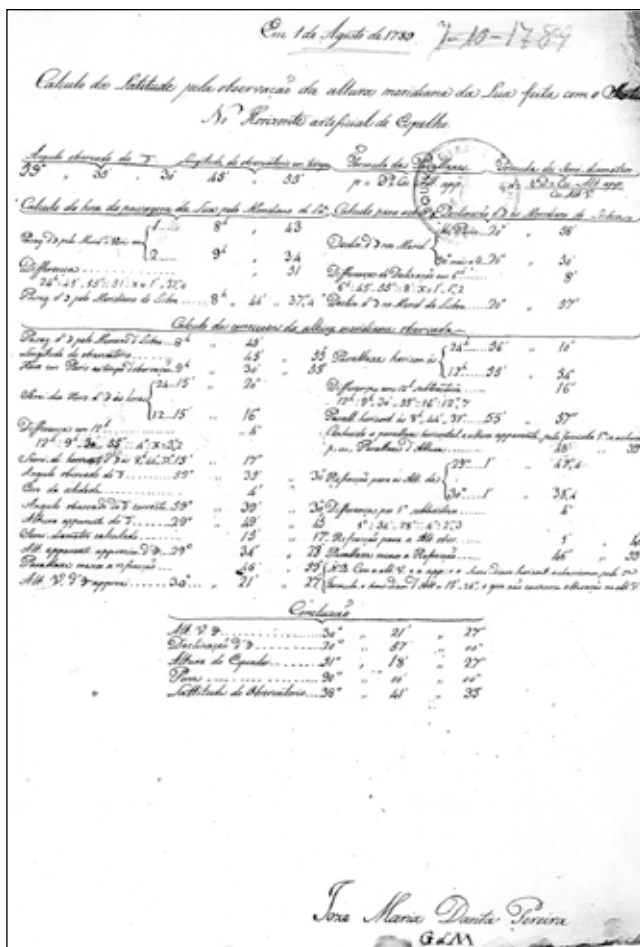
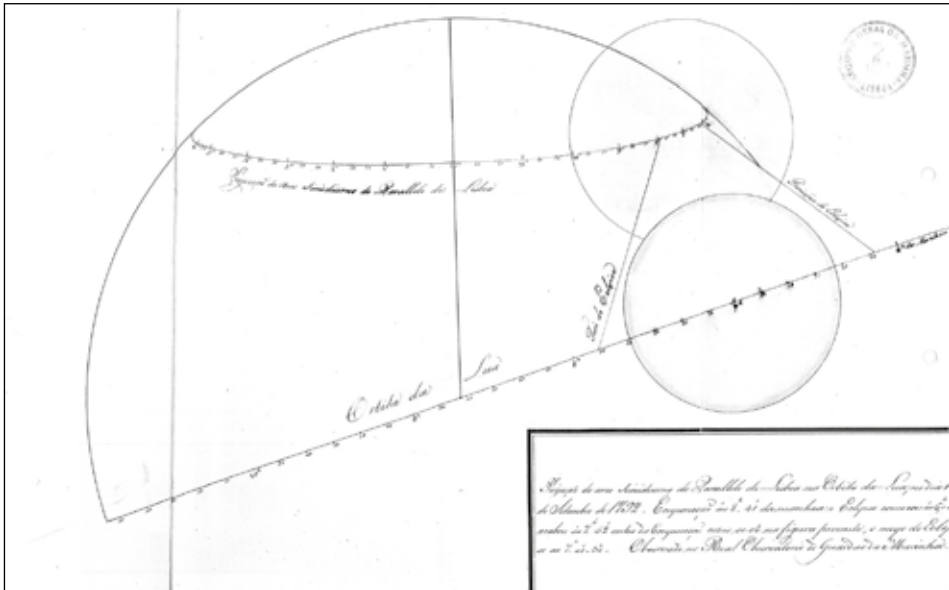


Figura 8 - Folha de cálculo do GM Dantas Pereira – 1789<sup>78</sup>

-e uma «projecção do arco semidiurno do paralelo de Lisboa na órbita a Lua» com ocorrência do eclipse ocorrido a 1 [?] de Setembro de 1792, feita no «Real Observatório de Guardas da Marinha»<sup>79</sup>.

77 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/s 1781-1898.  
 78 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 2, pasta s/d 1781-1798.  
 79 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx.115, pasta 7.



**Figura 9** - Reprodução reduzida de desenho de cálculos náuticos – 1792<sup>80</sup>

Prosseguimos estas referências a aspectos e circunstâncias da vida da Companhia e Real Academia dos Guardas-Marinhas:

-Um caso mais sério terá sido este de que dá conta o seguinte ofício: «Para o Conselho de Guerra que deve ser feito aos Guardas-Marinhas Silvério da Silva Pinto e Manuel de Novais Correia, presos à Ordem de V.Ex<sup>a</sup>., por arrancamento de arma na Corte e ferimentos que se lhe seguiram.

Presidente – O capitão-tenente. [em branco]

Vogais – os dois 1<sup>os</sup> tenentes [em branco]

Os dois 2<sup>os</sup> tenentes [em branco]

Os dois chefes de brigada [já preenchidos com os nomes]

Etc. [já preenchidos com os nomes]

Secretaria da Companhia e Real Academia dos Guardas Marinhas 17 de Maio de 1801<sup>81</sup>;

-Ofício da Companhia do Guardas-Marinhas de 1de Abril de 1802 diz: «Há nesta Companhia alguns indivíduos de tal procedimento que desde já se encontram nos termos de serem expulsos, na forma dos Estatutos; parece pois que demorar-lhes mais tempo um castigo, assaz merecido por eles, é acumular despesas, até demoras, ao bem do Serviço. [...]»<sup>82</sup>;

80 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 7.

81 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx.116, pasta 1.

82 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx.116, pasta 1.

-De reprimendas não estavam imunes os lentes desta Academia, como se percebe pela carta de 22 de Julho de 1802 do Visconde da Anadia no Palácio de Queluz «para os Lentes da Real Academia dos Guardas-Marinhas». Nela se diz o Príncipe Regente «estranhar a V. Mercês este procedimento [hesitar em cumprir uma ordem encaminhada pelo Comandante da Companhia Dantas Pereira], pelo mau exemplo que dão aos seus Discípulos [...]. Igualmente manda advertir a V. Mercês que para o futuro não tornem a faltar em dar uma das lições mais essenciais, que é a do exemplo da devida consideração aos Superiores». A isto respondem três dos visados: «Os Lentes da Academia Real dos Guardas-Marinhas, penetrados do mais profundo respeito à ordens de S.A.R., mas não menos sensível dor pela repreensão que V.Ex<sup>a</sup>. lhes fez no Aviso de 22 de Julho próximo, representam a V.Ex<sup>a</sup>. com todo o respeito, que, dignando-se ouvi-los, haja de julgar o que for justo, sem que os Recorrentes tenham de pedir mais que aquela consideração que é própria das virtudes de V.Ex<sup>a</sup>., tanto a honra pessoal dos Recorrentes, como a Autoridade do Corpo da Academia. [...]»<sup>83</sup>;

-Documento da Companhia dos Guardas-Marinhas de 23 de Setembro de 1802 assinado por Dantas Pereira informando favoravelmente sobre requerimento do seu lente António Caetano Sequeira Sêrio, dirigido do Visconde da Anadia, com razões de saúde e em termos pungentes: «Se as súplicas de um miserável que das bordas da sepultura se anima a escrever a V.Ex<sup>a</sup>. o não comovem, pelo menos, Senhores, comoverão as vozes de uma família desgraçada a quem ameaça uma mísera indigência [...]»<sup>84</sup>;

-Documento intitulado «Parte Diária desde 3 até 18 de Outubro» feito na Secretaria da Companhia dos Guardas-Marinhas e assinado por Dantas Pereira em 20 de Outubro de 1802 incluindo no final um quadro com o «Estado da Companhia» no dia 19, assinalando-se 9 oficiais (dos quais 8 embarcados), 62 guardas-marinhas (dos quais 4 estão doentes, 14 embarcados e 11 de licença e 1 preso), 19 AA [aspirantes] (dos quais 4 com soldo e 15 sem soldo), num total de 90 homens;

-Por esta época existiriam tensões entre Dantas Pereira e alguns dos lentes desta Academia, menos cumpridores das suas obrigações: na «Parte Diária da Companhia e Real Academia dos Guardas-Marinhas desde 3 até 16 de Novembro de 1802» escreve-se: «Dia 3 – O Professor da 1<sup>a</sup> Classe Matemática saiu dela 20 minutos antes da hora dos Estatutos. Dia 4 – Faltaram às Classes os Professores do 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> ano, e outro tanto já lhes aconteceu, ao do 1<sup>o</sup> em 13 do mês passado, ao do 2<sup>o</sup> em 16 do mesmo mês. Dia 5 – Entrou 15 minutos mais tarde o Professor do 2<sup>o</sup> ano. Mandou-se ao Observatório o aviso do costume.»<sup>85</sup>;

---

83 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116, pasta 1.

84 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1799/1810.

85 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116, pasta 1.

-Um outro caso terá perturbado a vida da Companhia dos Guardas-Marinhas em 1803-1804: o do julgamento por suspeita criminal do mestre-de-armas Julião Franchy. Eis o teor de um officio do visconde de Anadia: «Tendo o Capitão-de-Mar-e-Guerra Comandante da Companhia dos Guardas-Marinhas representado por esta Secretaria de Estado, que o Mestre de Esgrima da dita Companhia devia ser posto em Conselho de Guerra em consequência de estar pronunciado Réu nos Autos que se enviaram ao dito Comandante; e havendo alguma hesitação sobre a contemplação que se há-de ter com o referido Mestre para se verificar na sua Pessoa o apontado Conselho de Guerra: É o Príncipe Regente N<sup>o</sup> Sr. Servido mandar declarar que aquele Réu deve ser considerado como um Porta-Bandeira. O que V. Ex<sup>a</sup>. fará constar ao Conselho do Almirantado para sua inteligência. Deus guarde a V.Ex<sup>a</sup>. Paço, em 1 de Outubro de 1803». O assunto terá sido delicado de tratar pois só um ano depois sai do Paço de Mafra este officio: «[...] tenho a honra de propor para Presidente, Vogais e Ordenança do Conselho de Guerra que deverá ser feito ao Mestre Julião Francisco Franchy, os seguintes, a saber: Presidente, o Capitão-Tenente Pedro Leocádio de Carvalho [...]. Ordenança condutor do Preso, Guarda-Marinha Lázaro José Lobo. [...]». E é na «Parte Diária» de 1 a 30 de Novembro de 1804 que se refere que no dia 8: «Entra em actividade o Conselho de Guerra relativo ao Mestre Franchy». E no dia 23: «Outra Portaria me ordena a execução das sentenças do Conselho de Guerra e Justiça (que me remete copiadas) relativas ao Mestre de Esgrima da Companhia: o que se reduz a soltá-lo, depois de ter pago à Parte 10\$000 Reis; e assim se observa.»<sup>86</sup>. Mas o réu desta suave condenação ainda reclamará em requerimento, queixando-se de há três anos e meio apenas receber 15\$000 por mês «absolutamente insuficientes para fazer passar decentemente um Estrangeiro que não tem outro officio, quando os Professores da mesma Arte no Real Colégio dos Nobres recebem duzentos mil reis cada mês livres de Décima, tendo menos trabalho [...]»<sup>87</sup>;

-Por último, um registo manuscrito das actividades desenvolvidas entre os dias 3 de Agosto e 30 de Setembro de 1807, a poucas semanas da partida para o Brasil, por José Maria Dantas Pereira que assina como «capitão-de-mar-e-guerra, comandante da Companhia e Director da Academia Real dos Guardas-Marinhas». A título de exemplo, saiba-se que no dia 4 de Agosto «foram examinados no segundo ano matemático e aprovados pela pluralidade dos votos [isto é, por maioria] o guarda-marinha José da Silva Rita [e] o discípulo José Sérgio Pinto»<sup>88</sup>.

De muito interesse e curiosidade nos mereceram dois officios expedido por Dantas Pereira a 29 de Outubro seguinte, dando conta do estado de preparação do embarque da sua instituição:

86 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116, pasta 2.

87 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116, pasta 3.

88 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1799/1810.

-«Ilustr.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor,

Para melhor serem cuidados e finalizados os arranjos assim de bordo, como dos Indivíduos do meu comando, pareceu preferível a ambos os Capitães-de-Mar-e-Guerra dividir por agora a Companhia em três destacamentos, que deverão ir por seu turno passar vinte e quatro horas a bordo, partindo municiados com camas e meios de subsistir; para o que terão de embarcar às oito horas da manhã em um Escaler, que lhe apronta o Inspector Interino do Arsenal; exceptuada porém a Ordenança de V.Ex<sup>a</sup>, que partirá no Escaler aonde vão as partes diárias; e exceptuado o Guarda-Marinha Fernando José de Oliveira, mais o Aspirante Manuel Maria Ferreira de Araújo, que a sua pouca idade parece tornar pouco própria para este serviço de idas e voltas; os quais todavia ficam prontos a embarcar à primeira ordem.

Além disto, levando em vista o ensino teórico dos destacamentos, distribui-os de modo que cada um deles se compõe de Indivíduos que, ou pertencem a um mesmo ano lectivo, ou concluíram o curso; e como há discípulos de todos os três anos, cada um dos dois lentes embarca com os que dizem respeito ao seu ano, e alterna no embarque com o do segundo ano, que a nenhum deles pertence.

Atendendo a esta alternativa, e aqui com efeito concluída a lição, está concluído o serviço dos lentes, permite-lhes que, dada esta, poderem voltar para terra a cuidar do seu arranjo; uma vez que nisso concorde o Comandante da Nau; e desde então ficará o destacamento fazendo todo o serviço de que possa ser incumbido a bordo, até finalizar o seu dia, durante o qual deverá assistir a todos os trabalhos e fainas que forem correndo. [...]

Secretaria da Companhia, 29 de Outubro de 1807

[dirigido a] Ilustr.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Manuel da Cunha Souto Maior

[ass.] José Maria Dantas Pereira, Comandante da Companhia dos Guardas-Marinhas e Director da Real Academia dos Guardas-Marinhas [...]<sup>89</sup>;

-«Ilustr.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor,

Hoje fui apresentar a Companhia a bordo da Nau Almirante, e conduzi-la a bordo da *Conde D. Henrique*. [...]

1º. Não compareceram os Guardas-marinhas [...].

2º. Assentou-se que o alojamento dos Guardas-Marinhas fosse no Bailéu, e junto a ele em um camarote o do seu Lente, o Primeiro-tenente Joaquim Ângelo Coelho. João Martiniano ficará debaixo do tombadilho em um camarote a estibordo, e eu em dois a bombordo, camarotes que o Comandante nos cede.

3º. Para que definitivamente embarque tudo, arranjando-se pelo melhor modo possível, faz-se preciso saber como quer V.Ex<sup>a</sup>. que sejam arranjados as quinze ou dezasseis praças da Companhia, se separadas a seu arbítrio, se reunidas. Neste último caso, talvez pareça bem a V.Ex<sup>a</sup>. que além dos três grumetes concedidos pelo Regimento para seu serviço, se lhes permita um cozinheiro, um despenseiro e um guarda-roupa, com praça de marinheiro, atendidas as pequenas idades e as qualidades de alguns. No primeiro

---

89 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1799/1810.

caso, diz o Comandante que será mais difícil o arranjo de despensas e cozinhas, visto serem trinta e três os alunos da Companhia.

4º. Como os anos lectivos são três, e os Lentes dois, para que cada ano fique afecto ao seu Lente conviria mandar embarcar o Professor José Joaquim Pereira, que está com parte de pronto: salvo se V.Exª preferir que por agora seja o ensino mais ao concreto do que ao abstracto, mais a praticar do que a teorizar; em cujo caso fica presentemente interrompida a marcha dos Estatutos. [...]

Secretaria da Companhia dos Guardas-Marinhas, 29 de Outubro de 1807.

[Para] Ilustr.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Visconde da Anadia

De V. Exª muito reconhecido, súbdito e devedor,

[ass.] José Maria Dantas Pereira»<sup>90</sup>.

Com data de 8 de Novembro de 1807, uma «Relação da Mobília existente da Companhia e Real Academia dos Guardas-Marinhas» indica que a Biblioteca contém 1.006 volumes. E o mobiliário é seguidamente numerado e descrito em cinco secções: Artilharia; Aparelho; Móveis; Instrumentos; Armamento<sup>91</sup>. Mas desde 21 de Julho desse ano que os livros da Biblioteca haviam sido «franqueados» à consulta dos oficiais da Armadas Real, por ordem escrita de Dantas Pereira<sup>92</sup>.

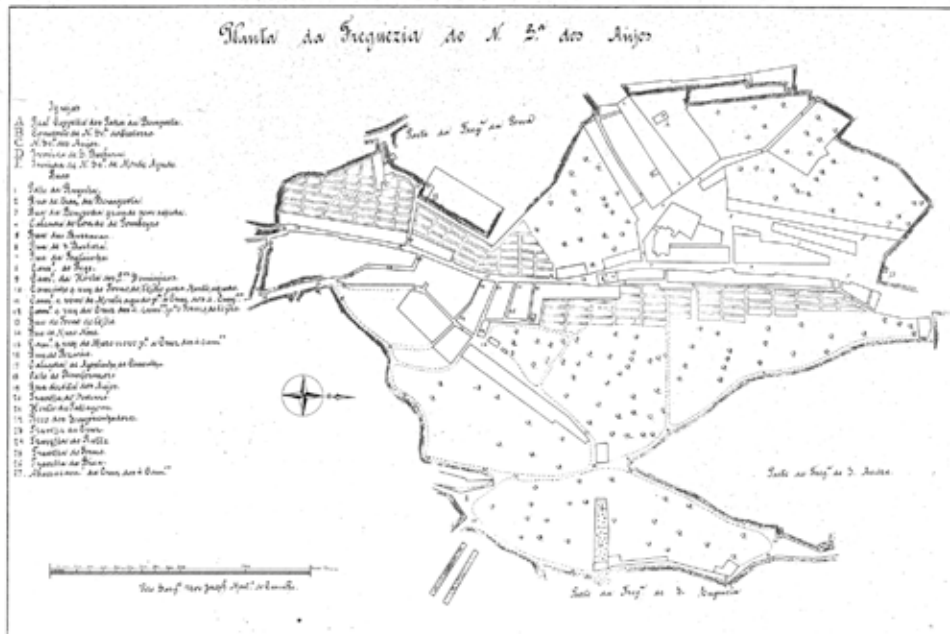
A execução do embarque deste mobiliário, instrumental e livros da Academia é que foi ainda trabalhosa e demorada. Se o «Inventário de tudo quanto pertence à Real Academia dos Guardas-Marinhas vai embarcar para o Rio de Janeiro em a Charrua S. *João Magnânimo* por ordem do Exmo. Sr. Barão da Arruda, Almirante da Armada Real» de 15 de Julho de 1809, a concretização desta ordem foi mais demorada chegando ao Rio de Janeiro apenas em Janeiro de 1810<sup>93</sup>.

90 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 3, pasta 1799/1810.

91 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 117, pasta 1 (1807-1825).

92 BCM/AH, *ibidem*.

93 Ver FERREIRA, Nuno Martins, *op. cit.*, p. 315.



**Figura 10** - Hipotética localização da Companhia dos Guardas-Marinhas no “Quartel dos Anjos”, vizinho da Bemposta, freguesia dos Anjos, ou porventura mais aproximado à Cruz dos Quatro Caminhos (Sapadores) <sup>94</sup>

A imagem da Fig. 10, Planta da Freguesia de N.ª S.ª dos Anjos na 2ª metade do séc. XVIII, não identifica a localização da Companhia dos Guardas-Marinhas mas a sua legenda refere e assinala o Paço da Bemposta (hoje, Academia Militar), a calçada do Conde de Pombeiro, a rua de Sta. Bárbara, a igreja dos Anjos, a rua do Forno do Tijolo, o Monteagudo (S.ª do Monte) e a Cruz dos Quatro Caminhos, junto ao qual já estava instalado o Abarracamento (mais tarde Quartel de Sapadores), tudo localizações vizinhas, ou possíveis, daquela Companhia cerca de 1790.

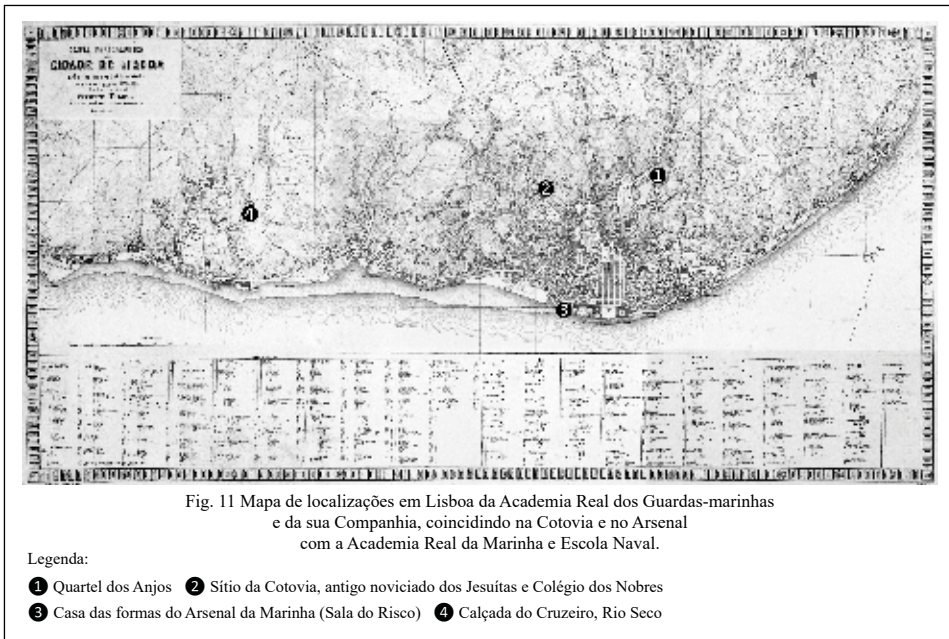
De facto, confessamos ver mal esclarecida a questão da localização onde funcionaria esta instituição. Se vários autores referem que ela teve sede na Casa das Formas do Arsenal da Marinha, também é certo que em documentos arquivísticos conservados se fala que a Companhia está alojada em 1789 no «Quartel dos Anjos»<sup>95</sup>, em Janeiro de 1792 no «Quartel da Cotovia»<sup>96</sup>, na «Parte Diária desde 25 de Janeiro até 6 de

94 Graças à amável colaboração da Arq.ª Clara Vieira. Imagem do Arquivo Municipal de Lisboa: Planta da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. PT/AMLSB/CMLSB/BAH/PURB/003/00063/20.

95 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 6. Seria vizinho do Paço da Bemposta para onde veio envelhecer e finar-se D. Catarina de Bragança, que fora rainha de Inglaterra.

96 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 7.

Fevereiro» [de 1802] diz-se que funciona na «Casa das Formas» (do Arsenal)<sup>97</sup>, mas em documentos datados de 23 de Julho e 5 de Agosto do mesmo ano e de 4 de Outubro de 1806, sempre assinados por Dantas Pereira, vê-se que teria sede no «Quartel da Calçada do Cruzeiro» ou «do rio Seco»<sup>98</sup>. É, pois, de admitir que as actividades lectivas da Academia tivessem lugar na grande sala do Arsenal mas que a Companhia tenha tido quartéis em outros lugares da cidade de Lisboa.



**Figura 11** - Mapa de localizações em Lisboa da Academia Real dos Guardas-Marinhas e da sua Companhia, coincidindo na Cotovia e no Arsenal com a Academia Real da Marinha e Escola Naval<sup>99</sup>

#### 4. A Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto

Na sua tese de doutoramento em História<sup>100</sup>, Nuno Martins Ferreira investigou com a profundidade devida o modo de atribuição das cartas de pilotagem desde o tempo

97 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 116, pasta 1.

98 Respectivamente, BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 115, pasta 7; Cx. 3, pasta 1799/1810; e Cx. 116, pasta 3.

99 Graças à amável colaboração da Arq.<sup>a</sup> Joana Correia. Imagem do Arquivo Municipal de Lisboa: página 2 Carta topográfica da cidade de Lisboa reduzida da que foi levantada na escala de 1:1000 em 1856 a 1858, sob a direcção do General Filipe Folque. PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/006/00566.

100 Defendida na Faculdade de Letras de Lisboa em 2014, sob a orientação de Francisco Contento Domingues.

do Cosmógrafo-Mor (cargo criado em 1592, por Filipe I, segundo de Espanha) até este da transição para a fase das Academias<sup>101</sup>. Formalmente, com a extinção daquele cargo unipessoal (e ultimamente hereditário), a competência para a certificação dos pilotos passou para a Academia Real da Marinha, mas isso não desarmou os desejos dos exportadores portuenses.

Sobre um período de três séculos, mais precisamente entre 1517 e 1806, Carlos Encarnação Gomes recenseou e biografou 192 naturais ou residentes em Viana do Castelo que terão exercido a profissão de piloto, não apenas nas carreiras do Atlântico e do Oriente, mas também em navios de guerra cujo comando competia a oficiais da Armada, mas que por vezes pouco sabiam de navegação<sup>102</sup>. É uma investigação focada e bem conseguida, que poderá ser repetida para outros portos portugueses. Veremos mais adiante como essa evolução prosseguiu no período da Corte no Brasil, e como o assunto foi tratado pelo Constitucionalismo do século XIX.

A Academia da Marinha e Comércio do Porto insere-se nessa primeira fase de transição e foi também descrita com detença por Martins Ferreira<sup>103</sup>.

Esta Academia foi fundada em 1803<sup>104</sup>. Estava na dependência da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, agregando as preexistentes Aula de Náutica e a Aula de Desenho e Debuxo. A Aula de Náutica tinha sido criada em 1762, pelos grandes comerciantes do Porto, com o objetivo de formar pilotos para servirem na frota de navios da Companhia, sendo instalada no edifício do antigo Colégio de Nossa Senhora da Graça dos Meninos Órfãos, onde ficou também provisoriamente a nova Academia. Mas, instituição académica com patrocínio real, os seus estatutos definiam um curso matemático de três anos, semelhante ao de Lisboa; bastando, porém, dois para uma credenciação de efeitos mais limitados. Isto, além do ensino da pilotagem e da prática da manobra, sendo também obrigatória a realização de viagens, ao Brasil e Norte da Europa, três para sota-piloto e cinco para pilotos<sup>105</sup>.

Em 1837, a referida Academia foi extinta e transformou-se na Academia Politécnica do Porto. Segundo uma outra tese académica, esta sobre os Engenheiros em Portugal, a referida instituição «é considerada a primeira escola de engenharia civil e tinha por fim o ensino das ciências industriais e a formação e engenheiros de todas as classes (minas,

---

101 Ver FERREIRA, Nuno Martins, *op. cit.*, p. 81-83.

102 GOMES, Carlos Alberto Encarnação - **Pilotos de Viana do Castelo**, Viana do Castelo, Câmara Municipal (Cadernos Vienenses, Tomo 51), 2017, 67 p.

103 FERREIRA, Nuno Martins, *op. cit.*, p. 224-236.

104 Estatutos aprovados em 29 de Julho de 1803, no Palácio de Queluz, com assinatura do Visconde de Balsemão e publicados pela Imprensa Régia (BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 5, pasta 1803-1805).

105 *ibidem*, p. 232.

construtores de navios, geógrafos e de pontes e estradas), mas também a formação de oficiais de marinha e pilotos, comerciantes, agricultores directores de fábricas e artistas (Artº 155º do decreto fundador de 13 de Janeiro de 1837)» mas sofreu «a partir de 1854, várias ameaças de extinção, que só serão afastadas definitivamente em 1885 quando se assistiu a uma reforma que definiu com mais clareza a sua vocação de estabelecimento de formação de engenheiros»<sup>106</sup>.

Na verdade, desde 1820 que a inicial Academia de Marinha e Comércio do Porto terá perdido qualquer relevância na tentativa de acreditação de pilotos e oficiais da marinha mercante, pois que a sempre presente Academia Real da Marinha, de Lisboa, continuava a examinar todas as derrotas de navegadores que lhe eram submetidas e a certificá-las sempre que cumpriam as exigências estabelecidas. Não existia – e continuou a não haver na maior parte deste século –, uma qualquer escola de oficiais para a marinha mercante, cuja aprendizagem era toda ela feita a bordo, prática, e só depois reconhecida pelo Ministério da Marinha.

## 5. O interregno brasileiro e o regresso

Saída do Tejo em 29 de Novembro de 1807, a nau *Conde D. Henrique* chegou ao Rio de Janeiro a 17 de Janeiro de 1808 transportando a Companhia e a Academia Real dos Guardas-Marinhas, com alguns dos seus pertences, incluindo parte da sua Biblioteca (também designada por Depósito de Escritos Marítimos) e cartas náuticas da Sociedade Real Marítima.

Em 5 de Maio a Academia é mandada instalar no Hospício do Mosteiro de S. Bento desta cidade do Rio de Janeiro pelo ministro visconde da Anadia, local onde inicia os seus trabalhos académicos em 25 de Fevereiro de 1809<sup>107</sup>. Mas um documento de Dantas Pereira datado de 9 de Junho de 1808 indica o “quartel” da Rua do Ourives, o que sugere a duplicação de espaços de funcionamento que já se havia observado em Lisboa<sup>108</sup>.

106 RODRIGUES, Maria de Lurdes - **Os Engenheiros em Portugal**, Oeiras, Celta, 1999, p. 66.

107 PINTO, J. L. Leiria, *op. cit.*, p. 63. Apoiado em outras fontes, C. A. Lopes da Silva, diz ter sido ainda no segundo semestre de 1808: *op. cit.*, p. 157.

108 PINTO, J. L. Leiria, *op. cit.*, p. 63.



**Figura 12** - Mosteiro de S. Bento, no Rio de Janeiro <sup>109</sup>

Tal como em Lisboa, a Academia funcionou aqui com um curso matemático de 3 anos e uma aprendizagem das “artes” que incluía os saberes marinheiros e militares, que beneficiava da proximidade do arsenal naval, situado no sopé do morro de S. Bento. A parte teórica foi em alguma medida partilhada com o ensino que a partir de 1811 se praticou na Real Academia Militar, ali fundada por Rodrigo de Sousa Coutinho.

Segundo dados indicados por um autor terceiro, o número de alunos que frequentaram o 1º ano da Academia foi de: 14 em 1808; 31 em 1809; 23 em 1810; 14 em 1811; 5 em 1812; 14 em 1813; 9 em 1814; 14 em 1815; 15 em 1816; 21 em 1817; 14 em 1818; e 18 em 1819. O que dá uma média anual de 16 alunos debutantes. Os anos lectivos seguintes terão sido frequentados por bem menores efectivos discentes: por exemplo, apenas 5 em 1818<sup>110</sup>.

Como sabemos, o comando da Companhia e a direcção da Academia mantiveram-se nas mãos de Dantas Pereira até 1817, quando foi substituído pelo chefe-de-divisão graduado Francisco Maria Telles, também vindo de Portugal e há muito colocado na Academia; e, a partir de 1823, pelo chefe-de-divisão Diogo Jorge de Brito, igualmente português-nato. Porém, enquanto Dantas Pereira havia regressado a Lisboa em 1820, os outros dois aderiram em 1822 à independência do Brasil<sup>111</sup>.

109 Reproduzido da Internet em 19.Março.2023: História do Rio para todos, 1808-5-233-NOVO-2-PEQ <https://historiadorioparatodos.com.br/timeline/academia-dos-guardas-marinhas-conselhos-tribunais-e-junta-comercial/1808-5-233-novo2/>

110 *Apud* SILVA, C. A. Lopes da Silva, *op. cit.*, p. 161-162.

111 *Ibidem*, p. 171-172.

De acordo com o autor brasileiro que estamos seguindo, os lentes da Academia dos Guardas-Marinhas também realizaram exames para a certificação de pilotos: terão sido 294 entre 1809 e 1821<sup>112</sup>. E também, segundo o mesmo, registaram-se igualmente nesses anos casos de indisciplina, de que seleccionamos este exemplo: «Em 22 de junho de 1815, o aluno Jerônimo Antônio Pussich foi detido por “rixa” com o segundo-tenente José Joaquim Faustino, que exercia a função de chefe de brigada, permanecendo preso até 27 de outubro, mesmo sendo filho do capitão-de-mar-e-guerra Antônio Pussich»<sup>113</sup>.

Sobre a identificação dos lentes que ensinaram nesta Academia no seu período brasileiro, nada nos foi possível apurar. Em todo o caso, é provável que, após a decisão real de Janeiro de 1822 mandando regressar a Lisboa a Companhia dos Guardas-Marinhas, a referida instituição tivesse entrado em “modo de reembarque”, porventura intensificado com a declaração de independência por D. Pedro de Bragança em Setembro desse ano. De facto, foram estes os precisos termos da decisão do regresso: «Manda El Rey pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha comunicar ao Conselho do Almirantado, à vista da sua Consulta em data de 15 de Dezembro do ano próximo passado [1821], que ficam expedidas as Ordens necessárias para o regresso da Companhia dos Guardas-Marinhas do Rio de Janeiro, seu Cartório e Biblioteca<sup>114</sup>. Outrossim manda que o mesmo Conselho proponha um oficial para comandar interinamente os Guardas-Marinhas e Aspirantes, a fim de ser presente a Sua Majestade. Palácio de Queluz em 4 de Janeiro de 1822»<sup>115</sup>.

## 6. Extensões para o Oriente e Brasil

O impulso do Marquês de Pombal dado ao ensino em Portugal teve imediatas repercussões no Estado Português da Índia. Ao mesmo tempo que também dali expulsava os Jesuítas, extinguiu o cargo de Vice-Rei, passando-o a Governador-Geral, e o amputava do controlo que exercia na bacia do Zambeze moçambicano, expediu ordens e alguns recursos para a melhoria da situação, muito enfraquecida pela recente perda de Chaúl e Baçaím (na chamada Província do Norte).

Entre essas medidas iam orientações para uma reforma importante da Marinha naqueles Territórios. Já com Pombal substituído no departamento da Marinha e Ultramar

112 *Ibidem, op. cit.*, p. 169.

113 *Ibidem*, p. 194.

114 A Biblioteca da Academia dos Guardas-Marinhas – a embarcada em 1808 e depois em 1810, decerto acrescida de novas obras já ali adquiridas – foi um dos assuntos de que se ocupou no Rio de Janeiro com particular desvelo o director Dantas Pereira, estando talvez na origem da primeira grande biblioteca pública brasileira. O seu Catálogo registava 760 obras em 1812 (SILVA, C. A. Lopes da, *op. cit.*, p. 177).

115 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 117, pasta 1 (1807-1828). Assina Joaquim José Monteiro Torres.

por Martinho de Melo e Castro, em 1873 este envia um *Regimento do Régio do Arsenal e Ribeira das Naus da Cidade de Goa* e cria o cargo de Intendente Geral da Marinha de Goa, que sobreviverá até 1856. E em novas instruções para o governo local, no ano seguinte vão instruções mais detalhadas sobre navios a dispor, os oficiais (e até um quadro de 14 guardas-marinhas) e os arsenais, incluindo o de Damão onde se construíram cascos que depois eram mastreados e aparelhados em Goa.

De tudo isto nos deu conta recentemente Adelino Rodrigues da Costa em livro publicado pela Marinha, consistente em cinco textos de investigação historiográfica sobre o tema<sup>116</sup>. Porém, aqui só nos interessa aquele que se refere à “Escola” que ali funcionou, com mais ou menos dificuldades e sucesso, entre 1759 e 1815, ou até talvez mais tarde<sup>117</sup>. Com efeito, ciente das novas orientações de Pombal, o último vice-rei da Índia, conde da Ega, criou em 1759 uma «Aula de Navegação» cujo lente foi o piloto António Rodrigues dos Santos, antes que qualquer iniciativa do mesmo género fosse tomada em Lisboa. Em 1870 sofreu uma reforma que a transformou em «Aula de Marinha», com José Joaquim de Vasconcelos como lente. Num documento muito posterior citado por Rodrigues da Costa, diz-se que, entre 1784 e 1815, foram submetidos a exame 118 alunos (28 guardas-marinhas, 17 tenentes-de-mar, 32 praticantes de pilotagem, 30 voluntários e ainda outros), dos quais 113 obtiveram aprovação perante júris constituídos por 3 oficiais da Marinha Real ou de Goa.

Mais detalhes desta Aula em Goa nos dera já um médico de marinha em artigo publicado nos **Anais do Clube Militar Naval**. Referindo-se a 1784, diz-nos que ela «tinha dois lentes, vencendo o primeiro 60 xerafins (9 mil reis) mensais de gratificação, e o segundo 20 xerafins. O ensino era ministrado pelo chamado Curso de Bezout [...]: tem duas secções, uma com preliminares de matemática e outra com geografia e navegação»<sup>118</sup>.

Também o mesmo tema de estudo solicitou o interesse do historiador Martins Ferreira na tese já referenciada. Além do caso de Goa, falou um pouco da existência de algum tipo de ensino náutico em Macau, porém fora da alçada da Marinha Real. Segundo este autor, por volta de 1790 o Senado de Macau interessou-se pelo exercício da pilotagem na zona (em “deplorável estado”, dizia-se), onde apenas o piloto Feliciano Lima daria aulas particulares gratuitas a outros candidatos à profissão, mas que passou a ser então remunerado, tendo esta experiência terminado em 1802. Ademais, com referência a terceiros e pouca precisão, fala de uma Escola Real de Pilotos que aí teria sido criada, entrando em funcionamento em 1817 e para a qual teria sido despachado um lente de

116 Adelino Rodrigues da Costa - *A Marinha de Goa e outros ensaios náuticos*, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 2009.

117 COSTA, A. R., *op. cit.*, capítulo “O Ensino Náutico em Goa”, p. 257-280.

118 Gonçalves, Júlio, “A Aula de Navegação e a Academia de Marinha de Goa – 1699-1871”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 73, Jan.-Fev. 1943: 15-30 (p. 22).

Lisboa. Mas apenas acrescenta, citando, que «anos mais tarde a Escola Real de Pilotos seria considerada pelo Leal Senado como pouco adequada às vicissitudes da navegação de cabotagem praticada na zona e a uma tradição de aprendizagem náutica baseada na experiência da vida a bordo dos navios»<sup>119</sup>.

Porém, ainda sobre o assunto do ensino da náutica fora de Lisboa, o mesmo autor refere a existência de uma “escola de pilotos práticos em Belém do Pará”, explicando que estes apenas exerciam o mester em águas restritas, uma espécie de pilotos-da-barras antes do conceito actual ter vigorado. E as costas do Maranhão ou os rios do Grão-Pará haviam já sido palco de numerosos naufrágios. Das investigações conduzidas por este autor conclui-se, porém, que a Escola de Práticos criada efectivamente em Belém do Pará em 1803 terá redundado num claro fracasso. Apesar da ida desde Lisboa de dois iates comandados por oficiais da Armada Real que iriam servir de navios-escolas navegantes onde os alunos aprendiam e praticavam estes saberes, o número de alunos e de aprovados terá sido reduzidíssimo: 9 alunos até 1811; e 4 examinados com aprovação foram aqui referenciados.<sup>120</sup> Apesar da importância que o Arsenal da Marinha em S. Salvador da Baía mantinha por essa épocas, não foi aí que surgiu qualquer tentativa de ensino na náutica em terras brasileiras até à deslocação da Academia dos Guardas-Marinhas para o Rio de Janeiro em 1808.

---

119 FERREIRA, N. Martins Ferreira, *op. cit.*, p. 106-107.

120 FERREIRA, N. M. Ferreira, *op. cit.*, p. 107-117.



JOÃO FREIRE

**II – A CHEGADA DA MODERNIDADE**



As ideias Iluministas e a Indústria – ou melhor, o desabrochar da produção industrial mercantil – foram os dois grandes factores de pressão que corresponderam e deram continuidade ao impulso político das Revoluções Americana e Francesa.

Em Portugal, este choque foi-nos trazido sobretudo pelas invasões da Guerra Peninsular que ditaram o afastamento da Corte e do poder político para o Brasil, tal como, no caso da Marinha, do principal da sua esquadra e da Academia dos Guardas-Marinhas. Mas o poder delegado que permaneceu em Lisboa não deixou de funcionar, embora muito subordinado aos interesses dos Ingleses na condução da guerra contra Napoleão. Assim também se manteve a Academia Real da Marinha, a Brigada Real da Marinha, o Arsenal, etc., e outras instituições nacionais como a Academia das Ciências, a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho ou o Real Corpo de Engenheiros.

Apesar da declaração de 1815 do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – já decerto também consequência do Congresso de Viena –, os efeitos das novas ideias políticas fizeram-se sentir logo em Portugal, em particular com a conspiração maçónica do general Gomes Freire de Andrade de 1817 e depois, fundamentalmente, com a revolução liberal-constitucionalista de Agosto de 1820, desencadeada no Porto.

Nem a chamada do rei D. João VI e o seu juramento de que observaria a nova Constituição (1822), nem a declaração unilateral de independência do Brasil pelo sucessor D. Pedro, nem a primeira evicção do filho-cadete D. Miguel, nem o entendimento entre os seus herdeiros de 1826 – nada disso evitou um contínuo agudizar das tensões partidárias entre “liberais” e “absolutistas”, que se deslaçou na guerra civil fratricida que só terminaria em 1834. Ia então iniciar-se o período, muitas vezes conturbado, da Monarquia Constitucional que apesar disso facilitou o encaminhamento de Portugal na via da Modernidade, arrastando o que sobrava do seu império ultramarino. A imprensa livre e o associativismo foram-lhe congénitos. Chegou tarde, mas chegou enfim a indústria, telégrafo, o vapor, o crédito e o banqueiro, as obras públicas e a instrução. Mas as suas fragilidades e o contexto internacional ditaram-lhe um novo destino no dealbar do século XX.

A Armada portuguesa começou aqui uma época de acentuado declínio, contrariado apenas por períodos de sobressalto ligados à necessidade de preservação ou defesa

militar do nosso império ultramarino. Mas também foi veículo activo na introdução de novas técnicas que vieram a modificar a face do mundo, exigindo-lhe um novo esforço de aprendizagem e ensino dos tripulantes das suas “naus modernas”, à superfície, nas profundidades ou nos espaços aéreos de grandes áreas oceânicas<sup>121</sup>.

## 7. As reformas do liberalismo constitucional: do Colégio dos Nobres à Escola Politécnica e às escolas militares

Os primeiros governos constitucionais tiveram, obviamente, inúmeros processos de urgência a que acorrer. A reforma do Ensino não era decerto das mais prementes, mas não ficou esquecida.

Finalmente, pelo que ao nosso tema diz respeito, foi em 1837 que a Academia da Marinha foi extinta, tal como a Academia de Fortificação e o Colégio dos Nobres, dando lugar à criação da Escola Politécnica, sempre no mesmo lugar da Cotovia<sup>122</sup>. Era uma cópia da escola francesa do tempo napoleónico, muito orientada para o ensino das matemáticas e servindo de base teórica para a formação de engenheiros, também para as especialidades mais científicas do Exército e, ao menos provisoriamente, para algumas da Marinha. Daí ter sido colocada inicialmente sob a tutela no Ministério da Guerra. De modo paralelo, no Porto a Academia da Marinha e Comércio do Porto foi no mesmo ano extinta e substituída pela Academia Politécnica do Porto.



Figura 13 - A Escola Politécnica de Lisboa (ex-Colégio dos Nobres) <sup>123</sup>

121 Para um seguimento continuado destes processos, pode ver-se a síntese de João Freire: **Jornal da Marinha: chefias, mudanças, permanências e desempenhos nos últimos 180 anos**, Lisboa, Colibri, 2016.

122 Hoje junto ao Largo do Príncipe Real, a dois passos do Rato.

123 Reproduzido da Internet em 19.Março.2023: Magazine AR, <http://magazine.ar.fchampilimaud.org/um-museu-a-medida/>

E ainda em 1837 foi criada a Escola do Exército, graças ao empenho do visconde de Sá da Bandeira, que então chefiava o governo. Também aqui os seus cursos das Armas partilhavam com a Escola Politécnica algumas cadeiras científicas preparatórias, principalmente a Artilharia e sobretudo a Engenharia. A sua correspondente Escola Naval, essa teria que esperar mais uns anos para ser devidamente instituída.

## 8. A sobrevivência da Companhia dos Guardas-Marinhas até à criação da Escola Naval

Um bom artigo saído nos **Anais do Clube Militar Naval** sobre esta matéria é o de Botelho de Sousa, em 1929<sup>124</sup>. Aí se diz que «separado o Brasil de Portugal, e havendo recolhido ao reino uma parte da Companhia, o regulamento provisório de 17 de Março de 1825 restabeleceu a Companhia no seu antigo quartel»<sup>125</sup>, a Sala do Risco do Arsenal da Marinha. Diz mais o autor que «em 8 de Junho foi nomeado seu comandante o capitão-tenente João Fontes Pereira de Melo, cargo que exerceu até 1839. Até 2 de Junho, estava nomeado todo o estado-maior da Companhia, e em 5 de Julho começavam os exercícios e estudos, à medida que se iam preparando as classes e os modelos»<sup>126</sup>.

Segundo o articulista dos *Anais* não-identificado mas já referido em Capítulo anterior, «só em 1825, por uma resolução régia tomada em Consulta de 29 de Março se instalou novamente a Companhia dos Guardas-Marinhas, no mesmo local do seu anterior quartel. Iniciou-se então um novo *Diário do serviço da Companhia* que se tem mantido ininterrupto até ao presente [...] constituem, portanto, as fontes mais importantes para a história da Companhia dos Guardas-Marinhas a partir de 1825»<sup>127</sup>.

Além destes contributos, existe um circunstanciado texto subscrito por Artur Barbosa Carmona sobre a «A Bandeira da Companhia dos Guardas-Marinhas» – perdida e descoberta em farrapos muito mais tarde em Quelimane (Moçambique), mas sobre cujo modelo D. Maria II mandou fazer uma réplica em 1846 – que foi publicado no livro do 1º centenário da Escola Naval<sup>128</sup>.

124 SOUSA, Botelho de, “A educação dos oficiais da Armada até à criação da Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 60. Mar.-Abr. 1929: 17-31.

125 SOUSA, Botelho de, *op. cit.*, p. 30.

126 SOUSA, Botelho de, *op. cit.*, p. 30.

127 “A Companhia dos Guardas-Marinhas e a sua Bandeira”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 38, Nov.-Dez., 1907, p. 767.

128 **Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval – 23.IV.1845 a 3.IV.1945**, Lisboa, s/ed (Tip. União Gráfica), s/d [c. 1946], p. 93-108.

Partindo desta referência bibliográfica inicial, as pesquisas efectuadas no Arquivo Histórico da Marinha permitiram detalhar com muito maior rigor este relançamento da Academia Real dos Guardas-Marinhas em Lisboa a partir de 1825.

Vejamos então o que nos diz o Regulamento Provisório então adoptado, que mantinha partes mas acrescentava outras matérias às estabelecidas em 1796.

O documento é impresso, em pequeno formato, e tem por título: «Regulamento Provisório do Ensino dos Guardas-Marinhas, Aspirantes e Voluntários da Armada Real que Sua Majestade foi servido aprovar pela sua Augusta Resolução de 29 de Março de 1825 tomada em consulta do Real Conselho da Marinha. Lisboa, na Imprensa Régia, ano 1825». Consta de 22 páginas, termina com uma tabela de Emolumentos e é assinado aos 17 de Março de 1825 em Lisboa por Inácio da Costa Quintela, José Maria Dantas Pereira, Francisco José Vieira, Francisco Ribeiro Guimarães. Formularam declarações de voto o Marquês de Viana e Jacinto António Nobre.

Eis as suas disposições mais importantes:

-O Comandante Director não terá patente superior a capitão-de-mar-e-guerra; há um Vice-Comandante, dedicado à Artilharia e «armas de mão, brancas e de fogo»; o Engenheiro Construtor dirige o Desenho, cartografia, construção e nomenclatura do navio, e os trabalhos no estaleiro; e o Mestre, encarregado das lições do aparelho e manobra, acompanhará as visitas fora (à casa das velas, à Cordoaria, aos navios, cábreas, etc.); e há referência ao «modelo grande, que existe ainda na Sala das Formas»<sup>129</sup>;

-O artº 7º diz: «A Companhia será formada pelos actuais Guardas-Marinhas e Aspirantes, ajuntando-se-lhes como guardas-marinhas extraordinários aqueles Voluntários que estiverem nas circunstâncias do Decreto de 13 de Novembro de 1800, e entendendo-se que nas futuras admissões se observará impreterivelmente o que está legislado no dito Decreto e no Estatuto de Abril de 1796.» O quadro de efectivos é de 40 guardas-marinhas. Existem Exames anuais, e Prémios para os alunos mais distinguidos, «na forma do Decreto de 22 de Outubro de 1805»;

-Finalmente, o Estado-Menor é composto por um Secretário-amanuense, um Porteiro (que pode ser o da Casa das Formas), um Tambor-Correio e um Guarda-Varredor.<sup>130</sup>

Quanto às matérias ensinadas aos aspirantes, voluntários e guardas-marinhas, elas concentravam-se agora na prática da navegação (astronómica e outra), na manobra vélica e de governo das embarcações, em alguns rudimentos de construção naval e nas matérias militares da artilharia, das armas portáteis e das tácticas de combate entre navios e contra fortificações costeiras. O «curso matemático» de três anos antes

---

129 Depois chamada Sala do Risco, como já referimos. E o modelo é o que ficou conhecido por corveta *Paciência*, para exercícios de manobra *in aula*.

130 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 117, pasta 1 (1807-1828).

existente passou a funcionar exclusivamente na Academia Real da Marinha e, depois de 1837, na Escola Politécnica<sup>131</sup>.

Eis ainda o que podemos encontrar em documentos arquivísticos relativamente a esta reactivação da Companhia dos Guardas-Marinhas em Lisboa<sup>132</sup>, sendo de notar que, desde logo, os legisladores evitam usar o termo de Real Academia, e ele jamais reaparecerá nos anos seguintes:

-Em uma Relação nominal dos «Guardas-Marinhas Voluntários da Armada Real» de 2 de Maio de 1825 assinada pelo Marquês de Viana, vice-almirante e Major-General da Armada, e dirigida a Joaquim José Monteiro Torres, contém-se os nomes e as situações (escolares e de embarque actual) de 37 Voluntários da Armada Real, 24 Guardas-Marinhas e 67 Aspirantes a Guardas-Marinha, num total de 128 praças. Provavelmente, eram quase todos os que então guarneciam os navios da Armada, com excepção dos comandantes, oficiais superiores e tenentes. E num rotineiro mapa do «estado actual» da Companhia, de 21 de Junho de 1825, indicam-se praticamente os mesmos números (37, 24 e 68);

-Num ofício de 20 de Junho de 1825 são nomeados para os cargos vagos na Companhia dos Guardas-Marinhas: o capitão-tenente Fradique Silvério de Araújo para Vice-Comandante e Lente de Artilharia; o engenheiro construtor José Matias dos Santos para professor de Desenho e Construção Naval prática; o segundo-tenente graduado António Gonçalves Valença para Mestre de Aparelho e Manobra; e os empregados Aurélio Estanislau Duval para Amanuense-Secretário, e José Manuel Galvão para Guarda-Varredor.

-Finalmente, refira-se que diversos ofícios manuscritos da Real Companhia dos Guardas-Marinhas de Junho de 1826 vêm já assinados pelo Comandante-Director, o capitão-tenente João de Fontes Pereira de Melo.<sup>133</sup>

As duas décadas que medeiam entre 1825 e a fundação da Escola Naval parecem ter sido um *espaço de transição*, não estruturado e formalizado quanto às instituições de ensino preparatórias para os oficiais do Corpo da Armada, a despeito da progressiva institucionalização que o departamento ministerial da Marinha e Ultramar ia procurando concretizar, de que é exemplo o desempenho da Majoria-General da Armada e

131 Ver FERREIRA, N. M., *op. cit.*, p. 318-319.

132 Adicionalmente, podemos referir que, por um decreto de 22 de Novembro de 1825, foram fixados os vencimentos das praças da Companhia; que um outro decreto, de 27 de Agosto de 1832, mandou abolir as provanças de nobreza na admissão dos Aspirantes, o que veio a alterar profundamente a natureza do recrutamento dos oficiais da Armada, em consonância com os princípios da nova ordem liberal que passou a regular uma sociedade portuguesa ainda afeiçoada a um regime monárquico; e que uma Ordem de 12 de Março de 1834 estabeleceu os novos uniformes para aspirantes e guardas-marinhas com uma estética já mais moderna.

133 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 117, pasta 1 (1807-1828).

o papel que aí assume a publicação regular da **Ordem da Armada**, tal como a regularização dos quadros dos oficiais. Porém, as crises políticas e as mudanças de orientação governativa dificultaram certamente essas reformas.

A evolução dos efectivos da Companhia dos Guardas-Marinhas manteve-se relativamente estável ao longo deste período, com um compreensível abaixamento nos anos da crise política nacional e da guerra civil. O quadro seguinte dá conta da evolução anual dos seus efectivos.

**Tabela 1** - Efectivos da Companhia dos Guardas-Marinhas ao findar de cada ano (1825-1844)

Ano	Nº Efectivos
1825	141
1826	131
1827	112
1828	108
1829	97
1830	77
1831	70
1832	-
1833	135
1834	137
1835	135
1836	170
1837	161
1838	151
1939	146
1940	133
1841	177
1842	158
1843	181
1844	186

Fonte: BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 117 a 121.

Por referência às muitas vezes evocadas linhagens familiares no corpo de oficiais da Armada, citam-se aqui alguns dos nomes constantes no «Mapa do Estado da Companhia dos Guardas-Marinhas em 26 de Dezembro de 1830». Na 1ª Brigada, o guarda-marinha graduado Rodrigo de Sá Nogueira, os aspirantes José Thompson, D. Luís da Silveira, José Francisco de Melo Breyner e António Francisco de Melo Breyner, ou o voluntário Carlos Craveiro Lopes. E na 2ª Brigada os guardas-marinhas Inácio Lázaro de Sá Nogueira, Joaquim Pedro Castel-Branco e Bruno Nugent White, os

guardas-marinhas graduados Joaquim Luís da Fraga e José Francisco Schultz, ou os aspirantes Henrique Thompson, Jorge Maria Stockler, D. Bravo da Silveira, D. Pedro Maria de Sousa, D. João António de Melo e António do Canto de Castro<sup>134</sup>.

Anos mais tarde, na relação de candidatos admitidos na Companhia dos Guardas-Marinhas de 17 de Outubro de 1843 figuram 31 nomes, entre os quais alguns que virão a ser bem conhecidos nas décadas seguintes como os de Eduardo Henrique de Lima Metzener, António Filipe Marx de Sori, João Augusto Fontes Pereira de Melo, Mariano Ghira ou Bento Maria Freire de Andrade, além de outros<sup>135</sup>.

Tal como fizemos anteriormente, respigamos em seguida algumas informações guardadas em arquivo sobre a vida interna da Companhia dos Guardas-Marinhas, nomeadamente no tocante aos embarques, inaptidão para o combate naval, condições para o ingresso e frequência de estudos na Companhia, casos de ingresso condicional como segundos-tenentes no corpo da Armada, problemas disciplinares e ocupação sucessiva de responsáveis e professores da Companhia. Ei-las:

-Relação de 15 de Junho de 1831 do Comandante-Director João Fontes Pereira de Melo com os nomes dos guardas-marinhas que estão embarcados em diversos navios às ordens de D. Pedro: Joaquim Andrade Pinto na fragata *Diana*; José Francisco Schultz, Fernando da Costa Freire e António Osório e Brito na fragata *Amazona*; António Pedro da Cunha na fragata *Lealdade*; e Pedro Castel-Branco, Bruno Nugent White e António Paulo de Almeida na corveta *D. João I*<sup>136</sup>;

-Quanto à inaptidão para o combate, veja-se o teor deste ofício do Quartel-General da Marinha de 5 de Julho de 1832 para o Conde de Basto, ass. por José Joaquim [?] Coelho, sobre um dos últimos citados: «O Guarda-Marinha Extranumerário António Pedro da Cunha, pede ser promovido em Segundo-Tenente do Mar. Cumpre-me informar que, para obter, precisa satisfazer primeiro duas [?]. Em meu conceito, [?] concluindo os estudos académicos que ainda lhe faltam, e o meu conceito só poderá ficar bem estabelecido quando depois de acostumado a fogo feito em combate, deixar de cometer actos de fraqueza, procurando esconder-se, como fez a bordo da nau *D. João I*, no ataque da Ilha Terceira.»<sup>137</sup>;

-Ofício do Comandante-Director João Fontes Pereira de Melo de 28 de Junho de 1834 dirigido ao Conde do Cabo de S. Vicente, Almirante e Major-General da Armada: «Tenho a honra de apresentar por este modo a V.Exa. o ofício incluso de Máximo Luís da Fraga Pery de Linde, o qual, ainda que se assine Aspirante a Guarda-Marinha, eu

134 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 118, pasta 1 (1829-1830).

135 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 120, pasta 5 (1843).

136 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 118, pasta 2 (1831).

137 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 118, pasta 3 (1832-1833).

julgo que não devo receber como tal nesta Companhia sem preceder ordem que assim positivamente o determina.»<sup>138</sup>;

-Ofício do Director João Fontes Pereira de Melo de 30 de Novembro de 1835 ao Major-General da Armada José Xavier Bressane Leite: «Tenho a honra de remeter a Vexa. o incluso requerimento do guarda-marinha Daniel Augusto da Silva em que pede a Sua Majestade a graça de lhe mandar a licença que tinha para frequentar a Faculdade de Matemática na Universidade de Coimbra para vir estudar as Ciências Físico-Matemáticas às aulas do Instituto desta capital criado por decreto de 7 do presente mês<sup>139</sup> sobre cujo objecto se não oferece inconveniente algum por parte desta Companhia; mas V.Ex.<sup>a</sup>. mandará o que tiver por conveniente.»<sup>140</sup>;

-«Relação dos indivíduos que foram despachados segundos-tenentes da Armada, com a cláusula de não poderem passar ao posto imediato sem haverem completado a sua legal habilitação», com data de 9 de Julho de 1838. São 33, contando-se entre eles um Damião António Contreiras, um Marquês do Faial, um Rodrigo de Sá Nogueira, um Inácio Lázaro Sá Viana, um Jorge Silvestre Carvalho Chapuset, etc.<sup>141</sup>;

-Ofício manuscrito assinado por Agostinho José Freire no Paço das Necessidades em 14 de Fevereiro de 1835: «Em resposta ao Ofício do Major-General da Armada, em data de 18 do corrente, cobrindo a proposta, e ofício, que ao mesmo Major-General foi dirigido pelo Comandante da Companhia dos Guardas-Marinhas, sobre a conveniência da expulsão de três aspirantes António Maria Paulo d'Almeida Moraes, Augusto César Cordeiro e Carlos Frederico Corrêa da Lacerda, visto que para isso se acham na letra do regulamento de 29 de Março de 1825, Tit. 6º, artºs 38 e 39. Determina Sua Majestade a Rainha que sejam expulsos da sobredita Companhia os três referidos aspirantes, atentos os justos motivos expostos na citada Proposta. O que a mesma Augusta Senhora manda participar ao mesmo Major-General para sua inteligência e devida execução.»<sup>142</sup>;

-Algum tempo depois, um ofício de 13 de Maio de 1837 confirma a expulsão da Companhia dos Guardas-Marinhas, segundo os termos do seu Regulamento, do guarda-marinha António Porfírio de Freitas e dos aspirantes João Maria Leitão e Manuel José Plácido de Melo<sup>143</sup>;

-Em contrapartida, entre os muitos requerimentos de inscrição que lhes chegavam, eis um dos despachos favoráveis a que davam origem, pouco tempo antes da criação da

---

138 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 119, pasta 1 (1834).

139 A Escola Politécnica de Lisboa.

140 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 119, pasta 2 (1835).

141 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 119, pasta 4 (1837-1838).

142 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 118, pasta 2 (1831).

143 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 119, pasta 4 (1837-1838).

Escola Naval: «Sua Majestade a Rainha a quem foi presente o officio do Major-General da Armada de 20 do corrente mês acompanhando os requerimentos de 12 candidatos que se acham habilitados para serem admitidos na Companhia dos Guardas-Marinhas; Manda, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, participar ao mesmo Major-General para sua inteligência e execução que, visto concorrerem nos sobreditos candidatos constantes da relação junta todas as circunstâncias exigidas no Regulamento da mesma Companhia; Há por bem ordenar que eles passem a ter ali praça de Aspirantes a Guardas-Marinhas. Paço das Necessidades, em 22 de Abril de 1844.» Ass. Joaquim José Falcão, com timbre superior do MMU-Secção de Marinha. A Relação inclui o nome de Alexandre Magno de Castilho<sup>144</sup>;

-Inserimos algumas referências à evolução da composição do estado-maior da Companhia e professores aí integrados. Em 9 de Novembro de 1835: Comandante e Director, sempre o capitão-tenente João Fontes Pereira de Melo; Vice-Comandante e lente de artilharia, o capitão-tenente António Lopes da Costa e Almeida; professor de artilharia naval e desenho, o segundo-tenente engenheiro construtor Francisco José Martinho; mestre de aparelho e manobra, o segundo-tenente graduado Francisco José Marques; lente substituto de artilharia, o segundo-tenente Joaquim Lobato Pires; secretário, o segundo-tenente graduado Eduardo Sabino Duval<sup>145</sup>;

-Carta de candidatura: «Constando-me que na Companhia dos Guardas-Marinhas, tão dignamente comandada por V.Ex<sup>a</sup>. se achava vago o lugar de Professor de Língua Francesa; e julgando-me eu com a sufficiente aptidão para bem desempenhar semelhante emprego; Tenho de para isso me oferecer a V.Ex<sup>a</sup>., desejando que este oferecimento se torne efectivo, no caso que V.Ex<sup>a</sup>. me julgar digno disso. Deus guarde V.Ex<sup>a</sup>. Lisboa 29 de Janeiro de 1836», ass. Manuel Lobo Pessanha de Vilhena, segundo-tenente da Armada. De facto, no mapa da Companhia de 26 de Março de 1836 já figuram no Estado-Maior um segundo-tenente professor de língua inglesa e outro de língua francesa<sup>146</sup>;

-No mapa do «Estado Actual da Companhia dos Guardas-Marinhas» de 7 de Janeiro de 1837 figura já também um Professor de Esgrima<sup>147</sup>, que posteriormente passa a ser designado por Mestre de Esgrima<sup>148</sup>, e que se verifica ser Francisco José Tavares<sup>149</sup>;

-O último documento manuscrito da Companhia e Academia dos Guardas-Marinhas, assinado por António Lopes da Costa e Almeida, Comandante e Director das mesmas,

144 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 121, Pasta 1 (1844).

145 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 119, pasta 2 (1835).

146 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 119, pasta 3 (1836).

147 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 119, pasta 4 (1837-1838).

148 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 120, pasta 1 (1839).

149 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 120, pasta 2 (1840).

datado de 15 de Março de 1845, é dirigido ao Major-General da Armada Manoel de Vasconcelos Pereira de Melo, a quem faz queixa de «esta desgraçada miscelânea» com a Escola Politécnica (onde se formam também militares do Exército) que «perturba toda a disciplina da Companhia»<sup>150</sup>.

Para terminar, vejamos quem foram os oficiais que sucessivamente assumiram a direcção desta instituição.

O capitão-tenente João de Fontes Pereira de Melo<sup>151</sup> ter-se-á mantido à frente da Companhia dos Guardas-Marinhas desde 1825 até à sua primeira nomeação para Governador do arquipélago de Cabo Verde (e o território dos Rios da Guiné), cargo que assumiu entre os anos de 1839 e 1842<sup>152</sup>. Em 1840 o Comandante-Director é agora João Pedro Nolasco da Cunha<sup>153</sup>. Em 1842 o cargo passa para o capitão-de-mar-e-guerra Lourenço Germach Possolo<sup>154</sup>. Finalmente, em Novembro de 1843 os mapas do estado da Companhia dos Guardas-Marinhas são já assinados pelo capitão-de-mar-e-guerra António Lopes da Costa e Almeida, como director interino, e em Dezembro do mesmo ano já como Comandante e Director<sup>155</sup>.

Ainda antes da eclosão da guerra civil da Patuleia (1846-47) e sob um governo chefiado pelo duque da Terceira, com Joaquim José Falcão na pasta da Marinha, é finalmente publicada a legislação que cria a Escola Naval. Até lá, aquilo de que há registos do seu funcionamento regular é a Companhia dos Guardas-Marinhas, comandada na maior parte deste tempo pelo referido João Fontes Pereira de Melo (1825-1839).

## 9. A Escola Naval

Este foi o passo decisivo para a consolidação, a prazo, da modernização dos corpos de oficiais da Armada e para a sua profissionalização, dado em 1845: a carta de lei assinada por D. Maria II em Belém aos 23 de Abril, pela qual «é o governo autorizado para estabelecer uma Escola Naval, formada quanto possível com os lentes e estabelecimentos da actual Academia dos Guardas-Marinhas, a qual fica deixando de existir, e com o lente da cadeira de navegação que, pela extinção da antiga Academia de Marinha, ficou anexa à Escola Politécnica»<sup>156</sup>, que ditou também os dois anos de estudos e as seis cadeiras que preenchem o seu currículo, antecédidos de um ano de estudos preparatórios

---

150 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 121, Pasta 2 (1845).

151 Foi pai do Engenheiro militar António Maria de Fontes Pereira de Melo, figura política cimeira da Regeneração e da segunda metade do século XIX.

152 Voltou a exercer o cargo entre 1847 e 1851.

153 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 120, pasta 2 (1840).

154 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 120, pasta 4 (1842).

155 BCM/AH, Doc. Av., Índice 32, Cx. 120, pasta 5 (1843).

156 Publicado no **Diário do Governo** nº 37, de 26.Abril.1845.

na Escola Politécnica; lei esta, seguida do decreto de 19 de Maio<sup>157</sup> que organiza a instituição e define melhor o objecto de cada uma das seis Cadeira que compunham o seu plano de estudos (1ª, Elementos de mecânica, astronomia esférica e náutica; 2ª, Princípio de óptica, construção e uso dos instrumentos de reflexão, prática das observações astronómicas e dos cálculos mais úteis da navegação, feitura de uma derrota completa, princípios de táctica naval; 3ª, Artilharia teórica e prática; 4ª, Geografia e hidrografia; 5ª, Elementos de arquitectura naval, seu correspondente desenho e o das principais máquinas empregadas nos navios e nos portos; 6ª Aparelho e manobra); e, finalmente, das portarias ministeriais de 10 de Outubro e de 31 de Dezembro (sempre do mesmo ano de 1845<sup>158</sup>) que, respectivamente, aprovam o regulamento interno da Escola Naval e o Regulamento da Companhia dos Guardas-Marinhas, que continua a existir como a unidade militar onde assentam praça os aspirantes candidatos a virem a ser oficiais da Armada.

Fica então também estatuído que a Escola Naval admitiria práticos para «Pilotos mercantes» com experiência nos «navios da Praça»<sup>159</sup>; e por Portaria do Ministro da Marinha é aprovado um «Regulamento para Habilitação dos Pilotos Mercantes» em 11 de Julho de 1845<sup>160</sup> onde se fixam as condições para requerer esse Exame na Escola Naval (viagens como praticante de piloto, sota-piloto ou piloto com carta particular, mostra de derrotas feitas, etc.), o qual consta de matérias de Aritmética, Geometria, Trigonometria Plana, Trigonometria Esférica, Astronomia Esférica e Astronomia Náutica<sup>161</sup>.

A pessoa do seu primeiro Director, António Lopes da Costa e Almeida, então capitão-de-mar-e-guerra, merece ser destacada, até por ter tido um papel importante na própria criação da instituição.

Importante e significativo é o «Regulamento da Companhia dos Guardas-Marinhas, ordenado por António Lopes da Costa e Almeida, Director interino da Escola Naval e Comandante interino dos Guardas-Marinhas - 1845», documento manuscrito conservado em arquivo<sup>162</sup>, pois, ainda durante bastantes anos, existe uma acentuada diferenciação entre a Escola Naval onde se concentra o ensino dos futuros oficiais, e a Companhia dos Guardas-Marinhas, unidade militar onde assentam praça os Aspirantes e os Guardas-Marinhas até ao seu ingresso efectivo no corpo de oficiais. O Plano de Uniformes dos membros desta unidade foi publicado na Ordem da Armada<sup>163</sup>, com a assinatura do ministro José Falcão em 10 de Março de 1846.

157 O decreto foi republicado na **Ordem da Armada** nº 131, de 31.Maio.1845.

158 Portarias que não foram publicadas na **Ordem da Armada** nem no **Diário do Governo**.

159 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 300, Pasta 5, Escola Naval sd1831-1850.

160 Publicada no **Diário do Governo** nº 164/15.Jul.1845.

161 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 300, Pasta 5, Escola Naval sd1831-1850.

162 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 121, pasta 2 (1845).

163 **Ordem da Armada** 141/31.Março.1846 (p. 120-121).

Três anos depois da sua fundação (a 5 de Maio de 1848), a documentação administrativa da Escola Naval indica estarem inscritos 68 aspirantes no primeiro ano, 10 no segundo e 3 no terceiro<sup>164</sup>. E, por uma relação nominal de 11 de Agosto de 1849, sabe-se que os lentes são o capitão do Exército Joaquim Cordeiro Feio (1ª cadeira), o primeiro-tenente António Couto Valente (2ª), o segundo-tenente Daniel Augusto da Silva (3ª), o segundo-tenente engenheiro construtor Gregório Nazianzeno do Rego (4ª) e o primeiro-tenente Joaquim Matos Correia (a 5ª, e que vem a suceder a Costa Almeida na direcção).

Até para além do primeiro quartel do século XX a Escola Naval manteve-se instalada no edifício da Marinha contíguo à Rua do Arsenal, em Lisboa, ocupando o 1º e 2º pisos, e utilizando também a ampla Sala do Risco, no 1º piso da ala que, obliquamente, se orientava em direcção ao rio. Nela se praticavam exercícios de infantaria, esgrima, marinharia e manobra, com relevo para a existência da “corveta de instrução” *Paciência*.



**Figura 14** - Planta das instalações da Escola Naval – 1888 <sup>165</sup>

Vejamos agora alguns documentos que testemunham da vivência quotidiana desta instituição nos seus anos iniciais:

-O primeiro documento manuscrito da Escola Naval conservado nos arquivos é assinado por Costa e Almeida, seu Comandante e Director, datado de 5 de Junho de 1845 e dirigido ao ministro Joaquim José Falcão, levando a despacho várias propostas deliberadas pelo Conselho Escolar em sua sessão de 2 de Junho sobre a nomeação do porteiro e de 2 contínuos, e a manutenção na Companhia do segundo-tenente graduado Eduardo Sabino Duval, onde exerce «há mais de onze anos, satisfatoriamente» o ensino de «evoluções e exercícios militares» e onde ficará mais uns tantos anos;<sup>166</sup>

-Ofício de 8 de Fevereiro de 1848 de Costa e Almeida propõe o capitão-de-fragata Fortunato Ferreira para o cargo de vice-comandante da Companhia dos Guardas-Marinhas, mantendo-se o instrutor segundo-tenente graduado Eduardo Duval, com as respectivas justificações e gratificações;<sup>167</sup>

164 BCM/AH, Doc. Av., Escola Naval, Cx. 300, pasta 1.

165 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 300, Escola Naval, pasta 1.

166 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 121, pasta 2 (1845).

167 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 122, pasta 1 (1848).

-Em 1850, os mapas dos efectivos da Companhia dos Guardas-Marinhas são ainda assinados pelo Barão de Reboredo, mas o último também o é por José Ribeiro<sup>168</sup>;

-Em 1852, a papelada administrativa externa é já assinada pelo novo Director, o capitão de-mar-e-guerra Joaquim Pedro Celestino Soares<sup>169</sup>;

-É curioso assinalar a recepção na Escola Naval de um projecto enviado por um cidadão português no Rio de Janeiro apresentando «um aparelho hidrodinâmico de sua invenção» com o objectivo de «mudar o perigoso sistema de navegação por máquinas a vapor comumente empregadas nas marinhas de guerra e mercantes de todas as nações». É assinado por Jácome Ulisses, datado de 14 de Julho de 1854, vinha acompanhado por uma carta de recomendação do Consulado português no Rio de Janeiro e foi arquivado sob a epígrafe de «Aparelho a motor contínuo»<sup>170</sup>;

-Numa relação nominal dos efectivos da Companhia em 1856, figuram os nomes dos guardas-marinhas João Carlos Adrião, Francisco Sampaio Smith, Pedro Inácio do Rio Carvalho, José Maria Soares de Andreia, César Augusto Campos Rodrigues, Pedro Celestino Soares e outros, que, tal como os aspirantes, também ainda frequentam algumas cadeiras na Escola Politécnica<sup>171</sup>;

-Sempre com o Conselheiro Joaquim Pedro Celestino Soares como Comandante, em 1858 figuram como guardas-marinhas os nomes de Vitório das Chagas Roquete, Hermenegildo Brito Capelo e dos aspirantes Arnaldo Henrique Metzener, José Pereira Sachetti, João Maria da Costa (mais tarde conhecido pelo “Costa vassoureiro”), Marcolino Torre do Vale, José Maria Teixeira Guimarães, Miguel Sanches de Guzman, Eduardo de Sá Nogueira ou Júlio Elesbão Pereira de Sampaio, que fizeram assinaláveis carreiras na Armada das décadas seguintes<sup>172</sup>;

-O instrutor da Escola Naval primeiro-tenente Augusto Teixeira Pinha apresenta um conjunto de 3 cadernos manuscritos sobre «Táctica naval a vapor» dizendo respeito a «Formaturas e evoluções», etc., depois de ter estagiado e embarcado na esquadra francesa do Mediterrâneo em manobras, perguntando o Conselho Escolar sobre «qual será o novo navio de linha», além de outras questões. O Major-General da Armada Soares Franco despacha este estudo para a 1ª direcção do Quartel-General da Marinha<sup>173</sup>;

-Num mapa nominal de 16 de Julho de 1864 vê-se que o lente da 1ª cadeira é o capitão-tenente graduado João Brás de Oliveira, o da 2ª cadeira o capitão-de-fragata António Couto Valente, o da 3ª cadeira o capitão-tenente adido a veteranos Daniel

168 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 122, pasta 3 (1850).

169 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 123, pasta 1853.

170 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pasta 2.

171 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 124, pasta 1856.

172 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 125, pasta 1860/61.

173 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 301, pasta 1 (1862/65).

Augusto da Silva, o da 4ª cadeira o capitão-de-fragata Joaquim Matos Correia, estando vago o da 5ª cadeira, assegurado pelo anterior. O mestre de armas brancas é Francisco José Tavares<sup>174</sup>;

-Em 31 de Dezembro de 1870, depois das sensíveis modificações e emagrecimento a que o Estado foi sujeito por razões de crise financeira, na relação nominal do pessoal da Escola Naval figuram o seu Director, o capitão-de-fragata Conselheiro Augusto Castro Guedes, os Lentes efectivos capitão-tenente graduado Francisco Fonseca Benevides, o capitão-tenente Carlos Testa, o engenheiro construtor naval João Galhardo e o primeiro-tenente Mariano Ghira; o lente substituto adido contra-almirante reformado Joaquim Lobato Pires; os lentes jubilados capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Matos Correia, capitão-de-fragata reformado Daniel Augusto da Silva, o major de Art<sup>a</sup>. Francisco da Ponte Horta e o capitão-tenente graduado João Brás de Oliveira; os professores auxiliares de Ciências capitão-tenente Álvaro Soares Andrea e de Desenho capitão-de-fragata António Augusto Oliveira; os adidos António Silveira e o major de Eng<sup>a</sup>. reformado António Oliveira; o professor de hidrografia primeiro-tenente Alexandre Magno de Castilho; o professor de inglês segundo-tenente graduado João Milne; e mestre de armas brancas capitão do Exército reformado Carlos Capon; o mestre de aparelho segundo-tenente graduado Francisco António; o demonstrador prático de Construção guarda-marinha graduado Diogo Batalha; o secretário, segundo-tenente graduado Eduardo Duval; o conservador da Biblioteca Francisco Gomes de Amorim; o conservador do Museu Severo Anjos; 1 amanuense; 1 amanuense adido; 1 porteiro; 2 guardas; 2 serventes. Na Companhia dos Guardas-Marinhas estão: o Comandante, capitão-de-fragata Castro Guedes; o 2º comte. capitão-de-fragata Rafael Sete; o Ajudante primeiro-tenente João Freitas; secretário, o mesmo Eduardo Duval; e 1 corneteiro<sup>175</sup>;

-No mesmo documento encontram-se também guardas-marinhas como Carlos Pereira Viana, João Schultz Xavier, José Joaquim Xavier de Brito, José Bento Ferreira de Almeida, Carlos Magalhães e Silva, Caetano Rodrigues Caminha, Carlos Cândido dos Reis, Domingos Tasso de Figueiredo, Alfredo Ghira, José Nunes da Mata, Manuel Azevedo Gomes; e os aspirantes Custódio Miguel Borja, João Brás de Oliveira Júnior, Júlio Schultz Xavier, João Antunes Mesquita Guimarães, D. Fernando de Serpa Pimentel, Luís Mancelos Ferraz, António Oliveira Andreia, Francisco Miravent Tavares, Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida d'Eça, Pedro Celestino Soares – tudo nomes sonantes no futuro ou membros de linhagens marinheiras<sup>176</sup>.

Por desconhecidas razões, para os anos seguintes rareiam os documentos arquivísticos conservados da Escola Naval e Companhia dos Guardas-Marinhas. Mas a partir de 1890 – possivelmente sob o impacto das respostas dadas às diferentes crises que então

---

174 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 301, pasta 1 (1862/65).

175 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 302, pasta 1871/73.

176 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 302, pasta 1871/73.

afectaram Portugal – inaugura-se um novo período para a Marinha, com naturais reflexos na Escola Naval. Neste sentido, respigamos aqui vários elementos referentes à vida e estatuto dos alunos, a projectos de reorganização do plano de estudos e aos concursos para lentes das suas cadeiras:

-Referência documental ao «Balão designativo da hora média na Escola Naval»<sup>177</sup>;

-Participação de um aspirante grafada a 10 de Junho de 1890 pelo Secretário: «[...] no dia 2 do corrente mês pelas 4 horas da tarde na rua Áurea, um cabo da Companhia de Saúde Naval, que me disse ter o número 22 da 3ª Companhia, passando ao pé de mim e fitando-me, não fez a continência devida no que é reincidente, o que deu lugar chamá-lo e perguntar-lhe se não conhecia a superioridade n'um aspirante de marinha, ao que me respondeu negativamente [...]»<sup>178</sup>;

-Depois de um primeiro projecto de reforma em 1890, dois anos depois são sucessivamente elaborados um «Projecto de reorganização da Escola Naval e escolas anexas elaborado pelo conselho da mesma Escola conforme o determinado na nota nº 84 de 15 de Outubro de 1892 da Secretaria do Conselho do Almirantado» com provas tipográficas anotadas; e um «Projecto de reorganização da Escola Naval com as referências à legislação anterior e a indicação das modificações propostas», com apenas algumas diferenças em relação ao antecedente, no dia 30 de Dezembro do mesmo ano<sup>179</sup>;

-É publicada a brochura *Programa dos Trabalhos Práticos e Exercícios da 3ª Cadeira da Escola Naval*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, 10 p., que abrange as matérias de Infantaria e de Artilharia para o 1º e 2º anos do curso de marinha, incluindo «Castrametação»<sup>180</sup>, «Embarques e desembarques», «Fortificação passageira», «Minas» e «Torpedos», mas contém também os programas de «Visitas a fábricas, arsenais e outros estabelecimentos militares» para os cursos de Maquinistas Navais, Administração naval, e Médicos<sup>181</sup>;

-Pouco tempo depois sai nova brochura da responsabilidade da «Escola Naval - Cadeira de Máquinas Navais» com o título de *Nomenclatura Empregada na Demonstração de Máquinas* «elaborada pelo maquinista demonstrador João do Pinho e aprovada superiormente para ser adoptada no ensino», Lisboa, Imprensa Nacional 1897, 33 págs. formato grande<sup>182</sup>;

-Uma importante declaração foi tomada pelo Conselho Escolar em 30 de Outubro de 1897, a pedido do Conselho do Almirantado, sobre a aplicação da reforma dos estudos de 1895, assinada no final por todos os membros: o Director vice-almirante Manuel Ferreira Marques; o Engº-Chefe capitão-de-fragata graduado João Maria Galhardo

177 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 304, pasta 1 (1890).

178 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 304, pasta 1 (1890).

179 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 304, Escola Naval, pasta 3 (1892/1894).

180 Estudo das condições para assentar um acampamento.

181 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 304, Escola Naval, pasta 4 (1894-1895).

182 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 305, Escola Naval, pasta 1 (1895/1897).



Prosseguimos com a extracção de elementos ilustrativos da vida da Escola Naval a partir de documentos arquivísticos conservados:

-Ofício de 3 de Janeiro de 1899 do Director, o capitão-de-mar-e-guerra Teixeira Guimarães, à Direcção-Geral de Marinha: «Tendo o Conselho desta Escola examinado os documentos de habilitação do Guarda-Marinha Joaquim Pinto de Almeida Brandão e conhecido que poderia ser proposto para promoção a 2º tenente se tivesse apresentado uma memória aceitável, não o sendo a que submeteu em tempo, viciada por insuficiência de conceitos e por inadmissível obscuridade de redacção; em vista da votação do mesmo Conselho que entendeu ser indispensável de memória correcta em teor e forma, não envolvendo porém a falta reconhecida a necessidade de compelir o referido guarda-marinha a prolongar o seu tirocínio por mais um ano, nem o sujeitando a preterição por efeito da aludida falta, solicito que pelo respectivo comando do navio em que estiver actualmente servindo, seja intimado àquele guarda-marinha a ordem de apresentar nova memória, fazendo-lhe constar a razão que impede de ser aceita a que apresentou. Não me dirijo directamente ao respectivo comandante por ignorar se houve transferência de navio, de que ainda não haja conhecimento nesta Escola.»<sup>186</sup> Isto mostra como era exigente e não-automática a promoção de guarda-marinha a segundo-tenente;

-Por documentos administrativos vários, percebe-se que então os aspirantes supranumerários não auferiam vencimento<sup>187</sup>;

-Há reclamações do resultado do concurso para lente da 4ª Cadeira, com 6 oficiais concorrentes e que, por portaria ministerial, foi enviado em 1901 à Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda, com as reclamações suscitadas<sup>188</sup>;

-Quanto aos procedimentos internos dos júris para a escolhos dos lentes, veja-se este ofício confidencial à Direcção-Geral de Marinha com o resultado do «concurso documental para o provimento da 8ª cadeira desta Escola». O Conselho Escolar, «reunido em júri [...] votou em escrutínio secreto a admissibilidade dos candidatos Augusto Eduardo Neuparth, capitão-tenente, João Baptista Ferreira, 1º tenente, e João Manuel de Carvalho, 1º tenente, sendo a votação unânime. Reunido novamente o júri do concurso [...] procedeu-se à votação por escrutínio secreto quanto ao mérito absoluto dos candidatos, sendo todos aprovados por onze esferas brancas. Procedeu-se depois à votação quanto ao mérito relativo dos concorrentes, apurou-se o seguinte resultado: Augusto Eduardo Neuparth, 2 esferas brancas e 9 esferas pretas; João Baptista Ferreira, 9 esferas brancas e 2 esferas pretas; João Manuel de Carvalho, 11 esferas pretas. Tendo o candidato João Baptista Ferreira obtido maioria na votação, é portanto este candidato o preferido para o lugar de lente da 8ª cadeira.»<sup>189</sup>;

186 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 305, Escola Naval, pasta 2 (1898/1899).

187 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 305, Escola Naval, pasta 3 (1900-1901).

188 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 305, Escola Naval, pasta 3 (1900-1901).

189 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 305, Escola Naval, pasta 1902.

-Um officio da Escola Naval enviado à Direcção-Geral de Marinha de 10 de Julho de 1903 insere 21 «requerimentos, sendo onze de aspirantes de Marinha do 1º ano [...] e dez de aspirantes do 2º ano do mesmo curso, os quais, tendo ficado reprovados em diferentes cadeiras, pedem para serem admitidos em exame na segunda época.»<sup>190</sup>;

-Teor de um officio manuscrito daquele organismo superior de 7 de Outubro de 1903: «à Majoria-General da Armada, tem esta Direcção-Geral a honra de comunicar, para os efeitos do disposto no artigo 45º e seu & único do Regimen de ensino nos cursos professados na Escola Naval de 12 de Outubro de 1898, que o aluno Raul Mário de Serra Guedes foi declarado distinto na classificação final do curso de officiais de marinha (16,37 valores) e na classificação do 3º ano do mesmo curso (16,50 valores)»<sup>191</sup>;

-Nota, já dactilografada, de 28de Junho de 1904 à 6ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública<sup>192</sup> informando que, «por despachos de S.Exª, o Ministro de 14 e 17 do corrente, foram mandados admitir a exame em Outubro os aspirantes de marinha que tiveram média inferior a dez e não inferior a seis». São 15, entre eles: Ernesto Poppe, Fernando Amor Monteiro de Barros, José Mendes Cabeçadas Júnior, Álvaro Gil Fortée Rebelo, Frederico Pinheiro Chagas ou Raimundo Sérgio de Quintanilha de Mendonça<sup>193</sup>;

-Nota dactilografada da Direcção-Geral de Marinha à Inspeccão do Arsenal da Marinha de 12 de Setembro de 1905, urgente: «A partir de 15 do corrente, pelas 7 horas (a.m.), deverá ser posto à disposição da Escola Naval, para exercícos de nataçáo dos alunos 1º e 2º ano do curso de marinha, até à sua conclusáo, o seguinte: 1 escaler de 10 remos; 2 marinheiros nadadores; 3 coletes de salvaçáo e duas boias»<sup>194</sup>;

-Mapa dos resultados do concurso de admissáo a aspirantes de 2ª classe de administração naval provindos dos Institutos Industrial e Comercial de Lisboa e do Porto: 5 candidatos são admitidos (2 do Porto, com preferéncia; e 3 de Lisboa, sem preferéncia); 6 não foram admitidos<sup>195</sup>;

-Relaçáo nominal do pessoal docente da Escola Naval em 24 de Novembro de 1906: lentes: 1ª Cadeira, o capitáo-tenente José Francisco da Silva; 2ª, o capitáo-de-mar-e-guerra Nunes da Mata; 3ª, o capitáo-tenente João Baptista Ferreira; 4ª, o capitáo-tenente Vitorino Gomes da Costa; 5ª, o primeiro-tenente Abel Fontoura da Costa; 6ª, o capitáo-tenente Mariano da Silva; 7ª, o primeiro-tenente Alfredo Rodrigues Gaspar; 8ª, o official da mesma patente Vítor Hugo Azevedo Coutinho; 9ª, o também primeiro-

---

190 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 306, Escola Naval, pasta 1 (1903).

191 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 306, Escola Naval, pasta 1 (1903).

192 Funcionando junto do Ministério da Marinha, como aconteceria até 1974.

193 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 306, Escola Naval, pasta 2 (1904).

194 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 306, Escola Naval, pasta 3 (1905).

195 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 306, Escola Naval, pasta 4 (1906).

-tenente Apolínio Silva Rodrigues; 10<sup>a</sup>, o capitão de Eng<sup>a</sup>. Ferrugento Gonçalves; 11<sup>a</sup>, o capitão-de-mar-e-guerra João Brás de Oliveira; e 12<sup>a</sup>, o capitão de fragata Vicente Almeida d'Eça. O Director/1<sup>o</sup> Comandante era o contra-almirante João Augusto Boto e o 2<sup>o</sup> Comandante (comandando o Corpo de Alunos da Armada) era o capitão-de-fragata Henrique Carvalhosa Ataíde<sup>196</sup>;

-No Relatório de 1908-1909, o Director da Escola Naval, sempre João Boto, fala-se mais longa e insistentemente na importância das viagens de instrução<sup>197</sup>;

-No «Mapa do estado do Pessoal» da Escola Naval em 3 de Janeiro de 1910 indicam-se 69 homens: 22 oficiais, 1 médico, 3 maquinistas navais, 1 engenheiro, 1 comissário, 16 praças do Corpo de Marinheiros, 5 reformados e 21 civis<sup>198</sup>;

-Finalmente, uma nota de 15 de Julho de 1910 à Majoria-General da Armada solicita que seja pedida autorização ao Ministério da Guerra para que os alunos do 3<sup>o</sup> ano de marinha, com instrutor, possam fazer visitas de estudo às baterias de costa e «frequentar a carreira de tiro de Pedrouços no próximo mês de Julho»<sup>199</sup>.

Passamos agora a outro nível de observação e análise. Para além de alguns ajustamentos das suas regras de funcionamento<sup>200</sup>, a Escola Naval sofreu quatro reorganizações mais profundas do plano de estudos até à chegada da República: em 1864, em 1868, em 1887 e em 1903.

Pela mão do ministro Mendes Leal, um decreto de 7 de Julho de 1864<sup>201</sup> introduz alterações na Escola Naval, que mantém os preexistentes cursos para a classe de marinha, também para os engenheiros navais<sup>202</sup> (com mais cadeiras frequentadas na Politécnica) e ainda para pilotos dos navios de comércio, além de fazer certas mudanças na Companhia dos Guardas-Marinhas, cuja idade mínima de admissão é então 17 anos. O plano de estudos passa a ter cinco Cadeiras, reagrupando de maneira diferente as diversas matérias e acrescentando na nova 4<sup>a</sup> o tópico das máquinas a vapor. A 5<sup>a</sup> cadeira versa agora: Princípios do direito internacional marítimo, e história marítima nacional e estrangeira; e justifica a admissão de um novo Lente. O pessoal de ensino é ainda aumentado com um professor de inglês, um mestre de aparelho e natação, um professor de desenho hidrográfico, um instrutor de artilharia e infantaria, um desenhador de arquitectura naval, um demonstrador prático de construção e um

196 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 306, Escola Naval, pasta 4 (1906).

197 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, Escola Naval, pasta 1 (1908/1910).

198 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 306, Escola Naval, pasta 3 (1905).

199 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, Escola Naval, pasta 1 (1908/1910).

200 Por exemplo, a O.A. nº 141/3.Mar.1846 insere um novo Plano de Uniformes para a Companhia dos Guardas-Marinhas (p. 120-121).

201 Publicado na O.A. 21/16.Jul.1864.

202 O decreto de criação de um novo Corpo de Engenheiros Construtores Navais fora publicado na O.A. 5/7.Nov.1859.

mestre de armas brancas. As viagens de instrução eram agora realizadas durante as férias lectivas de Verão. No fim do curso os aspirantes aprovados ascendiam a guardas-marinhas e tinham em seguida de realizar 3 anos embarcados fora do Tejo. Após exame, eram então promovidos a segundos-tenentes e iniciavam a sua carreira como oficiais. De notar ainda que era permitido cumprir estes estágios em marinhas estrangeiras (nomeadamente na *Royal Navy*), possibilidade que ficou vedada aos aspirantes em 1868, mantendo-se ainda para os tenentes durante mais uns anos.

Algumas alterações intervêm em finais da década de 1860 com o ministro Latino Coelho, autor de diversas medidas de economia determinadas pela crise financeira externa que constringia o país. Para a Escola Naval, reformada pelo decreto de 26 de Dezembro de 1868 do ministro Latino Coelho<sup>203</sup> (com base na carta de lei de 9 de Setembro de 1868), o mais importante foi a criação de um novo curso, destinado aos  *futuros engenheiros maquinistas*, que foi regulamentado em meados do ano seguinte. O curso tinha dois anos de duração, o segundo dos quais parcialmente realizado no Arsenal, mais dois anos de embarque, e aos aprovados eram atribuídas graduações de «Ajudante Maquinista» (de 3<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 1<sup>a</sup> classes), equiparadas a sargentos<sup>204</sup>. Este desfavor foi sempre visto como uma resistência “classista” por parte dos oficiais de marinha para com estes novos técnicos (que alojavam a bordo fora dos espaços reservados ao “estado-maior”, então bem diferenciados, à popa): «um reflexo da hostilidade com que em todas as marinhas de guerra foi recebida a nova classe de oficiais», escreveu Tancredo de Moraes<sup>205</sup> – processos que a sociologia costuma analisar. Contudo, a Ordem Geral nº 15 do Comandante-Geral da Armada almirante Soares Franco<sup>206</sup> e as instruções administrativas dela dimanadas faziam já a diferenciação (nos quadros quantitativamente fixados) entre «engenheiros maquinistas» e «maquinistas ajudantes» (e estes dos «fogueiros e chegadores»). Além deste assunto, embora o decreto de Latino Coelho de Dezembro de 1868 continue a referir a existências de «lentes efectivos» (agora cinco), deixam de ser enumeradas a Cadeiras, substituídas por um elenco de «doutrinas» (nove), desigualmente distribuídas pelos diversos cursos. De referir ainda que, além dos cursos de marinha, de engenheiros construtores navais e de engenheiros maquinistas navais, a Escola Naval manteve com idêntico nível de destaque o «curso de pilotagem».

A reforma seguinte a que esteve sujeita a Escola Naval ocorreu em 1887, executada sob a responsabilidade do ministro Henrique de Macedo<sup>207</sup>. A intenção primordial era que todos os oficiais da Armada passassem por este estabelecimento de ensino, incluindo

203 Publicado na O.A. 1/15.Jan.1869 (p. 1-14).

204 Disposição que vinha do decreto de 6 de Setembro de 1854, publicado na O.A. 262/15.Out.1854.

205 **Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval**, p. 41.

206 Publicada na O.A. 3/31.Dez.1869, com base no decreto de 30 de Dezembro de 1868 do ministro Rebelo da Silva, que organizou o «corpo de engenheiros maquinistas navais».

207 Carta de lei de 25 de Agosto (O.A. 16/31.Ago,1887), seguida do decreto de 29 de Novembro de 1887 publicado na O.A. 22/30.Nov.1887 (p. 775-800).

os médicos. Mas, por agora, além dos já existentes, só foi acrescentado o curso de administração naval<sup>208</sup> (com um ano de duração, antecedido de estudos preparatórios) e a possibilidade dos primeiros-tenentes poderem aí frequentar o necessário para serem considerados engenheiros hidrógrafos<sup>209</sup>, além das cadeiras cumpridas na Escola Politécnica. E a Companhia dos Guardas-Marinhas também viu alterada a sua secular designação para Corpo de Alunos Militares da Armada, primeiro (1887); e mais tarde para Corpo de Alunos da Armada (em 1892).

O leque de Cadeiras do curso de marinha foi então bastante aumentado, passando a ser as nove seguintes: 1ª, Cálculo diferencial e integral, princípios de mecânica racional e noções de resistência de materiais; 2ª, Astronomia náutica, navegação, meteorologia, regulação da agulha, princípios de geodesia e de hidrografia; 3ª Artilharia, balística, torpedos, pirotecnia, fortificação passageira, arte da guerra e tática naval; 4ª, Elementos de teoria do navio e seus movimentos, princípios gerais de arquitectura e construção naval, descrição e classificação das diferentes espécies de navios e dos estabelecimentos para sua construção e reparação; 5ª, Descrição geral e teoria das máquinas empregadas na navegação e nos estabelecimentos navais, combustíveis e lubrificantes usados nas caldeiras e máquinas; 6ª, Direito marítimo internacional, história marítima nacional e estrangeira; 7ª, Higiene naval e colonial, patologia exótica; 8ª, Administração naval, contabilidade pública e industrial, e legislação naval; 9ª, Hidrografia. A cada uma destas cadeiras correspondia, naturalmente, um lente titular.

Além destas matérias, os estudos práticos incluíam desenho, fotografia, cálculos náuticos, uso dos instrumentos empregados na navegação, regulação de agulhas, aparelho e manobras, artilharia naval, torpedos e desembarques, infantaria, construção naval, esgrima, ginástica e natação. O curso continuou a ser de dois anos lectivos (e preparatórios na Politécnica ou na Universidade de Coimbra) e os alunos a terem a graduação em aspirantes, os quais tinham direito a uma subsídio pecuniária. É interessante referir que um articulista comece assim o seu texto publicado nos *Anais*: «Está publicada a carta de lei que autoriza o governo a reformar a Escola Naval e os estabelecimentos de ensino que lhes estão anexos [...]», prosseguindo com a comparação entre as idades de admissão às escolas navais dos diversos países: Inglaterra 13 anos, Suécia 15, França 16, Dinamarca 17 (como em Portugal), etc. Mas nenhum destes países exigia os estudos preparatórios matemáticos que nós tínhamos.<sup>210</sup>

208 Pela lei de 26 de Julho de 1867 fora reformulado o mais antigo Corpo dos Oficiais de Fazenda da Armada (O.A. 8/8.Jul.1867).

209 Em 1851 fora criada uma secção de Engenheiros Hidrógrafos, com 6 vagas, porém sempre no seio do Corpo da Armada (O.A., 201/31.Mar.1851).

210 CORREIA, J. C., “A reforma dos estudos navais”, *Anais do Clube Militar Naval*, A. 17, Ago. 1887: 244-248.

Depois de umas ligeiras correcções em 1891, sobretudo aplicáveis ao curso de marinha<sup>211</sup>, em 1895 houve nova mexida no plano de estudos<sup>212</sup>, também essencialmente para a classe de marinha, tendo sido criadas quatro novas Cadeiras: Cronómetros; Explosivos; Colonização; Electricidade – mas desaparecia a de Higiene Naval e Colonial. E, sobretudo, exigia 3 anos de preparatórios de matemática na Politécnica! Porém, logo em 1897<sup>213</sup> dá-se quase o volte-face, com o regresso de um só ano de preparatórios: sai também a Colonização e reentra a agora designada Higiene Naval e Patologia Tropical, dividida em duas partes: a primeira para todos os cursos; a segunda apenas para os médicos frequentarem a seguir ao seu alistamento, por concurso, na Marinha. E a partir de 1899 a corveta *Duque da Terceira* passou a funcionar como navio-escola para os cursos de marinha e máquinas, nas viagens de instrução que tinham lugar no Verão.

A lei de 1895 também explicitava no seu artº 13º que «Os lugares de lentes e o de professor são providos por decreto, em comissão, mediante concurso documental a que só poderão concorrer os primeiros-tenentes com tirocínio de embarque para o posto imediato e os capitães-tenentes da marinha militar e os engenheiros navais». Em caso de empate, previa-se a possibilidade de realização de uma prova oral<sup>214</sup>.

Finalmente, sob a égide do ministro Rafael Gorjão, o decreto de 5 de Julho de 1903<sup>215</sup> introduz mais uma reforma na Escola Naval, a última nos tempos da Monarquia e que permaneceria em vigor quase um quarto de século. Nela se estabelecia o princípio do internato para o curso de marinha, o que, por falta de instalações na Rua do Arsenal, só veio a concretizar-se na década de 1920. Sobre este assunto, é curioso referir o que se publicou em certa altura nos **Anais do Clube Militar Naval**: «Afirma a imprensa diária constar que vai ser posto em prática o internato para os alunos dessa Escola, cumprindo-se assim as disposições do *Novo plano de instrução naval* (carta de lei de 5 de Junho de 1903). Aponta-se como edifício escolhido para uma instalação apropriada, aquele em que actualmente se encontra instalado o serviço de torpedos fixos, em Paço d'Arcos, indo este serviço juntar-se ao dos torpedos móveis, em Vale do Zebro, ou noutro local que seja julgado mais adequado»<sup>216</sup> – Isto é: situar-se-ia na vizinhança do local onde sete décadas depois viria a construir-se a Escola Náutica Infante D. Henrique. E esta ideia voltou a ser afluída depois do incêndio que atingiu a Escola em 1916.

211 Com o ministro Júlio de Vilhena, pelo decreto de 8 de Outubro de 1891, publicado na O.A. 19/15.Ot.1891 (p. 674-678).

212 Pelo decreto de 25 de Setembro de 1895, com o ministro José Bento Ferreira de Almeida, publicado na O.A. 18/30.Set.1895 (p. 731-759).

213 Decreto do ministro Barros Gomes de 8 de Novembro de 1897 publicado na O.A. (A) 11/22. Dez.1897 (p. 555-567).

214 Artº 13º (O.A. 18/30.Set.1895, p. 744).

215 O.A. (A) 6/30.Jun.1903 (p. 431-460).

216 “Informações diversas: Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 36, Jan. 1905: 108.

Mas, sobre este último ponto, vale a pena recordar a aguda percepção do problema revelado por um autor que escreve no *Anais* em 1888: «E como era organizada a Escola Naval [com a reorganização de 67-68] debaixo do ponto de vista disciplinar e de regime educativo? Os alunos de marinha constituíam a histórica *Companhia dos guardas-marinhas*, mas esta Companhia não tinha quartel próprio; os alunos viviam em suas casas, e isto numa capital onde as distrações abundam. Pode discutir-se se uma Escola Naval deve ser em terra ou no mar; a nossa, por ter de preparar mais de uma classe de oficiais e por se achar já regularmente instalada em terra, poderá continuar como estava; outras nações têm em terra os seus estabelecimentos análogos. O que, porém, nenhuma deixou de adoptar foi o regime do internato para os seus alunos militares. [...] Sem internato não há educação militar. [...] depois, é sabido a que ponto tem chegado a *indisciplina familiar*, e quanto isso dificulta, principalmente em Lisboa, a assiduidade e aproveitamento no estudo e ainda mais a aquisição da disciplina militar. [...]»<sup>217</sup>.

Com a reforma de 1903, o número de Cadeiras do curso de marinha manteve-se praticamente igual ao que estava, mas com diversas alterações, algumas delas apenas nos títulos e em algumas partes do respectivo programa de matérias, outras na numeração que lhes era atribuída. Porém, o desenho e fotografia passam a constituir uma cadeira (a 4<sup>a</sup>), em vez de mera instrução; a balística deixa a artilharia para constituir uma nova cadeira juntamente com a química aplicada e os explosivos (agora a 7<sup>a</sup>); e os torpedos juntam-se à electricidade (a nova 9<sup>a</sup>), uma ligação que veio a durar bastante tempo na Marinha.

Além do curso para «oficiais da marinha militar», a Escola Naval organizaria também diversos outros cursos: para oficiais de marinha hidrógrafos, engenheiros (construtores) navais, complementar para médicos, maquinistas, de administração naval ou pilotagem.

Uma medida importante desta reforma foi ainda a criação da Escola Auxiliar de Marinha (considerada anexa à Escola Naval), sobretudo dedicada à formação dos oficiais da Marinha Mercante (pilotos e capitães, e maquinistas mercantes), mas também, parcialmente, de duas das classes de oficiais da Armada: maquinistas e de administração naval. Partilhou com a Escola Naval uma parte das suas instalações e do seu pessoal docente.<sup>218</sup> E, em um relatório de 1908, diz-se que nela frequentam efectivamente algumas aulas alunos da Escola Naval dos cursos de maquinistas navais e de administração naval (além de 14 condutores de máquinas da Armada)<sup>219</sup>, talvez por razões de economia de recursos. Mas desta Escola Auxiliar de Marinha se tratará mais adiante.

217 A.E. “Instrução naval em Portugal”, *Anais do Clube Militar Naval*, A. 18, Jan. a Jul. 1888: 56-57.

218 A fonte destas informações encontra-se sobretudo no livro *Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval*, p. 32-51.

219 BCM/AH, Doc. Av., Escola Naval, Cx. 307, pasta 1.

O tema da Escola Naval e da formação dos oficiais esteve muitas vezes presente nas páginas dos **Anais do Clube Militar Naval** ao longo do seu mais que centenário percurso. Só até ao advento da República detectámos 18 artigos aí insertos<sup>220</sup>. Em determinada altura, o debate salta mesmo para as páginas dos jornais *Diário de Notícias* e *Economista*, com a redacção dos *Anais* a transcrever essas intervenções e a dizer que o assunto «merece ser estudado e pensado, para que se não façam sobre o joelho mais reformas da Escola Naval»<sup>221</sup>. Os assuntos mais discutidos eram então os seguintes:

-A idade de admissão, havendo comparações quantitativas com o que se fazia noutros países. Entre outras abordagens praticadas, é de referir a reprodução de uma publicação italiana sobre os modelos de formação então adoptados no estrangeiro: alemão,

- 
- 220 CORREIA, J. C., “A reforma dos estudos navais”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 17, Ago. 1887: 244-248.  
 “A necessidade de um navio escola de aplicação” **Anais do Clube Militar Naval**, A. 17, Nov. 1887: 343-349.  
 A.E., “Instrução naval em Portugal”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 18, Jan. a Jul. 1888: 33-38, 49-57, 81-90, 113-121, 145-153 e 177-184.  
 French Professor, “As escolas navais e a instrução científica dos oficiais em Inglaterra”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 18, Set. e Out. 1888: 261-261 e 289-291.  
 F., “A educação naval nalgumas marinhas estrangeiras”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 18, Out. 1888: 278-288.  
 X., “Reflexões sobre o curso para oficial da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 21, Dez. 1891: 721-730.  
 A. E., “Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 21, Nov. 1891: 688-690.  
 C. S., “Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A.21, Julho 1891: 401-423.  
 J. da S., “Viagens de aspirantes”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 21, Abril 1891: 206-210.  
 EÇA, Vicente Almeida d’, “O oficial de Marinha” (lição de abertura do ano lectivo na EN em 18.Out.1899), **Anais do Clube Militar Naval**, A. 29, Out. 1899: 799-824.  
 “Educação naval” (transcrição de artigos publicados no *Diário de Notícias* e no *Economista*), **Anais do Clube Militar Naval**, A. 31, Set-Out. 1901:399-412; Nov.-Dez. 1901: 436-444.  
 COSTA, Abel Fontoura da, “A instrução prática dos aspirantes e guardas-marinhas”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 32, Nov. 1902: 671-678.  
 A.F.C., “Informações diversas: A reforma da Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 33, Jan. 1903: 41-44.  
 COUTINHO, Gago, «Navio-escola de oficiais», **Anais do Clube Militar Naval**, A. 35, Abr. 1904: 200-207.  
 “Informações diversas: Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 36, Jan. 1905: 108.  
 FERREIRA, Baptista, “Instrução e educação dos oficiais da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 40, Set. 1909: 597-609.  
 B. F., “Instrução e educação dos oficiais da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 40, Mai. 1909: 281-297.  
 LIMA, A., “Prática, prática e mais prática”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 40, Jun. 1909: 357-369.
- 221 “Educação naval”, *Anais* 1901 *cit.*

americano, austríaco, dinamarquês, francês, grego, espanhol, holandês, italiano, russo e sueco-norueguês – o que dava uma interessante visão comparativa da questão<sup>222</sup>;

-A suficiência dos embarques que se praticavam. Por exemplo, depois de um “J. da S.” (o membro da redação José Francisco da Silva?)<sup>223</sup>, um artigo de Fontoura da Costa refere-se especialmente aos tirocínios feitos a bordo<sup>224</sup> e o mesmo autor vem a criticar *a posteriori* a reforma de 1903<sup>225</sup>;

-A questão da necessidade da existência de um navio-escola<sup>226</sup>, tema a que Gago Coutinho dedica alguma da sua reflexão<sup>227</sup>, que aliás repetirá duas décadas mais tarde;

-E, mais latamente, o equilíbrio entre os estudos teóricos e a habituação ao mar. Sobre este último tópico e desde anteriormente, até o carismático visconde de Soares Franco, futuro Major-General da Armada, não se havia furtado a manifestar a sua opinião: «Eu sou da antiga escola da marinha e posso dizer que nunca fiz aplicações das sublimes teorias do cálculo integral e diferencial... entendo que se não deve dar mais de três anos de estudo aos candidatos que se destinarem para a marinha... Aos 17 anos deviam estar embarcados. Um rapaz que embarca com 22 anos já não é possível acostumá-lo ao mar...»<sup>228</sup>. Um autor que assina como “French Professor” esclarece-nos sobre o que então se fazia em Inglaterra<sup>229</sup>. Um escondido “X” assina em 1891 um conjunto de sugestões acerca das cadeiras teóricas da Escola Naval que começa assim: «Agora que se fala vagamente numa reforma da Escola Politécnica, esperamos que deixe de existir para o aspirante de marinha esse escolho temível chamado a *cadeira de física*, onde tantas aspirações têm ido naufragar»<sup>230</sup>. E, nas vésperas da República, Almeida Lima e Baptista Ferreira ainda voltam ao assunto<sup>231</sup>, tal como Nunes Ribeiro, que polemiza com este último, alargando o debate à noção das “escolas práticas” e ao que se fazia no estrangeiro<sup>232</sup>.

Este debate no espaço associativo que era, por excelência, o Clube Militar Naval, ilustra de forma inequívoco a intensa *profissionalidade* que já então animava a corporação dos oficiais da Armada.

222 F., **Anais** 1888 *cit.*

223 J. da S., **Anais** 1891 *cit.*

224 COSTA, Abel Fontoura da, **Anais** 1902 *cit.*

225 A.F.C., **Anais** 1903 *cit.*

226 Artigo não assinado, “A necessidade de...”, **Anais** 1887 *cit.*

227 Gago Coutinho, **Anais** 1904 *cit.*

228 *Apud* MORAES, Tancredo de, “Esboço histórico” in **Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval**, p. 36.

229 **Anais** 1888 *cit.*

230 X. “Reflexões sobre o curso para oficial da Armada”, **Anais** 1891 *cit.* p 721.

231 Três artigos nos **Anais** 1909 *cit.*

232 RIBEIRO, Álvaro A. N. [Nunes Ribeiro], “Escolas práticas”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 40, Jul. 1909:421-443; Dez. 1909: 793-794.



**Figura 16 - Sala do Risco** <sup>233</sup>

Vale também a pena aqui referir que um Clube dos Aspirantes de Marinha foi criado em 1888 e oficialmente reconhecido<sup>234</sup>. Teve um pequeno posto náutico numa instalação do Arsenal com rampa para pôr na água e alar as suas embarcações de recreio de vela e remo.

A evolução anual dos efectivos da Companhia dos Guardas-Marinhas (e sucedâneos) até ao fim do regime político da Monarquia é apresentada no Quadro seguinte. Apesar de algumas falhas da documentação arquivística, percebe-se uma razoável estabilidade do número de alunos que frequentaram a Escola Naval durante este período, oscilando entre um mínimo de cerca de 6 dezenas e um tecto máximo de cerca de 160 aspirantes e guardas-marinhas.

<sup>233</sup> Fotografia reproduzida do livro de OLIVEIRA, João Braz de - **Modelos de Navios que existiram na Escola Naval e pertenceram ao Museu de Marinha**, Lisboa, se, 2ª ed., 1947.

<sup>234</sup> É a associação hoje chamada Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada (CNOCA).

**Tabela 2** - Efectivos da Companhia dos Guardas-Marinhas\* ao findar de cada ano (1845-1910)

<b>Ano</b>	<b>Nº Efectivos</b>	<b>Data</b>	<b>Fonte</b> BCM/AH, Índice 32
1845	163	27.Dez.1845	Cx. 121, pasta 2
1846	186	31.Dez.1846	Cx. 121, pasta 3
1847	115	25.Dez.1847	Cx. 121, pasta 4
1848	119	30.Dez.1848	Cx. 122, pasta 1
1849	133	15.Dez.1849	Cx. 122, pasta 2
1850	132	26.Dez.1850	Cx. 122, pasta 3
1851	118	25.Dez.1851	Cx. 123, pasta 1851
1852	142	31.Dez.1852	Cx. 123, pasta 1852
1853	153	24.Dez.1853	Cx. 123, pasta 1853
1854	153	30.Dez.1854	Cx. 124, pasta 1854
1855	141	29.Dez.1855	Cx. 124, pasta 1855
1856	115	27.Dez.1856	Cx. 124, pasta 1856
1857	96	19.Dez.1857	Cx. 125, pasta 1857
1858	72	31.Dez.1858	Cx. 125, pasta 1858
1859	73	24.Dez.1859	Cx. 125, pasta 1860-61
1860	83	29.Dez.1860	Cx. 125, pasta 1860-61
1861	73	21.Dez.1861	Cx. 125, pasta 1860-61
1862	132	27.Dez.1862	Cx. 126, pasta 1862-63
1863	152	31.Dez.1863	Cx. 126, pasta 1862-63
1864	132	31.Dez.1864	Cx. 126, pasta 1864-79
1865	104	23.Dez.1865	Cx. 126, pasta 1864-79
1866	113	1.Dez.1866	Cx. 301, pasta 1866-67
1867	115	28.Dez.1867	Cx. 301, pasta 1867-68
1868	132	31.Dez.1869	Cx. 301, pasta 1868
1869	106	11.Dez.1869	Cx. 302, pasta 1869-70
1870	99	31.Dez.1870	Cx. 302, pasta 1871-73
1879	64	10.Nov.1879	Cx. 126, pasta 1864-79
1880	47	27.Dez.1880	Cx. 302, pasta 1878-80
1881	52	29.Dez.1881	Cx. 302, pasta 1881-82
1882	50	26.Dez.1882	Cx. 302, pasta 1881-82
1883	66	31.Dez.1883	Cx. 303, pasta 1883-84

1886	122	20.Dez.1886	Cx. 303, pasta 1885-86
1887*	119	26.Dez.1887	Cx. 303, pasta 1887
1888	128	12.Nov.1888	Cx. 303, pasta 1888-89
1889	160	29.Dez.1889	Cx. 304, pasta 1890
1890	160	24.Nov.1890	Cx. 304, pasta 1890
1891	138	28.Dez.1891	Cx. 304, pasta 1891
1898	90	12.Nov.1898	Cx. 305, pasta 1895-97
1906	63	24.Nov.1906	Cx. 306, pasta 1906
1907	61	15.Jul.1907	Cx. 306, pasta 1907
1908	30**	Verão 1908	Cx. 307, pasta 1

\* A partir de 1887 é designada por Corpo de Alunos Militares da Escola Naval.

\*\* Só aspirantes. Segundo a *Lista da Armada* de 1908, haveria então mais 17 guardas-marinhas.

Referimos agora a relação dos sucessivos Directores (e/ou Comandantes) da Escola Naval que exerceram essa responsabilidade (excluindo os interinos) até à implantação da República:

- Capitão-de-mar-e-guerra António Lopes da Costa e Almeida (1845-1851)
- Capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Pedro Celestino Soares (1851-1866)
- Capitão-de-mar-e-guerra Augusto Castro Guedes (1866-1883) ?
- Contra-almirante José de Sousa Neves (1883-1885)
- Capitão-de-mar-e-guerra Rodrigo Teixeira Pinha (1885-1887)
- Capitão-de-mar-e-guerra António Pereira de Sampaio (1887-1890)
- Contra-almirante Francisco Teixeira da Silva (1890-1891)
- Contra-almirante José Alemão Cisneiros e Faria (1891-1892)
- Capitão-de-mar-e-guerra António Fernandes da Cunha (1892-1895)
- Capitão-de-fragata Augusto de Castilho Noronha e Barreto (1895)
- Capitão-de-mar-e-guerra António Fernandes da Cunha (1895-1896)
- Vice-almirante Manuel Ferreira Marques (1897)
- Capitão-de-mar-e-guerra José Teixeira Guimarães (1898-1900)
- Capitão-de-mar-e-guerra Augusto Castilho Barreto e Noronha (1900-1901)
- Contra-almirante José Cesário de Silva (1901-1906)
- Contra-almirante João Augusto Boto (1906-1910)

## 10. A Escola de Construção e Arquitectura Naval

No «Alvará de 26 de Outubro de 1796, da criação do Conselho do Almirantado e Junta de Fazenda da Marinha» figurava já um Título 6º intitulado «Da nova criação dos Engenheiros Construtores» que começa assim: «Sendo demonstrado que sem os mais sólidos conhecimentos da Arquitectura Naval, que dependem da reunião das

maiores luzes Teóricas e Práticas, e da facilidade e habilidade no Desenho, não pode subsistir uma boa Construção de Naus de toda a qualidade, nem mesmo aproveitarem-se e ampliarem-se as novas descobertas que diariamente a Teórica, ajudada da experiência, vai fazendo em tal matéria entre todas as Nações civilizadas: Sou servida estabelecer um Corpo de Engenheiros Construtores, que será constituído de um Engenheiro Construtor-em-Chefe, primeiro mestre da Escola de Construção, Desenho e Traçamento das formas, com patente de Oficial do Real Corpo da Marinha [...]»<sup>235</sup>. De facto, começou aqui a história da construção naval *moderna* em Portugal.

A arte e a indústria da construção naval ultrapassam em muito aquilo que agora podemos referir sobre esta matéria. Quando a Corte parte para o Brasil em 1807, estava em curso de construção no Arsenal da Marinha unicamente a nau *Príncipe Regente*, apenas ainda em caverna.<sup>236</sup> E até ao fim da guerra civil, quando o almirante Napier visitou o Arsenal, espantado com a sua grandiosidade e a ineficácia do seu funcionamento<sup>237</sup>, pouco se fez.

Num mapa nominal deste Corpo de 4 de Agosto de 1833 pode ler-se que o capitão-tenente Manuel Luiz dos Santos era então é o 1º engenheiro construtor. Mas, num ofício para o Major-General da Armada José Bressane Leite, é referida a «Aula da Construção e Arquitectura Naval», cujo «Ponto diário dos Aspirantes Engenheiros Construtores e Alunos da Construção no ano de 1835» mostra a existência em Janeiro de 2 aspirantes e de 8 alunos<sup>238</sup>. Sem maiores aprofundamentos, pode concluir-se que no âmbito do Arsenal da Ribeira das Naus existia por aquelas primeiras décadas do século XIX uma Aula de Construção e Arquitectura Naval onde se formavam Engenheiros Construtores, graduados como oficiais do Corpo da Armada, além de alguns alunos e práticos que oficiavam no Arsenal.

Eis mais alguns dados extraídos da documentação de arquivo que, sucessivamente, pôde ser conservada sobre este assunto:

-Ainda em 1835 o mapa nominal do «Estado da Aula de Arquitectura e Construção Naval» indica como Director o capitão-tenente Fontes. E também 2 segundos-tenentes (Martinho e Sampaio), um professor e o outro ajudante de Construção; 4 aspirantes de engenheiros construtores (Gonçalves, Reynaud Sampaio, Faria e May); 2 alunos com vencimento (Morgado e Conceição) e 23 alunos sem vencimento<sup>239</sup>;

235 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, pasta 7 (Estado actual da Escola de Construção e Arquitectura Naval, s/d 1816/1838).

236 Ver PEREIRA, Rodrigues; CASTRO, Paulo - **Da Armada Real para a Marinha Imperial** - Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2018, p. 113-114.

237 NAPIER, Charles - **A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel**, ed. orig. ingl. 1836, trad. port. 1841, reedição Caleidoscópio, 2005; ver sobretudo o cap. 2º do Tomo II.

238 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 175, Pasta 5, Corpo de Engenheiros Construtores Navais.

239 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, pasta 7.

-Em 1841 o Director é o capitão-de-mar-e-guerra Possolo, com um 1º ajudante, o segundo-tenente Sampaio; um 2º ajudante, o aspirante Faria; 5 aspirantes a engenheiros construtores; e 8 alunos de 2ª classe<sup>240</sup>;

-A partir de Dezembro de 1843, o Director passa a ser o capitão-de-fragata António Lopes da Costa e Almeida, havendo também um secretário que é o segundo-tenente graduado Duval, em comum com a Escola Naval, situação que se mantém até 1851, com um efectivo oscilando entre 18 e 31 homens e novos alunos como Zuzarte, S. Silva, A. Silva, Carmo e Pinto, além de outro pessoal ali integrado<sup>241</sup>;

-A partir de 1852 o Director é o capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Pedro Celestino Soares, em acumulação com o cargo principal que desempenha na Escola Naval, havendo também referência a que em 1850 o Conde de Linhares era deputado às Cortes, pelo que estava então «destacado»; e que em 1857 há dois outros engenheiros «destacados», um em Damão e outro em Goa. De notar ainda que em 1859 foi reformulado o Corpo de Engenheiros (“construtores”) Navais<sup>242</sup>. Mas a partir de 1865 cessam estas notícias da “escola” ou “aula” de construção naval<sup>243</sup>.

De facto, de acordo com Boaventura Pereira Gonçalves<sup>244</sup>, em Artigo da Lei de 7 de Julho de 1864 fora determinado que «a Escola Naval e a Aula de Construção Naval constituirão um só estabelecimento de instrução» – o que marca o fim a autonomia da Aula de Construção e Arquitectura Naval e a concentração do ensino destas matérias na Escola Naval, onde constituía então a 4ª Cadeira<sup>245</sup>. Isto também coincide com a maior utilização do ferro e do aço para a construção dos navios (inicialmente em sistema *compound*) e com o envio de oficiais ao estrangeiro para adquirirem estes novos conhecimentos técnicos.

## 11. A formação dos Maquinistas

A propulsão dos navios a vapor implicou imediatamente a necessidade de pessoal especializado na sua condução, com a formação escolar e prática mais adequada. Embora a criação de um corpo de maquinistas tivesse sido estudada e preparada desde meados do século XIX, só com a reforma da Escola Naval de 1868/69, do ministro Latino Coelho, foi criado nesta instituição um curso de *engenheiros maquinistas navais*, de dois anos de duração.

---

240 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, pasta 8.

241 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, pasta 9; e Cx. 121, Pasta 2 (1845).

242 Com um quadro orgânico de 17 lugares, conforme o publicado na O.A. 5/7.Nov.1859.

243 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 299, Escola de Construção e Arquitectura Naval (pastas 1846 a 1865).

244 In **Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval – 23-IV-1845 a 23-IV-1945**, Lisboa, Tip. União Gráfica, s/d, p. 161-175.

245 Que incluía: Teoria do Navio e seus movimentos; Arquitectura e construção naval; Máquinas de vapor e sua aplicação à locomoção dos navios; Desenho de arquitectura naval e de máquinas. *Ibidem*, p. 163.

Esta designação custou muito a instituir na Armada – quase um século –, pela dificuldade em os distinguir dos meros “condutores de máquinas” (que se aparentavam mais aos fogueiros), além das atitudes elitistas dos oficiais do “corpo de marinha”.

Em 1888, escreveu nos *Anais* um articulista não identificado (A.E.?), mas com forte juízo crítico que: «Um dos factores que mais tarde veio complicar o problema da instrução naval foi a criação e aumento de importância que sucessivamente tiveram outras entidades diversas das dos oficiais de marinha propriamente ditos [...] tais foram primeiro os construtores navais, depois os hidrógrafos e oficiais de fazenda e por último os maquinistas. [...] E assim, pela lei de 7 de Agosto de 1885 reorganizou a Escola Naval e criou, fundindo outros estabelecimentos, uma *Academia de Ampliação da Armada*, onde se professam os estudos necessários às especialidades de “engenheiros construtores navais, *engenheiros construtores de máquinas*, artilheiros, astrónomos e hidrógrafos”, isto além das três *Academias de Alunos de administração da armada*, onde se habilita todo o pessoal administrativo da marinha, e das colónias [...]»<sup>246</sup>. Mas isto foi letra de lei (e aparentemente de políticos) sem efeito sobre as realidades da Marinha desse tempo.

Por exemplo, em 1887 aqueles oficiais especialistas das “máquinas” foram retrocedidos a simples *maquinistas navais*; e na reforma da Escola Naval de 1903 o curso (pelo menos na parte não militar) passou a ficar integrado na então criada Escola Auxiliar de Marinha (tal como os aspirantes de administração naval), estando esta última vocacionada para a formação dos oficiais da Marinha Mercante. Esta situação de menosprezo pelos oficiais de máquinas foi revertida em 1917, mas na reforma de Pereira da Silva de 1924 tudo voltou à primeira forma. E só em 1958 a primitiva designação ganhou definitivamente direitos de cidade.

Mas deve referir-se a curiosidade da opinião de um tal João de Pinho que em 1891 escreve nos **Anais do Clube Militar Naval** sobre a desejabilidade *nacional* da existência de especialistas em máquinas. Historiando brevemente a entrada da propulsão a vapor na nossa Armada, diz «A única escola de máquinas a vapor que possuímos é na Escola Naval, e data de 1869», fazendo em seguida propostas para a formação de “maquinistas” em uma escola profissional a criar para rapazes de 13/16 anos, com três anos de curso, podendo em seguida matricular-se na Escola Naval ou servir como «maquinista a bordo» ou na indústria, etc. Nesse ensino teriam matérias práticas de serralharia, torno, forja, caldeiraria, fundição e carpintaria mecânica. Mas nada avança sobre a inserção militar-profissional dos corpos da Armada.<sup>247</sup>

Entretanto, ao “pessoal do fogo” e aos seus próximos (mas mais qualificados) “condutores” – uns e outros inseridos militarmente no Corpo de Marinheiros da Armada –, que

246 A.E. “Instrução naval em Portugal”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 18, Jan. a Jul. 1888: 37-38. E o autor ainda deixou esquecidos os médicos navais.

247 PINHO, João de. “Escola profissional para maquinistas e Laboratório de mecânica”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 21, Dez. 1891: 750-763.

manobravam a bordo as caldeiras e as máquinas alternativas a vapor que asseguravam a propulsão do navio, começaram a ser exigidas novas competências profissionais, ligadas à emergência dos motores de combustão interna utilizados nos submersíveis, nos geradores eléctricos e, em breve, também na propulsão de navios mais ligeiros e dos hidroaviões. Os domínios técnicos da electricidade (e seguidamente a electrónica da rádio-telegrafia) também andavam por perto e, por isso, não é de estranhar que a partir da primeira década do Século XX fosse sobre a Escola Prática de Torpedos e Electricidade (em Vale de Zebro) que caiu a responsabilidade da formação profissional destes diversos especialistas, como atrás fizemos referência. E que na década de 1930 esta última desse directamente lugar à Escola de Mecânicos da Armada, que trataremos mais adiante.

## 12. A Escola Prática de Artilharia Naval

O aperfeiçoamento das bocas-de-fogo (agora estriadas e de carregar pela culatra) e dos seus aparelhos de pontaria permitiu aumentar muito as distâncias do combate entre navios. A complexidade destes mecanismos, das cargas de pólvora e dos projecteis exigiam períodos de instrução mais longos, só possíveis de realizar numa instituição a isso expressamente dedicada. Com estes pressupostos, foi criada em 1863 por portaria de 29 de Julho do ministro Mendes Leal uma escola de artilharia para funcionar a bordo da nau *Vasco da Gama*, fundeada no Tejo em local conveniente. A referida portaria começa assim: «Considerando como é essencial dar ao pessoal marítimo a máxima instrução prática das diferentes armas em uso na marinha militar; considerando que é a destreza das guarnições no manejo da artilharia causa muitas vezes determinante e sempre influente no resultado dos combates; considerando o grandíssimo desenvolvimento e aperfeiçoamento que por sucessivos e constantes esforços tem chegado nestes últimos anos à artilharia, principal arma dos navios de guerra; considerando o referido manejo da artilharia, bem como o de fuzilaria e armas brancas, a principal instrução que o decreto com força de lei de 6 de Março de 1855 estatuiu para as praças do corpo de marinheiros [...]». Depois desde considerandos, o referido diploma refere adiante que «a instrução constará de seis partes: Nomenclatura das bocas de fogo e seus acessórios [...]; Formatura a postos, guarnecer a um e aos dois bordos detalhadamente, atracar e desatracar nas diversas baterias [...]; Exercício de artilharia num só bordo [...]; Exercício de artilharia detalhada por tempos e à vontade [...]; Exercício na bateria a postos com as peças atracadas, e as portas fechadas [...]; Exercício de fogo, tiro ao alvo fixo e flutuante [...]». E, para terminar, escreve-se que: «A instrução de artilharia será, na parte aplicável, conforme as regras prescritas no *Guia do marinheiro artilheiro*, aprovado por portaria deste ministério de 30 de Agosto de 1862. [...]»<sup>248</sup>. Foi primeiro comandante desta escola o capitão-tenente António da Silva Leote<sup>249</sup>.

---

248 O.A. 95/30.Jul.1863.

249 **Lista da Armada** (L.A.) 1863-I.

Porém, só em 1864 sai a regulamentação da mesma, antecedida em 13 de Janeiro de um ofício do Major-General da Armada, visconde de Soares Franco, do seguinte teor e dirigido ao «Conselheiro Director da 1ª Direcção: Passo às mãos de V.Exª. o projecto de regulamento para a escola d'artilharia, o qual me foi enviado pelo director da mesma Escola. Este trabalho, e salva a redacção e com as pequenas alterações que no mesmo regulamento vão notadas a lápis, julgo-o no caso de ser aprovado»<sup>250</sup>. O «Regulamento da Escola Prática de Artilharia Naval», designação que ficou então atribuída a esta unidade, só é publicado no final desse ano<sup>251</sup>: consta de 45 artigos distribuídos por 6 capítulos, onde se estatui sobre as atribuições da «junta escolar» e do comandante, bem como dos «oficiais instrutores», do inicial programa da instrução, dos exames, etc. Nele também se especificava a instrução (preparatória, de carregadores e de chefes de peça) que habilitava ao desempenho das várias posições hierárquicas: carregadores, artilheiros de 2ª classe, artilheiros de 1ª classe, chefes de peça, cabos e sargentos artilheiros. Havia aula para assegurar que todos os chefes de peças soubessem ler, escrever e contar, e conhecessem elementos de geometria. O livro *Guia do Marinheiro Artilheiro*, do primeiro-tenente Zeferino Teixeira, era o manual de instrução então disponível. Nesta altura foram adoptadas as peças *Blakley*, as primeiras estriadas que possuímos e equiparam diversos navios a vapor.<sup>252</sup>

A designação de escola *prática* foi adoptada em instituições militares de vários países, significando que já não bastava a instrução de recruta nem o treino militar periodicamente assumidos pelas unidades de combate, mas também que era algo de bem diferente dos estabelecimentos de ensino académicos<sup>253</sup>. Em Portugal o Exército adoptou igualmente esta terminologia e o conceito, mas já posteriormente à Armada, com a criação da Escola Prática de Engenharia (em Tancos) em 1880 e a de Infantaria e Cavalaria em 1887 (em Mafra), assumindo também por essa altura idêntico estatuto o “campo de instrução” já existente em Vendas Novas para a Artilharia.

Em 1865 o navio-escola de artilharia passa a ser a fragata *D. Fernando II e Glória* em vez da *Vasco da Gama*, pois a última nau portuguesa foi abatida em seguida e a fragata terminara as suas idas aos trópicos. Esta função, a *D. Fernando* vai cumpri-la durante cerca de setenta anos, tendo sido para tal adaptada com a instalação no convés e na coberta de peças dos diversos tipos, para fins de instrução.

Pelo «Mapa do estado da Escola de Artilharia Naval de 2 de Janeiro a 31 de Março de 1865», verifica-se que a unidade tem 50 praças registadas nominalmente, incluindo

250 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, pasta 5, Escola de Artilharia Naval (1864/1910).

251 Decreto de 21 de Outubro de 1864 do ministro Mendes Leal (O.A. 27/2.Nov.1864).

252 Segundo CANECO, M. Leal: “Escola de Artilharia Naval no seu Bicentenário”, **Anais do Clube Militar Naval**, A.127, Jan.-Mar. 1997:75-98.

253 Na Armada o jovem tenente RIBEIRO, Álvaro A. N. [Nunes Ribeiro] voltou ao assunto em “Escolas práticas”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 40, Jul. 1909:421-443; Dez. 1909: 793-794.

grumetes, marinheiros e sargentos, com Aproveitamentos de: Bastante, 3; Suficiente, 1; Regular, 22; Pouco, 12; Muito Pouco, 1; Nenhum, 10 (e 1 que faleceu no Hospital)<sup>254</sup>. Em 1866, é aprovado por portaria de 10 de Junho do ministro Visconde da Praia Grande o *Manual do Marinheiro-Artilheiro*, da autoria do primeiro-tenente Rodrigo Teixeira Pinha<sup>255</sup>, que terá substituído o anterior. Ainda em 1866, por portaria de 14 de Setembro, a lotação da *D. Fernando*/EPAN passa a incluir um capitão-de-mar-e-guerra ou capitão-de-fragata como comandante e um capitão-tenente como imediato<sup>256</sup>.

Por decreto de 29 de Dezembro de 1868 do ministro Latino Coelho (ao abrigo da Carta de Lei de 9 de Setembro pp.) são fixados os fins e organização da Escola Prática de Artilharia Naval (EPAN), nestes termos: «Artº 1º - A escola prática de artilharia naval, fundada e regularizada pelas portarias de 29 de Julho de 1863 e 21 de Outubro de 1864, é declarada instituição permanente da marinha. Artº 2º - A escola prática de artilharia naval é estabelecida a bordo de um navio de guerra da marinha nacional, e tem por fim instruir os oficiais e mais praças combatentes da armada no serviço de artilharia e conhecimento e aplicação de todo o material de guerra». Este diploma também estatui que será ministrado na EPAN o «primeiro grau de instrução primária», que haverá um «curso elementar de aritmética, álgebra, e geometria e balística elementar», que os cursos duram «todo o ano, excepto no tempo dos exercícios gerais» e que haverá «uma livraria e gabinete, contendo livros, jornais, estampas e modelos concernentes aos assuntos militares, e especialmente à artilharia naval»<sup>257</sup>.

A Escola Prática de Artilharia Naval fora reorganizada no final do ano de 1868, mas num documento de 6 de Março de 1869 da sua Junta Escolar, composta pelo Comandante da Escola, capitão-tenente João Baptista Garção e pelos primeiros-tenentes António Fernandes da Cunha e Augusto Cardoso de Carvalhosa, instrutores, fazem-se algumas sugestões de correcção àquele articulado, nomeadamente quanto ao «pessoal técnico» da escola e a outros aspectos da instrução, transformando-o numa espécie de regulamento interno muito detalhado com disposições sobre classificações escolares, exames, admissão e passagem para os navios, distintivos, disciplina, recompensas, etc., atingindo um total de 64 Artigos<sup>258</sup>.

Novo Regulamento é estabelecido por decreto do ministro Melo Gouveia de 31 de Agosto de 1871<sup>259</sup>, mas que veio a ser alterado pelo decreto de 26 de Agosto de 1875

---

254 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, pasta 5, Escola de Artilharia Naval (1864/1910).

255 O.A. 54/1.Ago.1866.

256 O.A. 56/29.Set.1866.

257 O.A. 1/15.Jan.1869, p. 31-34.

258 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pasta Esc. Pr. Art. Nav. (s/d 1863-1869).

259 O.A. nº 15/15.Set.1871 (p. 101-113).

assinado por António Maria Fontes Pereira de Melo<sup>260</sup>. Mas de uma nova reestruturação em data de 14 de Agosto de 1889 não encontramos registo.

Por Portaria de 20 de Fevereiro de 1899 é nomeada uma comissão para elaborar um Plano de Reorganização da EPAN que integra o contra-almirante Fernando Costa Cabral (presidente), o capitão-de-mar-e-guerra António Sérgio de Sousa, os capitães-de-fragata Cândido dos Reis, Ferreira Barbas e António de Oliveira Andréa, o capitão-tenente Barbosa Leal, e os primeiros-tenentes Macedo e Couto, e Pinto da França.<sup>261</sup>

E sai ainda uma nova orgânica e lotação da EPAN pelo decreto de 19 de Outubro de 1901<sup>262</sup>

Nas décadas de 1870 e 80, era habitual a fragata ser rebocada em certas épocas do ano para a zona da Trafaria, onde executava exercícios de fogos reais<sup>263</sup>. Veja-se esta determinação ministerial sobre o equipamento bélico a atribuir à EPAN: «Convindo estabelecer qual o armamento que a Escola Prática de Artilharia Naval deve ter para o desempenho do serviço que lhe está incumbido; Sua Majestade El-Rei, conformando-se com a proposta do respectivo Conselho Escolar, Há por bem determinar que o material permanente da mesma escola seja constituído dos objectos seguintes:

*-Artilharia naval de posição:* Bateria de instrução - Peças: de calibre 32, nº3, montadas em reparos de 4 rodas – 14; de calibre 32, nº 5, montadas em reparos de chapus e roletes – 4; Obus de 0,20m nº 2 ou nº 3 montado em reparo de rodízio – 1; Com as suas vestiduras e sobressalentes: Reparos: de 4 rodas (sobressalentes) – 2; de 2 rodas e roletes (sobressalentes) – 2; de chapuz sobre estrados para a bateria – 2;

*-Artilharia de desembarque:* Bateria de instrução: Peças de bronze estriadas de calibre 0,08m montadas em reparos de flecha – 6; Armões para as mesmas – 6; Carros de munições com armões – 6 (completamente muniçadas e equipadas); Reparos para escaler – 2;

*-Armamentos e equipamentos:* Carbinas regulamentares com espada-baioneta – 80; Correames completos para as mesmas – 80; Espadas d'abordagem – 60; Revólveres – 60; Correames completos para os mesmos – 60; Machadinhas – 30.

O que, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, se participa ao Director-Geral da Marinha para os devidos efeitos. Paço em 19 de Dezembro de 1871. Ass. Jaime Constantino de Freitas Moniz»<sup>264</sup>.

260 O.A. 18/15.Set.1875 (p. 373-387).

261 **Lista da Armada** (L.A.), 1999 (p. 121). O relatório (com uma alteração na composição da comissão) foi entregue à Direcção-Geral de Marinha, conforme consta em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 308, Esc. Pr. Art. Nav. (1878-1904).

262 O.A. 10/31.Out.1901 (p.776-82).

263 Ver, por exemplo, as O.A. 16/30.Set.1871 e O.A. 13/15.Jul.1885.

264 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pasta Esc. Pr. Art. Nav. (sd 1870-1876).

Em 1877, o «Mapa Sinóptico do Exercício de Tiro ao Alvo na Trafaria» e munições despendidas de 1 e 30 de Setembro de 1877» informa que fizeram fogo: as peças *Armstrong-Woolwich* de 17cm e 12cm, com o alvo a 1.500m; a peça de artilharia lisa calibre 32 nº3, com alvo a 120m de distância; a peça de desembarque, com alvo a 800m; e as carabinas *Snider-Banet*, a 100m. Gastou-se: cartuchame, projecteis, escorvas e espoletas. Assinam o Comandante Teixeira Pinha e 3 outros oficiais<sup>265</sup>.

Contudo, note-se que os treinos de manobra da artilharia naval de desembarque (com pequenas bocas-de-fogo de tracção ou transporte animal)<sup>266</sup> e de metralhadoras eram geralmente realizados no quartel de Alcântara do Corpo de Marinheiros, bem como os exercícios de infantaria. Aí acorriam regularmente para instrução destacamentos de marinheiros dos navios fundeados no Tejo.

Quanto ao pessoal artilheiro que frequentou a EPAN e nela foi certificado para o exercício de funções a bordo e ascender nos postos da sua classe profissional, refiram-se os seguintes números, a título de exemplo:

-O Mapa do aproveitamento escolar de Março de 1866 mostra existiram 33 instruen-  
dos<sup>267</sup>;

-Em 3 de Julho de 1869 havia 105 homens a bordo<sup>268</sup>;

-Nos exames realizados a 25, 26, 27 e 29 de Agosto de 1870, ficaram aprovados como «chefe de peça» 9 marinheiros-alunos que poderão ser propostos para promoção a cabo, havendo 4 que não obtiveram aprovação; e 24 grumetes e marinheiros como «carregadores» (um deles reprovado para chefe de peça por ter «vista curta»), num total de 33 instruendos<sup>269</sup>;

-Em 1 de Outubro de 1874, o Mapa do Estado da Guarnição indica estarem a bordo um total de 171 homens<sup>270</sup>;

-Um mapa simplificado da EPAN de 30 de Setembro de 1878 indica um total de 125 homens, dos quais: prontos 121, 1 no hospital e 3 ausentes; alojando 60 na bateria e 61 no convés<sup>271</sup>;

-«Mapa estatístico do movimento das praças matriculadas e seu aproveitamento na aula de instrução literária elementar» no ano lectivo de 1907-1908: matriculados,

---

265 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pasta Esc. Pr. Art. Nav. (sd 1870-1876).

266 Ver, por exemplo, a O.A. 2/31.Jan.1875.

267 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pasta Esc. Pr. Art. Nav. sd 1863-1869.

268 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pasta Esc. Pr. Art. Nav. sd 1863-1869.

269 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pasta Esc. Pr. Art. Nav. (sd 1870-1876).

270 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pasta Esc. Pr. Art. Nav. (sd 1870-1876).

271 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 308, Esc. Pr. Art. Nav. (1878-1904).

143; Aproveitamento Bom, 40; Suficiente, 67; Sofrível, 36. Havia 53 analfabetos no início<sup>272</sup>;

- No quadro do movimento de alunos dos vários cursos efectuados no ano de 1909-1910 verifica-se que houve um total de 274 alunos, dos quais 259 no curso elementar (para artilheiros), dos quais 112 completaram-no e 52 não o fizeram (só 1 por falta de aproveitamento e os restantes por outros motivos); e 15 no curso complementar (para cabos artilheiros), dos quais 13 completaram o curso<sup>273</sup>.

Mapa de serviço escolar a bordo do navio escola pratica de artilheria naval de U.S. Francisco de Castilho

Dia	De	De manhã				De tarde														
		Das 5 às 7 30	Das 7 às 8	Das 8 às 10	Desfazer	Alit	Das 1 às 4	das 4 às 5	das 5 às 6	das 6 às 7 30										
19	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria	Artilheria
1	Artilheria	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
2	Artilheria	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
3	Artilheria	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
4	Artilheria	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
5	Artilheria	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
6	Artilheria	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"

Bordo do navio escola pratica de artilheria naval de U.S. Francisco de Castilho

Comandante

Figura 17 - Mapa do serviço escolar na EPAN – 1880 <sup>274</sup>

Finalmente, no que respeita a publicações e elementos auxiliares da instrução e alojamento das praças a bordo, registem-se os seguintes factos documentados:

-Em 1877, a Junta da EPAN produz um extenso e detalhado «Regulamento provisório para o serviço das Bocas de Fogo *Armstrong-Woolwich* de 0,19m e 4.500 kg., e de 0,12m», incluindo em anexo uma respectiva Tabela de Tiro, que mostra alcances de 200 a 3.500 jardas, isto é, de 183 a 3.199m<sup>275</sup>;

272 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, pasta 5, Escola de Artilharia Naval (1864/1910).

273 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, pasta 5, Escola de Artilharia Naval (1864/1910).

274 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 30, Escola Prática de Artilharia Naval.

275 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pasta Esc. Pr. Art. Nav. (sd 1870-1876).

-Como anualmente, em 1 de Outubro de 1882 o Comandante José Alemão de Mendonça Cisneiros e Faria apresenta o seu Relatório onde diz não ter sido atribuído o prémio previsto no Regulamento (por falta de mérito dos alunos), ser «um transtorno» a mudança dos instrutores, e conveniente a existência de um carpinteiro, um calafate e um serralheiro para a conservação do navio e do material<sup>276</sup>;

-Nota do Conselho do Almirantado de 10 de Julho de 1894 assinada pelo Secretário, capitão-de-mar-e-guerra António Sérgio de Sousa, recomendando que nos exercícios que vão ser realizados «se empreguem as peças *Acc* mas com tubo para tiro reduzido; que, para o emprego da peça *Acc* 12cm, se proceda ao exame do convés e se tomem as devidas providências para, se precisar, ser fortalecido; finalmente, que, com as peças *Krupp*, se façam somente os tiros indispensáveis para completar a instrução das praças»<sup>277</sup>;

-Em 1897, há troca de notas e informações relativas à instalação na EPAN de «projectores eléctricos»<sup>278</sup>;

-E em 1899, é publicado uma brochura com: *Programa dos Exercícios de Tiro (e outros trabalhos práticos da Escola Prática de Artilharia, no terceiro período de instrução de 1899)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, 7 págs.<sup>279</sup>;

-Um «Relatório da Inspeção à Escola Prática de Artilharia Naval», manuscrito, datado de 20 de Junho de 1906 e assinado pelo contra-almirante Luís de Moraes e Sousa refere: condições boas do navio para a função, incluindo o alojamento do pessoal; necessidade de mais «material de ensino», incluindo bocas de fogo modernas, paíóis e elevadores; propõe alterações à instrução ministrada, com algum encurtamento de certos cursos (curso elementar e curso complementar) e melhor adequação da formação dos cabos e dos sargentos às funções que exercem na artilharia dos novos navios<sup>280</sup>.

Lista dos Comandantes da Escola Prática de Artilharia Naval:

CT António da Silva Leote – 1863-1864

CMG Joaquim Andrade Pinto – 1864 - 1866

CMG José Baptista de Andrade – 1966

CT (depois CF) João Baptista Garção – 1867-1872

1T (intº, depois CT) Rodrigo Teixeira Pinha – 1872(intº)-1877

CT (intº) António Vasconcelos e Carvalho – 1877-1878

---

276 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 308, Esc. Pr. Art. Nav. (1878-1904).

277 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 308, Esc. Pr. Art. Nav. (1878-1904).

278 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 308, Esc. Pr. Art. Nav. (1878-1904).

279 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 308, Esc. Pr. Art. Nav. (1878-1904).

280 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 309, pasta 1 (Esc. Pr. Art. Nav., 1905-1910).

CF (depois CMG) José A. M. Cisneiros e Faria – 1878-1888  
 CMG Rodrigo Teixeira Pinha – 1888-1890  
 CMG Fernando da Costa Cabral – 1891  
 CMG Cipriano Lopes de Andrade – 1892-1895  
 CMG Francisco Joaquim Ferreira do Amaral – 1896-1897  
 CT (intº) António Oliveira Andréa – 1997- 1998  
 CMG (intº) António Sérgio de Sousa Júnior – 1898  
 CMG Carlos Schultz Xavier – 1899-1906  
 CMG António Rodrigues Caminha – 1906-1910

Tal como para a Escola Naval e para outras escolas da Marinha, a colecção dos **Anais do Clube Militar Naval** constitui uma interessante fonte de informação para a compreensão dos seus desenvolvimentos. No caso desta Escola de Artilharia Naval existem, pelo menos cinco artigos que devem ser tidos em atenção para este período<sup>281</sup>. Por exemplo, escreve ali o primeiro-tenente J. Carvalho em 1908: «De todas as escolas da Marinha é a Escola Prática de Artilharia a única que não tem progredido, a única que não tem acompanhado os progressos do material. As escolas de alunos têm modificado os métodos e programas de ensino. A Escola Naval tem modernizado os seus programas, tem melhorado todo o seu material de ensino [...]. Entre nós, porém, a instrução de artilharia deixa muito a desejar por falta de recursos da Escola e por falta de exercícios de tiro nos navios.»<sup>282</sup>. E, de certa maneira, um balanço secular sobre a Escola de Artilharia Naval, com revisitação dos seus primórdios, é feito já muito perto de nós por Leal Caneco<sup>283</sup>.

### 13. As Escolas de Alunos-Marinheiros

É interessante constatar que foi só na década de 1870 que surgiram umas Escolas de Alunos-Marinheiros (EAM). Em 1872 os **Anais do Clube Militar Naval** registaram

281 F. “Escola de Artilharia Naval – Curso de 1886-87”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 17, Out. 1887: 279-285.

J. V. C., “Escola prática de artilharia naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 21, Nov. 1891: 684-687.

COSTA, Vitorino, “A nossa Escola prática de artilharia naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 35, Jun. 1904: 326-335.

CARVALHO, J., “A Escola Prática de Artilharia Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 36, Jul. 1905: 355-358.

CARVALHO, J., “A Escola Prática de Artilharia Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 39, Fev. 1908: 77-80.

282 CARVALHO, J., nos **Anais** de 1908, já referidos.

283 CANECO, M. Leal, “Escola de Artilharia Naval no seu Bicentenário”, **Anais do Clube Militar Naval**, A.127, Jan.-Mar. 1997:75-98.

um primeiro lançamento desta ideia<sup>284</sup>. Até então a formação das praças da Armada era feita no decorrer do próprio desempenho de funções a bordo dos navios e muitos dos recrutados eram já marítimos de profissão, geralmente provenientes das comunidades piscatórias. Mas, a partir dessas datas o campo geográfico do recrutamento alargou-se para terras do interior sendo por isso mais necessário cuidar organizadamente da sua instrução inicial. Por outro lado, terá havido também a intenção dos altos-comandos de diversificar a presença da Marinha para outras zonas ribeirinhas, além de Lisboa. Daqui resultou em 1876 a decisão de criar uma Escola de Alunos-Marinheiros, que deverá funcionar a bordo de um navio já sem uso prático<sup>285</sup>, e vê publicado o seu Regulamento alguns meses depois<sup>286</sup>. A corveta *Duque de Palmela* ficou fundeada no Tejo desempenhando esta função desde 1877, mas pela lei de 27 de Julho de 1882, sendo ministro Melo Gouveia, ficou estabelecido que a Escola de Alunos-Marinheiros poderia funcionar em três ou mais navios estacionados também no Porto (rio Douro) e nos Açores (ilha de S. Miguel, onde nunca se concretizou)<sup>287</sup>, o que é confirmado por um decreto de Manuel Pinheiro Chagas de 19 de Fevereiro de 1886 que também estatuiu que esta instituição «tem por fim educar para o serviço da marinha militar, instruindo-os convenientemente, alunos de menor idade»<sup>288</sup>.

Na realidade, em 1884 estão em funcionamento escolas de alunos-marinheiros a bordo de corvetas que haviam deixado de navegar, a *Duque de Palmela* em Lisboa (desde 1877) e a *Sagres* no Porto (desde 1882)<sup>289</sup>, substituída em 1898 pela *Estefânia* até 1909, quando naufragou devido à grande cheia do rio. Em 1895, em vez de Lisboa, a corveta-escola do Sul, a *Duque de Palmela*, é deslocada para Faro, onde ficará até ao fim dos seus dias, em 1913, passando em seguida a funcionar em terra até 1922.

284 Ver DANTAS, António Eleutério, “Colectânea dos Anais (Tomo de 1872): Escola de Alunos Marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 74, Set.-Out. 1944: 517-522. O autor trata da vantagem da criação de uma escola de alunos-marinheiros, sendo ele um dos fundadores dos **Anais do Clube Militar Naval** e que mereceu então um eco de aplauso pela ideia do marquês de Sá da Bandeira. O regulamento das Escolas de Alunos-Marinheiros que se criaram em seguida inspirou-se nesse trabalho.

285 Carta de lei de 21 de Fevereiro de 1876 publicada na O.A. 5/15.Mar.1876.

286 Longo documento com 144 artigos, diversos anexos, mapas, etc., datado de 13 de Dezembro de 1876 (O.A. 4/28.Fev.1877), sofrendo alterações em 1880 (O.A. 19/15.Out.1880) e 1886 (O.A. 6/31.Mar.1886).

287 O.A. 14/29.Jul.1882. Contudo, pode referir-se que o capitão do porto da Horta (José Almeida Ávila) logo em 1877 se manifestou interessado em ali acolher uma dessas Escolas (BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 4). Também o comandante João Boto sugeriu o aproveitamento da corveta *Estefânia*, ou da *Duque da Terceira*, para esse fim, em S. Miguel ou no Faial (Botto, J., “Escolas de Alunos Marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 20, Março 1890: 91-94).

288 O.A. 6/31.Mar.1886.

289 Ver a O.A. 3/15.Fev.1884.

Extraímos agora alguns elementos informativos da vida destas unidades, começando pela EAM de Lisboa:

-Segundo o «Mapa do estado da guarnição em 5 de Fevereiro de 1877», no Tejo, a *Duque de Palmela*/Escola de Alunos-Marinheiros, tem como Comandante o primeiro-tenente Pedro Santos Diniz e mais 3 oficiais, 1 capelão, 4 oficiais-marinheiros, 1 fiel de géneros, 28 praças do Corpo de Marinheiros, 1 cozinheiro e 8 criados, num total de 47 homens, sendo a lotação de 52;

-Em norma legal do ministro Visconde da Praia Grande de 23 de Junho de 1877 são fixadas as condições de admissão e frequência: «Os alunos recebem a instrução da escola durante três anos, vencendo a ração diária e o fato para se vestirem, que está determinado no regulamento, e uma maca completa e saco, 400 reis por mês durante o primeiro ano 800 reis no segundo e 1\$000 reis no terceiro, se obtiverem aprovação em todos os exames anuais. Os que, findos os três anos de instrução, obtiverem aprovação no exame final, passam ao corpo de marinheiros, onde lhes será dada praça de segundos grumetes [...] Os que saírem reprovados no exame final podem permanecer por mais um ano na escola, se o júri entender que nesse prazo poderão habilitar-se para segundo exame», sendo que os candidatos deviam juntar ao requerimento uma certidão de nascimento mostrando não terem menos de 12 anos nem mais de 15, autorização dos pais ou tutores, e atestado médico. São condições de preferência ser filho de praça da Armada, ter sido ferido em combate e ser órfão ou desamparado, em pobreza<sup>290</sup>;

-Nas «Alterações de Regulamento da Escola de Alunos Marinheiros propostas pelo Conselho Escolar, 1880» vê-se que as matérias ensinadas compreendem a «Instrução de Marinheiro», a «Instrução de artilharia» e a «Instrução de infantaria» para o 1º, o 2º e o 3º anos<sup>291</sup>;

-Eis um exemplo de requerimento (em papel selado): «Duarte Fernando, filho de Elisa Carolina e de pai incógnito, natural de Lisboa com 15 anos de idade pretende matricular-se na Escola de Marinheiros e tendo já metido requerimento e mais documentos precisos em 14 de Setembro de 1894 vem, Respeitosamente pedir a Vossa Majestade se sirva mandar-lhe deferir o dito requerimento. A rogo de Elisa Carolina, por não saber escrever, João Nunes Vizeu, test<sup>as</sup>. Alexandre Carlos Pinto Pacheco de Novais, Casimiro Libânio Xavier Gomes, ass<sup>l</sup>. ileg<sup>s</sup>.». Junta mais 6 requerimentos selados com o mesmo propósito, o último dos quais diz que «Eu abaixo assinada autorizo meu filho a servir a bordo dos navios do Estado, como praça de marinhagem ou em qualquer das classes efectivas de bordo, pelo tempo de oito anos, a contar da data em que assentar praça no Corpo de Marinheiros, se for admitido na Escola de Alunos Marinheiros a bordo da corveta *Duque de Palmela* surta no Tejo» assinado por outros a rogo da iletrada mãe.

290 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 297, Escola Alunos Marinheiros, pasta 3 (1877-1895).

291 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 297, Escola Alunos Marinheiros, pasta 3 (1877-1895).

Junto, há uma pequena nota manuscrita que diz: «Caso queira ir para o Porto ou para Faro, apresente-se amanhã, 1 de Outubro, na 3ª Repartição da Administração Central da Marinha pelas 10H da manhã. A mãe que venha falar ao Comandante hoje à 3 ½ da tarde na Calçada do Marquês de Abrantes 10 r/c sem falta». Outra nota do Governo Civil de Lisboa diz: «Duarte Fernandes. É pobre e de pai incógnito». Finalmente, há mapa de inspecção da Junta de Saúde Naval de 11 de Outubro de 1895 que dá o Duarte Fernando de 15 anos como «Apto»<sup>292</sup>;

-Num documento manuscrito assinado pelo chefe da 3ª Repartição da Secretaria do Conselho do Almirantado em 18 de Agosto de 1897 vê-se que foram admitidos 65 candidatos à EAM, no Departamento Marítimo do Centro (isto é, em Lisboa, ao quais deverão em seguida ter sido expedidos para o Algarve)<sup>293</sup>.

Quanto à Escola de Alunos-Marinheiros do Norte, vale a pena lembrar que foi a bordo da corveta *Sagres* que, principalmente, funcionaram os Conselhos de Guerra que julgaram os militares revoltosos do 31 de Janeiro de 1891. Mas regressando à matéria aqui em apreço, registem-se estas breves anotações:

-No quadro das leis e decretos em vigor, a lotação desta Escola foi fixada por Portaria de 24 de Julho de 1890 e era de «56 praças da Armada e avulsas. Pode ter 140 alunos». O Comandante é então o capitão-de-fragata João Augusto Boto e o 2º comandante o capitão-tenente Júlio Sousa Vaz<sup>294</sup>;

-Em mapa impresso, diz-se terem sido admitidos na corveta *Sagres*, surta no rio Douro, em data de 30 de Julho de 1897, 84 novos alunos-marinheiros, com um mapa idêntico a identificar os 9 candidatos que não foram admitidos, tudo assinado pelo Comandante, o capitão-de-fragata Caetano Rodrigues Caminha<sup>295</sup>;

-Num mapa manuscrito, agora a bordo da *Estefânia*, escreve-se que em 1906/07 houve 25 alunos matriculados, com 20 a concluir o curso com aprovação; em 1907/08, 54 matriculados, 45 concluíram; em 1908/09, nenhum; e em 1909/1910, 100 matriculados, dos quais 78 concluíram o curso<sup>296</sup>;

-Resultados verificados na «Aula de Instrução Literária Elementar», entre Outubro de 1907 e Junho de 1908: estiveram matriculados 47 praças, com os seguintes aproveitamentos: 8 Bons; 12 Suficientes; 18 Sofríveis; e 8 Nenhum, que eram analfabetos<sup>297</sup>.

292 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 297, Escola Alunos Marinheiros, pasta 3 (1877-1895).

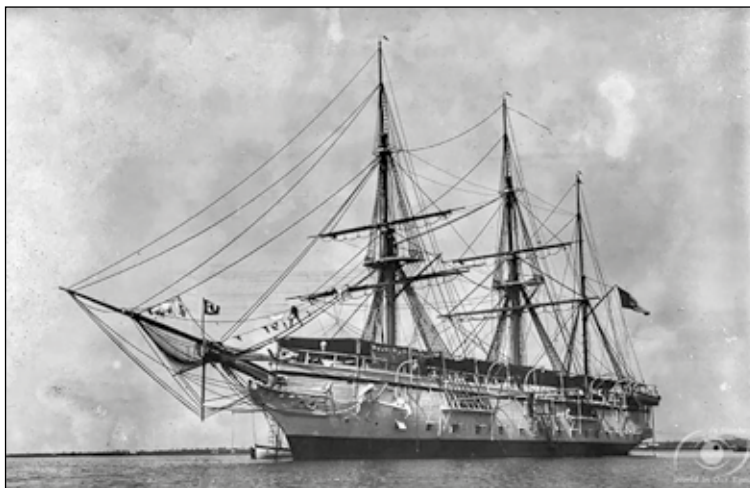
293 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 1 (1905-1910).

294 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 4 (s/d 1876/1910).

295 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 1 (1905-1910).

296 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 4 (s/d 1876/1910).

297 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 4 (s/d 1876/1910).



**Figura 18** - A corveta *Duque de Palmela*, antes de acabar como EAM <sup>298</sup>

Como já dito, em Dezembro de 1909 a corveta *Estefânia* foi arrastada e naufragou com as grandes cheias do rio Douro então sucedidas. Logo de seguida são elaborados diversos projectos, sendo Comandante o capitão-de-fragata Joaquim Nunes da Silva e com a Escola a funcionar provisoriamente em terra, num quartel de bombeiros.<sup>299</sup>

Registe-se, entretanto, que em 1901 alteram-se um pouco as condições de admissão a estas escolas: ter um mínimo de 1,48m de altura; ter 16 a 18 anos de idade (se não soubesse ler, escrever e contar), mas, sabendo-o, eram admissíveis menores de 16 anos; ser julgado apto pela junta médica (que incluía o comandante do navio-escola); e ficando obrigado (sob responsabilidade dos pais ou tutores, se os tivesse) a servir na Armada por 8 anos<sup>300</sup>.

Acerca da Escola de Alunos-Marinheiros do Sul, em Faro a partir de 1895, funcionando a bordo da corveta *Duque de Palmela*, saiba-se que o seu primeiro Comandante foi o capitão-de-fragata João Augusto Boto (que, como vimos, já havia exercido idêntico comando na Escola do Norte) e que, em nota ao Conselho do Almirantado de 7 de Maio de 1895 chama a atenção para o facto de que a transferência do navio-escola para Faro implica o encurtamento da instrução em 3 meses, além de lhe faltarem de 12 homens para completar a lotação<sup>301</sup>. Vejam-se seguidamente estas breves informações sobre o funcionamento desta Escola no Algarve:

298 Foto reproduzida da Internet, 17.Junho.2023: Wikipedia, [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Corveta\\_Duque\\_de\\_Palmela\\_%281864-1913%29.jpeg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Corveta_Duque_de_Palmela_%281864-1913%29.jpeg)

299 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 4 (s/d 1876/1910).

300 Decreto de 29.Nov.1901 do ministro António Teixeira de Sousa publicado na O.A. (A) 12/31. Dez.1901.

301 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 3 (s/d 1895-1909).

-Em ofício de 26 de Abril de 1895 ao Ministério da Marinha, a Câmara Municipal de Olhão congratula-se vivamente com a fixação de uma Escola de Alunos-Marinheiros no Departamentos Marítimo do Sul<sup>302</sup>;

-Em 1897 um ofício deste Departamento Marítimo identifica 6 candidatos «que têm idade a mais» mas que o Conselho Escolar julga deverem ser admitidos «em virtude dos documentos apresentados»<sup>303</sup>;

-Lista nominal de candidatos à EAM de Faro em 7 de Outubro de 1904 onde foram aprovados pela Junta de Saúde Naval: 66; reprovados, 2; não se apresentaram, 0; concorreram mas não foram chamados por não estarem nas condições legais, 14<sup>304</sup>;

-Nota dactilografada de 5 de Julho de 1904 do «Comando da Escola de Alunos-Marinheiros de Faro, com os resultados dos exames feitos neste ano escolar e pedindo autorização para mandar recolher ao Corpo de Marinheiros os alunos que terminaram o curso e os que ficaram reprovados. Os alunos Aprovados 43, sendo 5 Óptimos, 14 Bons e 24 Suficientes. Alunos Reprovados 29, na sua maioria analfabetos». Elogia em seguida os oficiais da Escola pela «boa vontade e zelo com que se empenharam nos seus cargos, dedicando-se ao ensino»<sup>305</sup>.

Mais de uma vez, são elaborados projectos de reestruturação ou melhoramentos destas Escolas. Foi o caso, por exemplo, do «Relatório da comissão nomeada por portaria de 2 de Maio de 1904 e despacho ministerial de 13 do mesmo mês para formular um projecto de regulamentos para as Escolas de Alunos Marinheiros», que consta de 90 páginas dactilografadas (e mimeografadas) e que foi enviado em 20 de Julho à Direcção-Geral de Marinha.<sup>306</sup>

Com o advento da República e o aumento das dificuldades que a Marinha experimentou nos anos seguintes, a formação básica das praças entrou também numa fase de sucessivas experimentações, acrescentadas pela perda dos dois navios que serviam este propósito: a corveta *Estefânia*, no Douro, como dissemos; e a *Duque de Palmela*, na ria de Faro, em 1913, abatida por lhe faltarem já as condições mínimas de habitabilidade e segurança náutica.

É, contudo, interessante referir a publicação de um «Regulamento para o torneio anual entre as Escolas de Alunos Marinheiros», dado no Quartel-Geral da Marinha em 19 de Junho de 1909 e assinado pelo Major-General da Armada, vice-almirante Augusto de Castilho, o qual consta de 15 páginas e 5 modelos de mapas, mimeografados. O torneio

---

302 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 3 (s/d 1895-1909).

303 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 1 (1895-1910).

304 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 3 (s/d 1895-1909).

305 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 1 (1895-1910).

306 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 1 (1895-1910).

incluía provas de: tiro ao alvo; corrida de resistência; luta de tracção; *match de foot-ball*; e corrida de remos<sup>307</sup>. Mas não é certo que este torneio tenha chegado a ter lugar.

Por outro lado, é importante referir a existência de um «Projecto para a criação de uma Escola de Marinheiros para rapazes pobres. Apresentado a S.Ex<sup>a</sup>. o Ministro da Marinha, à Exm<sup>a</sup>. Camara Municipal e à Associação Comercial de Lisboa, por José Cândido Correia, 2º Tenente da Armada». Trata-se de um documento manuscrito e sem data mas que foi arquivisticamente situado em 1881<sup>308</sup>. Apesar da incerteza quanto à temporalidade da fonte, não deixa de ser pertinente explorar analiticamente a similitude de intenções entre estes projectos de escola de “rapazes vadios” para os encaminhar para a Marinha – como vem a fazê-lo muito mais tarde a ‘Obra Social da Fragata D. Fernando’, que está fora do âmbito deste trabalho – e as Escolas de Alunos-Marinheiros, nesta sua primeira versão praticada a bordo de navios que haviam deixado de navegar.

A partir daqui, e com da eclosão da guerra, a formação inicial das praças da Armada torna-se mais precária e incerta, oscilando entre instalações em terra no Porto e em Faro, o Quartel do Corpo de Marinheiros em Alcântara, os novos terrenos da Marinha no Alfeite, e finalmente Vila Franca de Xira, a partir de 1938, quando é decidida a instalação da Escola de Alunos-Marinheiros nessa povoação ribatejana, ficando então anexa à Escola de Mecânicos já aí instalada<sup>309</sup>. Disto trataremos na IIª Parte deste livro.

Também sobre este assunto os **Anais do Clube Militar Naval** foram inserindo diversos artigos de opinião escritos por oficiais da Armada, talvez cerca de uma dezena no total<sup>310</sup>. Por exemplo, no primeiro, em 1882, o seu autor (M. S., não identificado)

307 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 1 (1895-1910).

308 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, Escola Alunos Marinheiros, pasta 2 (1881).

309 Decreto nº 29.403 de 21.Jan.1939 (LDRA Jan.1939).

310 M. S., “Considerações sobre a escola de alunos marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 12, Março 1882: 49-68.

EÇA, Almeida d’, “As Escolas de Alunos-Marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 15, Out. 1885: 215-219.

BOTTO, J., “Escolas de Alunos Marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 20, Março 1890: 91-94

H. P. [Hipácio de Brion], “Escolas de Alunos Marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 26, Dez. 1896: 675-686.

J. B., “Escolas de alunos marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 32, Fev. 1902: 108-115; Abr. 1902: 202-204.

B., “Escolas Marítimas”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 32, Set. 1902: 542-546; Nov.1902: 687-689.

B. F. [Baptista Ferreira?], “Instrução e educação do pessoal inferior da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 40, Ago. 1909: 514-530.

AZEVEDO, Policarpo de, “Escolas de Alunos-Marinheiros ou Escolas de Marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 41, Jul. 1910: 456-462.

G. O., “Bases gerais para um plano de instrução e educação do pessoal inferior da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 41, Jul. 1910: 480-488.

P., “Escola de Marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 44. Jan. 1913: 29-32; e Abr. 1913: 252-255.

esclarece-nos que o navio-escola recebeu os primeiros alunos no ano lectivo de 1877-78, procedendo em seguida a uma análise detalhada de todos os aspectos da escola e da instrução<sup>311</sup>. João Boto aprecia e comenta em 1890 os números de candidatos (geralmente escassos) e de marinheiros formados nestas escolas<sup>312</sup>. Hipácio Brion apresenta em 1896 diversos modos de gestão das escolas do mesmo tipo existentes no estrangeiro<sup>313</sup>. Um outro autor, jovem tenente (J. B.) em 1902, reflecte sobre o mau efeito sobre a opinião pública da delinquência praticada por marinheiros, bem como a elevada taxa de tuberculose que os atinge, sugerindo diversas melhorias para a sua formação<sup>314</sup>. Por seu lado “B” avança no mesmo ano com mais alvitre sobre a reforma destas instruções em navios antigos, traduzindo em números seguintes diversos textos norte-americanos sobre navios-escolas<sup>315</sup>. Enquanto mais um autor não identificado (P.) se congratula em 1913 pela instalação em terra das Escolas em Matosinhos e em Faro, pois declarava-se abertamente contra esse isolamento de rapazes adolescentes a bordo de um velho navio, sem condições estruturais para poder ser uma escola<sup>316</sup>.

#### 14. O Serviço e Escola de Torpedos e Electricidade

Em 1878 é criada em Paço d’Arcos, à beira-Tejo, junto ao forte de S. Pedro e dispendo de uma ampla área de 74.000m<sup>2</sup>, uma «Escola e Serviço de Torpedos», na dependência do Ministério da Guerra, mas incluindo pessoal da Armada<sup>317</sup>, sendo seu primeiro comandante o capitão-tenente João Esteves de Freitas (1890-1896)<sup>318</sup>. Esta situação ambígua mantém-se durante alguns anos<sup>319</sup>, enquanto o primeiro-tenente João Augusto de Fontes Pereira de Melo realiza em 1890 um projecto de submarino – que ficou conhecido pelo “*Fontes*” – tentando que a Armada integre o esforço em curso em vários países para desenvolver armas submarinas. Mas, entretanto, o país adquirira um navio de treino para o lançamento de torpedos (o *Fluminante*, 1882), uma esquadilha

311 **Anais** 1882 *cit.*

312 **Anais** 1890 *cit.*

313 **Anais** 1896 *cit.*

314 **Anais** 1902 *cit.*

315 **Anais** 1902 *cit.*

316 **Anais** 1913 *cit.*

317 Carta de lei de 3 de Maio publicada na O.A. 9/15.Mai.1878. Ainda neste âmbito, é publicado o «Regulamento da Escola e Serviço de Torpedos» na O.A. 21/15.Nov.1886. Mas muito cedo os **Anais do Clube Militar Naval** dão notícia da sua existência e de que ali se ensaiam torpedos móveis *Whithead*, incluindo um português (“Escola de Torpedos”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 11, Outubro 1881: 177-178).

318 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 310, Esc. Pr. Torp. Electr., pasta 2 (s/d 1885-1892).

319 Só em 1886 é que foi publicado o respectivo «Regulamento da Escola e Serviço de Torpedos» (O.A. 21/15.Nov.1886).

de quatro pequenos navios torpedeiros (1882 e 1886), destinados à defesa móvel da barra do Tejo e o navio de apoio *Mineiro* (1892) para fundear as minas.

Porém, só em 1898 é que a «Escola e Serviço de Torpedos» fica dependente da Direcção-Geral da Marinha (pelo decreto com força de lei de 30 de Junho, do ministro Dias Costa), dispondo agora de um efectivo de 157 homens<sup>320</sup>. Com um regulamento próprio fixado por decreto em finais de 1899<sup>321</sup>, inclui do âmbito das suas formações matérias de telegrafia, electricidade, torpedos, explosivos, natação e mergulho. Terá como Comandante um capitão-de-mar-e-guerra e já quase só pessoal da Armada, mas mantendo ainda a sua sede em Paço d'Arcos, junto ao forte de S. Pedro, devido à localização aí dos “torpedos fixos” (isto é, de minas marítimas), que eram ainda operados pelo Exército<sup>322</sup>. O Comandante da unidade é então o capitão-de-mar-e-guerra Torquato Prazeres Machado (1898-1901)<sup>323</sup>. Finalmente, a Marinha avança em 1902 com a decisão de instalar esta unidade em Vale de Zebro, associando-lhe também um maior desenvolvimento da formação dos electricistas e ficando assim constituído o «Serviço e Escola de Torpedos e Electricidade», sempre na dependência da Direcção-Geral da Marinha<sup>324</sup>. Posteriormente, passa a ostentar a designação de Escola Prática de Torpedos e Electricidade<sup>325</sup>.

Estava assim em andamento a constituição de uma nova especialidade técnica na Armada que iria associar os torpedos auto-propulsionados, a electricidade, as minas de fundear e, acessoriamente, os mergulhadores<sup>326</sup>. De resto, há nesta época cada vez mais referências oficiais aos torpedos e ao pessoal torpedeiro, talvez então o mais qualificado tecnicamente – como se estava praticando na marinha alemã – e o que também melhor dominava a electricidade<sup>327</sup>.

Também é nesta Escola que se iniciam e desenvolvem as práticas dos mergulhos com escafandro, tendo uma Ordem da Armada de 1903 publicado as respectivas «Instruções gerais para o serviço de mergulhador»<sup>328</sup>.

320 O.A. (A) 7/12.Jul.1898.

321 Conservou-se em arquivo o «**Regulamento para a Escola e Serviço de Torpedos**», em prova de impressão, de Dez.1899 (BCM/AH, Doc. Av., Cx. 310, Esc. Pr. Torp. Electr., pasta 3, 1897-1902). O decreto levou a data de 28 de Dezembro e foi publicado na O.A. 6/30.Jun.1900 (p. 213-255).

322 O.A. (A) 6/30.Jun.1900.

323 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 310 (Esc. Pr. Torp. Electr. (1905-1910).

324 O.A. (A) 1/31.Jan.1902 e O.A. (B) 3/15.Fev.1902.

325 A **Lista da Armada** de 31.Dez.1907 já designa assim esta Escola.

326 E mais tarde as redes protectoras da barra do Tejo e a rocega de minas.

327 Ver, por exemplo, a O.A. (A) 8/31.Ago.1905. E a O.A. (A) 3/31.Mar.1909 publica também umas instruções sobre o uso dos torpedos a bordo, existentes não apenas nos pequenos navios torpedeiros mas também nos novos cruzadores.

328 O.A. (A) 8/31.Ago.1903.

Em arquivo, dispõe-se do «Relatório do Serviço e Escola Prática de Torpedos e Electricidade – referido ao ano de 1902», manuscrito e assinado em 1 de Janeiro de 1903 pelo Comandante, agora o capitão-de-mar-e-guerra Miguel de Guzman e Noguera. Alertando, logo ao começo, que «apesar de estarem ainda bastante atrasadas as obras da instalação desta escola [...]» a sua actividade pôde ir prosseguindo, com o relatório a incluir rubricas como as seguintes:

-«Entrega dos edificios da Escola e Serviço de Torpedos em Paço d'Arcos e dos torpedos fixos ao Ministério da Guerra», que fora decretada por decreto de 14 de Novembro de 1901, sendo que o decreto de 31 de Dezembro do mesmo ano «organizou o serviço de torpedos no Ministério da Marinha». Ficaram então a pertencer à Armada «os barcos torpedeiros, o vapor *Fulminante*, o material de torpedos *Whitehead* e o arquivo»; e, diz o Comandante, «tendo terminado a entrega da antiga escola no dia 16 de Março, retirei nesse mesmo dia com todo o pessoal que tinha ficado pertencente ao novo serviço de torpedos para o pontão *Douro*. Este navio foi fundear no rio Coina próximo ao estabelecimento de Vale de Zebro»;

-O relatório refere as obras necessárias e em curso, onde havia os «antigos fornos da padaria da Marinha em Vale de Zebro»;

-Este antigo estabelecimento «estava, porém, servindo de depósitos de material de guerra e do arsenal, e no seu pinhal está estabelecida a carreira de tiro, mas como é bastante grande facilmente ficarão subsistindo os dois serviços». «A transferência do material foi pouco a pouco efectuada»;

-«As máquinas a vapor, o dínamo, o projector, os tornos e quase toda a outra ferramenta da oficina geral que a escola possuía ficaram em Paço d'Arcos, e como tudo isto é, como V.Ex<sup>a</sup>. sabe, indispensável para se poder regular e concertar os torpedos e dar a conveniente instrução às praças e artífices [...] requisitei [...] ao arsenal e depósitos os usados que já não tivessem aplicação»;

-Refere-se depois a «Aula de instrução primária», a «Instrução de 2º torpedeiro», a «Instrução de cabos», a «Instrução dos artífices torpedeiros», a «Instrução de mergulhador», a «Instrução de natação» e a «Instrução de tiro» a todas as praças, feita na carreira de tiro;

-Finalmente, nas conclusões pede-se o aumento da verba para as obras de adaptação, a substituição das caldeiras dos 4 navios torpedeiros e o fornecimento de «todo o material preciso e principalmente o eléctrico para o serviço e para a instalação».<sup>329</sup>

Em 15 de Novembro de 1902, mantendo-se como Comandante o capitão-de-mar-e-guerra Gusman e Noguera, com o capitão-tenente Macedo e Couto como 2º comandante, a Escola dispõe de mais 9 oficiais (dos quais 5 instrutores) e de 23 sargentos<sup>330</sup>.As obras em Vale de Zebro prolongaram-se ainda durante os anos seguintes.

---

329 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 309, pasta 4, Esc. Pr. Torp. e Electr. (s/d 1904/1909).

330 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 308, Pasta Escola Prática de Torpedos e Electricidade (1904).

No Relatório de 1903, assinado pelo mesmo Noguera em 1 de Janeiro de 1904, reconhecem-se as obras feitas (num custo total de 15.593\$000), e nas conclusões insiste-se na necessidade de novas caldeiras para os navios torpedeiros, na reparação do *Fulminante*, e no fornecimento das ogivas para os torpedos dos cruzadores *S. Rafael* e *D. Amélia* e da canhoneira *Têjo*. Ainda em 1905 há obras em curso, como testemunham a presença permanente na Escola de um major de Engenharia do Exército e a elaboração de diversos desenhos, memórias e plantas de construção. Em Janeiro de 1904 o efectivo contava 90 homens. E em Novembro de 1905 o mapa nominal do «Serviço e Escola Prática de Torpedos e Electricidade - Relação dos oficiais e oficiais inferiores no serviço desta Escola» identifica, além da pessoa do Comandante, sempre Guzman e Noguera, o capitão-tenente Francisco Diogo de Sá (2º comandante), 8 instrutores (4 primeiros-tenentes, entre os quais Magalhães Correia e 2 segundos-tenentes), 1 médico, 1 maquinista naval, 1 comissário e 27 sargentos ou equiparados.<sup>331</sup>

Os comandantes da Escola Prática de Torpedos e Electricidade vão-se sucedendo: em 1906, o capitão-de-mar-e-guerra Manuel de Azevedo Gomes; e em Junho de 1910 o oficial do mesmo posto António de Almeida Lima. Mas em Novembro desse ano, após a queda da Monarquia, é nomeado para a função o capitão-tenente Alfredo Guilherme Howell.<sup>332</sup>

Entretanto, a radiotelegrafia havia chegado a Portugal – e, portanto, também os primórdios da electrónica. Seguindo aqui um sintético texto do comandante Moura da Fonseca<sup>333</sup>, tal aconteceu logo no início do século XX, com os primeiros ensaios de transmissão entre o cruzador *D. Carlos* e a cidadela de Cascais em 1902, a formação dos primeiros radiotelegrafistas e técnicos de TSF desde 1904, e a montagem de postos radiotelegráficos em outros cruzadores, na Casa da Balança do Arsenal da Ribeira das Naus e na Escola Prática de Torpedos e Electricidade em Vale de Zebro em 1909-1910. E por despacho do Ministro da Marinha de 27 de Maio de 1911 é estabelecido que qualquer praça do Corpo de Marinheiros pode «ser destinada» à especialidade de «telegrafistas navais», concedendo a gratificação de 4\$000 réis aos “RTG” que consigam transmitir 80 letras por minuto correctamente<sup>334</sup>.

## 15. Da concessão das cartas de pilotagem à Escola Auxiliar de Marinha

Vimos anteriormente que os exames de pilotos mercantes e a concessão das respectivas cartas de pilotagem tinham sido da competência da Real Academia de Marinha e, depois, da Escola Naval.

331 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 309, pastas 4 e 5, Esc. Pr. Torp. e Electr.

332 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 310, Esc. Pr. Torp. Electr., pasta 1 (1905-1910).

333 FONSECA, José da Cruz Moura da - **A TSF na Armada: O seu septuagénario aniversário e algumas páginas da sua história.**, Lisboa, Academia de Marinha, 1985.

334 O.A. (A) 10/31.Mai.1911.

De facto, logo quando da criação da Escola Naval, esta ficou obrigada a credenciar os Pilotos para a Marinha Mercante, com um específico Regulamento<sup>335</sup> a fixar as condições necessárias para requerer esse Exame, sendo então exigidas provas de viagens como praticante de piloto, sota-piloto ou piloto com carta particular, e mostra das derrotas feitas. As matérias teóricas incluíam elementos de Matemática e de Astronomia<sup>336</sup>.

A reforma dos estudos da Escola Naval de 1864<sup>337</sup> atinge também o curso para pilotos mercantes, com um novo Regulamento para os exames de pilotagem, da autoria do ministro Visconde da Praia Grande em 13 de Abril de 1866<sup>338</sup>.

Na reforma da Escola Naval de 1887 explicita-se que «são escolas anexas da escola naval: 1º as escolas de pilotagem; 2º A escola de oficiais de ofício e de mestrança do arsenal da marinha», esclarecendo-se que «haverá uma escola de pilotagem em cada uma das sedes dos departamentos marítimos»<sup>339</sup>.

Finalmente, pela carta de lei de 5 de Junho de 1903 (que reformou mais uma vez os estudos da Escola Naval) é criada a Escola Auxiliar de Marinha, anexa àquela. Agora, além dos cursos de pilotagem, é estabelecido também um curso para maquinistas mercantes<sup>340</sup>.

Esta Escola Auxiliar de Marinha partilhou com a Escola Naval uma parte das suas instalações e do seu pessoal docente. Há pouca documentação relevante que tenha sido conservada acerca do seu funcionamento. Em todo o caso, registem-se estas informações dispersas:

-Sobre a interpretação do Artº. 5º, da carta de lei de 5 de Jun de 1903, um despacho ministerial esclarece que a Escola Auxiliar de Marinha, embora independente da Escola Naval, se acha subordinada à Direcção desta<sup>341</sup>;

-Num relatório referente ao ano lectivo de 1907-1908 diz-se que nela houve 27 maquinistas mercantes inscritos e, quanto à pilotagem, estiveram 5 inscritos no 1º ano, 4 no 2º ano e 1 no complementar, para capitães<sup>342</sup>;

-E em ofício manuscrito da Direcção da Escola Naval à Majoria-General da Armada, datado de 19 de Julho de 1911, são-lhe comunicados os resultados escolares do ano

---

335 Publicada no **Diário do Governo** nº 164/15.Jul.1845.

336 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 300, Pasta 5, Escola Naval sd1831-1850.

337 Decreto de 7 de Julho, publicado na O.A. 21/16.Jul.1864.

338 O.A. 48/21.Abr.1866

339 Artº 2º e & único ao 4º do decreto de 29 de Novembro de 1887 (O.A. 21/15.Nov.1887.

340 Carta de lei de 5 de Junho de 1903 publicada na O.A. (A) 6/30.Jun.1903.

341 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 298, pasta 6 (Escola Auxiliar de Marinha).

342 BCM/AH, Doc. Av., Escola Naval, Cx. 307, pasta 1.

de 1910-11 nos diversos cursos da Escola Auxiliar de Marinha: Curso de Maquinistas Mercantes: 1º grau, matricularam-se 17, perderam o ano e desistiram 6, passaram de ano 11; 2º grau: matricularam-se 18, desistiu 1 e concluíram o curso 17; Curso de Pilotagem, 1º ano: matricularam-se 11, perderam o ano e desistiram 8 e passaram de ano 3; Curso de Condutores de Máquinas: matriculados 6, que concluíam o curso; Curso de Pilotagem, externos: 1º ano, requereram exame 22, ficaram aprovados 17 e 5 reprovados; 2º ano: requereram exame 21, desistiram e ficaram reprovados 7, aprovados 14. Eis um balanço bastante completo em ano politicamente perturbado<sup>343</sup>;

-Porém, em decreto de 10 de Março de 1911, do Governo Provisório, havia sido regulamentado o prosseguimento da concessão, pela Escola Naval, das cartas de piloto, capitão e maquinista da Marinha Mercante<sup>344</sup>;

-Em 1911-1912 na Escola Auxiliar de Marinha funcionam não só os cursos de Pilotagem (Elementar e Complementar) para a Marinha Mercante, mas também parte dos cursos de Maquinistas, de Administração Naval e de Hidrografia da Escola Naval<sup>345</sup>;

-Uma Lei do Congresso da República, assinada em 10 de Maio de 1913 pelo Presidente Manuel de Arriaga (e pelo Ministro da Marinha José de Freitas Ribeiro) «permite exames na Escola Naval em épocas designadas, aos alunos dos cursos elementar e complementar de pilotagem», isto é, dos inscritos nos cursos da Escola Auxiliar de Marinha para exercício na Marinha Mercante<sup>346</sup>;

-Considerada viável a criação de um curso de telegrafistas mercantes na Escola Auxiliar de Marinha, em Jan. 1917<sup>347</sup>;

-Para o ano lectivo de 1920/1921, saiba-se que foi anunciado internamente que: «Atendendo à concorrência excessiva de alunos que este ano se matricularam nos cursos da Escola Auxiliar de Marinha [...] vão ser desdobradas em duas turmas os seus cursos de pilotagem e de maquinistas mercantes»<sup>348</sup>;

-Muitos requerimentos e despachos relativos a inscritos na Escola Auxiliar de Marinha, sejam da Mercante, sejam de maquinistas navais e de administração naval, da Armada. Há pilotos e maquinistas mercantes que em 1920 referem ter perdido os documentos das derrotas e embarques por os seus navios terem sido torpedeados, por exemplo, os vapores *Caminha*, o *Tungue* ou o *Ambaca*<sup>349</sup>;

343 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 13 (Escola Naval s/d 1911).

344 O.A. (A) 7/31.Mar.1911.

345 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 13 (Escola Naval s/d 1911).

346 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 14 (Escola Naval 1912/1913).

347 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pasta 2 (1916/1917).

348 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 4 (Escola Auxiliar de Marinha, 1920/1921).

349 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pasta 1919-1921.

-Em Abril de 1921 há uma comissão de professores da Escola Auxiliar de Marinha «estudando, em cumprimento de ordens superiores, a reorganização do Ensino da Marinha Mercante»<sup>350</sup>.

Além do que antes se mencionou, deve falar-se das Escolas de Pilotagem anexas aos Departamentos Marítimos. Por exemplo, em 1908, haveria 2 alunos inscritos no Departamento do Norte (Porto), 3 no Oeste (Ponta Delgada) e 1 no Sul (Faro)<sup>351</sup>. No Arquivo Histórico da Marinha existe alguma documentação administrativa guardada (correspondência, etc.) relativa à Escola de Pilotagem de Faro (1862-1886), à Escola de Pilotagem da Ilha Brava (uma iniciativa do Governo da Província de Cabo Verde proposta em 1888 ao Ministério da Marinha e Ultramar) e à Escola de Pilotagem de Ponta Delgada (1895, criada nesse ano)<sup>352</sup>. E em 1906 é publicado em *Ordem da Armada* o Regulamento da Escola Elementar de Pilotagem de Cabo Verde<sup>353</sup>.

## 16. A Escola de Ofícios do Arsenal da Marinha

No Arsenal da Marinha, em Lisboa, terá existido uma pequena instituição escolar, conforme se depreende da existência em arquivo de um Livro dos Resultados dos Exames (manuscrito; escriturado até à pág. 36), aberto e rubricado em todas as suas 199 folhas em 2.Dez.1858, ass. ileg. e «destinado para os assentamentos dos exames dos Alunos da Escola do Arsenal de Marinha», referindo-se à «Escola Primária» em alguns casos; e à «Escola dos Aprendizes» em outros, sendo o último assento do «ano lectivo de 1891 a 1892» e dizendo respeito à «prova de escrita» e «exame de caligrafia, ditado, um problema e desenho linear»<sup>354</sup>.

Mas no Arsenal, seguramente, funcionou também uma Escola de Ofícios, cujo regulamento completo foi publicado em 1889.

De facto, no plano de estudos da Escola Naval de 29 de Novembro 1887, da iniciativa do ministro Henrique de Macedo, encontra-se logo no seu Artº 2º que: «São escolas anexas da Escola Naval: 1º-As escolas de pilotagem; 2º-A escola de oficiais de ofício e de mestrança do arsenal de marinha; 3º-As escolas de pilotagem [...]» (uma em cada uma das sedes dos departamentos marítimos)<sup>355</sup>.

Uma Portaria do mesmo Ministro da Marinha e Ultramar, Henrique de Macedo, com data de 6 de Abril de 1888, diz: «Artº 1º - A escola de oficiais de ofício e de mestrança

---

350 *Ibidem*.

351 BCM/AH, Doc. Av., Escola Naval, Cx. 307, pasta 1.

352 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 307, pastas 3, 4 e 5 (Escolas de Pilotagem)

353 O.A. (A) 12/31.Dez.1906.

354 BCM/AH, Cx. 6226, Livro dos Resultados dos Exames.

355 O.A. 22/30.Nov.1887.

ou simplesmente escola de ofícios do arsenal de marinha, criada pelo decreto orgânico da Escola Naval e escolas anexas, de 29 de novembro de 1887, é destinada a ministrar instrução profissional ao pessoal operário do arsenal da marinha e suas dependências. Artº 2º - A instrução ministrada na escola de ofícios divide-se em duas categorias, a de oficiais constituindo o curso elementar, e a de mestres, contramestres ou mandadores, constituindo o curso complementar. Artº 3º - a escola de ofícios está sujeita à Escola Naval. Ao Director e ao conselho desta compete a responsabilidade de execução de todos os preceitos do presente regulamento [...].».

Esta Escola é, de certa maneira e para os seus segmentos de qualificação inferiores, a retoma da Escola de Construção e Arquitectura Naval cujo ensino e matérias haviam passado para a Escola Naval em 1964.

O Regulamento de 1889 da Escola de Ofícios<sup>356</sup> é muito detalhado, com os conteúdos do ensino, especialidades profissionais, durações, etc. E é assinado no final pelo Director-Geral da Marinha, Caetano Albuquerque. Os cursos incluem uma «parte doutrinária [...] professada em uma aula denominada *aula teórica*», que inclui as disciplinas seguintes: divisibilidade dos números, etc.; álgebra elementar; propriedades das linhas e figuras planas; cortes, projecções e planificações; perspectiva; noções de mecânica racional; movimentos e jogos de forças; transmissão de movimentos; noções de física e química; madeiras de construção naval; ferro industrial; cobre, zinco, etc.; oxidação dos metais; resistência de materiais; aplicações aos navios; aplicações às máquinas; fundição; moldes em madeira; tintas; estabilidade do navio; trabalho da máquina; escrituração e administração da oficina; matéria-prima de velas e cabos. Quanto ao ensino prático, esse era também ministrado nas oficinas.

Os cursos elementares e complementares dividiam-se pelos seguintes ofícios: carpinteiros construtores de navios; ferreiros ou caldeiros construtores de navios; serralheiros e torneiros mecânicos; fundidores; caldeiros de máquinas; caldeiros de cobre e latoeiros; carpinteiros de branco, etc.; carpinteiros de moldes; pintores; construtores de máquinas de precisão; cordoeiros e tecelões.

Os cursos tinham duração de um ano. Os operários e mestres admitidos mantinham os seus salários. Os graus de aprovação eram *suficiente*, *bom* e *distinto*. Havia prémios para os melhores alunos dos cursos elementares (20\$000 reis) e complementar (30\$000 reis). O regulamento não fala do 'Prémio D. Maria Pia', que terá vindo posteriormente.

Porém, pelo menos desde 1893, existia no Arsenal de Marinha um 'Prémio Maria Pia', estimulando os seus trabalhadores a aperfeiçoarem-se profissionalmente e para homenagear os seus melhores operários, que suscitava especial interesse entre aquela classe, com centenas de requerimentos, informações e candidaturas anuais ao referido

356 O.A. 2/31.Jan.1889 (p. 24-34).

Prémio<sup>357</sup>. Este procedimento prolongou-se até 1910<sup>358</sup> e, pelos vistos, a sua existência não foi objectada pela gestão “mais industrial” imprimida pelo Eng<sup>o</sup> Alphonse Croneau acerca de tal tipo de incentivos. Já o mesmo talvez não se possa inferir da continuidade da Escola de Ofícios, de que não se encontraram mais registos depois de 1899.

---

357 BCM/AH, Índice 32, Doc. Enc<sup>a</sup>, Cx. 5684 (Prémio D. Maria Pia, 1893-1899).

358 Veja-se o caso do operário caldeireiro Hilário Marques, que o ganhou em 1901 e 1907 (FREIRE, João, “*A Sementeira* do arsenalista Hilário Marques”, **Análise Social**, 67-67-69. 1981, p. 793-794).

JOÃO FREIRE

**III – NO SÉCULO DA TÉCNICA**



## 17. A Escola Naval, ainda em Lisboa

Com as mutações da República, também a Escola Naval registou alguns impactos, nomeadamente devido à criação das três Universidades e das suas Faculdades de Ciências no Porto, em Coimbra e em Lisboa (novo nome da anterior Escola Politécnica) que continuaram a ministrar o “ano preparatório” para acesso à instituição de formação dos oficiais da Armada, agora composto pelas seguintes cadeiras: «Álgebra superior, geometria analítica e trigonometria esférica»; «curso geral de Física»; e «Desenho rigoroso»<sup>359</sup>.

Com habitualmente, transcrevemos abaixo algumas informações conservadas em arquivo sobre factos e condições do funcionamento da Escola Naval nesta conjuntura:

-A lista nominal dos lentes da Escola Naval em 31 de Outubro de 1911 é a seguinte: 1ª Cadeira, capitão-de-fragata José Francisco da Silva; 2ª Cadeira, capitão-de-mar-e-guerra José Nunes da Mata; 3ª Cadeira, capitão-tenente Alfredo Rodrigues Gaspar (intº); 4ª Cadeira, capitão-de-fragata Vitorino Gomes da Costa; 5ª Cadeira, capitão-tenente Abel Fontoura da Costa; 6ª Cadeira, capitão-de-fragata José Francisco da Silva (intº); 7ª Cadeira, capitão-tenente Alfredo Rodrigues Gaspar; 8ª Cadeira, primeiro-tenente Vítor Hugo de Azevedo Coutinho; 9ª Cadeira, capitão-tenente Apolínio Silva Rodrigues; 10ª Cadeira, major Engª Eduardo Ferrugento Gonçalves; 11ª Cadeira, capitão-de-mar-e-guerra João Brás de Oliveira; 12ª Cadeira, capitão-de-mar-e-guerra Vicente de Almeida d’Eça; Lente jubilado, capitão-de-mar-e-guerra Ernesto Carlos Rosa. Do restante pessoal, o Director e 1º Comandante é o capitão-de-mar-e-guerra José Nunes da Mata; e o 2º comandante e comandante do Corpo de Alunos da Armada é o capitão-de-fragata João Moreira de Sá<sup>360</sup>;

-Em artigo publicado nos **Anais do Clube Militar Naval**<sup>361</sup>, o primeiro-tenente Carvalho Brandão, então lente da 6ª Cadeira, resume assim o sentido desta leccionação: «O

---

359 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 14 (Escola Naval 1912/1913).

360 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 13, (Escola Naval s/d 1911).

361 BRANDÃO, C. [Carvalho]: “Memória sobre o ensino da 6ª cadeira da Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 42, Out. 1911: 531-545; Nov. 1911: 593-609; e Dez. 1911: 657-687.



-Eis o teor de um ofício dirigido à Majoria-General da Armada em 21 de Novembro de 1912 : «Tendo o Directório [?] promovido subscrição pública para a compra de aeroplanos com o fim de os oferecer ao Governo, subscrição que foi coroada do melhor resultado, e desejando tentar a construção de um dos aeroplanos ou, pelo menos, por ora, a construção das asas ou planos, para vantagem da indústria nacional e por lhe parecer que poderá ficar mais barato, lembrou-se esta Direcção de que um tal trabalho poderia ser executado nas oficinas de estudo da Escola Naval, pois, além de outras vantagens, serviria de instrução aos alunos. [...] Saúde e Fraternidade. O Director e 1º Comandante, José Nunes da Mata, Capitão-de-Mar-e-Guerra»<sup>365</sup>;

-No mapa das inspecções médicas aos candidatos em Agosto de 1913 figuram nomes de candidatos como Américo Deus Rodrigues Thomaz (que tem 1,71m de altura, 56 kg. e «falta de robustez», sendo dado como «incapaz» e só será admitido no ano seguinte), José Augusto Guerreiro de Brito (então considerado «Apto»), além de outros. No mapa de classificação dos candidatos, foram aprovados 9, sendo o primeiro o referido Guerreiro de Brito<sup>366</sup> (que veio a ser Chefe do Estado-Maior da Armada em final de carreira),<sup>367</sup>

-Em Julho de 1914, uma proposta do Director da Biblioteca e Museu Naval, o capitão-de-mar-e-guerra Cárceres Fronteira, para abertura de concurso público documental para funcionário destas instituições, acessível a «quaisquer indivíduos da classe militar ou civil», a decidir pelo Conselho Escolar, obtém do Director e 1º Comandante da Escola Naval (Nunes da Mata) a sua concordância;<sup>368</sup>

-Na relação do material de guerra que desapareceu da Escola Naval durante a revolução de 14 de Maio de 1915, enviada à Majoria no dia 27, figuram 5 pistolas *Parabellum* e diversos equipamentos individuais;<sup>369</sup>

-Decisão da Procuradoria Geral da República comunicada ao Ministro da Marinha em 21 de Abril de 1915 recusando pertinência à reclamação apresentada por alguns concorrentes a um recente concurso para lente da Escola Naval, por suposta inobservância da lei de 5 de Junho de 1903.<sup>370</sup>

A vida e a actividade lectiva da Escola Naval foi muito afectada em 1916 por dois acontecimentos maiores: o incêndio que ocorreu a 18 de Abril e devastou as instalações da Escola Naval na Rua do Arsenal e a velha Sala do Risco, já na ala poente, incluindo diversos artefactos com valor museológico e a corveta-modelo *Paciência* (de 11m de

365 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 14 (Escola Naval 1912/1913).

366 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 14 (Escola Naval 1912/1913).

367 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 13, (Escola Naval s/d 1911).

368 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pasta 1 (1914/1915).

369 *Ibidem.*

370 *Ibidem.*

comprimento e 3m de boca, com 3 mastros redondos), onde se fazia a instrução de mastros *in aula*<sup>371</sup>; e a entrada de Portugal na Guerra Mundial, que levou ao abreviamento dos cursos (chamados então de “intensivos”) e à mobilização de aspirantes (do 2º ano) para guarnecer alguns navios de guerra.

De facto, os documentos seguintes dão conta das atribuições por que passou a vida interna da Escola Naval nos tempos imediatos após o incêndio:

-Nota dactilografada de 1 de Maio de 1916 assinada pelo Director Nunes da Mata pede autorização à Majoria-General para publicar na imprensa uma Nota (a nº 16) acerca do incêndio. Nela se pretende esclarecer melhor o conteúdo da sua Nota nº 10 de 26 de Abril sobre as «causas do incêndio dos três estabelecimentos independentes, Depósito de Cartas e Instrumentos Náuticos, Sala do Risco e Escola Naval» por tê-lo feito «um tanto rapidamente e sem dar a tão importante e lamentável assunto todo o desenvolvimento que lhe devia corresponder [...] Os três pontos mais importante são: 1º Se o fogo foi devido ao mero acaso ou determinado por perversidade ou malvadez; 2º Se o mesmo fogo se manifestou simultaneamente em mais dum ponto; 3º Finalmente, qual o ponto, se foi só um, ou quais os pontos, se foram mais, em que o fogo teve o seu início.»<sup>372</sup>

-Resultado do «inquérito sobre as causas do incêndio da Escola Naval», datado de 10 de Maio do mesmo ano e subscrito pelo capitão-de-fragata Inácio Loforte: diz este ter inquirido 126 indivíduos e feito 5 acareações, havendo sido registados 51 depoimentos, por os outros não terem interesse. Teve a colaboração de um técnico dos Bombeiros Municipais e de um agente da Polícia de Investigação Criminal. «[...] Infelizmente, não fui levado a quaisquer conclusões que me autorizassem a dizer que o fogo foi casual, ou que houvesse crime de fogo posto. Saúde e Fraternidade [etc.]»<sup>373</sup>

-Naturalmente, diversas medidas foram sendo tomadas para remediar a situação e permitir algum funcionamento da Escola Naval, em condições improvisadas. Mas desde logo foi nomeada uma comissão para estudar a escolha de local para uma nova Escola Naval, presidida pelo capitão-de-fragata Alfredo Rodrigues Gaspar, primeiro, e pelo oficial de igual patente João Baptista Ferreira, depois, embora ainda em 1916;<sup>374</sup>

-Entretanto, a reconstrução do edifício da Rua do Arsenal foi avançando com as compreensíveis dificuldades, embora não tão arrastada como poderia reaar-se, dado o estado em que ficou o edifício depois do desastre. Mas, mais de dois anos depois, em 1918, a Direcção da Escola Naval dirige-se em nota à 1ª Repartição da Direcção-Geral

371 Ver OLIVEIRA, João Braz de, **Modelos de Navios que existiram na Escola Naval e pertence-ram ao Museu de Marinha**, Lisboa, se (Tip. S.N.T.), 2ª ed., 1947.

372 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pasta 2 (1916/1917).

373 *Ibidem*.

374 *Ibidem*.

de Marinha nestes termos: «esta Direcção entende mais uma vez, e pela quarta ou quinta, insistir que é indispensável retirar por completo o pavimento do segundo andar da Escola Naval que ameaça ruína em razão do seu vigamento de norte a sul constar de 50 vigas de 0,26m por 0,26m de grossura com comprimento de uns 6 metros, muito juntas e assentes pela suas extremidades em vigas de igual espessura que, em razão do fogo havido na Escola vergaram, havendo uma que saiu do encaixe na respectiva pilastira. Para evitar a derrocada, visto as vigas mestras estarem muito vergadas, ameaçando tremenda catástrofe, esta Direcção mandou colocar prumos na biblioteca. [...]»<sup>375</sup>.

Esta quase-paralisação das actividades da Escola promoveu a emissão de novas opiniões no meio naval sobre o que deveria ser a formação escolar dos oficiais da Armada. O já referido Baptista Ferreira, por exemplo, opina assim<sup>376</sup>: «Dentro dos princípios modernos, pedagógicos, higiénicos e militares, aquele edifício [onde estava] ficará impróprio para uma *escola moderna*, e muito principalmente para uma escola militar»<sup>377</sup>. E mais adiante: «Mas como nós temos vistas mais largas e queremos uma escola num edifício que, guardando a proporção para a nossa marinha, possa rivalizar com as melhores estrangeiras, é que queremos, no regime do ensino, adoptar o aquartelamento dos alunos, nunca o internato, que lembra um convento, justo será que se estude detalhadamente o melhor local, e ainda não encontramos expostas razões para se fixar sem mais estudo a adaptação do velho palácio de caça do Alfeite para tal fim. A meu ver, só a adaptação de uma escola secular para uma escola moderna condenaria a obra para o objectivo que se deseja atingir [...]». «Já não sou lente da Escola Naval; portanto, não poderei ser acusado de ter receio de atravessar o rio, ou pouca vontade de perder muito tempo numa travessia longa. [...] «De tudo o que tenho lido sobre o assunto parece-me concluir que a opinião geral não quer afastar muito a Escola Naval da cidade de Lisboa. [...] A minha escolha recai num estabelecimento que suponho pertencer ainda ao ministério da guerra [...]. Refiro-me às instalações do Serviço de Torpedos em Paço d'Arcos [...]»<sup>378</sup>. E o autor descreve as boas condições e instalações já existentes, de edifícios, cais, transportes, etc., algumas já na posse da Marinha, outras ainda na do Exército.

O incêndio de 1916 e as improvisações ditadas pela participação na guerra suscitaram nos anos seguintes abundantes e aprofundadas discussões sobre o ensino da Escola Naval nas páginas dos **Anais do Clube Militar Naval**, publicação emblemática da sua agremiação associativa. Na pesquisa feita nesta colecção encontramos seis textos

375 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Prática de Torpedos e Electricidade (1918/1924), [documento mal arquivado].

376 FERREIRA, Baptista: "Reconstrução da Escola Naval e reorganização do ensino naval", **Anais do Clube Militar Naval**, A. 47 Out. 1916: 627-644.

377 *Ibidem*: 620.

378 *Ibidem*: 632.

substanciais sobre tal matéria<sup>379</sup>. Em causa estavam, compreensivelmente e desde logo, que Escola Naval se iria reedificar sobre os escombros do que ardera (física e essencialmente), a questão do internato (sem o qual se dizia ser impossível fazer uma “educação militar”), a recuperação das competências dos oficiais (face às simplificações e atalhoamentos forçados pela guerra) e, ainda (de novo), a questão da existência de um navio-escola devidamente preparado para a aprendizagem prática da vida no mar.

É assim que, logo no Outono de 1916, o articulista e antigo lente da Escola Naval capitão-de-fragata João Baptista Ferreira, depois de alvitrar a nova instalação em Paço d’Arcos, onde a Marinha dispõe de algum espaço, expõe as suas ideias sobre o regime de estudos:

-Admissão dos alunos: deveria ser feita entre os 16 e os 18 anos, com diploma do curso secundário e mediante um concurso para os que são aceitáveis em mérito absoluto e os que, por mérito relativo, cabe, no número de vagas que for aberto. Segundo o autor, deveriam ser 5 os exames de admissão para avaliar e seriar os candidatos: línguas (portuguesa e estrangeira); Física e Matemática; Química e Ciências Naturais; Geografia e História; Desenho geométrico e à vista;

-O percurso escolar incluiria dois anos de “preparatórios” feitos na própria Escola Naval com cadeiras básicas de “ciências exactas e experimentais”, tendo os alunos a graduação de aspirantes de 2ª classe, e instruções militares e náuticas. Seguir-se-ia um “curso geral” de um ou dois anos, já como aspirante de 1ª classe, ou então só um ano e um curso complementar já como oficial, voltando à Escola depois de alguma experiência de embarque e de mar, solução por si preferida. Prevê também cursos especiais posteriores, de especialização para artilheiros, torpedeiros, electricistas, submarinos, hidroplanos, etc.;

-Quanto à questão do internato, defende o “aquartelamento” – porque o mero “internato” lhe faz lembrar um convento – mas admite o agravamento de custos que isso poderá comportar;

379 FERREIRA, Baptista, “Reconstrução da Escola Naval e reorganização do ensino naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 47 Out. 1916: 627-644.

CUNHA, Rocha e; BRANDÃO, Carvalho, “A educação dos oficiais de marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 47 Out. 1916: 686-690; Ano 47, Nov. 1916: 749-761; Ano 47, Dez. 1916: 807-815; A. 48, Jan. 1917: 80-89

COSTA, Sebastião da, “A Escola Naval e a pedagogia (A propósito da sua reedificação: algumas pedras para o novo alicerce)”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 47 Nov. 1916: 737-747; A. 47 Dez. 1916: 803-806; A. 48 Fev.1917: 168-179; Abr. 1917: 353-359; e Jul.1917: 627-637.

COUTINHO, Gago, “Necessidade de navios-escolas navegando”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 52, Jan.-Fev. 1921: 31-51.

EÇA, Vicente de Almeida d’, “Curso Complementar na Escola Naval em 1927”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 57. Jan.-Mar.1927: 3-17.

CRUZ, Frederico, “Curso Complementar de Marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 60. Jul.-Ago. 1929: 75-77.

-Não fala dos vencimentos aos aspirantes, do específico estatuto dos guardas-marinhas, da formação das outras classes de oficiais, nem das questões dos embarques durante o curso. Como ele diz, «o que deixamos aqui é simplesmente um esboço»<sup>380</sup>.

Por seu lado, os tenentes Rocha e Cunha e Carvalho Brandão enfocam a sua reflexão de uma maneira inédita para o meio e para a época. Sigamo-los:

«Se interrogássemos porém, um a um, os nossos oficiais acerca da maneira como adquiriram a preparação profissional e das dificuldades que encontraram nessa aquisição, que nos diriam eles? Todos aproximadamente o mesmo: estudando, praticando, organizando espontaneamente os métodos de trabalho, sobretudo nos postos de tenente, em que já pesam as responsabilidades do serviço [...]»;

De todos os depoimentos colhidos neste interessante interrogatório ressaltariam à evidência duas grandes verdades: 1ª A ação educativa da Escola Naval é praticamente nula; 2ª A preparação profissional dos nossos oficiais de marinha é feita principalmente depois de deixarem a Escola, por influência do meio e por esforço de auto-educação.»<sup>381</sup>;

O artigo insere-se numa problemática que começa a aflorar na época acrescentando à habitual “instrução”, a noção de “educação”, talvez por reflexo das novas teorias educacionais e pedagógicas que punham em causa a escolarização tradicional, incluindo a educação infantil agora já não deixada exclusivamente ao cargo da família ou da mãe da criança (Montessori, etc.). Quando os autores passam em revista as principais deficiências de preparação em várias áreas: navegação, artilharia e torpedos – fazem-no sempre com um balanço avaliativo negativo. E resumem as causas: «1ª Deficiência no ensino; 2ª Falta de oportunidade; 3ª Excesso de matéria»<sup>382</sup>. E como que a finalizar: «Não queremos que o aspirante saia da Escola um *lobo do mar*. O que desejaríamos é que, aproveitando o pouco que resta de adolescência ao aspirante, a Escola Naval, durante os três anos que o tem à sua disposição, lhe inculcasse o interesse pela arte profissional, pondo-o em condições de se adaptar rapidamente ao meio naval; é isto o que hoje não sucede.»<sup>383</sup>

De maneira mais tradicional, o segundo-tenente Sebastião da Costa discute e propõe alterações no conjunto das cadeiras de formação básica. Escreve ele: «Terminámos o nosso primeiro artigo sobre os métodos pedagógicos da nossa Escola Naval afirmando

380 FERREIRA, Baptista, “Reconstrução da Escola Naval e reorganização do ensino naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 47, Out. 1916: 642.

381 CUNHA, Rocha e; BRANDÃO, Carvalho, “A educação dos oficiais de marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 47, Out. 1916: 687-689.

382 CUNHA, Rocha e; BRANDÃO, Carvalho, “A educação dos oficiais de marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 47, Dez. 1916: 813.

383 CUNHA, Rocha e; BRANDÃO, Carvalho, “A educação dos oficiais de marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 47, Nov. 1916: 760.

que *a nossa marinha será o que os seus homens forem* [...]. A Escola Naval deve ter por fim dar à Marinha oficiais de marinha e não bacharéis em Náutica; tem, pois, de educar rapazes para a seu tempo serem homens de método, de serenidade e de acção»<sup>384</sup>. E no prosseguimento deste seu longo trabalho afirma ainda: «Das cadeiras que formam hoje, segundo a lei de 1903, os três anos do curso de marinha da Escola Naval, duas há, a 11<sup>a</sup> e a 12<sup>a</sup>, *Ciência da Guerra e História e Direito Marítimo* que excluíamos do *curso elementar* ou *preparatório* e reservámos para fazerem parte do *curso complementar* ou *superior*, que seria cursado depois dos jovens oficiais terem feito os seus tirocínios e alcançarem os seus galões de tenente.»<sup>385</sup>. Este tema de um *curso complementar* será rediscutido na Marinha em anos posteriores<sup>386</sup> mas não chegou a ter concretização, talvez porque, entretanto, se foram experimentando os primeiros “cursos navais de guerra”, para oficiais subalternos e superiores<sup>387</sup>, que tornariam desnecessário um tal retorno aos bancos da Escola Naval.

Entretanto, é o capitão-de-mar-e-guerra Gago Coutinho quem volta a levantar a questão do navio-escola. Diz ele, a terminar uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1921: «Resumindo as considerações, que acabo de expor, a marinha de guerra portuguesa precisa essencialmente de, pelo menos, um navio-escola com numerosos alojamentos, e com um material de instrução moderno e completo. Nesta ordem de ideias, concretizando um pouco mais detalhadamente o tipo de navio que preconizo para navio-escola de mar do pessoal na nossa marinha de guerra, apresentarei rapidamente as seguintes características gerais: o navio seria misto, de cerca de 3.000 toneladas de deslocamento, com aparelho de lugre-patacho de 4 mastros, aparelho redondo desenvolvido no mastro do traquete e três grandes latinos de arriar [...].

A manobra de vela de um tal navio poderia, em condições normais de tempo, fazer-se com o pessoal a três quartos, de acordo com as vistas modernas, mais liberais. A máquina [...]. A artilharia seria de pequeno calibre, e haveria também um tubo lança-torpedos [...]. Haveria electricidade montada de maneira a funcionar correntemente, mesmo navegando só à vela; e, é claro, haveria TSF. Como este navio poderia ter uma coberta corrida [...] seria praticável adaptar alojamentos arejados e cómodos para uma lotação, pelo menos dobrada da usual, ou seja, cerca de 30 oficiais e outros tantos guardas-marinhas [...].

384 COSTA, Sebastião da, “A Escola Naval e a pedagogia (A propósito da sua reedificação: alguns pedras para o novo alicerce)”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 47, Dez. 1916: 803 e 805.

385 COSTA, Sebastião da, “A Escola Naval e a pedagogia (A propósito da sua reedificação: alguns pedras para o novo alicerce)”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 48, Abr. 1917: 355.

386 Ver EÇA, Vicente de Almeida d’, “Curso Complementar na Escola Naval em 1927”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 57, Jan.-Mar.1927: 3-17; e CREUZ, Frederico: «Curso Complementar de Marinha», **Anais do Clube Militar Naval**, A. 60, Jul.-Ago. 1929: 75-77.

387 Segundo a **Lista da Armada** de 1949, já funcionariam desde Março os cursos Geral e Superior, no Instituto Superior Naval de Guerra.

Finalmente, o navio seria dotado com uma boa biblioteca e material aperfeiçoado de navegação, hidrografia, etc. E também não seria descuidada a higiene, nem o sport, especialmente a esgrima, a natação, o remo, a vela.»<sup>388</sup>

E mesmo a acabar: «Se, por agora, não podemos ter bons navios de guerra, tenhamos só bons navios-escolas; porque esses são os essenciais, e tanto que, se a Marinha portuguesa só pudesse ter um navio, esse deveria ser um navio-escola. O material compra-se com dinheiro, mas o pessoal não se compra: leva muitos anos de trabalho e de tradição, a formar. Começemos pela sua formação, que é afinal começar pelo princípio.»<sup>389</sup>

Também na mesma fonte bibliográfica, mas um pouco mais tarde, se podem encontrar alguns artigos focando exclusivamente matérias de tal ou tal cadeira do seu programa de ensino, casos da meteorologia, das máquinas ou da astronomia<sup>390</sup>, além de compreensíveis retrospectivas históricas sobre a própria Escola Naval ou as instituições de formação de oficiais que a antecederam<sup>391</sup>. Mas é especialmente interessante o número comemorativo do 70º aniversário da fundação do Clube Militar Naval<sup>392</sup>, onde, em particular, figuram textos de Tancredo de Moraes sobre a evolução da administração naval, de António Mendes Barata sobre as máquinas a vapor e de Domingos da Cruz sobre os serviços de saúde da Armada<sup>393</sup>, pelas referências que fazem aos processos de formação dos oficiais destas especialidades.

Porém, algumas decisões políticas viradas para o futuro iam sendo tomadas. Uma Nota de 9 de Outubro de 1919 do Gabinete do Ministro da Marinha à Junta Autónoma das Obras do Novo Arsenal indica diversas especificações para o «projecto em estudo

388 COUTINHO, Gago, “Necessidade de navios-escolas navegando”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 52, Jan.-Fev. 1921: 47-48.

389 COUTINHO, Gago, “Necessidade de navios-escolas navegando”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 52, Jan.-Fev. 1921: 50-51.

390 Ver: BRANDÃO, Carvalho, “O ensino da meteorologia na Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 62, Jan.-Fev. 1932: 81-88; CASTRO, João Sequeira de, “O ensino geral de máquinas marítimas e o ensino especial das de combustão interna nas Escolas Naval e Náutica”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 63, Mai.-Jun. 1933: 119-132.; e GUEDES, Raul M. Serra, “A utilidade do ensino da astronomia no curso dos oficiais de Marinha” (Lição inaugural na abertura do ano na EN em 15.Out.1933), **Anais do Clube Militar Naval**, A. 64, Jan.-Fev. 1934: 133-148.

391 O já referido trabalho não-assinado “A Companhia dos Guardas-Marinhas e a sua Bandeira», **Anais do Clube Militar Naval**, A. 38, Jul.-Ago. 1907: 486-490; Set. 1907: 578-580; Out. 1907: 630-634; e Nov.-Dez.: 766-792.

E também: P., “O incêndio da Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 46, Abr.1916: 231-241.

SOUSA, Alfredo de: “Na Escola Naval Há Cem Anos”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 94, Jan.-Mar. 1964: 193-196.

392 66º Ano, Tomo LXVI, nº 10 a 12, Outubro a Dezembro 1926.

393 Além de assinaláveis análises do almirante Pereira da Silva sobre a evolução da esquadra e do engº. César Ferreira sobre o poder marítimo nacional nos 70 anos precedentes.

para a construção da Escola Naval no Alfeite»: com internato; para um efectivo de 150 a 200 alunos; aulas para os cursos de marinha, administração naval e máquinas; e correspondentes professores, com quartos, etc.; oficinas, museu de modelos, etc.<sup>394</sup>

Por outro lado, não pode diminuir-se ou esquecer-se a participação da Marinha na Grande Guerra. A participação de diversos aspirantes, ou guardas-marinhas, em operações militares contra os alemães, em 1916-1918, envolveu, de maneira trágica: António Rodrigues Janeiro, morto em combate na foz do Rovuma em Maio de 1916; Carlos Mota e Freitas, morto em combate a bordo do navio-patrolha *Augusto Castilho* no Atlântico em Outubro de 1918; e Manuel Armando Ferraz, combatente e naufrago deste último navio. O encomiástico livro **Armada Gloriosa** publicado por Maurício de Oliveira em 1936 refere (a págs. 135), num Quadro de Honra, a morte de 4 guardas-marinhas durante a Grande Guerra, informação que não é confirmada em outras fontes, mormente no livro **Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval**. Mas é certo que diversos outros aspirantes e guardas-marinhas cumpriram arriscadas comissões de embarque nesse período.

Apesar da improvisação dos seus modos de funcionamento, houve rotinas que se mantiveram na Escola Naval:

-Assim, foi aprovado unanimemente pelo Conselho Escolar um voto de louvor ao pessoal da secretaria e a todos os que prestavam serviço na Escola Naval, mais aos alunos, pelas condições excepcionais em que se tem mantido a instrução, louvor que foi lido em formatura geral no dia 17 de Junho de 1916;<sup>395</sup>

-Requerimentos de 10 aspirantes de marinha que terminaram em Junho de 1917 o seu 1º ano e «pedem para embarcar desde já nos navios da Divisão Naval», obtêm o seguinte despacho do Major-General da Armada: «Concordo»;<sup>396</sup>

-Nestes anos, a Escola Naval usava o palhabote *Sirius* para instrução náutica dos seus aspirantes. Esta embarcação é solicitada pela Associação Naval de Lisboa<sup>397</sup> em 1916 para que os seus associados pudessem ingressar no corpo de Auxiliares da Defesa Marítima; e em 1919 pelo Clube Naval de Lisboa com fins idênticos; mas em ambos os casos o Conselho de Instrução da Escola Naval recusou tais pedidos;<sup>398</sup>

-Os cursos de administração naval e de maquinistas navais, que então funcionavam essencialmente na vizinha Escola Auxiliar de Marinha, vão certificando a-conta-gotas os seus alunos finalistas, como aconteceu em Janeiro de 1917 com os aspirantes de 2ª classe de administração naval Manuel Oliveira Pinheiro (com média de 13,68), Alfredo Mota (11,85) e Álvaro Alfaro Cardoso (10, 68); e em Setembro do mesmo

394 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pasta 1919-1921.

395 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pasta 2 (1916/1917).

396 *ibidem*.

397 Fundada em 1856, sendo a mais antiga agremiação desportiva do país.

398 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pastas 1916/1917 e 1919/1921.

ano com os aspirantes de 2ª classe maquinistas navais Francisco Contente Júnior (com 14,31) e Júlio José da Silva (13,73);<sup>399</sup>

-No Verão de 1918 tem lugar um concurso de provas públicas para o provimento do lugar de lente da 11ª Cadeira (cujo júri inclui 9 nomes, praticamente todos os professores titulares), tendo sido tirado à sorte um “ponto para desenvolvimento” que calhou ser sobre “O triângulo estratégico”, e para o qual apresentam teses os candidatos Álvaro Nunes Ribeiro, Alfredo Botelho de Sousa e Joaquim Anselmo da Mata Oliveira, saindo vencedor o segundo;<sup>400</sup>

-Em Janeiro de 1919 são abatidos ao efectivo do Corpo de Alunos da Armada os aspirantes Luiz Vaz Touro, José Cardoso Moniz e José Ferreira Canelas;<sup>401</sup>

-Após uma década na função, abandona o cargo de Director e 1º Comandante da Escola Naval o vice-almirante Nunes da Mata sendo substituído em 1919 pelo contra-almirante Silveira Moreno;<sup>402</sup>

-No mapa dos 27 candidatos ao concurso para aspirantes de marinha em Novembro de 1921 figuram os nomes de: Acúrcio Campos Araújo, Tomás Vítor Duque, Henrique Tenreiro, Armando Roboredo, José Mexia Salema, Pedro Sequeira Zilhão ou Francisco Gouveia Spínola – todos eles admitidos.<sup>403</sup>

E, entretanto, talvez esta paragem do seu funcionamento rotineiro tenha acabado por ser benéfica para a Escola Naval, na medida em que a reconstrução do edifício da Ribeira das Naus permitiu finalmente a criação de condições para o internato. Simultaneamente, avançava-se mais para uma nova reforma dos estudos proporcionados pela Escola Naval, agora tendo em conta os progressos técnicos das armas e das tácticas navais ensaiadas durante a guerra recente.

De facto, na documentação arquivada encontram-se peças estruturantes para a dita reforma como as seguintes, além dos sinais mais habituais da sua rotina institucional:

-Uma Nota de 4 de Março de 1922 da Escola Naval leva ao conhecimento do Ministro da Marinha uma proposta do seu Conselho de Instrução para uma nova reforma do ensino, assente nas seguintes «Bases»: 1-Junção na mesma escola dos 3 cursos (marinha, engenheiros maquinistas e administração naval); 2-Instrução integrando os mais recentes progressos técnicos da guerra; 3-Sólido carácter militar na sua formação; 4-Selectividade intelectual, física, profissional e moral; 5-Maior instrução prática; 6-Maior autonomia ao Conselho de Instrução para actualizar anualmente as matérias

399 *Ibidem*.

400 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pasta 1918.

401 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pasta 1919-1921.

402 *Ibidem*.

403 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.373, Escola Naval, pasta 1919-1921.

ensinadas; 7-Criação de um curso complementar para a classe de marinha; 8-Regime de quartelamento para os alunos;

-Documentos dactilografados contendo o previsto «Regime de Ensino e Lei Orgânica da Escola Naval», com data de 24 de Abril de 1922, com 15 Cadeiras, integrando os 3 cursos, e prevendo-se um «curso complementar» para a classe de marinha. Idem para umas «Bases para a Reorganização da Escola Naval» de 18 de Maio do mesmo ano; e ainda com novas alterações em 26 de Agosto, sempre de 1922;

-Dossiê com trechos da discussão havida na Câmara dos Deputados da proposta de reorganização da Escola Naval do ministro Rocha e Cunha em 1922 – mas que só veio a ser aprovado em 1924 sob a égide e as concepções do ministro Pereira da Silva;

-Na relação da classificação final dos aspirantes do curso de marinha no ano lectivo de 1921-1922, vê-se que são 22 os novos guardas-marinhas, sendo o nº 1 Fernando Campos de Araújo;

-Ofício do Presidente da Direcção do «Club dos Aspirantes de Marinha» Jorge M. Ramos Pereira dirigido ao Ministro da Marinha em Março de 1923 com pedido de instalações náuticas para as suas actividades;

-Propostas de novas lotações para a Escola Naval, cujo Director é agora, a partir de 1924, o contra-almirante Alberto Celestino Pinto Basto;<sup>404</sup>

-Em Abril de 1925 realiza-se um concurso documental para lente da 1ª Cadeira, com 3 candidatos;<sup>405</sup>

-E, na mesma data, há um projecto de novos estatutos para o agora designado Clube Náutico dos Oficiais e Aspirantes da Armada.<sup>406</sup>

A reorganização da Escola Naval (e da Escola Auxiliar de Marinha, então convertida em Escola Náutica, como veremos adiante) acabou por ser feita pelo decreto nº 10.084 de 20 de Agosto de 1924<sup>407</sup>.

A ocorrência do golpe militar desencadeado pelo Exército em 28 de Maio de 1926 e só estabilizado em Julho com o sucessivo afastamento de Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa – golpe oficialmente designado por Revolução Nacional – não teve quaisquer reflexos imediatos na Marinha, nem na Escola Naval. Pelo contrário, esta estava agora afadigada em pôr de pé a reforma de 1924 de Pereira da Silva, de que são sinais as referências concretas que alinhamos de seguida:

-Continuam as notas e pareceres sobre os «engenheiros maquinistas navais», por exemplo com uns «Critérios fundamentais para a formação dum quadro de engenheiros

---

404 Todas as anteriores em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1922-1924.

405 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1925-1927.

406 *ibidem*.

407 Publicado nas LDRA Set.1924 (p. 793-837).

navais e mecânicos» apreciados pelo Estado-Maior Naval em Setembro de 1926, prosseguindo no ano seguintes estas trocas de documentos provisórios;

-O cidadão António Pinto Martins, mestre de esgrima da Escola Naval desde há mais de duas décadas, é também «nomeado para o cargo de professor de esgrima da Escola de Educação Física para Oficiais da Armada, cargo que vem desempenhando desde o começo do ano lectivo de 1925/1926»;

-Em Janeiro de 1927, por nomeação do Director, o vice-almirante Almeida d'Eça escreve uma Exposição fundamentadora da sugerida atribuição à Escola Naval do grau de cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada;<sup>408</sup>

-Discute-se um projecto de «Regulamento para as nomeações e substituições de professores, instrutores e demonstradores da Escola Naval» de Março 1927;<sup>409</sup>

-Em uma lista nominal dos aspirantes do Corpo de Alunos da Armada em 14 de Dezembro de 1927, observa-se que são 64 de marinha; 7 engenheiros maquinistas; e 9 de administração naval.<sup>410</sup>

Por esta época são os seguintes os Lentes titulares da cadeiras da Escola Naval: 1ª Cadeira (análise infinitesimal e mecânica), o primeiro-tenente Sá Viana Couceiro; 2ª (elementos de astronomia e navegação estimada), o capitão-tenente Serra Guedes; 3ª (química aplicada, explosivos e balística interna) o primeiro-tenente Joaquim Marques Esparteiro; 4ª (desenho e fotografia), o capitão-de-fragata Vieira da Silva; 5ª (navegação astronómica, agulhas, meteorologia), o capitão-de-mar-e-guerra Abel Fontoura da Costa; 6ª (elementos de resistência de materiais e arquitectura naval), o capitão-de-fragata engenheiro construtor naval Raul César Ferreira; 7ª (artilharia e armas portáteis: material e tiro), o capitão-de-fragata Manuel Bruto da Costa; 8ª (hidrografia e oceanografia, faróis e derrotas), o capitão-de-fragata Vítor Hugo de Azevedo Coutinho; 9ª (electricidade aplicada), o capitão-de-mar-e-guerra Apolino Rodrigues; 10ª (máquinas marítimas), o general Ferrugento Gonçalves; 11ª (arte militar marítima e fortificação), o capitão-tenente Alfredo Botelho de Sousa; 12ª (direito marítimo e história marítima), o vice-almirante Vicente Almeida d'Eça; 13ª (torpedos e minas: material e emprego), o capitão-tenente Aníbal Mesquita Guimarães; 14ª (administração e contabilidade naval), o capitão-tenente de administração naval Francisco da Silva Júnior; 15ª (legislação naval), o primeiro-tenente de administração naval Tancredo de Moraes. Higiene: o capitão-de-fragata médico Carmo Pacheco. Além destes, havia mais 5 oficiais «ajudantes de instrutores»; um mestre de inglês (o capitão-de-fragata Severiano Ivens Ferraz); um mestre de esgrima e de ginástica (António Martins) e um instrutor (o capitão-tenente José Peres Murinelo); 4 «demonstradores», de construção naval (o capitão-tenente Vasco Taborda Ferreira),

408 Tudo o anterior em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1925-1927.

409 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1928-1936.

410 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1925-1927.

de máquinas, de administração naval; e um médico; 3 oficiais e 2 funcionários civis (da Secretaria); 2 oficiais no Laboratório de Explosivos; 1 tenente auxiliar para o ensino do aparelho e manobra; e 6 funcionários classificados como «pessoal menor». Na Biblioteca de Marinha (ainda integrada na Escola Naval), o director era o capitão-de-mar-e-guerra Jaime Fonseca Monteiro e prestavam serviço 2 funcionários civis.<sup>411</sup>

De facto, com a reforma adoptada pelo ministro Pereira da Silva em 1924<sup>412</sup> a Escola Naval reganhou um outro impulso, com os cursos de máquinas e de administração (de dois anos, contra três da classe de marinha) a voltarem a ser inteiramente ali ministrados. E, como dissemos, a Escola pôde passar a funcionar em regime de internato (como dispunha a reforma de 1903), com o aproveitamento para tal efeito das “águas furtadas” (3º piso) do mesmo edifício e outras adaptações inerentes (balneários, cozinha, refeitório, etc.). Como referido, o ensino passou então a ser organizado em 15 cadeiras e 18 aulas práticas, e entre as novas matérias apareciam os torpedos e minas, bem como as máquinas auxiliares e as turbinas a vapor, em breve seguidas dos motores de combustão interna. A evolução técnica, acelerada pela guerra recente, impunha estas actualizações. E as mexidas introduzidas pelo ministro (da Ditadura) Mesquita Guimaráes em 1928 foram de pouca monta, neste domínio dos conteúdos das matérias ensinadas, consistindo basicamente na actualização do regime de nomeação e substituição de professores<sup>413</sup> e na aprovação e de um novo Regulamento da Escola Naval<sup>414</sup>.

Por outro lado, incorporado na Armada em 1924 como navio-escola, o NRP *Sagres*, com armação vélica em barca, de 3 mastros (mas com motores auxiliares desde 1931), passou a fazer parte integrante dos programas de ensino de Escola Naval, embora não lhe estivesse subordinado.

Depois do grande incêndio de 1916, a Escola Naval recuperou a sua antiga configuração física naquele espaço adjacente ao Arsenal da Marinha. Mas na célebre Sala do Risco já não existia a antiga corveta *Paciência* para a instrução de mastros dos aspirantes, funcionando agora como ginásio. Contudo, o seu nome foi muitas vezes então evocado por razões políticas: durante o mês de Setembro de 1925 ali funcionou o tribunal militar que julgou os implicados na tentativa de golpe-de-Estado de 18 de Abril precedente, com o general Sinel de Cordes, o coronel Raúl Esteves e o comandante Filomeno da Câmara como principais acusados, mas para os quais o promotor de justiça (o general Óscar Carmona) acabou por pedir a absolvição<sup>415</sup>; e em 28 de

---

411 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1928-1936.

412 Decreto nº 100.84 de 24 de Agosto de 1924. Era então seu director o contra-almirante Alberto Pinto Basto (1924-25).

413 Decreto nº 15.459 de 11 de Maio de 1928 (LDRA Mai.1928).

414 Decreto nº 16.105 de 3 de Novembro de 1928 (LDRA Nov.1928).

415 Entre outros, ver TELO, António José, **Decadência e Queda da I República Portuguesa** – 2º Vol. Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 166.

Maio de 1930, o ministro das Finanças, Oliveira Salazar, ali pronunciou um importante discurso tendo por temas a ditadura, a ordem e a desordem, que veio a ser visto como pré-anúncio das doutrinas políticas que enformaram o Estado Novo<sup>416</sup>.

As grandes mudanças ocorrem finalmente em 1936/1937, sob a égide do ministro Ortins de Bettencourt, com uma nova reforma dos estudos e a mudança das instalações de Lisboa para os novos edifícios do Alfeite, sobranceiros ao Arsenal e com um belo edifício modernista para as aulas e o comando exposto a Norte. Os Directores mais envolvidos nestas mudanças terão sido o contra-almirante Almeida Henriques e o capitão-de-mar-e-guerra Álvaro Marta.

Tal como fizemos anteriormente, incluímos aqui a lista dos sucessivos Directores da Escola Naval que exerceram essa função durante o período da 1ª República, da Ditadura Militar e do Estado Novo, até à sua transferência para o Alfeite:

- Capitão-de-mar-e-guerra (depois vice-almirante) José Nunes da Mata (1910-1917)
- Vice-almirante Francisco Barbosa Leal (1917-1919)
- Contra-almirante Alberto Silveira Moreno (1919-1924)
- Contra-almirante Alberto Pinto Basto (1924-1930)
- Contra-almirante Isaiás Augusto Newton (1930-1932)
- Contra-almirante Tito de Morais (1932-1936)
- Contra-almirante Joaquim Almeida Henriques (1936)



**Figura 20** - O edifício onde funcionou Escola Naval (1845-1936) e a Sala do Risco<sup>417</sup>

416 Ver PINTO, Alexandra Guedes, “O discurso da ditadura: ditadura, ordem e desordem em António de Oliveira Salazar”, *Microficação*, 11. Da Internet em 4.Jul.2023: 5419-Texto de Trabalho-9565-1-10-20191004 (2).pdf

417 Fotografia do autor, 2023.

## 18. A Escola Náutica (1924 a 1974)

Em simultâneo com mais uma reforma dos estudos da Escola Naval – com o ministro Pereira da Silva, em 1922 – é fundada a Escola Náutica, destinada a formar Pilotos, Capitães, oficiais Radiotelegrafistas e Comissários para a nossa Marinha Mercante, sendo então extinta a Escola Auxiliar de Marinha. Manteve-se nos mesmos locais na Rua do Arsenal, em Lisboa, passando de resto a ocupar todo o espaço do 1º andar quando em 1937 a Escola Naval foi transferida para o Alfeite. Mas, ao contrário desta, nunca funcionou em internato, nem os seus alunos andavam obrigatoriamente uniformizados.

Na Proposta de lei orgânica da Escola Náutica, de 4 de Maio de 1922, recorda-se que os cursos de pilotagem e de maquinistas navais se regem pela lei de 5 de Junho de 1903, depois alterada pontualmente por diversos decretos e portarias. Diz-se também que o número de examinados de pilotagem cresceu muito desde 1916, com 128 nesse ano, 351 em 1917, 294 em 1918, 230 em 1919, 297 em 1920 e 210 em 1921. Confirma-se que «a lei de 1903 retirou da Escola Naval os cursos militares de maquinistas navais e da administração naval, que nela permaneceram desde que foram criados. Não há razão alguma para que dela continuem afastados». E, além dos cursos de pilotagem e de maquinistas mercantes, «haverá um terceiro, correspondendo à telegrafia sem fios, quando a sua organização se tornar necessária.». Confirma-se que no curso de pilotagem há dois graus de ensino: o Elementar, de 2 anos, para pilotos; e o Complementar, de 3 anos, para capitães<sup>418</sup>.

A reforma que criou a Escola Náutica acabou por ser feita pelo decreto nº 10.084 de 20 de Agosto de 1924<sup>419</sup>, do ministro Pereira da Silva, logo depois alterado pelo decreto nº 11.010 de 31 de Julho de 1925<sup>420</sup>. O contra-almirante Alberto Celestino Pinto Basto é agora, em 1924, igualmente o Director da nova Escola Náutica, que passa a acolher também «radiotelegrafistas mercantes»<sup>421</sup>. Aqui, são leccionadas 12 cadeiras, regidas quase todas pelos professores da Escola Naval<sup>422</sup>.

Com a transferência da Escola Naval para o Alfeite em 1936/37, o espaço ficou disponível no 1º andar do edifício da Rua do Arsenal para instalar melhor a Escola Náutica, cujo ensino veio a ser reorganizado pelo decreto nº 32.154 de 20 de Julho de 1942. Nova reorganização interveio logo em 1946, por força do decreto nº 35.869, de 19

418 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 12 (Escola Náutica, 1922/1948).

419 Publicado nas LDRA Set.1924 (p. 793-837). É interessante saber que o título deste diploma legal é «Organização da Escola Naval e Escola Náutica», quase parecendo pôr em paridade as duas instituições. Na realidade, tratar-se-ia ainda de manter o domínio da Armada sobre a formação náutica dos oficiais da Marinha Mercante.

420 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1928-1936.

421 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1925-1927.

422 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1928-1936.

de Setembro. Não obstante isto, a grande maioria das suas cadeiras continuaram a ser asseguradas por professores da Escola Naval, em acumulação.

O decreto-lei nº 37.213 de 15 de Dezembro de 1948 estabeleceu na Escola Náutica o curso de Comissários da Marinha Marcante. Finalmente, em 1960 o decreto nº 42.827 de 3 de Fevereiro reformulou o decreto de 1946, ditando novas reorganização dos seus cursos, enquanto a Portaria do Ministro da Marinha nº 17.063 de 14 de Março de 1960 aprovava um novo Regulamento para a Escola Náutica. E, por estas épocas, o capitão-de-mar-e-guerra na reserva Alfredo Soares de Melo assegurou durante mais de dez anos a Direcção desta instituição.

No dia 18 de Fevereiro de 1969 deflagrou um incêndio de grande intensidade que destruiu os dois corpos ocidentais do edifício do antigo Arsenal da Marinha, onde se encontravam instalados o Instituto Hidrográfico e a Escola Náutica.<sup>423</sup> Nessa emergência, a Escola Náutica cessou as suas actividades lectivas mas, algumas semanas depois, as aulas começaram a ser retomadas, tendo inclusive sido nomeados alguns oficiais para reforço do corpo docente.

Porém, o dramatismo desta grave ocorrência terá estimulado as autoridades governamentais no sentido de ser iniciada a construção de um novo edifício escolar para a reinstalação da Escola Náutica, localizado em Paço de Arcos, cujos planos já existiriam desde há alguns anos.

Entretanto, em 1972 foi modificada a designação da instituição, que passou a constituir a Escola Náutica Infante D. Henrique, tendo também sido aprovado um novo Regulamento.<sup>424</sup>

O novo edifício foi inaugurado no dia 26 de Outubro de 1972 pelo Chefe do Estado e, segundo foi então divulgado, o custo da obra «compreendendo o preço do terreno, terraplanagens, esgotos e arruamentos mais o dos trabalhos das empreitadas para a construção do edifício da 1ª fase, incluindo mobiliário, equipamento e arranjos exteriores, cifrou-se em 58 mil contos»<sup>425</sup>.

O I Governo Provisório após a revolução de 25 de Abril de 1974, por um diploma de 15 de Junho seguinte, decidiu desafectar a Escola Náutica Infante D. Henrique da Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo (da orgânica do Ministério da Marinha instituída pelo ministro Pereira Crespo) e integrá-la na Secretaria de Estado da Marinha Mercante<sup>426</sup>.

423 O **Diário de Lisboa** de 19.Fev.1969 titulava em 1ª página: «Violento incêndio destruiu o Instituto Hidrográfico».

424 Decreto nº 348/72 de 5 de Setembro, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 207 de 5.Set.1972.

425 **Diário de Lisboa**, 26.Out.1972, p. 28.

426 Decreto nº 256/74 de 15 de Junho, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 138 de 15.Jun.1974.

## 19. As Brigadas da Armada, as hesitações em período de mudança de regime político e a Escola de Alunos-Marinheiros

Sob o regime da República, prenhe de novas realidades mas também politicamente muito conturbado, a formação de base das praças da Armada continuou a fazer-se durante alguns anos nas Escolas de Alunos-Marinheiros (EAM) do Porto e de Faro, agora funcionando em instalações em terra.

Da documentação conservada em arquivo da Escola de Alunos-Marinheiros do Norte, alinham-se em seguida várias referências ao seu funcionamento, agora em Leça da Palmeira, junto ao porto Leixões:

-Além dos documentos de candidatura como atestados de registo criminal (“nada consta”...), autorizações paternas (seladas), diplomas do 1º grau da Instrução Primária, etc., veja-se esta nota dactilografada de 1911 do Comando da EAM do Norte à Majoria-General da Armada, exemplo eloquente do tipo de burocracia da época: «Comunica-se que foi ontem abatido ao efectivo desta Escola o aluno nº 23, Abel Augusto dos Santos. Cujo requerimento de desistência foi aprovado por despacho de 7 de Janeiro de S.Ex<sup>a</sup>. o Ministro, tendo satisfeito todas as despesas feitas pela Escola. O Comandante, [*ass. ileg.*]»;

-Em Janeiro de 1911 encontram-se a frequentar a «aula primária» 24 alunos;

-No Relatório do capitão-tenente João do Canto e Castro Silva Antunes de 4 de Fevereiro de 1911 do cargo de Comandante da EAM do Norte<sup>427</sup> (que desempenha cumulativa e interinamente com o de chefe do Departamento Marítimo) diz-se que encontrou «tudo na melhor ordem, não sendo de esperar o contrário, do muito zelo do meu antecessor, capitão-de-fragata Nunes da Silva». E afirma: «Torna-se, pois, para desejar, que venha a realizar-se a construção de um edifício próprio, adequado à boa execução dos serviços»;

-Em Setembro de 1911 houve 200 candidatos a frequentar a EAM com a idade legal, mais 28 com uma idade superior e 19 com idade inferior (até 6 meses), depois de terem sido feitas as «mensurações antropométricas» pelo pessoal de saúde no mês de Agosto;

-Os Relatórios anuais da Escola são encadernados e muito detalhados, com várias secções subscritas pelos oficiais responsáveis. Numa apreciação da Direcção-Geral de Marinha ao referente ao ano lectivo de 1911-1912 escreve-se que «no extenso e bem elaborado relatório (qualidades reveladas já nos anteriores) colhem-se noções interessantes, sendo uma delas a necessidade de elevar a idade para a entrada nas Escolas» e também se realça o desempenho do responsável do serviço de saúde, o primeiro-tenente médico António Freitas Monteiro, que no ano seguinte assina um muito completo relatório sobre o estado sanitário dos 80 alunos então existentes;

---

427 Tinha como 2º comandante o primeiro-tenente Emílio Gagean.

-O primeiro-tenente José Peres Murinelo, instrutor desta Escola, apresenta um extenso relatório sobre o Congresso de Educação Física de Paris (de 17 a 20 de Março de 1913) em que participou;<sup>428</sup>

-Num impresso «Mapa do estado do material» da EAM do Norte, agora do comando do capitão-de-fragata Alfredo Guilherme Howell, de Janeiro de 1915, vê-se que dispõem de 3 escaleres de 10 remos «em regular estado de conservação» e, como armamento: 134 carabinas *Manliker*, 2 metralhadoras *Nordenfeld*, 9 pistolas *Parabellum*, tudo «em regular estado de conservação», e 12 revólveres *Abadie* «em mau estado de conservação». E numa relação nominal das praças que, nesse mesmo mês, frequentaram a «aula primária» figuram 17 homens: 12 grumetes, 3 corneteiros e 2 marinheiros;

-A lotação da EAM do Norte, fixada por portaria de 30 de Março de 1917, compreende 86 homens no total, incluindo um Comandante, um 2º comandante, 4 tenentes instrutores, 1 médico e um oficial de administração naval;

-Em 1918 o Comandante é agora o capitão-de-fragata Mariano da Silva. E, em 15 de Fevereiro de 1919, veja-se o conteúdo desta nota enviada de urgência ao Gabinete do Ministro da Marinha, antecipando a queda da “Monarquia do Norte”: «Ontem pelas 11 horas um esquadrão da guarda republicana saiu para a rua sob o comando do capitão Sarmiento Pimentel aproveitando estar a cidade quase desguarnecida de tropas e marchado para sul uma coluna com Couceiro à frente. Aquele esquadrão tomou o Quartel-General onde estavam reunidos alguns membros da intitulada Junta Governativa do Reino. [...]»<sup>429</sup>;

-Com referência aos anos de 1919 a 1921, existem em arquivo diversas notas, projectos e desenhos (plantas) para possíveis instalações para a Escola de Alunos-Marinheiros do Norte. E mesmo mais tarde, em 1937, há um ofício do Governador Civil de Viana do Castelo com idêntico propósito, bem como um documento intitulado «Subsídios para o estudo da instalação duma Escola de Alunos-Marinheiros em S. Martinho do Porto» da autoria do segundo-tenente António Trindade de Sousa (natural daquele lugar), com mapas e outros documentos acessórios<sup>430</sup>.

Enquanto isto, no Sul a Escola de Alunos-Marinheiros de Faro também continuou a funcionar, a despeito do desaparecimento do seu navio-mãe:

-Por via de um documento com data de 4 de Agosto de 1913, vê-se que a EAM do Sul foi instalada, a título provisório, no Paço Episcopal da diocese de Faro, mediante uma renda anual de 500 escudos. Há também os habituais mapas do estado do material, correspondência diversa, uma lista nominal dos 154 candidatos admitidos em Setembro de 1913, e outra dos 27 não admitidos, assinadas pelo Conselho Escolar, sendo o

428 Tudo o anterior em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.370, pastas 18, 19, 20 e 21.

429 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.371, pastas Esc. Al.-Mar. do Norte (1915, 1916-17 e 1918-37).

430 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.371, pasta Esc. Al.-Mar. do Norte (1918-37).

Relatório encadernado do ano escolar de 1913-14 já assinado pelo capitão-de-fragata António Rafael Pereira Nunes<sup>431</sup>;

-Curiosos são os termos de um abaixo-assinado por muitos «habitantes da cidade de Faro» em Abril de 1924 que termina assim: «Existindo em Faro uma Escola de Alunos Marinheiros, e havendo no Quartel de Marinheiros em Lisboa a banda que pertence ao Corpo e uma charanga que pode e costuma ser destacada para qualquer dependência do Ministério da Marinha, nós vimos pedir a V.Ex<sup>a</sup>. a colocação dela na Escola de Alunos Marinheiros do Sul, esperando que desta vez nos seja feita justiça»<sup>432</sup>;

-Finalmente, é interessante a nota enviada pelo chefe do Departamento Marítimo do Sul ao Ministro da Marinha em 1 de Outubro de 1928, lembrando que «em Julho de 1913, tendo o Ministério da Marinha feito todas as obras necessárias no que gastou bastantes contos de reis, instalou-se ali a Escola de Alunos Marinheiros que estava na *Palmela*. Em 1923 passou esta casa a ser a sede do Departamento Marítimo e Comando da Esquadilha Fiscal do Sul», mas, contudo, falta passar o título de propriedade para o Ministério da Marinha<sup>433</sup>.

Em 1918 é criada no Alfeite (apenas ainda em início de obras de terraplanagens e construção civil) uma Escola Central de Recrutas da Armada<sup>434</sup>, em substituição das Escolas de Alunos-Marinheiros do Porto e de Faro<sup>435</sup>. Era uma primeira evolução para este estabelecimento onde os novos recrutas da Armada aprendiam os rudimentos da organização militar em que entravam e da vida marítima que os esperava.

Com o ministro Pereira da Silva, nos últimos governos da 1<sup>a</sup> República, dá-se a substituição do Corpo de Marinheiros da Armada (que já fora extinto em 1918 e reactivado em 1920, nas atribuições do “Sidonismo” e do “pós-Sidonismo”) pela criação de 4 Brigadas autónomas e fisicamente desconcentradas, com o principal intuito de dificultar o “contágio” e a mobilização da maruja para intencões políticas<sup>436</sup>. O princípio orgânico era o de juntar o organismo de gestão desse pessoal especializado com os seus respectivos centros de formação. A Brigada de Marinheiros (conjuntamente com a Escola de Alunos-Marinheiros) foi destinada ao aquartelamento em construção no terrapleno oriental do Alfeite. A Brigada de Artilheiros foi fixada na fragata *D. Fernando* onde funcionava a Escola de Artilharia Naval. E a Brigada de Mecânicos ficou sediada em Vale de Zebro, onde já existia a Escola de Torpedos e Electricidade.

---

431 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.371, pasta Esc. Al.-Mar. do Sul (1911-1917).

432 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.371, pasta Esc. Al.-Mar. do Sul (1917-1928).

433 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.371, pasta Esc. Al.-Mar. do Sul (1917-1928).

434 Decreto nº 4.084 de 12 de Abril de 1918 (BCM-AH – Doc. Avulsa – Cx. 1.388).

435 Estas foram finalmente extintas pelo decreto nº 10.061 de 1.Set.1924.

436 Decretos nº 10.061 de 1 de Setembro e nº 10.062 de 2 de Setembro de 1924 (Regulamento Geral Orgânico das Brigadas da Armada), publicados nas LDRA de Setembro de 1924.

Além destas, também um Centro de Alistamento e Reserva de Marinheiros da Armada ficou a funcionar no Quartel de Alcântara. Uma prevista Brigada da Guarda Naval (com fuzileiros para a segurança das “Estações da Marinha em terra” – como então se dizia –, mais os músicos e outras especialidades menores) ficou também em Alcântara mas esta Brigada foi extinta logo em 1926 pelo governo da Ditadura<sup>437</sup>.

Com a displicência natural entre os jovens, o guarda-marinha Horácio de Faria Pereira escreve em 1921 para os *Anais* um texto onde afirma de forma peremptória: «Dois sistemas de recrutamento estão em uso nos diferentes países: voluntário e obrigatório. Na nossa marinha o pessoal é adquirido, parte por um dos sistemas, parte pelo outro – alunos e recrutas. O recrutamento voluntário parece ser o que tem provado pior [...]» (p. 25). Mais adiante escreve: «Educar é certamente a mais difícil missão do oficial, mas em compensação, é sem dúvida a mais nobre e grandiosa. [...] A instrução dá-nos o *saber*, e educação dá-nos o *poder*. [...]» (p. 120). E conclui, citando Gustave le Bon (*Les Annales*, 18.Mars.1917): «Les galons n’établissent qu’une hiérarchie factice, illusoire en temps de guerre. La valeur morale seule peut créer l’obéissance et le respect chez les inférieurs.» (p. 126). «Para se formar um homem, um soldado [...] a educação física deve acompanhar e ser levada a efeito em conjunto com a educação moral [...]» (p. 131).<sup>438</sup>

A grande reestruturação orgânica seguinte ocorreu em 1934 sob a égide do ministro Aníbal de Mesquita Guimarães com a reactivação do Corpo de Marinheiros da Armada e as chamadas «Escolas de Aplicação de Marinha»<sup>439</sup>, que irão ficar concentradas em dois polos distintos: Vila França de Xira e a zona nascente da Quinta do Alfeite – de que falaremos adiante.

Por agora, recordemos que a Escola Central de Recrutas da Armada, que visava suceder às anteriores Escolas de Alunos-Marinheiros descentralizadas – substituindo-se também a um episódico Depósito de Equipagens da Armada que funcionou em Alcântara –, foi instalada no terraplano sobranceiro ao Tejo no lado nascente do Alfeite desde 1918<sup>440</sup>, embora em condições muito precárias. Desta fase, podemos respirar algumas informações conservadas em arquivo:

-Em nota de 8 de Janeiro de 1918, indica-se que o seu Comandante é o capitão-de-fragata Pedro Rio Carvalho, o 2º comandante e Instrutor é o primeiro-tenente Álvaro Fortée Rebelo, e que o seu efectivo é de 71 homens, a maior parte dos quais são os músicos da Banda da Armada;

437 Decreto nº 11.813 de 30 de Junho de 1926, publicado nas LDRA de Junho de 1926.

438 PEREIRA, Horácio de Faria: “Da educação e instrução do pessoal da marinha militar”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 52, Jan.-Fev. 1921: 23-29; Abr.-Jun. 1921: 120-135.

439 Ver o Decreto nº 23.836 de 10 de Maio de 1934 (LDRA Mai.1934).

440 Decreto nº 4.084 de 12 de Abril de 1918 (BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.388).

-Uma Portaria de 8 de Abril de 1922 do ministro Vítor Hugo de Azevedo Coutinho fixa a lotação desta Escola em 156 homens;

-Em nota de 30 de Janeiro de 1924, o Comandante, capitão-tenente João Fiel Stockler envia à Majoria diversas propostas relativas a: ginástica sueca; sargentos e cabos instrutores; abono de subsídio a oficiais; e à época dos alistamentos. O despacho do Major-General foi: «Concordo»<sup>441</sup>;

-Porém, em outra nota logo em 14 de Fevereiro, o mesmo Stockler queixa-se do estado incipiente em que ainda se encontrava o refeitório das praças, «em chão de terra batida, paredes apenas rebocadas, janelas sem caixilhos e sem conforto de espécie alguma [...] As cozinhas ainda não estão construídas. Presentemente estão sendo utilizadas 3 cozinhas de campanha [...]»<sup>442</sup>.

Com as referidas reestruturações de Mesquita Guimarães, esta unidade volta a chamar-se Escola de Alunos-Marinheiros, funcionando adstrita ao Corpo de Marinheiros da Armada. E só em 1938 foi instalada em Vila Franca de Xira, com cursos não superiores a 2 anos para recrutados e voluntários, estes com idade mínima de 17 anos e a 4ª classe da instrução primária, servindo na Armada por 6 anos<sup>443</sup>.

Segundo o pesquisado pelo comandante Henrique Alexandre da Fonseca<sup>444</sup>, «a transferência da escola de alunos-marinheiros para Vila Franca de Xira teve como objectivo afastá-la dos grandes centros populacionais. Foi defendida então a tese de que a escola devia funcionar isolada de outros estabelecimentos de Marinha e junto de plano de água que servisse para exercícios de remo, vela e natação, sendo preferível que fosse instalada num navio de guerra convenientemente adaptado. Voltava-se assim à antiga ideia das escolas flutuantes, instaladas em velhos navios. Como na altura não foi possível concretizar esta ideia, optou-se pelo funcionamento da escola em Vila Franca de Xira e embora esta estivesse integrada na Escola de Mecânicos, foi determinada uma certa separação entre a parte destinada a alunos-marinheiros e a destinada às praças que frequentavam os cursos das especialidades.»<sup>445</sup>

Com novas e adequadas instalações, a renascida Escola de Alunos-Marinheiros dispunha agora dos recursos de instrução apropriados, incluindo uma piscina para a obrigatória aprendizagem da natação. A propósito deste último ponto, vale a pena mencionar a curiosidade de ter sido conservada em arquivo – merecendo mesmo a sua preservação sob o título de «pasta 3 (1891) Escola Prática de Natação» – de um oferecimento do

---

441 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 6.

442 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.388.

443 Decreto nº 29.403 de 21.Jan.1939 e portaria 9.155 da mesma data (LDRA Jan.1939).

444 FONSECA, Henrique Alexandre da, “As Escolas de Alunos Marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 105, Jul.-Set. 1975: 269-285.

445 *Ibidem*, p. 281.

cidadão «José António Rebelo, morador [...] Lisboa, que na qualidade de artista em natação, como provará por exame no Rio Tejo ou no alto mar, e constatando que brevemente será estabelecida uma Escola de Natação por conta do Estado [...] ele seja nomeado seu professor com toda a responsabilidade no que diz respeito à sua instalação, montagem, gerência e ensino teórico e prático»<sup>446</sup>.

Da década de 1940, é muito ilustrativa a referência a uma Proclamação impressa, própria para ser afixada em paredes, com os seguintes dizeres: «S.R. Ministério da Marinha – Escola de Alunos Marinheiros – Concurso para admissão de 120 Alunos Marinheiros. – [ass. pel’] O 1º Comandante Jaime Cunha Gomes – Capitão-de-mar-e-guerra»<sup>447</sup>.

Em 1947, um novo diploma legal determinou que um mesmo 1º Comandante dirigisse as duas escolas instaladas em Vila Franca, Mecânicos e Alunos-Marinheiros<sup>448</sup>. O primeiro oficial a exercer este duplo comando foi o capitão-de-mar-e-guerra António Negrão Neto. Com a criação do posto de comodoro, o primeiro oficial com tal patente a exercê-lo foi Arnaldo Guedes da Silva Moreira, em 1953.

Em 1961 a Escola de Alunos-Marinheiros foi integrada no Grupo nº 1 de Escolas da Armada, como todas as restantes sediadas na Quinta das Torres, à beira do Tejo, em Vila Franca de Xira.

Em 1963 desapareceu a designação de aluno-marinheiro e passaram a ser admitidos como segundos-grumetes, saindo dali para as escolas das especialidades, começando pela ITE (Instrução Técnica Elementar), etc.<sup>449</sup>

A Escola de Alunos-Marinheiros funcionou até 1996, altura em que foi integrada na Escola de Fuzileiros<sup>450</sup>.

## 20. Da Escola Prática de Torpedos e Electricidade à Escola de Mecânicos da Armada

Já atrás referimos a instalação em Vale de Zebro do «Serviço e Escola de Torpedos e Electricidade» em 1902, ficando mais clara a demarcação de campos com o Exército, que manteve em Paço d’Arcos as barragens de minas (os tais “torpedos fixos”) e para

446 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 309, pasta 3 (Esc. Pr. Natação).

447 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta Escola de Alunos Marinheiros em Vila Franca de Xira (1940/1948).

448 Decreto-lei nº 36.283 de 16 de Maio de 1947 (LDRA Mai.1947).

449 Decreto-Lei nº 44.883 de 18.Fev.1963, seguido do Estatuto dos Sargentos e Praças da Armada (decreto nº 44.884 de 18 de Fevereiro de 1963, publicado no **Diário do Governo**, I Série, daquela data).

450 A **Lista da Armada** de 1996 ainda indica a Escola de Alunos-Marinheiros integrada no Grupo nº 1 de Escolas da Armada (em Vila Franca de Xira), o que já não acontece com a correspondente publicação de 1997. Esta transferência de funções terá sido ordenada pelos decretos regulamentares nº 29/94 de 1 de Setembro e nº 34/94 da mesma data.

isso dispunha de alguns marinheiros no seu efectivo humano e ficou com o navio de apoio *Mineiro*<sup>451</sup> para as fundear ou levantar<sup>452</sup>. Este dispositivo integrava o Campo Entrincheirado de Lisboa (com sede em Caxias), tal como diversas baterias de artilharia de costa, projectores e postos de observação, ligados entre si por telégrafos e telefones, tal como com a Marinha. Esta unidade do Exército passou depois a chamar-se Grupo de Defesa Submarina de Costa e subsistiu até que, em 1952, ali foi instalada a Escola Militar de Electromecânica, hoje Centro Militar de Electrónica, funcionando agora também nesse espaço o Arquivo da Defesa Nacional.

Em Janeiro de 1911 o Comandante da Escola Prática de Torpedos e Electricidade (EPTE) de Vale de Zebro é o capitão-tenente Alfredo Howell, mas em Julho do mesmo ano é já o capitão-tenente José Freitas Ribeiro, ambos afirmados adeptos do regime da República acabado de fundar.<sup>453</sup>

Percorrendo a papelada administrativa desta Escola podem registar-se alguns elementos informativos acerca da sua actividade:

-Em 1910/11 a EPTE alarga os seus ensinios aos telegrafistas navais (que utilizam já as transmissões rádio e o código Morse), bem como à especialização dos submarinistas e aos mergulhadores; e ainda à condução de motores de combustão interna em 1914<sup>454</sup>;

-Em Janeiro de 1911, a «aula primária» que ali funciona (tal como em outras unidades da Marinha) tem 14 alunos inscritos, com aproveitamentos de: 1 Bom, 2 Nada, 4 Pouco e 7 Sofrível;

-Nesse mesmo ano, o segundo-tenente Fernando Branco, instrutor de torpedos, deixa a unidade para ir assumir o cargo de imediato do primeiro submersível nacional, o *Espadarte*, em Livorno;

-Algum tempo depois, o reitor do Liceu Pedro Nunes solicita em officio a permissão para uma visita de alunos à Escola em Vale de Zebro;

-Publicadas em documento dactilografado umas «Disposições relativas à organização de serviço nos postos radio-telegráficos de Marinha»;

-Documentos técnicos referem em Junho de 1912 «um novo sistema de lançamento de torpedos», bem como a preparação para uma nova classe de «artífices torpedeiros electricistas»<sup>455</sup>.

---

451 A que atribuíram em 1930 o nome de *Comandante Murinelo* e durou ainda mais alguns anos.

452 Ver o livro **Grupo de Defesa Submarina de Costa**, Paço de Arcos, 1937, em especial o texto introdutório da autoria do tenente-coronel Braz de Oliveira (págs. 11-30).

453 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.377, pasta 2, Escola e Serviço de Torpedos (1911/1921).

454 Ver LOPES, Alberto Alves: “Grupo nº 1 de Escolas da Armada – Origens do Ensino Técnico na Armada e sua Evolução”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 95, Abr.-Jun. 1965.

455 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.375, Escola Prática de Torpedos e Electricidade, pasta 3 (1911/1912).

Em 1913 é nomeado Comandante da Escola Prática de Torpedos e Electricidade o capitão-tenente Jorge Salazar Moscoso, enquanto uma comissão estuda a reorganização desta Escola e o Conselho Escolar propõe novas «Disposições relativas ao serviço de mergulhadores da Armada», alterando as do despacho ministerial de 26 de Agosto de 1904, publicado na Ordem da Armada nº 8, série A, de 1904<sup>456</sup>;

-Numa Informação da 2ª Repartição da Majoria (assinada pelo capitão-de-fragata Henrique Eduardo Macieira), havia em Dezembro de 1913 os seguintes oficiais torpedeiros: 1 capitão-de-mar-e-guerra, 2 capitães-de-fragata, 6 capitães-tenentes, 22 primeiros-tenentes e 5 segundos-tenentes; tendo frequentado o curso em 1913 6 primeiros-tenentes e 7 segundos-tenentes;<sup>457</sup>

-Documentação do ano seguinte (1914) dá conta da presença do vapor *Vulcano* e dos torpedeiros atracados em Vale de Zebro, e do submersível *Espadarte* já presente na doca de Belém, que ficará sendo a base destas novas unidades navais<sup>458</sup>.

O ano de 1915 regista maior movimento, com a perspectiva da chegada de três novos submersíveis à Armada nacional, semelhantes ao *Espadarte*:

-Nota de 19 de Março à Majoria-General em que se diz que «foram dados por concluídos os tanques de beton armado destinados à beneficiação rápida de torpedos, faltando apenas manufacturar pequenas peças e adquirir petróleo e óleo de mão de vaca [...]»;

-Em outra nota à Majoria informa-se que «a casa *Marconi's Wireless Telegraph Co* de Londres, por intermédio dos seus representantes em Lisboa, enviou ao Comando desta Escola uma carta oferta propondo-se fornecer novos aparelhos de telefonia sem fios Marconi, que se sabe estarem hoje em pleno uso nas Marinhas estrangeiras, e até terem provado bem já na actual guerra europeia». Assim, a Escola propõe «ser incluído no próximo futuro orçamento uma verba suficiente para aquisição de dois postos de telefonia; que se adaptarão, um na Escola à sua antena de telegrafia, e outro a bordo de qualquer dos cruzadores de maior desenvolvimento de antena [...]». O preço seria de 500 libras cada posto;

-Nota à Majoria-General da Armada de 29 de Maio de 1915: «Informa-se que devido a ter-se distribuído armamento para o movimento revolucionário a pessoal estranho a esta Escola se encontra até esta data falta dos artigos que constam da relação junta. Assina o «Comandante interino» (*ass. ileg.*). Na relação junta figuram 2 carabinas *Manelicher* e 4 pistolas e revólveres, e diverso equipamento acessório;

-Nota à M.-G.A. de Junho de 1915 com pedido «para se adquirir um vapor-transporte do pessoal da Escola, entre o Arsenal e a margem sul do Tejo, onde a mesma Escola

456 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.375, Escola Prática de Torpedos e Electricidade, pastas 4 (1913).

457 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.377, pasta 2, Escola e Serviço de Torpedos (1911/1921).

458 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.375, Escola Prática de Torpedos e Electricidade, pastas 5 (1914).

se encontra instalada», além de insistir na aquisição dos dois postos de telefonia sem fios, *ass.* pelo novo comandante, o capitão-de-mar-e-guerra António Ladislau Parreira;

-Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiro de 24 de Julho de 1915 sobre a aquisição em Inglaterra de um veículo «de 30 HP de 2.000 kilos com rodas de borracha maciças, para serviço da Escola Prática de Torpedos»;

-A lotação da Escola é fixada em Julho de 1915 em 14 oficiais e 185 sargentos e praças;

-Relatório de 4 de Agosto de 1915 do «serviço de regulação de torpedos no ano de 1915 em Sesimbra»;

-Referência, em nota de 24 de Dezembro de 1915, a que «o cruzador *Almirante Reis*, tendo de seu armamento dez torpedos *Whitehead* para os seus cinco tubos de lançamento aquando da sua construção, tem hoje para os seus três tubos de lançamento (todos submarinos) o mesmo número de torpedos [...]» pelo que a EPTE propõe outra distribuição dessas armas entre os vários navios que as podem utilizar (outros cruzadores, torpedeiros e contratorpedeiros);

-São enviados regularmente às entidades superiores Mapas do Estado do Material, preenchidos em modelos impressos;

-Continua a existir a «Aula primária» que em Novembro de 1915 foi frequentada por 26 praças, das quais 14 tiveram Aproveitamento Bom, 8 Sofrível e 4 Pouco;

-Para o 1º curso para oficiais torpedeiros (a iniciar a 1.Fev.1916) inscreveram-se voluntários (com o compromisso de logo após o curso embarcarem no *Espadarte* para instrução) e foram admitidos o primeiro-tenente Procópio de Freitas e os segundos-tenentes Álvaro Marta, Campos Navarro, Rego Botelho, Alves de Sousa e Santos Pato.<sup>459</sup>

Chega o ano de 1916 e Portugal vai entrar no conflito guerreiro que devastava a Europa. Na Escola Prática de Torpedos e Electricidade a actividade prossegue:

-Acta de 16 de Fevereiro do «Conselho Escolar do Serviço e Escola Prática de Torpedos e Electricidade» (que além dos comandos e instrutores da Escola integra também o comandante do *Espadarte*, o primeiro-tenente Fernando Branco), sobre os oficiais a admitir no próximo curso de oficiais torpedeiros, conforme a ordem da Majoria de 28 de Janeiro de 1916;

-Acta do mesmo Conselho de 11 de Setembro de 1916 apreciou as memórias escritas dos 5 oficiais que concluíram o curso;

-Mapa das praças que frequentaram a «aula primária» em Dezembro de 1916: foram 26, com Aproveitamento de Bom (3), Regular (23) e Pouco (2), mas todas qualificadas com um colectivo «Mostraram boa aplicação»;

---

459 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Prática de Torpedos e Electricidade (1915)

-Adquirida «para o serviço da EPTE uma vedeta de motor de explosão e cerca de 30 tons. de deslocamento» (conforme confirmará o Diário do Governo de 3.Jan.1917).<sup>460</sup>

No ano de 1917, mantém-se o comando do capitão-de-mar-e-guerra António Ladislau Parreira<sup>461</sup> e registaram-se os seguintes acontecimentos principais:

-Por nota dactilografada de 5 de Janeiro vê-se que a EPTE realizou ultimamente cursos para as seguintes especialidades (com os resultados que se inserem): para segundos-torpedeiros-electricistas (23 grumetes aprovados e 4 reprovados); para cabos torpedeiros-electricistas (10 primeiros-torpedeiros aprovados e 3 reprovados); e para sargentos artífices torpedeiros- electricistas (5 cabos, 3 cabos-alunos e um 2º sargento artífice aprovados e um reprovado);

-A pedido do Ministro da Marinha, o Comando da EPTE produz um Relatório em 20 de Abril, devidamente assinado por Ladislau Parreira;

-A Comissão Técnica dos Serviços de Electricidade e Torpedos da Armada é também chamada a pronunciar-se com frequência sobre os cursos da EPTE, a pedido do Major-General;

-São desarmados o vapor *Vulcano* e os torpedeiros nº 1 e 2;

-Mapas do Estado do Material e da frequência da «aula primária», em Dezembro de 1917, com os resultados de: 16 Regular e 10 Pouco.<sup>462</sup>

Ainda em Dezembro de 1917, o Ministro da Marinha determinou a suspensão da abertura de novos cursos de motores de explosão, sargentos torpedeiros, sargentos telegrafistas e cabos torpedeiros, por falta de pessoal, quase todos mobilizados para a Divisão Naval.<sup>463</sup>

Para os anos seguintes, de 1918 a 1924, escasseiam os dados informativos arquivados da actividade de Escola Prática de Torpedos e Electricidade. Em todo o caso, registem-se os seguintes:

-Referência a um «destacamento da EPTE que no Barreiro prestou serviço por ocasião da última greve do pessoal ferroviário de Sul-e-Sueste» e que o Secretário de Estado do Comércio mandou seja «louvado em nome do Governo», aos 27 de Julho de 1918;

-Mapa da «aula primária» em Julho 1918: aprovados 4 com Bom, 19 com Regular e 1 com Pouco;

460 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Prática de Torpedos e Electricidade (1916).

461 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.375, Esc. Pr. Art. Nav., pasta 2.

462 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Prática de Torpedos e Electricidade (1917).

463 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.377, pasta 2, Escola e Serviço de Torpedos (1911/1921).

- Lista da Majoria-General da Armada (1ª rep, 1ª secção) dos «oficiais de Marinha diplomados pela EPTE». São então 44, então com postos que vão desde capitães-de-mar-e-guerra até primeiros-tenentes (talvez também para efeitos na inscrição na *Lista da Armada* de que possuíam essa qualificação);
- Referência a visita do Príncipe do Mónaco à EPTE em Novembro de 1920 (então já com o v/alm. Ladislau Parreira como presidente da Junta Autónoma das Obras do Novo Arsenal);
- Relatório do capitão-tenente Augusto Azevedo Franco do exercício de lançamento de torpedos de bordo do *Vulcano* na baía de Cascais em 12 e 13 de Novembro de 1920, com torpedos de 35 e de 45mm, com ar comprimido, com ou sem giroscópio e trajetórias submarinas de cerca de 400m, recolhidos depois por embarcação miúda, mas um deles afundou-se nesse momento, por alguma avaria. Os torpedos eram regulados em função das *performances* registadas;
- Nota da Comissão Técnica de Electricidade e Torpedos da Armada de 17 de Dezembro de 1920 sobre a «vantagem e conveniência de se mandar pessoal da Armada fazer a estadia proposta na Escola de TSF de Toulon»;
- Nota de 28 de Janeiro de 1921 refere visitas do Ministro da Marinha a Vale de Zebro e as dificuldades com falta de pessoal;
- Notícia em Junho de 1921 que o capitão-tenente Fernando Branco é o adido naval em Londres;
- Troca de correspondência e informações técnicas com o adido naval em Roma, primeiro-tenente Aníbal de Mesquita Guimarães, acerca da encomenda de torpedos pela casa *Whitehead & C* de Fiume em 1921-1922;
- Documentos referentes a algumas alterações nas «Disposições relativas ao serviço de mergulhadores da Armada» aprovadas pela Portaria de 23.Out.1913, agora decididas pelo ministro Vítor Hugo de Azevedo Coutinho em 22 de Abril de 1921;
- Existe então em funções um Comando Superior das Escolas de Marinha;
- Diversas solicitações do comando da EPTE para que seja suprida a falta de oficiais instrutores;
- Determinadas em 8 de Janeiro de 1923 pelo Comando Superior das Escolas de Marinha e aprovadas pela Majoria determinadas normas quanto aos regimes de «Prevenção simples», de «Prevenção rigorosa» e de «Prevenção especial»;
- Nota do Major-General de 17 de Fevereiro de 1923 para que passe à EPTE «todo o material e pessoal» dos «Serviços de Barragens e Minas», cuja «Estação» estava ainda a cargo da Majoria. O Ministro da Marinha concorda;

-Nota do Comandante da EPTE, agora o capitão-de-fragata Júdice Bicker, de 2 de Julho de 1924 ao Comando-Geral da Armada com relação nominal de todos os sargentos e praças que prestam serviço na EPTE: são então 169.<sup>464</sup>



**Figura 21** - Vale de Zebro: Escola Prática de Torpedos e Electricidade (1902-1934), hoje Escola de Fuzileiros<sup>465</sup>

Em 1924 com as reorganizações do ministro Pereira da Silva, a Escola Prática de Torpedos e Electricidade, em Vale de Zebro, torna-se «Brigada de Mecânicos», acumulando as funções de recrutamento e gestão do pessoal dessas especialidades com as da sua formação técnico-profissional, incluindo agora também fogueiros e mecânicos de aviação<sup>466</sup>.

Finalmente, é com o ministro Mesquita Guimarães (1933) que se definem os princípios das «Escolas de Aplicação de Marinha»<sup>467</sup>, que irão funcionar nas décadas seguintes, e se procede à criação da «Escola de Mecânicos» na Quinta das Torres, em Vila Franca de Xira<sup>468</sup>, ali começando os cursos de Máquinas e de Torpedos-e-Electricidade (vindos de Vale de Zebro) no ano lectivo de 1934-35<sup>469</sup>. A Escola de Alunos-Marinheiros fica-lhe adstrita, a partir de 1938<sup>470</sup>.

464 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Prática de Torpedos e Electricidade (1918/1924).

465 Fotografia refª. PT DGPC/SIPA FOTO.00031243.

466 Decreto nº 10.061 de 1.Set.1924, publicado nas LDRA de Setembro de 1924 (págs. 838-997).

467 Decreto nº 23.836 de 10 de Maio de 1934 (LDRA Mai.1934).

468 Decreto nº 23.836, de 10.Mai.1934, publicado nas LDRA de Setembro de 1924 (págs. 236-241).

469 Decreto nº 23.836, de 10.Mai.1934 (artº 11º, pág. 238). Desde a década de 1920 e na gerência do ministro Pereira da Silva que ali se criara uma pequena base naval, para apoio em terra de uma esquadilha de navios ligeiros (torpedeiros e contratorpedeiros).

470 Decreto nº 29.403 de 21.Jan.1939 e portaria 9.155 da mesma data (LDRA Jan.1939).

Pelo decreto nº 28.471 de 16 de Fevereiro de 1938 foi extinta a Escola Radiotelegráfica e de Comunicações que funcionava anexa à Estação Rádio-Naval de Lisboa (Monsanto-Algés), passando a respectiva instrução a ser também ministrada na Escola de Mecânicos de Vila Franca<sup>471</sup>, tal como a instrução sobre os equipamentos de detecção anti-submarina (*Asdic*, ingleses) até 1953. Porém a principal vocação desta continuou a ser, naturalmente, a de instruir o pessoal de máquinas para os navios da Armada: fogueiros-motoristas (com os diversos graus, desde grumetes até sargentos) e artífices condutores de máquinas (com admissão directa para os cursos que acediam logo aos postos de sargentos). Por exemplo, um documento conservado de Julho de 1949 expõe as condições de admissão ao respectivo concurso «de que devem ser informados os alunos das Escolas Industriais»<sup>472</sup>.

Num artigo do almirante Ramos Pereira publicado mais tarde nos **Anais do Clube Militar Naval**, aquele antigo especialista das comunicações radiotelegráficas descreve com bastante pormenor o ensino das matérias desta especialidade na Escola de Mecânicos nos anos de 1936 a 1941, quando ali fora instrutor<sup>473</sup>. A partir daquela primeira data, funcionaram: cursos de «aperfeiçoamento» em radioelectricidade e comunicações para oficiais subalternos de marinha; cursos para artífices radioelectricistas; cursos de 1º grau para marinheiros em radioelectricidade; e cursos de 2º grau na mesma especialidade para cabos (estes só iniciados em 1937-38). As matérias ensinadas incluíam: radioelectricidade, electricidade, comunicações, morse, práticas das matérias anteriores, trabalhos oficinais – obviamente mais simplificadas e mais aplicadas para sargentos e praças, que tinham também instruções de marinharia, de infantaria e deveres militares, educação física, sinais e inglês. Realizavam-se estágios (por exemplo, na Estação Radionaval e houve colaboração com a Aeronáutica Militar).

Como já se disse, por razões de evidente funcionalidade, em 1948 passou a haver um comando único (de capitão-de-mar-e-guerra, e de comodoro logo que este posto foi criado) para as duas escolas então sediadas em Vila Franca, tal como no Alfeite para a Escola de Artilharia Naval e o Corpo de Marinheiros, com instalações vizinhas<sup>474</sup>.

A partir de 1961 a Escola de Mecânicos, tal como as outras que entretanto haviam sido criadas no aquartelamento de Vila Franca, ficou integrada no Grupo nº 1 de Escolas da Armada, que referiremos adiante.

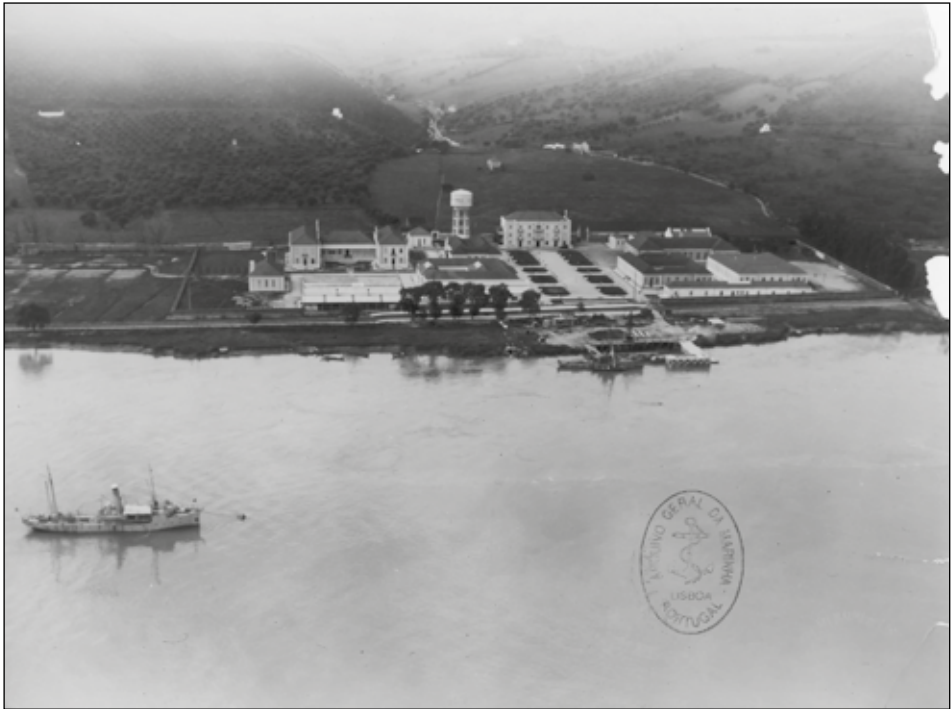
---

471 Ver LDRA Fev.1938.

472 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 9, Escola de Mecânicos (1936/1949).

473 PEREIRA, Jorge Ramos, “Subsídios para a história dos cursos de Radioelectricidade e Comunicações da nossa Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 95, Out.-Dez. 1965: 691-752. Pode ver-se também a brochura de FONSECA, J. C. Moura da, **A TSF na Armada**, Lisboa, Academia de Marinha, 1965.

474 Decreto-lei nº 36.283 de 16 de Maio de 1947 (LDRA Mai.1947).



**Figura 22** - Vila Franca de Xira: vista aérea da Escola de Mecânicos <sup>475</sup>

## 21. A Escola de Artilharia Naval, no Tejo e depois no Alfeite

Talvez por influência inglesa, a artilharia constituía nas primeiras décadas do século XX a especialidade mais apreciada entre as nossas elites navais. Isso pode ser testemunhado pelos artigos então publicados nos **Anais do Clube Militar Naval**<sup>476</sup> e mesmo pelos encontros de debate técnico entre oficiais artilheiros realizados nos anos 30 na mesma sede.

Tal como fizemos anteriormente, aqui deixamos algumas informações sobre a vida quotidiana desta Escola, a bordo, sendo que o seu material de instrução foi naturalmente evoluindo com o tipo de armamento mais moderno que ia equipando os navios da Armada:

-Em 1911 o seu Comandante é o capitão-de-mar-e-guerra Augusto José de Almeida e há notícia de um relatório do primeiro-tenente Manuel Bruto da Costa sobre os «aparelhos e métodos de pontaria à boca»;

<sup>475</sup> Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha: PT\_BCM-AG\_FG\_012\_\_003\_003.

<sup>476</sup> Ver, nomeadamente, RATO, Moreira; CRUZ, Frederico F., “Organização da Escola Prática de Artilharia e polígono de tiro naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 63, Jul.-Ago. 1933: 145-154.

-Acompanhados de notas dactilografadas do comando, em Dezembro de 1911 seguem para a Majoria-General os mapas quantitativos dos resultados dos instruendos: -curso elementar para artilheiros: em 1910/11, 142 matriculados, 85 aprovados, dos quais 14 com classificação Bom; em 1911, 100 matriculados, 90 aprovados, 13 com Bom; em 1911/12, 31 matriculados que estão ainda em instrução. No curso complementar para cabos e sargentos: em 1911, 26 matriculados, 24 aprovados, dos quais 10 com Bom; em 1911/12, 25 matriculados, ainda em instrução. Na «aula de instrução literárias elementar»: em 1910/11: 74 matriculados, todos aprovados, dos quais 16 com Bom, 42 Suficiente e 15 Sofrível. Em 1911: 82 matriculados, 26 aprovados com Bom, 35 com Suficiente e 21 Sofrível. Em 1911/12 havia 25 matriculados, ainda em instrução;

-Em Março de 1913, apresentado um «Projecto de reorganização da EPAN» elaborado por uma comissão que inclui o Comandante, o capitão-de-mar-e-guerra Francisco Barbosa Leal, e também os oficiais especialistas Baptista Ferreira, João Manuel de Carvalho, Rodrigues Bello e Fiel Stockler;

-Em Abril de 1914, o novo Comandante, capitão-de-mar-e-guerra António Alves Loureiro, envia nota à Majoria onde «julga preferir o uso de cotim cinzento»;

-Em data de 18 de Maio de 1915, na sequência da sangrenta revolução dos “democráticos” de Afonso Costa/Norton de Matos/Leote do Reo, iniciada no dia 14, uma ordem manuscrita do Major-General manda «pôr já em liberdade os seguintes alunos da Escola de Guerra» (são 37)<sup>477</sup> presos a bordo da fragata *D. Fernando*, enquanto uma nota do Conselho Administrativo da EPAN de 23 de Junho seguinte questiona os abonos a oficiais presos após aquela revolução. Entretanto, o mapa do estado da guarnição em 22 de Junho mostra haver a bordo 124 homens (sendo a lotação de 122);

-Em 1917 o Comandante é o capitão-de-mar-e-guerra Pedro Berquó;

-Com datas de Agosto de 1920 ficou arquivado um grosso maço com um projecto de decreto de reorganização da EPAN;

-Em Julho 1922 o quadro de efectivos humanos da EPAN é apenas de 27 homens;

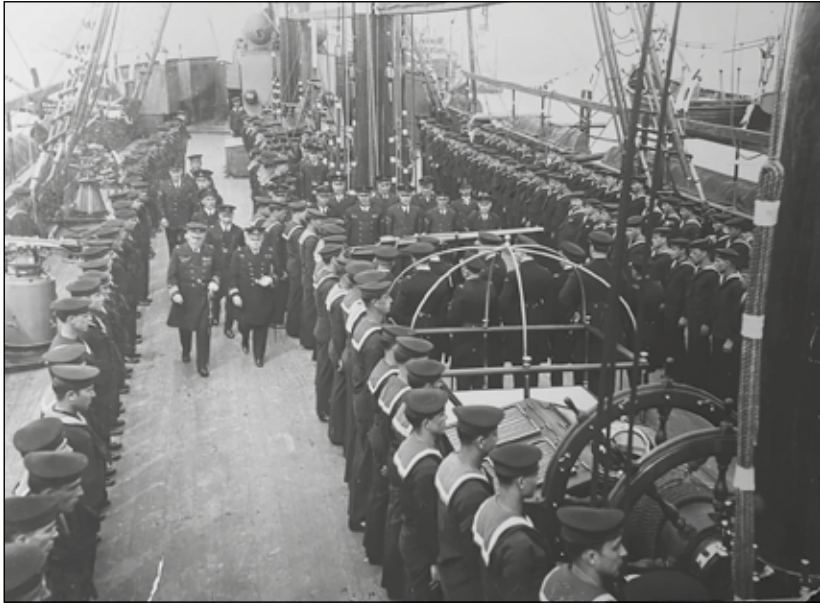
-Dossiê sobre a instalação em terra, no Alfeite, da EAN, cujo edifício «se encontra praticamente concluído, faltando apenas completar a instalação eléctrica, o que deve ficar concluído dentro de poucos dias» (7.Out.1937). Inclui actas e plantas da nova EAN;

-«Projecto de decreto-lei sobre a nova Escola de Artilharia Naval», de 1937.<sup>478</sup>

---

477 Sobre este assunto, pode ver-se o livro de TELO, António José, coord., **O Assalto à Escola de Guerra**, sl, Academia Militar/Fronteira do Caos, 2015.

478 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.375, Esc. Pr. Art. Nav., pastas 1 e 2.



**Figura 23** - Mostra geral da EAN (na fragata *D. Fernando*) circa 1934/1936 ao Major-General da Armada, vice-almirante Bernardo Macedo (Mesquitela) <sup>479</sup>

Só em 1938 a Escola de Artilharia Naval deixou a fragata *D. Fernando* para se instalar em terra, no Alfeite<sup>480</sup>, junto ao Corpo de Marinheiros, mas em baixo junto à linha de água e servida com o novo armamento que equipara os navios do “programa Magalhães Correia”: peças *Vickers-Armstrong* de 40 (“pon-pons”), 76 (anti-aéreas) e 120mm (e também telémetros, torres e calculadoras). A partir dos anos 50, estas origens diversificam-se: 20 (*Oerlinkon*), 40 (*Boffors* com reparos diversos), 76, 101 e 127mm (todas de dupla aplicação), e aparecem os radares de artilharia<sup>481</sup>. A partir daí esta Escola passou, não apenas a fazer os cursos de habilitação para as promoções das praças, mas igualmente os cursos de especialização dos oficiais que iriam em seguida servir como chefes do respectivo serviço técnico nos navios oceânicos (avisos, contratorpedeiros e fragatas) e em outras tarefas em terra ligadas ao material de guerra e aos explosivos.

Deve, contudo, assinalar-se que a especialização técnica da guerra naval – nesta época muito dividida entre a artilharia e as armas submarinas, além do armamento portátil e

479 Foto obséquio do almirante Botelho Leal. O comandante seria o capitão-de-fragata António Andrade Rodrigues, que acompanha o Major-General, e o ajudante-de-campo que os segue seria o segundo-tenente Lino Paulino Pereira.

480 Transferência determinada pelo decreto nº 28.249 de 3 de Dezembro de 1937 do ministro Ortins de Bettencourt (LDRA.Dez.1937), que certamente se efectiva em 1938.

481 Ver CANECO, M. Leal: “Escola de Artilharia Naval no seu Bicentenário”, **Anais do Clube Militar Naval**, A.127, Jan.-Mar. 1997:75-98.

das comunicações – não impedia algumas tentativas de cooperação “horizontal” entre elas<sup>482</sup>. De facto, é interessante saber que na “casa-mãe da artilharia” (a sala de sessões da Comissão Técnica d’Artilharia Naval) fora adoptado em 16 de Dezembro de 1913 um caderno de 52 páginas dactilografadas e mimeografadas contendo os Programas dos «Cursos escolares e Habilitações práticas», assinado no final pelo capitão-de-mar-e-guerra Barbosa Leal, que incluem matérias interessando não só artilheiros, mas também torpedeiros, artífices electricistas, fogueiros, telegrafistas e outros<sup>483</sup>.

Para finais da década de 1960, a Escola de Artilharia Naval viu-se obrigada a variar o seu material e os programas de instrução, devido à artilharia que equipava os novos navios da esquadra, de origem americana ou francesa (peças de dupla aplicação de 76 e 100mm de calibre).

## 22. A Escola de Educação Física da Armada

Criada em 1925 pelo ministro Pereira da Silva, foi inicialmente chamada Escola de Educação Física para Oficiais da Armada. O respectivo Projecto fora enviado pela Superintendência dos Serviços da Armada em 17 de Maio para ter aprovação ministerial e incluía um interessante esquema gráfico aqui reproduzido – onde se nota a existência de uma Comissão Técnica de Educação Física da Armada<sup>484</sup> e de um Posto Antropométrico, tudo anexo a Escola Naval –, tendo sido seguido por um projecto de Regulamento em data de 27 de Abril. Esta Escola incluía na sua missão a realização de cursos para «instrutores de esgrima, ginástica, natação, jogos desportivos e infantaria de desembarque»<sup>485</sup>. Desde logo também foi dada uma ordem executiva para a rápida construção no Alfeite, junto à Brigada de Marinheiros (lado nascente), de instalações desportivas para a prática de *foot-bal*, *basket-bal*, etc.<sup>486</sup>

Pela Portaria nº 86 de 9 de Junho de 1925 são nomeados os primeiros oficiais para esta Escola: Director, o contra-almirante Alberto Pinto Basto; Sub-Director, o capitão-de-mar-e-guerra Guilherme Ivens Ferraz; chefe do gabinete de estudos, o capitão-de-mar-e-guerra médico Freitas Monteiro; instrutores, o capitão-tenente Peres Murinelo e o primeiro-tenente Pedro Castro Peters; professor de infantaria o primeiro-tenente Fortée Rebelo; encarregado da secção de fotografia e cinema, o primeiro-tenente António José Martins; e secretário, o segundo-tenente de administração naval Alfredo Mota. Porém, só em Setembro de 1926 são abertas as matrículas

---

482 De resto, nos grandes serviços da Superintendência, era a Direcção dos Serviços de Material de Guerra e Tiro Naval que sustentava todas estas aéreas técnicas.

483 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 3 (Escola de Aplicação de Marinha, 1914).

484 Foi criada pelo decreto do mesmo ministro nº 9.600, de 15.Abr.1924 (DLRA Abr.1924).

485 O seu Regulamento foi aprovado pelo decreto nº 10.772 de 18 de Maio de 1925 (LDRA Mai.1925).

486 Decreto nº 10.802 de 28.Mai.1925 (LDRA Mai.1925).



esforço, fadiga, treino, etc.)<sup>491</sup>, o comandante Peres Murinelo, «instructor de exercícios físicos e ginástica» na Escola Naval entre 1924 e 1929, mostra-se, contudo, reticente em relação aos «sports», escrevendo que «a “fúria” sportiva (permita-se-nos a expressão) está na ordem do dia, quer pelos Clubs, quer pela imprensa, quer pela assistência às provas dos Campeonatos»<sup>492</sup>.

Em 1930 aquela Escola já se chama só Escola de Educação Física da Armada<sup>493</sup>. E será extinta por um decreto do ministro Ortins de Bettencourt em 1938<sup>494</sup>, ficando a correspondente Comissão Técnica de Educação Física dependente da Superintendência (SSA) e o Gabinete de Estudos integrado na Escola Naval, já no Alfeite<sup>495</sup>.

Em 1962 é criado, junto à Base Naval, o Centro de Educação Física da Armada (CEFA)<sup>496</sup> com instalações desportivas próprias, cujo inicial director de instrução foi o primeiro-tenente António Lopes Jonet<sup>497</sup> e que em Abril de 2012 recebeu a Medalha de Honra ao Mérito Desportivo por ocasião do quinquagésimo aniversário daquele Centro<sup>498</sup>. Nunca foi propriamente uma escola, embora tenha tido actividades de instrução, como aconteceu com os Cursos de Formação de Monitores de Educação Física da Armada (uma actividade que já tinha estado projectada para o âmbito da Escola de Educação Física nos anos 30) e também Cursos de Nadadores-Salvadores. Mas, mais propriamente, o CEFA foi um recurso e dispositivo capaz de servir a aptidão física e o desporto dos militares da Armada, organizando competições internas ou inter-Ramos, e ainda a participação em eventos internacionais nesse âmbito (entre as quais a original prova do Pentatlo Naval). No entanto, o CEFA foi sempre tutelado pela Direcção da Formação, ou órgão equivalente, da Superintendência do Pessoal. E, nesta conformidade, pelo decreto regulamentar 36/94 de 1 de Setembro de 1994<sup>499</sup> passou a dispor de outras competências e obrigações, nomeadamente com a existência de um Director e de um Conselho Escolar.

Através da Portaria 124/70 de 2 de Março do Ministro da Marinha foram definidos os enquadramentos e dependências dos diferentes estabelecimentos de ensino da Armada, tendo o CEFA passado a funcionar adstrito à Direcção do Serviço de

---

491 Ver a sua obra *Ideia Geral sobre Educação Física* (apontamentos manuscritos mimeografados), [Lisboa], Escola Naval, 1929-30.

492 *Op. cit.*: p. 360.

493 Decreto nº 18.218 de 16 de Abril de 1930, do ministro Magalhães Correia (LDRA Abr.1930).

494 Decreto nº 28.910 de 12 de Agosto de 1938 (LDRA Ago.1938)

495 Portaria nº 9.051 de 5.Ago.1938 (LDRA Ago.1938).

496 Portaria 19. 114 de 5 de Abril de 1962.

497 Posteriormente, em épocas bem diferenciadas, foram também seus directores os comandantes Luís Costa Correia e Nanques de Matos, entre vários outros.

498 **Revista da Armada**, Ano XLII, nº 471, Fev.2013, p. 2.

499 Publicado no *D.R.*, I Série - B, nº 202, de 1.Set.1994.

Educação Física (DSEF). Verificaram-se depois alguns ajustamentos nessa matéria, mas o CEFA continuou a funcionar na dependência da DSEF.

### 23. Escola de Marinharia e Manobra

Foi também pelo mesmo decreto de 1934 de Mesquita Guimarães<sup>500</sup> que foi formalmente criada uma Escola de Marinharia e Manobra, funcionando a bordo do navio-escola *Sagres*, onde ficou nas décadas seguintes. Os oficiais da guarnição do navio actuavam simultaneamente como instrutores e o seu comandante como Director da Instrução. Tal como para as outras classes das praças, aqui se ministravam os cursos de ITE (Instrução Técnica Elementar, a seguir à fase de alunos-marinheiros), do 1º grau (para a promoção a marinheiros) e do 2º grau (para cabos, tendo em vista a possível ascensão a sargentos) da classe de Manobra. Este sistema de formação (progressivamente mais avançada) e progressão profissional (os sucessivos postos da carreira militar) manteve-se até à década de 1970. Mas em finais de 1972 a Escola de Marinharia passou a ficar integrada no Grupo nº 2 de Escolas da Armada, no Alfeite<sup>501</sup>.



**Figura 25** - Navio-Escola *Sagres* (Escola de Marinharia e Manobra, 1962-1972) <sup>502</sup>

500 Decreto nº 23.836 de 10 de Maio de 1934 (LDRA Mai.1934).

501 Portaria 701/72 de 2.Dez.1972 (O.A. 23/15.Dez.1972).

502 Fotografia do Comte. José C. Brito Subtil em 2006, na largada de regata de grandes veleiros.

## 24. As reformas da Escola Naval, agora no Alfeite

Apesar dos percalços na construção dos edifícios, a Escola Naval transferiu-se para o Alfeite em **1937**, com novos edifícios fisicamente assentes num terraplano sobranceiro ao Arsenal e ganho aos pinhais ali preexistentes. Com esta transferência, inaugura-se também uma nova fase da sua existência, da sua filosofia de ensino e dos seus planos de estudos.

Em 20 de Abril de 1936 o Conselho de Instrução da Escola Naval aprova um primeiro projecto de remodelação dos estudos. Em Outubro desse ano, são aprovadas as «Bases» do ensino na Escola Naval<sup>503</sup>. Segue-se o envio às autoridades superiores de um projecto de Regulamento assinado pelo Director e 1º Comandante, então o contra-almirante Alberto Castro Ferreira, em 12 de Dezembro do mesmo ano<sup>504</sup>. Mas o correspondente diploma legal só virá a ser publicado em Março do ano seguinte<sup>505</sup>. Com estas alterações, os candidatos admitidos passaram a ser sujeitos logo no primeiro semestre a um embarque prolongado (no navio-escola *Sagres*), chamado “de adaptação” e destinado a uma primeira aprendizagem prática da vida de bordo e a uma operação de despistagem e selecção com vista a eliminar os considerados não-aptos para a profissão. Os definitivamente admitidos só em seguida começavam a parte escolar do seu curso, progredindo na sua formação em cadeiras e instruções práticas, e sempre sujeitos a “repetições” ou “frequências” e a exames finais em cada uma daquelas matérias teóricas, organizadas em semestres. Os alunos passavam a ser designados por *cadetes*, em vez de aspirantes, e constituíam militarmente o Corpo de Alunos da Armada. Não se fala mais em remuneração aos alunos<sup>506</sup>, e estes envergavam em serviço interno um fardamento semelhante ao das praças (com blusa, alcaxa, “panamá”, etc.).

No plano simbólico, a instituição adoptou a referência ao Infante D. Henrique e a divisa “*talant de biç faire*”; e cada curso passou a ter uma diferente figura histórica como patrono. Os cursos mantiveram a duração de 3 anos para a classe de marinha e 2 para as restantes classes, antecédidos de estudos preparatórios nas Universidades<sup>507</sup> ou Institutos adequados<sup>508</sup>; e havia um embarque prolongado ou viagem final de instrução

---

503 Decreto nº 27.146 de 27 de Outubro de 1936 (LDRA Out.1936). Virá a ser corrigido algum tempo depois pelo decreto-lei nº 28.839 de 2 de Julho de 1938 (LDRA Jul.1938).

504 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1928-1936.

505 Decreto nº 27.568 de 13 de Março de 1937 (LDRA Mar.1937).

506 O Art.º nº 92º do Regulamento da Escola Naval de 1937 é taxativo: «Os cadetes não têm qualquer vencimento. Ser-lhes-á, contudo, fornecido rancho em regime de internato [...]».

507 A partir de 1951 estes “preparatórios” puderam também ser feitos no Anexo que a Escola do Exército criou no campo militar da Amadora.

508 Casos do Instituto Superior Técnico ou dos Institutos Industriais para os maquinistas navais, e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras ou dos Institutos Comerciais para os de administração naval.

como guardas-marinhas<sup>509</sup> (geralmente realizadas nos avisos de 1ª classe, que tinham acomodações previstas para tal) e um período de tirocínio a bordo dos navios, antes da promoção a oficiais, desempenhando já funções que competiam aos tenentes, sob a responsabilidade do comandante. Por exemplo, foi conservado em arquivo um caderno dactilografado com as «Normas e Programas para a viagem de instrução dos guardas-marinhas, classe de marinha do curso ‘Afonso de Albuquerque’; classe de maquinistas navais do curso ‘D. João de Castro’, e classe de administração naval do curso ‘D. João de Castro – 1945»<sup>510</sup>. Porém, os cadetes do curso de máquinas e, sobretudo, os de administração naval faziam a maior parte dos seus tirocínios em terra como aspirantes e entravam nas respectivas classes com o posto de sub-tenente. Mantiveram-se, contudo, os anteriores exames para promoção a segundos-tenentes, com os guardas-marinhas a terem que realizar determinados trabalhos de aplicação durante esses seus “estágios”, incluindo alguma prática em levantamentos hidrográficos. O ordenamento inicial na escala de antiguidades dos segundos-tenentes era dado por uma média ponderada da nota final do curso e da nota desse exame para a entrada na carreira – com uma segunda reprovação no referido exame a implicar a demissão imediata da Armada.

O leque de cadeiras foi então fixado em treze, versando as habituais matérias de matemática, astronomia e navegação, artilharia e balística, electrotecnia, desenho, direito, história e arte militar marítima, mas também alguns elementos de máquinas e de administração, mesmo para a classe de marinha. E os professores eram recrutados por concurso, como habitualmente, mas caiu então a designação de “lentes” e o carácter quase-vitalício das suas nomeações<sup>511</sup>. As instruções práticas (9 no total) abrangiam a pilotagem e os cálculos náuticos, a educação física, a arte de marinheiro, a infantaria e as armas portáteis, etc.

É interessante referir a apetência então suscitada pela carreira naval entre os estudantes universitários da área de Ciências. Se, por exemplo, em 1935 houve 58 candidaturas – entre as quais as de Fernando Limpo Toscano, Guilhermino Vila Real, Mário Esteves Brinca, José Pina Cabral, Augusto Souto Silva Cruz, Júlio Schulz, João Soares Parente, Alberto Marques de Abrantes, etc.<sup>512</sup>, que fizeram carreira na Armada – de 1937 e dos anos seguintes ficaram acumuladas em arquivo centenas de declarações de estudantes universitários que assim manifestavam a sua vontade de concorrer à “nova” Escola Naval.

509 Não equivalente aos Aspirantes do Exército.

510 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Naval (1940/1998).

511 De facto, ainda nos termos do Artº 12º do Regulamento da Escola Naval de 1928 (Decreto nº 16.105 de 3.Nov.1928), «Aos professores da Escola Naval é garantida a promoção até ao posto de capitão de mar e guerra conservando-se na comissão até ao fim do ano lectivo em que se der essa promoção» e para que possam «lograr promoção a oficiais generais, é-lhes dispensado o primeiro tirocínio que lhes faltava à entrada para a Escola Naval».

512 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1928-1936.

Lograram o almejado acesso, entre outros, os futuros oficiais Paulo Belmarço da Costa Santos (em cujo quadro de candidaturas sujeitas a provas de inspecção se diz ser do liceu Pedro Nunes, sócio do Sport Lisboa e Benfica e do Sport Algés e Dafundo, e apostou um «Nada consta na PVDE em seu desabono») ou António Bernardino Ferreira Monteiro (aluno do Liceu Pedro Nunes e sócio do Sporting, «Nada consta...»), havendo porém candidatos de quem se diz «É elemento afecto ao Estado Novo» ou «É elemento com tendências Nacionalistas»<sup>513</sup>. A selectividade política manifestava-se aqui sem grandes disfarces.

Outros jovens, porém, foram mal-sucedidos nos seus intentos e acabaram por fazer carreira em outras actividades profissionais, mormente no campo das Engenharias, casos, por exemplo, de Rui Duarte Moreira Braga<sup>514</sup>, de Silvino Silvério Marques<sup>515</sup> (em cujo mapa de registo se diz aluno do liceu Camões, sem clube e «Nada consta...» na PVDE) ou de Jorge Cândido de Sena, que foi admitido no concurso mas excluído depois da informação resultante da sua viagem de instrução no navio-escola *Sagres*, juntamente com mais outros três cadetes. Este caso ficou bem conhecido porque os queixosos reclamaram para o Presidente do Conselho, que pediu justificações ao Ministro da Marinha (Ortins de Bettencourt). De facto, segundo o processo arquivado, o caso teve por base o relatório do comandante da *Sagres*, o capitão-tenente Gabriel Teixeira, que sobre Jorge de Sena escreveu: «Atrofiado por uma educação que fez dele “uma excelente menina antiga” mas que o torna inapto para oficial de Marinha (bordo, 4 de Abril de 1938)»; e, finalmente, o ditador despachou: «Visto todo o processo. Arquive-se por não haver qualquer motivo jurídico ou moral para dar seguimento à queixa. 19-IV-1938 – (a) Oliveira Salazar»<sup>516</sup>.

De anos posteriores foi conservada documentação do mesmo género, como aconteceu em Abril de 1940 com o envio pelo Ministério da Educação Nacional de maços das declarações pessoais assinadas dos alunos da Universidade de Lisboa que desejavam concorrer à Escola Naval: foram 62, entre os quais há os nomes de Alberto Ribas Lopes Praça, Álvaro Toste da Silva Cardoso, Amílcar Brito e Abreu, António Sérgio Pereira Cardoso, António Pimentel Saraiva, João Lobo Fialho, João Soeiro de Brito, José Rebocho da Costa Freire, Rui Silvestre Quartim e Rogério Silva de Oliveira. Em idêntico conjunto de declarações de alunos da Universidade de Coimbra figura a de José Joaquim Melo Cristino. E na lista da Universidade do Porto encontram-se nomes como os de António Machado e Moura, Joaquim Caldeira da Silva ou Luís Caldeira Saraiva.<sup>517</sup>

513 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 13, (Escola Naval s/d 1911).

514 Futuro Engenheiro Militar.

515 Terá sido rejeitado na inspecção médica por um insuficiente “índice de Pignet”. Futuro oficial do Corpo do Estado-Maior, governador colonial e general do Exército.

516 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.374, Escola Naval, pasta 1938/1939.

517 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Naval (1940/1998).

É por esta altura que são criados para oficiais da classe de marinha os cursos de «aperfeiçoamento»: em artilharia; em electricidade, torpedos e minas; em radioelectricidade e comunicações; e em educação física<sup>518</sup>, com duração de um ano e nas respectivas Escolas de Aplicação de Marinha, já qui referidas<sup>519</sup>, a frequentar como segundos ou primeiros-tenentes. Ficavam assim aptos a chefiar esses serviços técnicos a bordo dos navios maiores (avisos, contratorpedeiros e fragatas), além do normal desempenho das funções de “encarregado da navegação”, de oficial-de-quarto e de oficial-de-serviço (com o navio fundeado), nos termos da Ordenança do Serviço Naval<sup>520</sup>. Mais diferenciadas eram as «especializações» em submersíveis e em aviação, cujo aproveitamento e aplicação se fazia nos anos subsequentes nos respectivos serviços operacionais da Armada (Direcção do Serviço de Submersíveis e Direcção da Aeronáutica Naval).

Ainda um pouco à parte destes processos estavam os jovens destinados às classes de administração naval e de “máquinas”. Além da duração mais reduzida da sua formação, houve cursos em que não fizeram a “viagem de guardas-marinhas”, substituída por tirocínios da sua especialidade como aspirantes, sendo então promovidos a sub-tenentes, primeiro posto de oficial das suas carreiras, onde tinham de permanecer um mínimo de dois anos para enfim ascenderem a segundos-tenentes.

Em 1945, ao celebrar o centenário da sua fundação, a Escola Naval promoveu diversas iniciativas comemorativas e editou um livro onde cada área de estudo pôde fazer o balanço da sua própria evolução<sup>521</sup>. Os **Anais do Clube Militar Naval** dedicaram ao centenário da Escola Naval celebrado em 1945 um número especial<sup>522</sup>, muito focado no exame da evolução verificada no ensino das diversas matérias do seu plano de estudos. Mas também os **Anais de Marinha**, outra publicação de bom recorte existente à época, não esqueceram essa efeméride<sup>523</sup>, tal como a **Revista de Marinha**. E a prestigiada

518 Segundo o Estatuto dos Oficiais da Armada de 1937, do ministro Ortins de Bettencourt.

519 Com o encerramento da Escola de Educação Física da Armada, estes postulantes passaram a frequentar cadeiras no Instituto Nacional de Educação Física (INEF), no Jamor.

520 Versão 1930, da iniciativa do ministro Magalhães Correia

521 **Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval – 23-IV-1845 a 23-IV-1945**, Lisboa, se (Tip. União Gráfica), sd.

522 **Anais do Clube Militar Naval**, A. 75, Mar.-Abr. 1945 – N° especial comemorativo do Primeiro Centenário da Escola Naval: 99-274. Inclui 15 artigos de autores diferentes sobre as diversas matérias técnicas relacionadas com a formação dos oficiais da Armada, entre as quais a navegação (2T Teixeira da Mota), aviação (1T EMQ Rodrigues dos Santos), submarinos e torpedos (ambos pelo 1T Sequeira de Araújo), hidrografia (CT EH Pires de Matos) ou radioelectricidade (CT Ramos Pereira) – tudo oficiais relativamente jovens –, além de outros temas.

523 VASCONCELOS, Frazão de, “O Centenário da Escola Naval” e “Joaquim José Falcão, Ministro da Marinha de 14 de Setembro de 1842 a 20 de Maio de 1846”, **Anais de Marinha**, A. 7, N° 10, Dez. 1945: 3-11.

**Revista Militar**, então presidida pelo general Teixeira Botelho, associou-se à celebração deste 1º Centenário editando um fascículo alusivo em Abril desse ano<sup>524</sup>.



**Figura 26** - Edifício das aulas da Escola Naval no Alfeite <sup>525</sup>

Um extenso relatório sobre a «reorganização do ensino da Escola Naval» é apresentado em 23 de Maio de 1951 por uma comissão nomeada pelo Ministro da Marinha, a qual propõe muitas alterações ao Decreto-Lei 27.146 vigente «perante a vertiginosa evolução de técnica nos últimos anos». Tem 128 páginas e é assinado pelo presidente, o capitão-de-mar-e-guerra Vasco Lopes Alves (que então comandava a Escola Naval), por 5 vogais e pelo secretário, o segundo-tenente Leonel Gomes Cardoso.<sup>526</sup>

Não obstante isto, o regime escolar de 1937 manteve-se, com alguns ajustamentos, durante duas décadas. Porém, a renovação da esquadra e os inovadores conceitos operacionais trazidos pela NATO ditaram a necessidade da reforma seguinte, a de 1958, na qual teve um papel importante o então comandante da Escola Naval, comodoro Sarmiento Rodrigues, homem com currículo colonial mas também afirmado comandante de unidades navais em circunstâncias difíceis<sup>527</sup>. O diploma definidor dos novos princípios do ensino («Bases para a reforma do ensino na Escola Naval»)

---

524 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Naval (1940/1998)

525 Fotografia do edifício das aulas da Escola Naval no Alfeite, inaugurado em 1937, num projecto dos Arq<sup>os</sup> Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade, por decisão do ministro Duarte Pacheco que mandou suspender as obras já em curso, de “risco” tradicional, em favor de um projeto “modernista”. <https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2018/06/a-escola-naval-e-o-arsenal-do-alfeite.html>

526 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Naval (1940/1998).

527 Fora Governador da Guiné e Ministro das Colónias/Ultramar, e comandara o contratorpedeiro *Lima* durante a guerra no Atlântico e o aviso *Bartolomeu Dias* em importantes viagens de representação nacional.

começa assim: «Os progressos técnicos verificados nos últimos anos e a crescente soma de conhecimentos que é necessário transmitir aos oficiais de uma marinha moderna correspondem a tal diversidade e vastidão de matérias que se tornou impossível contê-las num só curso ou fase inicial de preparação.»<sup>528</sup>. Estava aberto o caminho, não somente para os cursos de especialização “pós-graduada”, como também para as agora indispensáveis formações mais avançadas para o exercício de funções de oficial superior e de oficial-general, a cargo do Instituto Superior Naval de Guerra. E logo de seguida era publicado o correspondente «Regulamento da Escola Naval»<sup>529</sup>.

Com este dispositivo, os três cursos ministrados na Escola Naval passaram a ter a duração de 4 anos lectivos, uma vez que incorporaram as matérias científicas (de matemática, física, química e desenho) que até então se frequentavam nos “preparatórios” exteriores. Prosseguiu o alargamento das cadeiras científicas e técnico-navais, que atingiram agora o número de 20, e mantiveram-se as “instruções” de anteriormente, com um pouco mais de intensidade para a infantaria, uma vez que em breve seriam criadas as unidades de Fuzileiros onde muitos dos jovens oficiais tiveram de prestar serviço. A viagem maior de adaptação ao mar ficou relegada para o 2º ano e outros embarques mais pequenos para o 3º e 4º anos. Os oficiais das classes de “máquinas” e de “administração” recebiam agora a formação escolar necessária para exercerem a bordo, não apenas as suas funções técnicas específicas e de “oficial de serviço diário”, mas igualmente as de “oficial de quarto”, em navegação corrida. Também regressaram os pagamentos mensais a que os cadetes tinham direito. E o anterior «Corpo de Alunos da Armada» passou a designar-se mais modestamente por «Companhia de Alunos». Mas, a mudança mais significativa – obviamente também transposta para o *Estatuto dos Oficiais da Armada* – foi a eliminação do secular estatuto de guarda-marinha enquanto “pré-oficial” ainda em formação. O nome manteve-se, mas passou a designar o primeiro novo posto da carreira dos oficiais, tanto da classe de marinha como das de administração naval e – agora sim e finalmente – dos «engenheiros maquinistas navais»<sup>530</sup>.

Entretanto, depois de várias décadas de bons serviços, o navio-escola *Sagres* (ex-*Rickmer Rickmers*, construído em 1896) cedeu a seu lugar a outro veleiro de 3 mastros igualmente armando em barca (construído em Hamburgo em 1938) que entrou ao serviço em 1962 e manteve o mesmo nome de *Sagres*, sempre com a função de navio-escola para os cadetes da Escola Naval e as praças da classe de manobra. Teve como seu primeiro comandante o capitão-tenente Henrique da Silva Horta.

528 Decreto-lei nº 41.881 de 26 de Setembro de 1958, publicado nas LDRA de Outubro do mesmo ano.

529 Decreto nº 41.894 de 7 de Outubro de 1958, também publicado nas LDRA de Outubro.

530 Alteração igualmente consagrada na versão de 1966 do Estatuto do Oficial da Armada (decreto-lei nº 63.960 de 14.Abr.1966), após a publicação no ano anterior de um primeiro Estatuto dos Oficiais das Forças Armadas.

De referir ainda que continuou a ser na Escola Naval que os médicos candidatos a ingressar na classe de saúde naval faziam o seu período de preparação militar, o mesmo acontecendo com os Cursos Especiais de Oficiais da Reserva Naval (CEORN), inaugurados em 1958. É também curioso encontrar nas páginas de uma publicação credenciada, em antecipação à realidade, um primeiro texto acerca da necessidade de criação de oficiais da Reserva Naval<sup>531</sup>, provavelmente com influência da experiência inglesa na última Guerra Mundial. Este autor propõe aqui um esquema de organização dos estudos para «estudantes das escolas superiores» equacionando as matérias a instruir, ao longo de dois anos, coincidentes com os dois últimos anos de frequência dos suas Faculdades.

De facto, os **Anais do Clube Militar Naval** continuaram nesta época a ser o repositório privilegiado de sugestões, críticas, comentários, comparações e propostas alternativas vindas da oficialidade naval acerca da formação inicial que era proporcionada aos cadetes da Escola Naval. Neste acervo, depois de algum vazio de duas décadas, identificámos oito artigos publicados entre 1957 e 1971<sup>532</sup>. Dois outros artigos referem-se, em termos memoriais, a aspectos do quotidiano vivido pelos cadetes naquela época, sob a assinatura de Mattioli<sup>533</sup> e de Pereira Bastos<sup>534</sup>.

Por outro lado, é nesta mesma época que os *Anais* começam a aceitar publicar artigos da autoria de cadetes da Escola Naval. Depois de Rui Ortigão Neves ter opinado

531 PINTO, R, “Como fazer oficiais da Reserva”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 85, Out.-Dez. 1955: 419-426.

532 LEITÃO, António de Sousa; COUTINHO, António Alva-Rosa; VIEGAS, Vasco dos Santos, “Preparação básica do oficial de marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 87, Jan.-Mar. 1957: 43-98.

TRINDADE, Adolfo, “Preparação básica do oficial de marinha – carta aberta aos tenentes...”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 87, Jul.-Set. 1957: 443-451.

REIS, Jorge, “Preparação Básica do Oficial da Armada: uma crítica”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 88, Jan.-Mar. 1958: 77-81.

VASCONCELLOS, F. Ornelas e, “A preparação do oficial subalterno da nossa Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 90, Abr.-Jun. 1960: 243-260.

SILVA, G. Conceição, “Ideias sobre o modo de formar oficiais de Marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 90, Out.-Dez. 1960: 787-793. Faz a repescagem de um texto histórico de origem francesa.

PAIS, A. H. Gameiro, “A Importância da Matemática na Formação do Oficial da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 95, Jan.-Mar. 1965: 37-48.

SANTOS, Laurindo Henriques dos, “Preparação dos jovens oficiais da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Nº especial comemorativo do 1º centenário do CMN, 1966: 455-467.

533 MATTIOLI, Eurico, «A Escola Naval no início da Década dos Anos 50», **Anais do Clube Militar Naval**, A.122, Jan.-Mar. 1992: 89-109. São recordações pessoais do «ambiente social» (de Lisboa, sobretudo), da «carreira naval», dos «cadetes e a Escola» com os 3 cursos que então a frequentavam: ‘Ferreira do Amaral’, ‘Príncipe Perfeito’ e ‘Gil Eanes’. Diz que em 1951 havia apenas 68 cadetes.

534 BATOS, João Carlos da Fonseca Pereira, «Estórias de um Curso Tradicional da Escola Naval que nunca foi Guarda-Marinha», **Anais do Clube Militar Naval**, A.148, Jul.-Dez. 2018: 535-538.

sobre o novo plano de uniformes<sup>535</sup>, pela primeira vez, um próprio cadete da Escola Naval – João Moreira Freire – aparece atrevidamente a publicar nos *Anais* observações críticas sobre a formação a que estava a ser sujeito<sup>536</sup>, a que se seguiram outros três nos anos subsequentes (Nelson Trindade, Sousa Silva e Bellém Ribeiro)<sup>537</sup>. Mas, para dar saída à verve crítica e literária típica desses tempo e meio social, também ali se havia desenvolvido uma revista cultural de bom recorte, de nome **Tridente**<sup>538</sup>.

Percebe-se, agora, que o “25 de Abril” se estaria aproximando, com tudo o que de positivo e de perturbador isso pôde significar.

Em 1971 ocorre uma nova reforma na Escola Naval, sendo Director e 1º Comandante o comodoro Pedro Fragoso de Matos. As novas «Bases» do ensino constam do decreto-lei nº 49.501 de 31 de Dezembro de 1969 e o novo Regulamento inscreve-se no decreto nº 454/70 de 1 de Outubro de 1970 (com inspiração no Despacho Ministerial 79 de 6 de Outubro de 1968). Um caderno intitulado «Reorganização da Escola Naval – Reforma do ensino», datado de 23 de Novembro de 1970 e subscrito pelo citado oficial pôde ser conservado em arquivo<sup>539</sup> e corresponde aproximadamente ao artigo que o mesmo fez depois publicar nos **Anais do Clube Militar Naval**<sup>540</sup>.

Naturalmente, este novo Regulamento trouxe várias alterações aos planos de cursos e às formas de organização interna. As matérias de natureza académica não essencialmente militares ocupam agora 10 grupos de cadeiras, comuns aos três cursos, que permanecem intocáveis; as matérias de natureza técnico-naval, diferenciadas conforme os cursos, preenchem 13 grupos de cadeira; além de 7 Instruções. Mantendo-se a duração de 4 anos lectivos e dos embarques de instrução, a verdadeira inovação é talvez

535 NEVES, Rui M. R. Ortigão, “Algumas considerações sobre o plano de uniformes”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 91, Jan.-Mar. 1961: 95-100.

536 FREIRE, João Carlos O. Moreira, “A Escola Naval e a Preparação dos Oficiais da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 93, Out.-Dez. 1963: 867-899.

537 Trindade, Nelson Ventura, “Preparação do Oficial da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 95, Jan.-Mar. 1965: 187-192.

SILVA, J. Sousa, “Sugestões para a reforma da Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 99, Jul.-Set. 1969: 643-647.

RIBEIRO, Cunha Bellém, “As técnicas áudio-visuais nas escolas – Mundo em mutação”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 102, Jan.-Mar. 1972: 40-48.

Já guarda-marinha, J. da Cunha Bellém Ribeiro publica também: «A instrução nos navios da Armada», **Anais do Clube Militar Naval**, A. 103, Jul.-Set. 1973: 649-655.

538 **Tridente** – Revista da Escola Naval, nº 1, dir. cad. Ventura Trindade, s/d [Inverno 1961/62]. O nº 11 saiu em Setembro de 1966.

539 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.376, pasta Escola Naval (1940/1998).

540 Ver: MATOS, Pedro Fragoso de, “Reorganização da Escola Naval – Reforma do Ensino”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 101, Jan.-Mar. 1971: 24-40; e também “Alocução do Comandante da Escola Naval, Comodoro Pedro Fragoso de Matos, na sessão solene de abertura do Novo Ano Lectivo” e “Novos cadetes”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 101, Out.-Dez. 1971: 743-757.

o aparecimento de cadeiras optativas, além de uma mais fácil correspondência com cadeiras leccionadas nas Universidades.

Internamente, foi criada uma Direcção de Instrução (para o ensino) e Gabinetes de Formação Escolar (académica, e de formação técnico-naval para Marinha, Engenheiros Maquinistas Navais e Administração Naval). O Programa Anual das Actividades Escolares foi também bastante alterado. Há uma nova cadeira de «Arte de comandar, a difícil arte de conduzir outros homens, tendo em vista que os actuais alunos serão os chefes dos anos 2000 e a Marinha será, então, aquilo de que eles forem capazes» (em vez das anteriores “palestras” do Comandante da Companhia) e também reaparece o «Corpo de Alunos», ao qual compete a «formação militar, moral, social, cultural e física» e em cujo âmbito funciona um Gabinete de Formação Militar e uma «Associação Desportiva» composta pelo Chefe do Serviço de Educação Física e «representantes dos alunos»<sup>541</sup> (em lugar da antiga Secção Desportiva que, tal como a Secção Cultural que editava a revista **Tridente**, eram iniciativas autónomas dos cadetes, embora sancionadas pelo Comando).

Novidade é também a criação do Estatuto do Aluno, que passa a regular a sua vida na instituição. Só os alunos do 1º ano ficaram designados por cadetes; os alunos do 2º ao 4º anos eram agora graduados em aspirantes<sup>542</sup>. A pressão das guerras em África era grande e aumentava a necessidade de oficiais qualificados para todas as missões da Armada. Mas um curso específico dando directamente acesso ao ingresso na classe de Fuzileiros só mais tarde se veio a concretizar, em 1985.

Balizada por análises comparativas com os regimes de ensino praticados em escolas estrangeiras congéneres, esta reorganização da Escola Naval pareceu ter sido orientada por preocupações de modernização, proporcionar maior atractividade e oportunidades de participação dos alunos na vida interna da instituição – talvez segundo desígnios do Ministro da Marinha contra-almirante Manuel Pereira Crespo –, o que pode ter sido um esforço tardio ou insuficiente, sobretudo se olharmos para a inusitada politização que se observou nos anos seguintes, como já tem sido publicamente referido por vários intervenientes e analistas.

Em Abril de 1974 deu-se o golpe militar realizado pelo Movimento das Forças Armadas que derrubou o regime do Estado Novo e abriu a porta à descolonização, à democratização do sistema político nacional e a perspectiva de melhor desenvolvimento económico e social. A Marinha também iria ser fortemente afectada por estas transformações, a começar pelo desaparecimento do próprio Ministério da Marinha, a benefício da integração em um Ministério da Defesa Nacional de carácter exclusivamente militar e por uma dispersão de outros assuntos relativos ao Mar por diversos outros departamentos do Estado.

---

541 Citações tiradas de MATOS, P. Fragoso de, “Reorganização...”.

542 Decreto-lei nº 489/70 de 21 de Outubro (LDRA Out.1970).

No que respeita à Escola Naval, os **Anais do Clube Militar Naval** voltaram a acolher diversas contribuições opinativas ou analíticas quanto às alterações que o seu funcionamento deveria acolher na nova situação nacional.<sup>543</sup>

Quanto aos Directores da Escola Naval, a partir de 1936, seguiram-se, até à queda do regime político em 1974:

- Contra-almirante Alberto Castro Ferreira (1936-1937)
- Contra-almirante João Baptista de Barros (1937)
- Capitão-de-mar-e-guerra Álvaro Marta (1937-1938)
- Capitão-de-mar-e-guerra José Francisco Rebelo (1938)
- Capitão-de-mar-e-guerra Álvaro Marta (1938-1941)
- Capitão-de-mar-e-guerra Álvaro de Freitas Morna (1941-1942)
- Capitão-de-mar-e-guerra Artur Barbosa Carmona (1942-1944)
- Capitão-de-mar-e-guerra Fernando de Oliveira Pinto (1944-1946)
- Capitão-de-mar-e-guerra José Filipe Castela (1946-1947)
- Capitão-de-mar-e-guerra Manuel Armando Ferraz (1947-1949)
- Capitão-de-mar-e-guerra Vasco Lopes Alves (1949-1951)
- Capitão-de-mar-e-guerra António Alves Leite (1951-1953)
- Comodoro Daniel Duarte Silva (1953-1957)
- Comodoro Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (1957-1961)
- Comodoro Laurindo Henriques dos Santos (1961-1963)
- Comodoro António Morgado Belo (1963-1965)
- Comodoro Manuel Carlos Sanches (1965-1967)
- Comodoro Lino Paulino Pereira (1967-1969)
- Comodoro Carlos Teixeira da Silva (1969-1970)
- Comodoro Pedro Fragoso de Matos (1970-1972)
- Comodoro José Barahona Fernandes (1972-1974)

## 25. A Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho

Foi em 1925, pelo Decreto nº 10.780 de 20 de Maio, já depois da morte de Sacadura Cabral, que foi criado no Centro de Aviação Marítima de Lisboa uma Escola para pilotos aviadores (mais tarde também para formar observadores e outras especialidades) a

543 Ver: Mesa-Redonda, “A Preparação Profissional do Oficial da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 104, Out.-Dez. 1974: 877-906.

LEMOS, Oliveira e, “Escola Naval: Um Projecto de Regulamento”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 106, Jul.-Set. 1976: 595-603.

MONTEIRO, A. S. Saturnino, “Seleção e formação de oficiais”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 107, Abr.-Jun. 1977: 269-286.

Jesuíno, Jorge Correia, “O Ensino das Ciências Sociais na Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 109, Abr.-Jul. 1979: 333-346.

que deram o nome do contra-almirante Gago Coutinho. A **Lista da Armada** de 1927 já dá conta desse facto, indicando como seu primeiro comandante o primeiro-tenente aviador Pedro Ferreira Rosado. Nesse ano, o 2º curso de pilotagem foi frequentado por tenentes como Armando de Roboredo e Silva, Carlos Cardoso de Oliveira ou Paulo Luizelo Teixeira Viana. Seguiram-se como comandantes da Escola o capitão-tenente José Santos Moreira em 1932 e o primeiro-tenente José Neves Ferreira em 1933.

Em 1934, a Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho foi transferida para São Jacinto (ria de Aveiro), onde funcionava o outro Centro de Aviação Naval. O 5º curso de pilotos teve como alunos os tenentes José Freitas Ribeiro, Ferrer Caeiro e outros. Já capitão-tenente, o Cardoso de Oliveira assumiu o comando da Escola em 1938 até à passagem daquela Base para a Força Aérea em 1952. Sobre esse período, escreveu uma testemunha presencial: «A partir de então, desenvolveram-se e aperfeiçoaram-se os cursos de pilotos-aviadores, engenheiros, mecânicos e artífices de aviação. [...] A partir dos anos 40, além da ampliação de toda a sua infra-estrutura, foi alvo de uma dinâmica de modernização, que lhe permitiu atingir um elevado nível de eficiência e qualidade»<sup>544</sup>. Além da brochura donde este trecho foi retirado, também fazem referências a esta instituição um livro de Viriato Tadeu<sup>545</sup> e o *Álbum* editado pela Marinha sobre a Aviação Naval<sup>546</sup>.

Da Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho (EANAGC) no período posterior a 1939 reproduzimos algumas informações constantes da sua correspondência que foi conservada em arquivo:

-Troca de notas e ofícios em Junho de 1940 sobre diversas obras para melhoria das instalações da Escola;

-Num ofício de 19 de Julho de 1941 do capitão-de-fragata Américo Thomaz, Chefe do Gabinete do Ministro da Marinha, dirigido ao Director-Geral das Alfândegas, escreve-se que: «Parte do material do hidroavião inglês caído ao mar junto de Fão está em poder da guarda fiscal.». Assim, solicita que «pessoal da Escola da Aviação Naval ‘Almirante Gago Coutinho’ vá ao local onde este material se encontra proceder à recolha daquele que for considerado aproveitável»;

-Ofício do ministro Ortins de Bettencourt de 20 de Agosto do mesmo ano informando o Sub-Secretário de Estado da Guerra [Santos Costa] que «foram dadas ordens ao

544 SOARES, António Silva, “A extinção da Aviação Naval: Breve historial de uma vida curta com final polémico», in OLIVEIRA, Rogério S. d’; SOARES, António Silva; BASTOS, Alberto Manuel da Costa, **Aviação Naval – Evocação no 50º Aniversário da sua Extinção**, Lisboa, Academia de Marinha, 2002, p. 13.

545 TADEU, Viriato, **Quando a Marinha tinha Asas. Anotações para a história da Aviação Naval Portuguesa (1916-1952)**, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1984.

546 NEVES, Bruno Gonçalves e outros, **Álbum de Memórias: Aviação Naval 1917-1952**, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2012.

Comandante da Escola de Aviação Naval ‘Almirante Gago Coutinho’, em Aveiro, para receber directivas do Comando Geral da Aeronáutica, a fim de hidroaviões daquela Escola colaborarem no exercício diurno que se realiza no próximo dia 23, na cidade do Porto.» Apenso, está o pedido de Santos Costa e o detalhe do 4º Exercício de Defesa Contra Ataques Aéreos a realizar em 23 e 24 de Agosto próximos;

-Ofício de 29 de Setembro de 1941 do Gabinete do Ministro da Marinha referindo a recepção dos aviões *Fleet*, 5 dos quais se destinam à Escola da Aviação Naval ‘Almirante Gago Coutinho’ (EANAGC);

-Documentos de Dezembro de 1941 referindo a reparação de um hidroavião *Grumann*, que ficou muito avariado em acidente na ria de Aveiro, com intervenção decisional do Director da Aeronáutica Naval, que é então o capitão-de-fragata Vasco Lopes Alves;

-Nota confidencial de 4 de Fevereiro de 1942 do Comandante da EANAGC, primeiro-tenente Carlos Cardoso de Oliveira, referindo «avião inglês que aterrou próximo desta escola em 27.Ago.pp»;

-Ofício de 3 de Agosto de 1944 da Repartição do Gabinete do Ministro da Marinha ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações pedindo o impedimento do fundeamento de lugres e arrastões do bacalhau em local da ria próximo e que prejudica as manobras da descolagem/aterragem da EANAGC;

-Ofício do Ministro da Marinha de 25 de Setembro de 1946 ao Bispo de Aveiro lamentando recusar a oferta de um sacerdote para a EANAGC, por o quadro de capelães já estar preenchido e a lotação daquela unidade não o prever;

-Troca de notas e ofícios em Ago. 1948 sobre a «aquisição de um terreno para o campo de tiro e bombardeamento aéreo» junto à EANAGC.<sup>547</sup>

Embora a Aviação Naval tivesse sido extinta em 1952, com a criação da Força Aérea Portuguesa, a Base que permaneceu em S. Jacinto continuou em grande parte a funcionar como Escola e o seu comando ainda a ser assegurado por um oficial da Armada durante vários anos.

É esta parca informação que nos foi possível recolher no Arquivo Histórico da Marinha (BCM/AH) sobre esta instituição de formação do pessoal aeronáutico da Armada activa durante perto de três décadas.

## 26. A instrução de submarinistas e mergulhadores

Tal como na Direcção da Aeronáutica Naval, a instrução do pessoal submarinista era feita no quadro da Estação em Terra da Esquadilha de Submersíveis, em Belém, e a partir de 1940 na Direcção do Serviço de Submersíveis na base naval do Alfeite.

547 Tudo em BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, Pasta 5 (Esc. Av. Nav. Alm. G.C. 1939-1949).

Desde a instalação na doca de Belém que, progressivamente, aquela pequena base foi sendo dotada de meios não apenas para o apoio logístico e oficial à operação daquelas unidades navais tão inovadoras (nos seus princípios náuticos, sistema motor, habitabilidade, navegação e armas) mas igualmente para a instrução do seu pessoal, para o que também dispunha de salas e outro material apropriado. Mas no Alfeite, na zona mais a poente da base naval, essas instalações foram muito desenvolvidas e aperfeiçoadas, quer na primeira, quer na segunda vertente.

Decerto também vizinhas destas actividades submarinas se situavam as práticas dos mergulhos em escafandro, das quais uma Ordem da Armada de 1903 publicou as respectivas «Instruções gerais para o serviço de mergulhador»<sup>548</sup>. Estas actividades de instrução também eram dirigidas aos poucos mergulhadores (de escafandro não-autónomo) de que a Marinha dispunha, que foram então transferidos da Escola de Torpedos e Electricidade, em Vale de Zebro, para Belém, e mais tarde para o Alfeite.

Nos anos 40, quando começaram a divulgar-se as técnicas do escafandro autónomo, uma das instruções do pessoal submarinista consistia na aprendizagem da evacuação individual de submarinos em imersão, para o que foi construído um poço de treino com as medidas adequadas.

Mas só em 1958 foi criado, no âmbito da Direcção do Serviço de Submersíveis, o Serviço de Mergulhadores e Salvamento (SMS)<sup>549</sup> e começa então a instrução e a actividade dos mergulhadores (vigias e sapadores) de escafandro autónomo, inicialmente conhecidos como “homens-rãs”.

Mais tarde, com a chegada da 4ª esquadrilha de submarinos (franceses), foi finalmente criada a Escola de Submarinos e Mergulhadores<sup>550</sup>.

## **27. Instituto Superior Naval de Guerra**

Apesar de anteriormente já terem sido realizados “cursos de guerra”, terá sido em 1930 que foram formalizados os então denominados “curso elementar naval de guerra” (para habilitar aos desempenhos dos cargos que competiam aos oficiais superiores da classe de marinha) e “curso complementar naval de guerra” (para capitães-de-fragata ou capitães-de-mar-e-guerra, preparando-os para as funções de

---

548 O.A. (A) 8/31.Ago.1903.

549 Decreto-lei nº 41.646 de 24.Mai.1958 (LDRAJul.1958).

550 Portaria nº 23.768 de 12 de Dezembro de 1968, publicado nas LDRA Dez.1968. Sobre esta matéria, ver também os livros de OLIVEIRA, Maurício, GASPAS, Álvaro Rodrigues coord. e outros, **Os Submarinos na Marinha Portuguesa**, Lisboa, Ed. Revista de Marinha, 4ª ed., 2018; e também de SILVA, Francisco Braz, coord., **Os Mergulhadores na Marinha**, Lisboa, Ed. Revista de Marinha, 2022.

oficiais-generais)<sup>551</sup>, isto no âmbito do Estado-Maior Naval. Mas foi somente em 1948 que se constituiu formalmente o Instituto Superior Naval de Guerra<sup>552</sup>. Segundo a **Lista da Armada** de 1949, já terão ali funcionado desde Março desse ano aqueles referidos cursos.

O Instituto funcionava então no edifício da Ribeira das Naus, junto ao Estado-Maior Naval, sendo o corpo docente formado por alguns oficiais superiores ou generais, vários deles exercendo funções em acumulação no Estado-Maior.

Com a criação deste Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG), ficou finalmente completado o processo de formação (diríamos hoje “pós-graduada”) e de progressão profissional dos oficiais da Armada, entrevista já desde os anos de 1920, quando se falava da necessidade de um “curso complementar” ao da Escola Naval. A aprovação do agora denominado Curso Geral Naval de Guerra passou a ser necessária para a promoção a capital-tenente, embora transitoriamente tivessem a ele sido admitidos oficiais já possuidores desta patente que não o tivessem previamente frequentado. O Curso Superior Naval de Guerra era destinado aos capitães-de-mar-e-guerra para tal nomeados (o que era uma escolha sempre delicada) e a sua aprovação era indispensável para que pudessem aspirar a ser oficiais-generais, que era então uma decisão definitiva do governo. A não aprovação neste curso determinava uma imediata passagem à situação de reserva.

O primeiro Director do ISNG foi o então capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Marques Esparteiro que, já contra-almirante, aí se manteve até 1960 – com a interrupção de 1951-1956, período em que exerceu as funções governador de Macau. Com boa preparação científica nas áreas da matemática, física e química (licenciatura universitária em ciências matemáticas), professor da Escola Naval, com obra publicada e importante folha de serviços nos domínios da artilharia, de que se destaca o exercício do cargo de Chefe da Missão Naval de Armamento dos navios de guerra portugueses que foram construídos em Inglaterra entre 1931 a 1935, visitando em missão oficial as fábricas de armamento de vários países e sendo perito numa arbitragem entre a casa *Vickers* e seus clientes estrangeiros, Joaquim Marques Esparteiro deu prestígio e continuidade ao novo Instituto. O primeiro documento importante sobre este assunto publicado nos **Anais do Clube Militar Naval** foi precisamente a sua alocação na abertura do ano lectivo quando arranca efectivamente o funcionamento da instituição<sup>553</sup>.

551 O **Estatuto dos Oficiais da Armada** de 1937 (Decreto-lei nº 28.210 de 23.Nov.1937, actualizado até 1943), no seu Artº 85º considerava ser «condição especial de promoção» a capitão-tenente da classe de marinha «ter frequentado com aproveitamento o curso elementar naval de guerra»; e para promoção a capitão-de-mar-e-guerra «ter frequentado com aproveitamento o curso complementar naval de guerra».

552 Decreto nº 37.130, de 4.Nov.1948, publicado nas LDRA de Novembro de 1948 (págs. 454-460). Pode ver-se também a entrevista ao vice-almirante Magalhães Queiroz quando do 50º aniversário da fundação do ISNG, de que era então o Director (**Revista da Armada**, nº 315, Dez.1998, p.17-19).

553 ESPARTEIRO, Joaquim Marques, “O Instituto Superior Naval de Guerra e a sua Missão”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 79, Abr.-Jun. 1949: 153-179.

Ao almirante Esparteiro seguiu-se no cargo o contra-almirante Jorge Maia Ramos Pereira, que imediatamente antes havia publicado nos mesmos *Anais* um trabalho de reflexão sobre a formação superior da oficialidade da Armada<sup>554</sup>. E é também nessa altura (1959) que foi alargada a frequência dos cursos navais de guerra a outras classes que não de marinha<sup>555</sup>. Nesta época, a Armada alinhava-se assim com a já longa tradição que o Exército tinha neste domínio da formação avançada da sua oficialidade – sobretudo com o Instituto de Altos Estudos Militares, desde 1937, primeiro em Caxias e, vinte anos depois, em Pedrouços – e ao qual também se veio juntar nos anos 60 o ramo da Força Aérea Portuguesa, com a criação na Base da Granja do Marquês (Sintra) de um Instituto Superior de Guerra Aérea.

O Instituto Superior Naval da Guerra deixou o edifício da Marinha na Ribeira das Naus em 1962 para ser instalado na Junqueira, onde funcionara o Depósito de Tropas do Ultramar, adossado à Cordoaria, com o contra-almirante Ramos Pereira como Director, que aliás protagonizou um incidente com o ministro Fernando Quintanilha na sessão solene de inauguração do mesmo<sup>556</sup>.

O almirante Ramos Pereira havia sido um distinto oficial especializado na área das telecomunicações, frequentado estudos navais avançados nos Estados Unidos e mostrou-se posteriormente um investigador consciencioso da história desta instituição<sup>557</sup>, além de um cidadão de espírito cívico independente. Com efeito, já na situação de reserva, apresentou-se como candidato a deputado à Assembleia Nacional por uma lista da oposição democrática nas eleições de 1969.<sup>558</sup>

O terceiro Director do ISNG foi o contra-almirante Vasco Lopes Alves (1962-1967), seguindo-se-lhe os oficiais da mesma patente Rogério de Castro e Silva (1967-1970), Eugénio Sequeira de Araújo (1970-1971) e Roberto Ivens Ferraz de Carvalho (1971-1974).

E, passadas as turbulências de 1974/76, o Instituto Superior Naval de Guerra retomou as suas actividades formativas e de investigação, conforme foi relatado em novo artigo

554 PEREIRA, Jorge Maia Ramos, “A preparação dos Oficiais Superiores da nossa Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 89, Out.-Dez. 1959: 699-739.

555 Decreto nº 42.553 de 2 de Outubro de 1959 (LDRA Out.1959).

556 Pode ler-se PEREIRA, Jorge M. Ramos, “Breves considerações do Contra-almirante Jorge Maia Ramos Pereira, feitas na Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo de 1960-1961”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 93, Jan.-Mar. 1961: 3-11; e, do mesmo autor: “Instituto Superior Naval de Guerra”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 94, Abr.-Jun. 1962: 255-266.

557 PEREIRA, Jorge Ramos, “Subsídios para a História do Instituto Superior Naval de Guerra”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 97, Jan.-Mar. 1967: 27-60; Abr.-Jun. 357-392; e Out.-Dez. 721-753.

558 Ver SILVA, Fernando David e, “Jorge Maia Ramos Pereira (1901-1974), oficial de Marinha, homem de cultura e cidadão”, in MATOS, Artur Teodoro de, coord., **Homenagem aos Fundadores da Academia de Marinha**, Lisboa, A.M., 2019, p. 169-191.

saído nos **Anais do Clube Militar Naval**<sup>559</sup>. O Instituto veio a encerrar as suas portas em 2005, substituído em Pedrouços pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, mais tarde redenominado Instituto Universitário Militar.<sup>560</sup>



**Figura 27** - Edifício onde funcionou o Instituto Superior Naval de Guerra <sup>561</sup>

## 28. Escola de Enfermagem

Embora o ensino e aprendizagem da enfermagem já fossem praticados no século XIX, terá sido sobretudo a partir dos anos de 1920<sup>562</sup> que se pode falar de uma Escola de Enfermagem, funcionando sempre nas instalações do Hospital da Marinha, situado ao Campo de Santa Clara, em Lisboa.

559 SOARES, Filgueiras, “O Recomeço das Actividades Pedagógicas no Instituto Superior Naval de Guerra”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 108, Jan.-Mar. 1978: 119-124.

560 Perto de terminar a sua comissão, o último Director do ISNG publicou na mesma revista um artigo onde, além de contextualizar a existência do ensino superior militar na nova conjuntura do ensino superior na Europa a que Portugal aderira, exprimiu as suas dúvidas e perplexidades acerca da futura integração numa instituição conjunta com os outros ramos das Forças Armadas: DUARTE, António Carlos Rebelo, “A formação superior na Marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 130, Out.-Dez. 2001: 695-720.

561 Fotografia do autor, 2023.

562 A **Lista da Armada** de 1922 já elenca os professores dessa Escola de Enfermagem (tês capitães-tenentes médicos e um farmacêutico), além de uma Escola de Sargentos Enfermeiros (a que está adstrito um segundo-tenente auxiliar de saúde naval).

Mas é por força do decreto nº 43.711 de 24 de Maio de 1961 que esta instituição de formação dos Enfermeiros da Armada passa a ser designada por Centro de Formação de Enfermagem, logo regulado pela Portaria nº 18.509 de 3 de Junho do mesmo ano. O então Director do Hospital da Marinha, capitão-de-mar-e-guerra médico Dr. Raul Ribeiro, terá sido o principal agente desta reorganização, aplicando o que já havia sido decidido em 1952 mas não havia ainda sido aplicado, a saber: só admitir para os cursos pessoas com o 1º ciclo dos liceus. E o curso passou de 1 para 3 anos de duração, equiparando-o ao que já se fazia no estrangeiro<sup>563</sup>.

A Escola de Enfermagem da Armada (EEA) foi criada pela Portaria nº 23.444, de 22 de Junho de 1968, que extinguiu o Centro de Instrução de Enfermagem.<sup>564</sup>

A nova escola funcionava adstrita ao Hospital da Marinha, que se localizava no Campo de Santa Clara, em Lisboa. O curso de enfermagem que era ministrado tinha a duração de três anos lectivos e no seu programa, para além das matérias específicas do serviço de saúde naval, incluía «as matérias essenciais versadas nos programas dos cursos de enfermagem professados nas escolas dependentes do Ministério da Saúde e Assistência».<sup>565</sup>

## 29. Grupo nº 1 de Escolas da Armada

Além da Escola de Mecânicos, em 1953 foi criada no estabelecimento da Marinha em Vila Franca de Xira uma Escola de Armas Submarinas (com as armas e a detecção), recebendo da de Mecânicos os cursos de operadores de *Asdic* que ali funcionavam desde 1943. Também em 1953, são criadas em Vila Franca a Escola de Electrotecnia, a Escola de Comunicações (que em 1963 passa para o Alfeite), a Escola de Escriturários (designada por Escola de Abastecimento em 1963) e em 1956 a Escola de Informações de Combate (que então formava os radaristas). Entretanto, a Escola de Mecânicos passara a designar-se por Escola de Máquinas e havia sido criada a Escola de Sargentos (para, mediante a realização do Curso Geral de Sargentos, permitir a ascensão de alguns deles ao oficialato, na classe do Serviço Geral).

Este conjunto importante, a que se juntava a Escola de Alunos-Marinheiros (desde 1938), justificou a necessidade de uma direcção e administração conjunta. Nestes termos, no âmbito do Decreto nº 43.711 de 24 de Maio de 1961<sup>566</sup>, a Portaria

563 Ver RIBEIRO, Raul, “A Escola de Enfermagem do Hospital da Marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 93, Jul.-Set. 1961: 531-538.

564 Portaria nº 23.444, de 22 de Junho de 1968, publicada no **Diário do Governo**, I série, nº 147,

565 Portaria nº 23.445, de 25 de Junho de 1968, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 149, 25 Junho 1968.

566 O mesmo diploma legal refere a existência, na Base Naval de Lisboa (Alfeite), de um Centro de Instrução de Tática Anti-Submarina (CITAS), mais tarde denominado Centro de Instrução de Tática Aéreo-Naval (CITAN); e também de Centro de Instrução de Minas e Contramedidas (CIMC), este no âmbito da Flotilha de Draga-Minas.

ministerial nº 18.509 de 3 de Junho do mesmo ano<sup>567</sup> criou o Grupo nº 1 de Escolas da Armada (G1EA).<sup>568</sup>

O crescimento da população escolar foi acentuado, ao longo dos anos: de cerca de 2.600 em 1961 para 4.500 em 1966 e atingindo os 6.500 em 1971.

Em 1964 a Escola de Comunicações foi transferida para o Alfeite, passando a integrar o G2EA, o mesmo aconteceu com a Escola de Armas Submarinas em 1972.

Foram comandantes do Grupo nº 1 de Escolas da Armada os capitães-de-mar-e-guerra António Morgado Belo, em 1961-63 (mas já no comando da Escola de Mecânicos e da Escola de Alunos-Marinheiros desde 1959); Alberto Alves Lopes (1964-1967); António de Sá Teixeira (1967-1968); Pedro Fragoso de Matos, em 1968-70; Henrique Vosgien de Noronha (1970-1973); e Vicente de Almeida d’Eça, até 1974.

### 30. Grupo nº 2 de Escolas da Armada

Em 1959 foi criada no Alfeite, na ponta Leste junto ao rio, a Escola de Limitação de Avarias (abreviadamente “LA”), por força do decreto nº 42.246 de 1 de Maio. Tinha origem nas exigências dos novos serviços de segurança a bordo dos navios (em 1954), agora chamados de Limitação de Avarias (tradução do *Damage Control* inglês/ americano), que eram muito virados para as ameaças ABC (Atómicas, Biológicas e Químicas, típicas da “guerra fria” e por efeito das doutrinas da NATO) e para as preocupações com o D (*Damage Control*), mas que haviam integrado as tarefas já bem antigas do combate a incêndios e da preservação da estanqueidade dos navios.

A Escola de Limitação de Avarias foi integrada no Grupo nº 2 de Escolas da Armada (pela Portaria nº 18.504 de 3 de Junho de 1961), logo que este foi constituído. Fazia cursos de curta duração destinados ao treino dos “destacamentos de LA” a bordo, com exercícios práticos de incêndios, obturação de perfurações do casco, etc. Em 1959 tinha 21 homens de lotação; em 1972 eram 25<sup>569</sup>. O seu primeiro Director de Instrução foi o capitão-tenente engenheiro maquinista naval João Zodíaco Fernandes.

A Escola de Artilharia Naval, funcionando à beira do Tejo na zona nascente do Alfeite desde 1938, integrou desde logo o Grupo nº 2 de Escolas da Armada em 1961. Aí se foram formando sucessivas gerações de praças e sargentos da classe de Artilheiros, e das suas diversas especialidades (apontadores, telemetristas, preditores, artífices, etc.),

567 Publicada nas LDRA Jun.1961.

568 Ver LOPES, Alberto Alves, “Grupo nº 1 de Escolas da Armada – Origens do Ensino Técnico na Armada e sua Evolução”, *Anais do Clube Militar Naval*, A. 95, Abr.-Jun. 1965: 283-300; e NORONHA, Henrique de, “Grupo nº 1 de Escolas da Armada”, *Anais do Clube Militar Naval*, A. 102, Abr.-Jun. 1972: 349-364.

569 ENTRUDO, J. Pina, “A Escola de Limitação de Avarias”, *Anais do Clube Militar Naval*, A. 103, Abr.-Jun. 1973: 399-418.

bem com os cursos de aperfeiçoamento em Artilharia (de um ano de duração) para oficiais subalternos de marinha. Naturalmente, as matérias ensinadas e os equipamentos disponíveis para as aprendizagens práticas foram evoluindo de acordo com o armamento dos navios da esquadra. Depois do material inglês *Vickers-Amstrong* dos anos 30/60 e das anti-aéreas *Boffors* do pós-guerra, nesta última década começou ali a falar-se de “missilharia” e das direcções-de-tiro e peças de 100mm francesas, devido a este novo armamento dos navios oceânicos.

Pela já citada Portaria ministerial nº 18.509 de 3 de Junho de 1961 foi instituído o Grupo nº 2 de Escolas da Armada (G2EA), na zona Leste de Alfeite.<sup>570</sup> Prosseguindo a prática anterior, o comando desta nova unidade de ensino continuou exercendo cumulativamente o comando do Corpo de Marinheiros da Armada, até à sua desactivação, em meados da década de 60.

Quando da sua criação em 1961, a Escola de Fuzileiros ficou integrada nesta unidade superior, embora estivesse aquartelada no velho polígono da Marinha em Vale de Zebro. Mas em 1970, esta escola deixou o G2EA ficando a funcionar de maneira autónoma.

Além da Escola de Artilharia Naval e da Escola de Limitação de Avarias, juntou-se a este conjunto em 1963 a Escola de Comunicações, transferida de Vila Franca de Xira e que foi estrear novas instalações. Em 1972 o mesmo aconteceu à Escola de Armas Submarinas, ano em que a Escola de Marinharia passou igualmente a integrar o G2EA.

O Grupo nº 2 de Escolas da Armada teve como comandantes o capitães-de-mar-e-guerra Augusto de Almeida Joglar (1961-1963), Pedro Correia de Barros (1963-1966), Luciano Ferreira Bastos da Costa e Silva (1966-1969), Manuel Lopes de Mendonça (1969-1972), Joaquim Gomes e Trindade (1972-1974) e José Joaquim Melo Cristino (1974).

### 31. Escola de Fuzileiros

A Escola de Fuzileiros foi criada graças ao especial empenho do então comodoro Armando de Roboredo, Sub-Chefe do Estado-Maior da Armada, por via do Decreto nº 43.711 de 24 de Maio de 1961, que reorganizou o conjunto da Escolas da Armada<sup>571</sup>. Por Portaria nº 18.509 de 3 de Julho de 1961<sup>572</sup> foi determinada a sua instalação em Vale de Zebro (então apenas ocupadas por paióis de artilharia) e a integração orgânica e disciplinar no Grupo nº 2 de Escolas da Armada, como acabámos de referir.

---

570 Ver LOPES, Alberto Alves, “Grupo nº 1 de Escolas da Armada – Origens do Ensino Técnico na Armada e sua Evolução”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 95, Abr.-Jun. 1965: 283-300; e NORONHA, Henrique de, “Grupo nº 1 de Escolas da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 102, Abr.-Jun. 1972: 349-364 – ambos já referidos.

571 Publicado na **Ordem do Dia à Armada** nº 105, 30.Mai.1961; e nas LDRA Mai.1961.

572 Publicada nas LDRA Jun.1961.

Ministrando a instrução básica das praças da nova classe de Fuzileiros e os cursos de especialização em Fuzileiro Especial (para praças, sargentos e oficiais), a Escola de Fuzileiros desenvolveu-se rapidamente, com instalações apropriadas (carreira de tiro, pistas de combate, de lodo, etc.).

A sua actividade caracterizou-se por grande dinamismo e entusiasmo, daí resultando que, em Novembro de 1961, estivesse preparado e partisse para o teatro operacional de Angola o primeiro Destacamento de Fuzileiros Especiais. Depois, até 1974, foram constituídos e seguiram para os teatros operacionais africanos de Angola, Guiné e Moçambique, cerca de seis dezenas de Destacamentos de Fuzileiros Especiais, mais de quatro dezenas de Companhias de Fuzileiros Navais e cerca de duas dezenas de Pelotões Independentes de Fuzileiros, o que terá totalizado cerca de 14.000 fuzileiros.

O seu primeiro Director-de-Instrução foi o capitão-tenente José Joaquim Melo Cristino. Seguiram-se os oficiais da mesma patente João Bougarth Loureiro Barbosa (1965-1967), Guilherme de Alpoim Calvão (1967-1969), o capitão-de-fragata João Paulo Bustorff Guerra (1969-1971), o capitão-de-mar-e-guerra José Augusto Barahona Fernandes (1971-1972) e o oficial com o mesmo posto António da Rocha Calhorda (1972-1974). Pela Portaria 124/70 de 2 Março, a Escola de Fuzileiros deixou de estar integrada no G2EA e tornou-se uma unidade autónoma, na dependência directa do Chefe do Estado-Maior da Armada. Em 1969 fora criada a Força de Fuzileiros do Continente (FFC)<sup>573</sup>, com quartelamentos próprios no Alfeite-nascente, por detrás do Grupo nº 2 de Escolas da Armada, mas só em 1974, por força da legislação do poder político-militar então vigente<sup>574</sup>, a Escola de Fuzileiros passou a ficar «subordinada ao Comando do Corpo de Fuzileiros», recém-criado e também ali sediado<sup>575</sup>.

Também sobre os anos iniciais desta Escola, os **Anais do Clube Militar Naval** publicaram algo para sua memória<sup>576</sup>.

### 32. A Escola de Marinheiros e Mecânicos da Marinha Mercante, de Caxias

Esta Escola de Marinheiros e Mecânicos da Marinha Mercante foi criada pelo Despacho Ministerial nº 77 de 8 e Agosto de 1946 e funcionou a partir de 1948 em um edifício improvisado junto à “estrada marginal” do Tejo em Caxias, concelho de

573 Portaria nº 24.049 de 29.Abr.1969 do ministro Pereira Crespo (LDRA Abr.1969).

574 Decreto nº 275/74 (publicado do **Diário do Governo**, I, 145/26-6-1974 pelo Ministério da Defesa Nacional/Departamento da Marinha; e na O.A., I, 35/26.Jun.1974 AnexoH).

575 Portaria nº 392/74, de 29.Jun.1974, do Ministério da Defesa Nacional/Departamento da Marinha (no publicado no **Diário do Governo**, I, 150/29-6-1974; e na O.A., I, 36/3.Jul.1974 Anexo E)

576 FERNANDES, José Barahona, “Escola de Fuzileiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, Vol. 102, Out.-Dez. 1972: 823-835.

Oeiras. Mas foi então construído um pontão em alvenaria de pedra, com turcos para a aprendizagem e treino da manobra de embarcações miúdas, logo a montante da praia do forte de São Bruno.

Em uma nota do Estado Maior Naval de 11 de Março de 1948, vê-se que o número de instruendos que frequentaram a Escola de Marinheiros e Maquinistas da Marinha Mercante foi de 19 em 1947 (seu 1º ano de actividade); de 30 em 1947/48; e de novo 30 em 1948.<sup>577</sup>

Segundo uma fonte autorizada, em 1966 prestavam ali serviço um director, 7 professores, 1 capelão e 10 funcionários (instrutores, monitores, etc.). A frequência escolar até 1965, incluindo todos os cursos (moços de convés, ajudantes de motorista, ajudantes de electricista, moços de copa), foi de: a) alunos admitidos – 782; b) alunos excluídos, por diversos motivos – 19; alunos que concluíram os seus cursos – 763. Estava então prevista a sua integração na Escola Náutica Infante D. Henrique.<sup>578</sup> Apesar da exiguidade e inadequação das instalações, em 1969 passou também a funcionar ali um curso para a mestrança da mesma Marinha Mercante e a instituição a designar-se por Escola de Mestrança e Marinhagem.

### 33. As Escolas de Pesca

A Lei que em 1937 criou as Casas dos Pescadores previu que estas pudessem realizar actividades de ensino, que vieram a ser escalonadas em três categorias, duas das quais aqui nos interessam: «-*Escolas elementares* – de educação e preparação de filhos de pescadores com idade compreendida entre os 10 e os 14 anos, para o exercício da profissão de moços-pescadores da pesca ribeirinha, de lagunas, costeira e longínqua; -*Escolas profissionais*: a) dos filhos dos pescadores com idade não inferior a 15 anos, para o exercício da profissão de moços-pescadores da pesca de arrasto e do bacalhau; b) de pescadores, para marinheiros, arrais, contramestres e mestres; c) de pilotos com o curso da Escola Náutica, para o exercício da profissão de pilotos-pescadores»<sup>579</sup>.

Em 1940, iniciaram o seu funcionamento as duas primeiras Escolas de Pesca, uma elementar, em Matosinhos, e a outra profissional, em Pedrouços, Lisboa (junto ao Largo da Princesa)<sup>580</sup>. Em uma nota do Estado Maior Naval de 11 de Março de 1948 escreve-se que o número de instruendos que frequentaram a Escola de Pesca de Pedrouços foi de: 50 em 1945/46; 50 em 1946/47; e 44 em 1947/48.<sup>581</sup> Cerca de 1966

577 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 12 (Escola Náutica, 1922/1948).

578 Ministério da Marinha, **A Marinha nos Últimos 40 Anos**, Lisboa, M.M., sd [1966], p. 277-379.

579 **A Marinha nos Últimos 40 Anos** *cit.*, p. 449-451.

580 *ibidem*, p. 451.

581 BCM/AH, Doc. Av., Cx. 1.372, pasta 12 (Escola Náutica, 1922/1948).

existiriam 16 escolas, 2 profissionais (Lisboa e Ílhavo) e 14 elementares, com cerca de 610 alunos<sup>582</sup>.

### 34. A formação de pessoal marítimo no Ultramar

Durante quase toda a segunda metade do século XIX, o grande ponto de apoio logístico da Marinha na nossa possessão da Costa Oriental de África foi o Arsenal existente na Ilha de Moçambique, onde também se situava a sede do Governo-Geral da Província. Embora sem ligação orgânica com o Arsenal e os Depósitos ali existentes, pode pensar-se que a Escola de Artes e Ofícios da cidade fosse o complemento indispensável para a qualificação dos trabalhadores de ofício artesanal de que aquela indústria carecia. A referida Escola teve «o seu regulamento provisório publicado em 1878<sup>583</sup>; e em 1885 teria 81 alunos e cerca de 40 professores e funcionários, com uma admissão escolar anual da ordem dos 20 alunos<sup>584</sup>»,<sup>585</sup>

De assinalar também que em 1891 foi mandado publicar pelo ministro António Enes um «Regulamento da Escola de Auxiliares Indígenas para Serviço da Armada nas Colónias», que deveria funcionar em Luanda, «com o fim de habilitar marinheiros, chegadores e artífices auxiliares africanos para o serviço da marinha colonial, instruindo em cada ano cinquenta a cem alunos de menor idade». Também se prescrevia que «As províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Moçambique concorrerão anualmente com um contingente de alunos de menor idade, ficando a cargo da província de Angola completar o efectivo de lotação da escola». Eram condições de admissão «ser português e africano», ter entre 14 e 20 anos, ser julgado «apto para o serviço militar e marítimo pela junta de saúde naval de Angola» e ter «autorização de seus pais, patrões ou tutores, se os tiver, a servir a bordo dos navios do estado, como auxiliar, em qualquer classe para que tenha sido habilitado, pelo tempo de oito anos [... e] considerado como praça do corpo de marinheiros»<sup>586</sup>.

Não sabemos se esta Escola chegou a ter efectividade, pelo menos com o âmbito geograficamente alargado que aqui se previa. Mas é provável que, à semelhança de Moçambique, as Oficinas Navais da Ilha de Luanda que funcionaram desde os primeiros anos do século XX, pelo menos<sup>587</sup>, tivessem constituído alguma estrutura de

582 *A Marinha nos Últimos 40 Anos cit.*, p. 452.

583 *Boletim Oficial de Moçambique*, nº 14/8.Abril.1878.

584 *Boletim Oficial de Moçambique*, nº 5/19.Janeiro.1887.

585 Ver FREIRE, João, *Do Controlo do Mar ao Controlo da Terra*, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 2013, p. 141-143.

586 O.A, 10/31.Mai.1891.

587 Ver a fotografia de Veloso e Castro (ci. 1907), inserida no livro de FREIRE, J. (compil.), *Olhares Europeus sobre Angola*, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 2011, p. 218.

aprendizagem para os seus operários e os remadores e auxiliares dos navios da Armada naquela costa, confirme se propunha no relatório do tenente Júdice Bicker de 1896<sup>588</sup>.

Várias décadas depois, é possível que algo de semelhante tivesse existido para formar o pessoal operário das Oficinas Navais de Bissau e de Macau, porventura os dois pontos de apoio oficial mais significativos na fase final do império colonial português, além da formação elementar do pessoal indígena dos Departamentos Marítimos coloniais e das Missões Hidrográficas, da Escola de Pilotagem do Mindelo (ilha de/S. Vicente, em Cabo Verde) e do Centro de Instrução/Formação de Fuzileiros Africanos em Bolama, no contexto da guerra de contra-insurreição levada a cabo na Guiné face aos independentistas do PAIGC (1963-1974). Este Centro terá sido activado em 1970 por influência do capitão-tenente Alpoim Calvão, mas em cuja concretização terão estado envolvidos os comandantes dos Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE) que ali foram sucessivamente instruídos (21, 22 e 23). Terá sido o caso dos primeiros-tenentes fuzileiros Cunha e Silva, Rebordão de Brito e Benjamin Abreu. Estes dois últimos, segundo as L.A., em 1970 e 1971 comandam DFE, mas em 1972 e 1973 já estão na dependência do Comando da Defesa Marítima da Guiné, possivelmente destacados para supervisionar esta missão de formação. A própria flutuação dos termos empregues oficialmente na sua designação (de Instrução/de Formação) testemunha das circunstâncias particulares daquela guerra que se travava na Guiné e do sigilo militar que cobria estas actividades.

---

588 “Estudo do Alistamento dos Cabindas para Remadores dos Navios de Guerra (mns.), BCM/AH, Cx. 320, maço 1896, publicado em FREIRE, J. (compil.), **Olhares Europeus sobre Angola**, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 2011, p. 245-256.

ADELINO RODRIGUES DA COSTA

**IV – DA INSTRUÇÃO À FORMAÇÃO EM CONTEXTO  
DEMOCRÁTICO (1974-2014)**



A restauração do regime democrático que desde 1926 esteve suspenso em Portugal, conduziu a profundas transformações políticas, sociais e económicas na sociedade portuguesa, num tempo de grandes conquistas científicas e tecnológicas e de acentuado desenvolvimento económico à escala global. Do espaço colonial a que se chegou a chamar “império”, o país virou-se rapidamente para o seu espaço geográfico natural, europeu e atlântico, enquanto o país que se afirmara “orgulhosamente só”, depressa adoptou as normas e as práticas da “aldeia global”.

O ímpeto libertador que se seguiu ao prolongado sufoco que o país tinha atravessado, os ventos de mudança que sopravam, a integração portuguesa no espaço comunitário europeu e o reconhecimento internacional do novo regime português, potenciaram enormes mudanças estruturais e mais progresso no país, visíveis em todas as áreas da sociedade e, nomeadamente, na participação cívica e política, na saúde, na educação, nas infraestruturas e na qualidade de vida.





Figura 28 – O movimento militar de 25 de Abril de 1974 e o seu anúncio feito pela imprensa portuguesa.

As Forças Armadas adaptaram-se às novas realidades e a Marinha, enquanto parte integrante do sistema de forças nacional, assumiu um processo de mudança que foi caracterizado por três fases, que foram classificadas como de adaptação, de modernização e de transformação.<sup>589</sup> Nessa mudança, a instrução e a formação do pessoal, uma função que existia na Marinha desde o século XIX, foi objecto de um processo de reestruturação cujo resultado foi a criação, modernização, fusão ou extinção de escolas e outros estabelecimentos de ensino, bem como a adopção de uma nova filosofia de formação e uma nova relação entre ensino e formação profissional.<sup>590</sup>

### 1. Um novo contexto político

No dia 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas desencadeou um conjunto de operações militares que levaram à tomada do poder político em Portugal, pondo termo ao regime não democrático que o governava desde 1926. Nos termos do Programa do Movimento das Forças Armadas então apresentado ao país, o exercício do poder político foi assumido por uma Junta de Salvação Nacional cuja primeira medida legislativa foi a Lei nº 1/74, de 25 de Abril, que destituiu o Presidente da República,

589 NEVES, João Pires, “O processo de mudança na Marinha”, *Revista da Armada*, nº 426, Janeiro 2009, p. 6-7.

590 MOURA, António Almeida de, “A relação entre o ensino/formação profissional e o serviço militar”, *Revista da Armada*, nº 249, Dezembro 1992, p. 12-14.

exonerou o Governo e dissolveu a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado, cujos poderes passaram a ser exercidos por essa mesma Junta de Salvação Nacional.<sup>591</sup>

Alguns dias depois, a Lei nº 3/74, de 14 de Maio, definia a estrutura constitucional transitória para gerir politicamente o país até à entrada em vigor da nova Constituição Política da República Portuguesa. A lei determinava que o Governo Provisório, entre outras competências, era responsável pela condução da política geral do país, pela elaboração dos decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis, pela supervisão sobre o conjunto da administração pública e pela elaboração da lei eleitoral. A mesma lei determinava que a estrutura das Forças Armadas era totalmente independente da estrutura do Governo Provisório e que a ligação entre estas duas estruturas era feita através do Ministro da Defesa Nacional. O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, tinha uma categoria idêntica à do Primeiro-Ministro e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas passaram a desempenhar as funções que, até ao dia 25 de Abril de 1974, correspondiam às funções dos Ministros das pastas militares, com excepção das funções de natureza exclusivamente civil, que transitaram para o Governo Provisório.<sup>592</sup>

Objectivamente, a Lei nº 3/74 extinguiu o Ministério da Marinha e abria as portas a um novo modelo de gestão dos assuntos do mar, que separava os assuntos militares dos assuntos civis.

O primeiro Governo Provisório foi presidido por Adelino da Palma Carlos e tomou posse no dia 16 de Maio de 1974. Uma das suas primeiras medidas foi a publicação do Decreto-Lei nº 256/74, de 15 de Junho, que desafectava da Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo (do *velho* Ministério da Marinha) e integrava na Secretaria de Estado da Marinha Mercante (do *novo* Ministério do Equipamento Social), diversos organismos antes tutelados por aquele ministério, designadamente a Escola Náutica Infante D. Henrique e a Escola de Mestrança e Marinhagem.<sup>593</sup>

Nos primeiros meses do novo regime as atenções dos responsáveis políticos e militares estavam centradas na democratização da sociedade portuguesa, no fim da guerra colonial e no processo de descolonização, conforme estabelecia o Programa do Movimento das Forças Armadas, traduzido como a «política dos três D - Democratizar, descolonizar e desenvolver». No dia 14 de Março de 1975, quando estava em funções o III Governo Provisório e como resposta a alguns incidentes de natureza político-militar que se tinham verificado, a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado foram

591 Lei nº 1/74 de 25 de Abril, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 97 de 25 Abril 1974.

592 Lei nº 3/74 de 14 de Maio, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 112 de 14 Maio 1974.

593 Decreto-Lei nº 256/74 de 15 de Junho, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 138 de 15 Jun. 1974.

substituídos por um Conselho da Revolução, a fim de prosseguir mais rapidamente os objectivos constantes do Programa do Movimento das Forças Armadas.<sup>594</sup>

Um ano depois do 25 de Abril de 1974 realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, nas quais participaram dez partidos ou movimentos políticos. A participação popular foi de 91,6% e votaram mais de 5,7 milhões de cidadãos, que elegeram 250 deputados constituintes. A nova Constituição da República Portuguesa foi aprovada pela Assembleia Constituinte no dia 2 de Abril de 1976 e entrou em vigor no dia 25 de Abril de 1976, estabelecendo no seu artigo 275º que «as Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei».<sup>595</sup>

Nessa altura estava em funções o VI Governo Provisório e, no dia 23 de Julho de 1976, tomou posse o 1º Governo Constitucional, presidido por Mário Soares.<sup>596</sup>

A partir de então, com maior ou menor estabilidade política, sucederam-se os governos constitucionais legitimados pelo voto popular.

## **2. Uma nova atitude em relação ao Ensino e à Formação**

As opções políticas dos governos constitucionais traduziram-se no necessário redimensionamento das Forças Armadas, resultante do fim da guerra colonial, da alteração do seu quadro de intervenção geográfica e da consideração de uma maior racionalidade económica na utilização dos recursos disponíveis. A sociedade portuguesa confrontou-se com a «retirada de África» e com a «descoberta da Europa», ao mesmo tempo que os sucessivos governos constitucionais, perante a alternativa da escolha entre «canhões ou manteiga» para atingir determinados objectivos sociais, parecem ter optado por «mais manteiga e menos canhões».<sup>597</sup> Durante muitos anos, como mostram diversos estudos académicos, o orçamento do Ministério da Defesa Nacional teve um crescimento inferior ao crescimento do PIB, enquanto outros ministérios, como a Administração Interna, a Saúde e a Educação, por exemplo, tiveram os seus orçamentos com crescimentos bastante acima do crescimento do PIB. Esta situação de restrição orçamental e de menor investimento afectou a Defesa Nacional e, naturalmente, a Marinha.

---

594 O Conselho da Revolução foi extinto no dia 30 de Setembro de 1982, na primeira revisão constitucional.

595 Constituição da República Portuguesa aprovada pela Assembleia Constituinte no dia 2 de Abril de 1976.

596 O VI Governo Provisório foi presidido pelo vice-almirante José Baptista Pinheiro de Azevedo desde 19 de Setembro de 1975 até 23 de Julho de 1976. Por razões de saúde, a partir de 23 de Junho de 1976 foi substituído interinamente pelo contra-almirante Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa, que era o Ministro da Administração Interna do mesmo governo.

597 O dilema entre a produção de “canhões ou manteiga” foi enunciado pelo economista americano Paul Samuelson, antigo professor em Harvard e no MIT, que recebeu o Prémio Nobel da Economia em 1970.

Como antes se referiu, o primeiro Governo Provisório tinha decidido desafectar da Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo e integrar na nova Secretaria de Estado da Marinha Mercante diversos organismos antes tutelados pelo Ministério da Marinha, designadamente a Escola Náutica Infante D. Henrique e a Escola de Mestrança e Marinhagem, ambas situadas em Paço d'Arcos, no concelho de Oeiras.

Assim, em finais do ano de 1974, as escolas e outros estabelecimentos de ensino da Marinha eram os seguintes:<sup>598</sup>

**Tabela 3** – Escolas da Armada em 1974

Unidades independentes	Grupo nº 1 de Escolas da Armada	Grupo nº 2 de Escolas da Armada	Outros estabelecimentos de ensino da Armada
- Escola Naval <sup>599</sup> - Instituto Superior Naval de Guerra	- Escola de Abastecimento - Escola de Electrotecnia - Escola de Máquinas - Escola de Alunos Marinheiros - Escola de Informações de Combate - Escola de Máquinas - Escola de Sargentos	- Escola de Artilharia Naval - Escola de Armas Submarinas - Escola de Comunicações - Escola de Limitação de Avarias - Escola de Marinharia	- Escola de Fuzileiros <sup>600</sup> - Escola de Enfermagem - Escola de Submarinos - Escola de Mergulhadores - Centro de Instrução de Minas e Contramedidas - Centro de Instrução de Tática Naval - Centro de Instrução de Contrôle Naval e de Defesa da Navegação - Centro de Educação Física da Armada - Escola de Hidrografia e Oceanografia

Fonte: **Lista da Armada**, referida a 31 de Dezembro de 1974

As unidades independentes eram a Escola Naval e o Instituto Superior Naval de Guerra. No Grupo nº 1 de Escolas da Armada, localizado em Vila Franca de Xira,

598 **Lista da Armada**, referida a 31 de Dezembro de 1974, p. 29-34.

599 A Escola Naval fora classificada como unidade independente pela Portaria 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129, 3 Junho 1961.

600 A Portaria nº 392/74, de 29 de Junho, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 150, de 29 Junho 1974, determinou que a Escola de Fuzileiros ficasse subordinada ao Comando do Corpo de Fuzileiros.

encontravam-se sete escolas e no Grupo nº 2 de Escolas da Armada, instalado no Alfeite, funcionavam cinco escolas.<sup>601</sup> Os «outros estabelecimentos de ensino da Armada» funcionavam adstritos aos comandos, forças, unidades ou serviços que a seguir se indicam:<sup>602</sup> Escola de Enfermagem (Hospital da Marinha), Escola de Submarinos (Esquadrilha de Submarinos), Escola de Mergulhadores (Esquadrilha de Submarinos), Centro de Instrução de Minas e Contramedidas (Comando Naval do Continente), Centro de Instrução de Tática Naval (Comando Naval do Continente), Centro de Instrução de Controle Naval e de Defesa da Navegação (Comando da Defesa Marítima do Porto de Lisboa), Centro de Educação Física da Armada (Direcção do Serviço de Educação Física) e Escola de Hidrografia e Oceanografia (Instituto Hidrográfico). Em processo de organização existia a Escola de Faroleiros.

A generalidade das escolas e centros de instrução da Armada existentes em finais de 1974 tinham sido criadas, ou mantidas, na reestruturação de 1961, concretizada pela Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, que respondia às principais necessidades de formação do pessoal da Marinha, tanto no quadro das suas alianças internacionais, como no âmbito dos novos desafios nos territórios africanos.<sup>603</sup>

Em síntese, em finais de 1974 a estrutura do sistema de ensino da Marinha era constituída por um instituto superior (ISNG), um estabelecimento militar de ensino superior (EN), ambos na dependência directa do CEMA, bem como por mais de duas dezenas de escolas de aplicação e centros de instrução.

Era um tempo de adaptação do sistema, em que apenas foram feitos pequenos ajustamentos pontuais, como sucedeu por exemplo com a Escola de Fuzileiros e com a Escola de Alunos Marinheiros.

Porém, um importante sinal no sentido de tornar mais eficiente o sistema de ensino da Marinha foi dado pela Portaria nº 408/79, de 8 de Agosto, que criou a Direcção do Serviço de Instrução e Treino (DSIT), com a missão de «dirigir, coordenar e supervisionar todas as actividades e assuntos relativos à instrução e ao treino do pessoal da Armada, com excepção dos que se prendem com o ensino ministrado no Instituto Superior Naval de Guerra e com aspectos de treino que por disposições próprias pertençam a outras entidades ou organismos»<sup>604</sup>. Estavam criadas as condições para modernizar o sistema de ensino da Marinha.

---

601 Estes grupos de escolas foram criados pela Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129, 3 Junho 1961.

602 Portaria nº 252/74 de 6 de Abril, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 82 de 6 Abril de 1974.

603 A Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, foi o documento que determinou a *primeira* reestruturação e a modernização do sistema de formação da Marinha e está presente no historial de muitas das suas escolas e estabelecimentos de ensino, pelo que é abundantemente citado no presente texto.

604 Portaria nº 408/79, de 8 de Agosto, publicada no **Diário da República**, I Série, nº 183, de 8 Agosto 1979.

Aquele diploma também criou uma Comissão Permanente de Instrução e Treino (CPIT) para estudar e dar parecer sobre todos os assuntos de carácter pedagógico e técnico que lhe fossem apresentados pelo director do Serviço de Instrução e Treino e criou o Centro de Instrução por Correspondência (CIC), adstrito à DSIT e na dependência do seu director, destinado à realização de cursos destinados ao pessoal em serviço na Marinha.

### 3. Um novo contexto técnico-educativo

A problemática do ensino naval sempre foi importante na Marinha, como mostram mais de uma centena de artigos publicados até 1970 nos **Anais do Clube Militar Naval**, designadamente sobre temas relacionados com o Ensino Naval, a Escola de Alunos Marinheiros, a Escola de Artilharia Naval, a Escola de Torpedos ou a Escola Naval<sup>605</sup>, já antes referenciados.

Era um tempo em que havia um “elevado número de grumetes que não possuíam a quarta classe”, mas também havia “o problema da valorização profissional adquirida na Marinha não ter correspondência na vida civil”. Assim, devem ser salientadas as iniciativas que desde 1969, ou mesmo antes, foram desenvolvidas pela capelania da Base Naval de Lisboa e por alguns comandos, para estimular os sargentos e praças da Marinha a estudar, aproveitando os seus tempos livres. A sociedade portuguesa vivia um tempo de “explosão escolar” e esta iniciativa não só teve o apoio ministerial, como atraiu dezenas de interessados, primeiro na Base Naval de Lisboa e, depois, também no edifício do Ministério da Marinha, vulgarmente conhecido como a “nau de pedra”.<sup>606</sup>

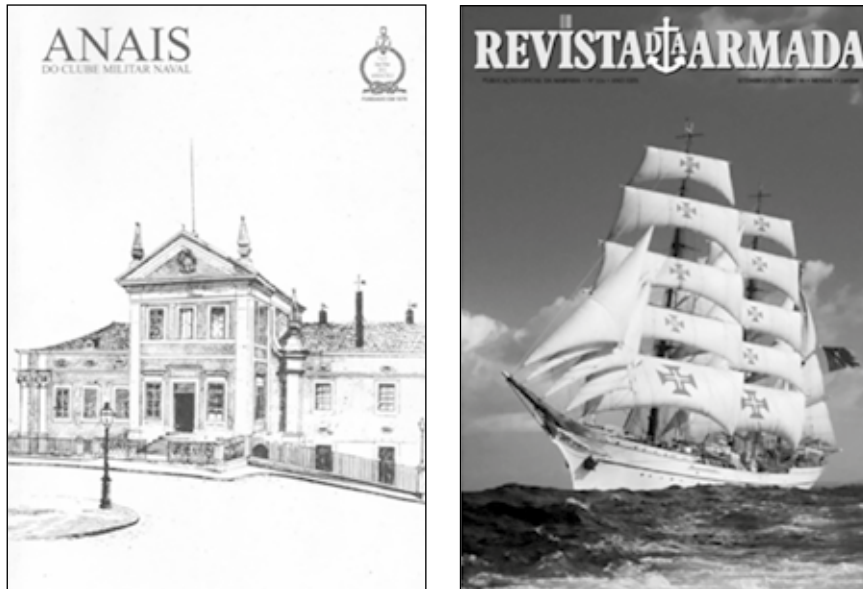
Depois de 1974, o interesse pelo ensino naval acentuou-se, conforme revelam as páginas dos **Anais do Clube Militar Naval** e da **Revista da Armada**, onde os temas da Educação/Formação ou do Ensino/Formação são recorrentes e mostram o interesse que, sobretudo a partir dos finais dos anos 1970, despertavam na corporação da Marinha e nos seus oficiais.

Logo em finais de 1974 podemos ali encontrar o relato de uma «mesa-redonda» nos **Anais do Clube Militar Naval** sobre a desejável formação dos oficiais da Armada.<sup>607</sup>

605 Índice dos Anais do Clube Militar Naval (1879-1970), **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 109, Outubro-Dezembro, 1979, p. 976-983.

606 AUGUSTO, Sérgio, “Promoção sociocultural na Armada”, **Revista da Armada**, nº 53, Fevereiro 1976, p. 20-22.

607 “A Preparação Profissional dos Oficiais da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 104, Outubro-Dezembro, 1974, 877-906.



**Figura 29** – Os **Anais do Clube Militar Naval** (desde 1870) e a **Revista da Armada** (desde 1971) são importantes repositórios da história contemporânea da Marinha.

No início de 1975, num artigo publicado nos **Anais do Clube Militar Naval**, o comandante Saturnino Monteiro escrevia que «agora que as responsabilidades da defesa do Ultramar estão em vias de desaparecer muitos serão aqueles que se interrogam sobre o que deverá ser a Armada de amanhã» e dava o seu contributo para esse debate. Segundo salientava, a Armada vivia «virada para dentro, com uma marcada propensão para se alhear tanto dos problemas globais da Defesa Nacional como das dificuldades financeiras do Estado», pelo que na sua opinião «a nova Armada deverá ter um espírito diferente»<sup>608</sup>.

A mesma publicação inseria em 1977, um artigo em que se afirmava que «a condição básica do progresso de qualquer país é a existência de um sistema educacional modelar, não receando afirmar que o ensino foi e é em Portugal o mais deficiente sector da vida nacional»<sup>609</sup>.

Entretanto, no âmbito das suas actividades técnico-profissionais, o Clube Militar Naval promoveu algumas iniciativas, de que se destaca o seminário sobre Gestão dos Meios Navais, organizado em 1981. Dele nasceu um dinâmico Núcleo Técnico-Profissional de Máquinas, cuja actividade se desenvolveu essencialmente nos anos de 1981 e 1982, com

608 MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, “Uma Armada nova?”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 105, Janeiro-Março 1975, p. 161-169.

609 CARVALHO, Eurico Ferreira de Carvalho; SILVA, José Manuel Aires da, “Conversando sobre instrução”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 107, Abril-Junho 1977, p. 361-366.

o envolvimento de muitos oficiais engenheiros maquinistas navais, o que deu origem à publicação de diversos textos nos **Anais do Clube Militar Naval**.<sup>610</sup>

Porém, no período de reestruturação que a Marinha atravessava, a problemática do ensino/aprendizagem era um tema que interessava toda a corporação, que suscitava debates e discussões e que era estudada por muitos oficiais que se haviam qualificado nessa área temática, sobre a qual publicaram importantes textos com contributos e análises.<sup>611</sup>

Correspondendo a esse interesse, os **Anais do Clube Militar Naval** também abriram as suas páginas a uma «Crónica de Educação e Treino», que a partir de 1984 foi regularmente publicada com a assinatura dos comandantes Aires da Silva, Pereira Bastos e Vidal de Pinho.<sup>612</sup>

Os tempos tinham mudado e os progressos científicos e tecnológicos eram um enorme desafio, designadamente para a Marinha. A cooperação internacional acentuava-se e os meios navais tinham cada vez mais sofisticação e maiores exigências técnicas, o que implicava uma articulação mais eficaz entre o ensino/aprendizagem ou o ensino/formação profissional, que então eram conceitos inovadores. Não se tratava apenas de melhorar as aptidões do pessoal para servir a Marinha, mas também de valorizar essas qualificações no âmbito do mercado de trabalho nacional.

A Marinha não descurou a evolução desses conceitos, teorias e práticas apreendidas das técnicas de Gestão de Recursos Humanos e de outros saberes, embora ciente de que a sua missão de educação e treino se destinava à satisfação das suas próprias necessidades. Esse objectivo, bem como a rentabilização dos recursos disponibilizados, tornaram-se os pressupostos para a procura da optimização da formação do pessoal, tanto humanística como técnica, pelo que foram estudados os modelos de formação em uso em algumas Marinhas da NATO. Daí resultou uma reformulação total da filosofia da formação em uso até então, com recurso aos inovadores processos da tecnologia educativa, que foi assumida gradualmente «com consequências imediatas nos métodos, meios, conteúdos e procedimentos a utilizar no processo de ensino-aprendizagem»<sup>613</sup>.

A partir de então, a Marinha procurou reformular e modernizar o sistema de ensino e todos os cursos sob a tutela da DSIT.

610 “Actividades do Núcleo Técnico-Profissional de Máquinas”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 111, Outubro-Dezembro 1981, p. 643-665; e A. 112, Janeiro-Março 1982, p.115-145.

611 Entre outros, destacam-se os seguintes oficiais: Saturnino Monteiro, Aires da Silva, Pereira Bastos, Ferreira de Carvalho, Vasconcelos Carrasco, Santos Jorge, Brito Subtil e Vidal de Pinho (*Anais do Clube Militar Naval*) e António Quesada Andrade, Jorge Mendes, Almeida de Moura, Ferreira da Silva, Leitão Rodrigues, Rebelo Duarte, Vilas-Boas Tavares e Rapaz Lérias (*Revista da Armada*)

612 “Crónica de Educação e Treino”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 114, Janeiro-Março 1984, p. 201-204.

613 MOURA, António Almeida de, “A relação entre o ensino/formação profissional e o serviço militar”, **Revista da Armada**, nº 248, Dezembro 1992, p. 12-14.

As necessidades de formação de largos sectores da população naval aconselhavam a adopção de incentivos que fossem dinamizadores para aqueles que procuravam elevar ou complementar as habilitações académicas para prosseguir a sua carreira militar na Marinha. Segundo o novo estatuto dos militares das Forças Armadas, a partir de 1996, passaria a ser exigido o 9º ano de escolaridade como a habilitação mínima para a promoção a sargento, mas em 2000 essa exigência iria situar-se no 12º ano de escolaridade.<sup>614</sup>

A Marinha enquanto organização com pessoal disperso por todo o país, ou embarcado em navios de grande mobilidade, para os quais não era viável a frequência de estabelecimentos de ensino, encontrou uma solução, primeiro através do Centro de Instrução por Correspondência (CIC) e, depois, pela dinâmica actividade do Centro Naval de Ensino à Distância (CNED), que se revelaram pioneiros a nível nacional e inspiradores para algumas organizações da sociedade civil.

#### **4. A nova orgânica da Marinha e as suas implicações no ensino**

Depois de alguns anos em que o país se adaptou à Constituição da República de 1976 e às novas realidades políticas e económicas nacionais mas, também, a um contexto geográfico muito mais limitado do que existira até 1974, o Conselho da Revolução foi extinto em 1982, tendo as suas atribuições passado a ser da responsabilidade do Conselho de Estado e do Tribunal Constitucional. O regime democrático ficou, a partir de então, liberto de qualquer tutela militar e ficou aberta a última porta para que o país fosse parte integrante da Comunidade Económica Europeia, a que requeria a adesão em 1977.

No dia 12 de Junho de 1985 foi assinado em Lisboa o tratado de adesão da República Portuguesa à Comunidade Económica Europeia (CEE)<sup>615</sup> e no dia 1 de Janeiro de 1986, Portugal tornou-se o 11º membro das Comunidades Europeias, que tinham sido criadas pelo Tratado de Roma em 25 de Março de 1957.

Nessa altura era reconhecida a vastidão da área marítima de interesse nacional, o que mostrava a necessidade de valorizar a «reconhecida polivalência das capacidades das unidades navais, cabendo à Marinha continuar a garantir, eficazmente e em permanência, a realização de actividades de interesse público no mar». A natureza e a diversidade das missões, o carácter contínuo da actividade operacional e a evolução tecnológica que se verificava, em especial no nível dos meios navais, mostraram a necessidade de ser remodelada a estrutura orgânica da Marinha, «no respeito pelos princípios de

---

614 SILVA, Alcindo Ferreira da, “Centro Naval de Ensino à Distância”, **Revista da Armada**, nº 282, Dezembro 1995, p. 4-6.

615 Esse tratado foi assinado pelos ministros Mário Soares, Rui Machete, Jaime Gama e Ernâni Lopes, com a particularidade dos ministros Rui Machete e Ernâni Lopes terem cumprido o serviço militar obrigatório como oficiais da Reserva Naval, tendo sido alistados na Marinha em 1964 e frequentado o 7º Curso Especial de Oficiais da Reserva Naval.

eficácia e racionalização e pelas bases gerais da organização das Forças Armadas», o que foi feito através do Decreto-Lei n.º 49/93, de 26 de Fevereiro, que aprovou a Lei Orgânica da Marinha. Este documento estabeleceu que «o Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) é o comandante da Marinha» e estabeleceu como «órgãos centrais de administração e direcção», entre outras, a Superintendência dos Serviços do Pessoal (SSP), a Superintendência dos Serviços do Material (SSM) e a Superintendência dos Serviços Financeiros (SSF).<sup>616</sup>

Depois, o Decreto Regulamentar n.º 22/94, de 1 de Setembro veio estabelecer as competências e definir a organização da Superintendência dos Serviços do Pessoal, para potenciar uma maior eficácia de funcionamento, num modelo «orientado pela imperiosa necessidade de uma racional aplicação de recursos disponíveis».<sup>617</sup> O sistema de formação foi reorganizado pelo reforço da autoridade de supervisão do Superintendente, sendo-lhe conferida autoridade técnica sobre a Escola Naval. A Direcção do Serviço de Instrução e Treino (DSIT) recebeu a nova designação de Direcção do Serviço de Formação (DSF), que tinha «por competência administrar o sistema de formação da Marinha», ficando na sua dependência o Centro de Educação Física da Armada (CEFA) e o Centro Naval de Ensino à Distância (CNED). De entre as repartições da nova DSF destacava-se a Repartição de Actividades Internas, responsável pelo «planeamento e controlo das actividades de formação a realizar nos estabelecimentos de ensino ou noutros órgãos e serviços da Marinha».<sup>618</sup>

Como consequência da aprovação da Lei Orgânica da Marinha, foram publicados outros decretos regulamentares. O Decreto Regulamentar n.º 34/94, de 1 de Setembro, estabeleceu as atribuições, organização e competências dos «grupos de escolas», aos quais «compete promover a formação do pessoal da Marinha, através das escolas que os integram», sendo considerados neste caso o Grupo n.º 1 de Escolas da Armada e o Grupo n.º 2 de Escolas da Armada.<sup>619</sup> O mesmo diploma determinou a transferência da Escola de Informações de Combate do Grupo n.º 1 para o Grupo n.º 2 de Escolas da Armada e a extinção da Escola de Alunos Marinheiros, embora esta continuasse

616 Decreto-Lei n.º 49/93, de 26 de Fevereiro, publicado no **Diário da República**, I Série-A, n.º 48, de 26 de Fevereiro 1993.

617 Decreto Regulamentar n.º 22/94, de 1 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série-B, n.º 202, de 1 Setembro 1994.

618 As funções de Director de Formação foram desempenhadas, entre 1994 e 2018, pelos seguintes contra-almirantes: José Deolindo Torres Sobral (1994), Luís Manuel Lucas Mota e Silva (1995-1997), Vasco António Leitão Rodrigues (1997-2003), José Augusto Vilas-Boas Tavares (2003-2007), Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso (2007-2008), António Carlos Vieira Rocha Carrilho (2008-2011), Edgar Marcos de Bastos Ribeiro (2012), Rui Manuel Rapaz Lérias (2012-2014), Vladimiro José das Neves Coelho (2014-2015), António Manuel Henriques Gomes (2015-2016) e Aníbal Júlio Maurício Soares Ribeiro (2016-2018).

619 Decreto Regulamentar n.º 34/94, de 1 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série-B, n.º 202, de 1 Setembro 1994.

a funcionar no âmbito do Grupo nº 1 de Escolas da Armada, até que essa função passasse a ser assumida pela Escola de Fuzileiros.

O Decreto Regulamentar nº 36/94, de 1 de Setembro, é relativo ao CEFA e ao CNED, sendo ambos definidos como «órgãos de execução de serviços». Ao primeiro competia «assegurar o desenvolvimento de actividades dirigidas ao desenvolvimento e manutenção da condição física do pessoal da Marinha», enquanto ao segundo incumbia «assegurar a execução das modalidades especiais de ensino da Marinha».

O Decreto Regulamentar nº 39/94, de 1 de Setembro, remodelou a estrutura operacional da Marinha, simplificando-a e centralizando numa mesma entidade – o Comandante Naval – directamente subordinada ao CEMA, a responsabilidade pela actividade operacional. Os Comandos Navais então existentes foram extintos e substituídos pelos novos comandos operacionais da Marinha – o Comando Naval (CN), o Comando da Zona Marítima dos Açores (CZMA), o Comando da Defesa Marítima da Madeira (CZMM) e os comandos da zona marítima do continente (Norte, Centro e Sul). Nesta perspectiva, o CITAN foi classificado como um «órgão de execução de serviços» dependente do Comandante Naval e foram extintos o Centro de Instrução de Minas e Contramedidas (CIMCM) e o Centro de Instrução de Controlo Naval e Defesa da Navegação (CICNDN).

Assim, em finais do ano de 1994, cerca de vinte anos depois do movimento de 25 de Abril de 1974, o quadro das escolas e outros estabelecimentos de ensino da Marinha estava alterado devido à extinção de algumas escolas e centros de instrução, como passos de uma reestruturação mais profunda que se avizinhava.

**Tabela 4** – Escolas da Marinha em 1994

<b>Unidades independentes</b>	<b>Grupo nº 1 de Escolas da Armada</b>	<b>Grupo nº 2 de Escolas da Armada</b>	<b>Outros estabelecimentos de ensino da Armada</b>
- Escola Naval - Instituto Superior Naval de Guerra	- Escola de Abastecimento - Escola de Electrotecnia - Escola de Máquinas	- Escola de Artilharia Naval - Escola de Armas Submarinas - Escola de Comunicações - Escola de Informações de Combate - Escola de Marinharia - Escola de Limitação de Avarias - Escola de Tecnologia de Educação e Treino	- Escola de Fuzileiros - Escola de Submarinos - Escola de Mergulhadores - Escola de Hidrografia e Navegação - Centro de Educação Física da Armada - Centro Naval de Ensino à Distância - Centro de Instrução de Tática Naval

Fonte: Decretos Regulamentares nº 34/94, 36/94 e 39/94, de 1 de Setembro de 1994

## 5. A reestruturação do Sistema de Formação da Marinha (SFM)

A discussão relativamente ao futuro da Marinha e, em especial, sobre o seu sistema de formação profissional, continuou a interessar muitos oficiais e um seminário organizado em Maio de 1997 sobre o Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFM) deu origem ao Despacho nº 23/98 do CEMA, de 27 de Abril, relativo à sua reestruturação.<sup>620</sup>

O preâmbulo desse Despacho assinado pelo almirante Vieira Matias, explicita:

Considerando a necessidade de adaptar o Sistema de Formação da Marinha (SFM) às novas realidades identificadas e caracterizadas no seminário organizado pela Direcção do Serviço de Formação, em Maio de 1997, subordinado ao tema “A reestruturação do SFM”, designadamente a criação de novas classes para Sargentos e Praças, a elevação dos níveis académicos e a implementação de níveis de qualificação profissional para o ingresso e progressão nas carreiras, a profissionalização das Forças Armadas, os incentivos ao pessoal RV/RC, a redução de efectivos, os constrangimentos financeiros, a rápida evolução tecnológica, e outros decorrentes da abertura da Marinha ao exterior, importa reestruturar o SFM.

Nesse despacho era recomendada uma mudança no sistema de formação da Marinha devido às novas realidades navais, caracterizadas pelos elevados níveis tecnológicos dos sistemas dos novos navios e a necessidade de garantir adequados padrões de desempenho, mas também havia vantagens na harmonização dos requisitos de formação no âmbito específico da Marinha com os padrões adoptados no mercado de trabalho empresarial, ajustando-os aos níveis de qualificação profissional da União Europeia, além da NATO. Daí nasceu, o Grupo de Projecto de Reestruturação do Sistema de Formação da Marinha (GPRSFM),<sup>621</sup> cujas finalidades eram as seguintes:

- Elaborar um projecto de doutrina e regulamentação sobre a organização, estrutura e funcionamento do SFM, assegurando a interacção com o Sistema Educativo e de Formação Profissional Nacional;
- Reformular os planos de formação existentes, com vista à implementação de uma política de formação que dê satisfação às necessidades (presentes e futuras) da Marinha e promova a constante valorização dos seus quadros, através de:
  - Reestruturação curricular dos cursos adequando-os às exigências das carreiras, e aos padrões de desempenho que lhe devem estar inerentes;
  - Reorganização dos diversos tipos de cursos e das respectivas interacções;
  - Propor as medidas necessárias à consolidação e desenvolvimento da reestruturação do SFM, na perspectiva do planeamento, programação, implementação e validação dos seus cursos e acções de formação.

<sup>620</sup> Despacho nº 23/98, de 27 de Abril, publicado na **OAI** 18/29-4-1998.

<sup>621</sup> Despacho do CEMA nº 23/98, de 27 de Abril, publicado na **OAI** 18/29 DE Abril de 1998.

O GPRSFM desenvolveu a sua actividade sob a orientação do vice-almirante Castanho Paes, Superintendente dos Serviços do Pessoal, sendo presidido pelo contra-almirante Vasco Leitão Rodrigues, director do Serviço de Formação. Ainda de acordo com o referido despacho do CEMA, a reestruturação do SFM deveria efectuar-se «por forma a envolver o universo de todo o pessoal, numa forma contínua e multidisciplinar, visando, não só as necessidades da Marinha, enquanto organização, mas também, a valorização constante dos seus recursos humanos».

Poucos meses depois, anunciava-se que «a mudança [está] na Ordem do Dia da Formação na Marinha»<sup>622</sup>. Embora a formação profissional sempre tivesse sido uma constante na preparação do pessoal da Marinha, as suas características tinham sido simultaneamente académicas e técnico-profissionais, mas a partir de meados dos anos 1970 passaram a ser essencialmente técnico-profissionais, pois o sistema educativo nacional aumentara os níveis de escolaridade e melhorara a preparação académica da população estudantil. Além disso, a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, tornou-se uma alavanca que incentivou e impulsionou uma grande mudança no sistema de formação profissional nacional, mas que também veio mostrar a validade dos princípios e práticas que a Marinha já vinha adoptando. Entretanto, a Marinha passou a ter acesso a alguns fundos comunitários através de projectos elegíveis para o PROFAP – Programa Integrado de Formação para a Modernização da Administração Pública, um programa operacional gerido pela Secretaria de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa.<sup>623</sup>

A acção do GPRSFM exerceu-se segundo duas orientações fundamentais: a Reestruturação do Sistema de Formação da Marinha (RSFM) e o Reordenamento do Parque Escolar (RPE) e daí que tivesse recomendado a constituição de diversos grupos de trabalho responsáveis por vários sub-projectos. As escolas técnicas existentes foram agrupadas em Departamentos de Formação que reflectiam a estrutura funcional existente nos novos navios, ao mesmo tempo que se avançava no reordenamento do parque escolar, que era um dos seus aspectos mais sensíveis. Por isso, para evitar eventuais efeitos indesejáveis da mudança, os seus passos foram cuidadosamente preparados e daí que a **Revista da Armada** tivesse relatado as iniciativas em curso e tivesse procurado difundir doutrina através de textos subscritos por alguns dos gestores do sistema.<sup>624</sup>

A reestruturação em curso não se limitou à formação técnico-profissional, pois esteve atenta à satisfação dos níveis académicos estatutariamente exigidos ao seu pessoal militar, tendo desenvolvido e aplicado um modelo educacional recorrente para o ensino básico e secundário, sob a responsabilidade do CNED.

---

622 **Revista da Armada**, nº 316, Janeiro 1999.

623 **Revista da Armada**, nº 321, Junho 1999.

624 RODRIGUES, Vasco Leitão, “A Formação Profissional na Marinha”, **Revista da Armada**, nº 327, Janeiro 2000.

As mudanças em curso aconteceram com a celeridade adequada. No dia 15 de Dezembro de 2003, durante uma visita do CEMA às instalações do Grupo nº 2 de Escolas da Armada, no Alfeite, realizou-se a simbólica cerimónia da desactivação da Escola de Artilharia Naval (EAN), da Escola de Armas Submarinas (EAS), da Escola de Comunicações (ECO) e da Escola de Informações de Combate (EIC), que integravam aquele Grupo de Escolas. Nessa oportunidade, o almirante Francisco Vidal Abreu afirmou que «o fim das escolas técnicas não deve induzir o sentido de perda, mas antes deverá constituir-se como uma oportunidade para alicerçar com capacidade de inovação uma estrutura capaz de ministrar uma formação de excelência».<sup>625</sup>

À desactivação das escolas mencionadas seguiu-se a criação do Departamento de Operações (DOP), do Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação (DCSI) e do Gabinete de Tecnologia Educativa (GTE). Foram criados, também, o Departamento de Formação Militar Naval (DFMN) e o Departamento de Armas e Electrónica (DAE), tendo este último resultado da transferência da Escola de Electrotecnia (EET) que estava localizada no Grupo nº 1 de Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira. Nesta unidade foram criados o Departamento de Propulsão e Energia e o Departamento de Administração e Logística, que sucederam à Escola de Máquinas e à Escola de Abastecimento. A partir de 2004, o G2EA tornou-se o embrião da futura Escola de Tecnologias Navais que estava em formação, enquanto o G1EA se tornou, transitoriamente, no Polo de Vila Franca de Xira dessa escola, assim se mantendo até ao dia 1 de Setembro de 2009.

A desactivação das tradicionais escolas técnicas, algumas delas centenárias e com forte simbolismo no imaginário naval, bem como a criação dos novos departamentos, constituiu um passo necessário para a concretização das mudanças em curso e cada um desses departamentos herdou as competências e os recursos das escolas técnicas que os antecederam.<sup>626</sup> Mantiveram-se em funcionamento a Escola de Marinharia, a Escola de Limitação de Avarias e a Escola de Tecnologias de Educação e Treino mas, como já se salientou, estava aberto o caminho para a futura Escola de Tecnologias Navais (ETNA), como o grande polo tecnológico da formação profissional da Marinha.

A reestruturação do Sistema de Formação da Marinha, associada ao Reordenamento do Parque Escolar, deu origem a uma nova apresentação dos instrumentos essenciais para a formação do pessoal da Marinha: o Sistema de Formação Profissional da Marinha e a Escola de Tecnologias Navais. Todos os que participaram na concretização deste projecto modernizador da Marinha, não poderão ser esquecidos. A qualidade da formação tradicional e os resultados que no futuro se irão obter estarão, seguramente,

625 *Revista da Armada*, nº 373, Março 2004, p. 8.

626 *Revista da Armada*, nº 373, Março, 2004

na esteira do tradicional empenho da Marinha na formação do seu pessoal, onde as Escolas e os Centros de Instrução têm um papel fundamental.<sup>627</sup>

A modernização que era necessário incorporar no Sistema de Formação da Marinha ficou, assim, iniciada e em vias de concretização.

## 6. A reorganização da estrutura orgânica da Marinha

No quadro das orientações definidas pelo Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado e dos objectivos e orientações definidas para a execução da reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, o Decreto-Lei 233/2009, de 15 de Setembro, deu corpo a essas orientações em relação à Marinha, incorporando uma lógica de integração e de complementaridade de capacidades.

Essas orientações, «na linha da tradição naval portuguesa, dão corpo ao paradigma da *Marinha de duplo uso*, materializado numa actuação militar e numa actuação não militar, privilegiando uma lógica de economia de esforço e de escala, bem como o desenvolvimento de sinergias, por partilha de conhecimentos e recursos».<sup>628</sup>

De acordo com aquele diploma, a organização geral da Marinha, que é comandada pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), rege-se «pelos princípios da eficácia e racionalização», tendo como órgãos centrais de administração e direcção as Superintendências, respectivamente dos Serviços do Pessoal, dos Serviços do Material, dos Serviços Financeiros e dos Serviços de Tecnologias da Informação. A Superintendência dos Serviços do Pessoal (SSP) compreende várias Direcções, entre as quais a Direcção do Serviço de Formação (DSF).

O diploma define, também, os órgãos de base que têm por missão a formação, a sustentação e o apoio geral da Marinha que, entre outros, compreendem a Escola Naval, definida como estabelecimento de ensino superior público universitário militar, regulado por legislação própria, e as escolas e centros de formação do Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM), que têm por missão principal assegurar a formação técnico-profissional dos militares da Marinha, tanto inicial como contínua. Essas escolas e centros de formação do SFPM são a Escola de Fuzileiros, a Escola de Hidrografia e Oceanografia, a Escola de Mergulhadores, a Escola de Tecnologias Navais e os centros de instrução. Além destas, a Escola da Autoridade Marítima também se insere no SFPM, embora seja regulada por legislação própria e esteja na dependência do Director-Geral da Autoridade Marítima. Como órgãos de execução de serviços

---

627 Informação prestada pelo contra-almirante Vasco Leitão Rodrigues.

628 Preâmbulo do Decreto-Lei nº 233/2009, de 15 de Setembro, publicado no **Diário da República**, 1ª Série, nº 179, 15 Set. 2009.

com a missão de realizar tarefas específicas de apoio geral da Marinha, encontram-se, entre outros, o Centro Naval de Ensino a Distância (CNED).

Alguns anos depois, através do Decreto-Lei nº 185/2014, de 29 de Dezembro, a reorganização da estrutura orgânica da Marinha foi objecto de alguns ajustamentos. De entre as suas linhas de acção, destacava-se a adaptação e racionalização de estruturas e a rentabilização de meios e capacidades, bem como a adopção de «um modelo de desenvolvimento das actividades de natureza militar que podem, e devem, ser empregues no desenvolvimento das actividades não-militares, garantindo, no estrito cumprimento da lei, uma utilização eficaz dos meios com base no princípio da racionalidade económica, com benefício para o país». O diploma clarifica o enquadramento da Autoridade Marítima Nacional, consagrando a responsabilidade da Marinha «no âmbito das suas atribuições, quanto à disponibilização dos recursos humanos e materiais necessários aos desempenhos das competências daqueles órgãos». Prevalcia a lógica funcional de integração e complementaridade de capacidades necessárias ao cumprimento das suas missões. No que respeita às escolas e centros de formação do SFPM, destaca-se o aparecimento do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN) e a extinção do CNED.

O Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, aprovou a nova orgânica da Marinha, estabeleceu a organização e competências das suas principais estruturas, fixando as competências dos respectivos comandantes, directores ou chefes e, através do seu Anexo I, regulamentou o SFPM.<sup>629</sup>

Os órgãos centrais de administração e direcção da Marinha então definidos foram a Superintendência do Pessoal (SP), a Superintendência do Material (SM), a Superintendência das Finanças (SF) e a Superintendência das Tecnologias de Informação (STI). À Superintendência do Pessoal (SP) competia, entre outras atribuições, «assegurar as actividades de formação, sem prejuízo das competências de outros serviços ou entidades» e «garantir a administração do Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM)» e, na sua estrutura, encontrava-se a Direcção de Formação (DF).

O Anexo I ao Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, ao longo de 23 artigos, descreve as normas que regulam o SFPM, definindo princípios orientadores, competências e a articulação com outros órgãos da Marinha, enumerando também as escolas e centros de formação do SFPM. As escolas e centros de formação do SFPM, que têm competências em áreas técnico-profissionais específicas, são a Escola de Tecnologias Navais (ETNA), a Escola de Fuzileiros (EF), a Escola de Mergulhadores (EMERG) e a Escola de Hidrografia e Oceanografia (EHO), enquanto os centros de formação do SFPM são o Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN), o Centro de Instrução de Helicópteros (CIH), o Centro de Instrução de Submarinos

629 Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 148, de 31 Julho 2015.

(CISUB) e o Centro de Educação Física da Armada (CEFA), bem como outros polos ou núcleos de formação profissional que possam ser criados por despacho do CEMA, sob proposta do Superintendente do Pessoal.

O quadro seguinte sintetiza o Sistema de Formação Profissional da Marinha estabelecido em 2015, isto é, cerca de 40 anos depois da instauração o regime democrático em Portugal.<sup>630</sup>

**Tabela 5** – Sistema de Formação Profissional da Marinha em 2015

<b>Unidades independentes</b>	<b>Escolas do SFPM</b>	<b>Centros de formação do SFPM</b>	<b>Outros estabelecimentos</b>
- Escola Naval - Escola Superior de Tecnologias Navais	- Escola de Tecnologias Navais - Escola de Fuzileiros - Escola de Mergulhadores - Escola de Hidrografia e Oceanografia	- CITAN – Centro integrado de Treino e Avaliação Naval - CIH – Centro de Instrução de Helicópteros - CISUB – Centro de Instrução de Submarinos - CEFA – Centro de Educação Física da Armada	- Escola da Autoridade Marítima

Fonte: Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho.

Foi uma longa caminhada de adaptação, de reestruturação e de modernização para dar respostas aos novos tempos e às novas necessidades, que tiveram muitos protagonistas que, com o seu trabalho, a sua dedicação e a sua inteligência, levaram a cabo tão complexa tarefa. Foram racionalizadas instalações e métodos pedagógicos, foram atendidas as necessidades específicas da Marinha, mas também foram atendidos os imperativos do mercado de trabalho nos domínios da economia.

No longo processo de adaptação, de modernização e de transformação da Marinha, iniciado ou acelerado depois de 1974, as funções de Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) foram desempenhadas pelos seguintes almirantes: José Baptista Pinheiro de Azevedo (1974-1975), António Souto Silva Cruz (1975-1978), António Egídio de Sousa Leitão (1978-1987), António Manuel da Cunha Esteves de Andrade e Silva (1988-1991), António Carlos Fuzeta da Ponte (1991-1994), João José de Freitas Ribeiro Pacheco (1994-1997), Nuno Gonçalo Vieira Matias (1997-2002), José Manuel Mendes Cabeçadas (2002), Francisco António Torres Vidal Abreu (2002-2005),

<sup>630</sup> Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, publicado no **Diário da República**, 1ª Série, nº 148, de 31 Julho 2015.

Fernando José Ribeiro de Melo Gomes (2005-2010), José Carlos Torrado Saldanha Lopes (2010-2013), Luis Manuel Fourneaux Macieira Fragoso (2013-2016), António Manuel da Silva Ribeiro (2016-2018), António Maria Mendes Calado (2018-2021) e Henrique Gouveia e Melo (2021-...).

Na memória da corporação ficaram as *velhas* escolas, algumas delas criadas no século XIX, umas localizadas no Alfeite e outras em Vila Franca de Xira, que formaram militar, técnica e civicamente muitos milhares de instruídos. Porém, foi cumprida a premonição de Camões quando escreveu que «todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades».

Assim aconteceu com a modernização do Sistema de Formação Profissional da Marinha.

## 7. Escolas e centros de formação – 40 anos de vida (1974-2014)

No período de quarenta anos decorrido entre 1974 e 2014, as estruturas, os programas e as tecnologias de ensino/aprendizagem da Marinha evoluíram e modernizaram-se, como resposta aos novos desafios da evolução tecnológica e da cooperação internacional, o que implicou um nível mais elevado de exigência e de qualificação.<sup>631</sup>

As opções do poder político democrático, assentes na necessidade de desenvolvimento económico e social do país, mas também no paradigma económico que afirma que «os recursos são escassos, mas as necessidades são ilimitadas», tiveram consequências nas dotações orçamentais da função «Defesa Nacional» e no programa de reestruturação da formação da Marinha.

Os conceitos de escola e de centro de instrução evoluíram, surgindo a necessidade de adaptar a formação adquirida na vida militar à vida civil, no sentido de assegurar uma integração na sociedade e no mercado do trabalho a todos os elementos que depois de terem servido a Marinha, viessem a escolher outras opções de vida.

Nesse longo período foram extintas ou criadas algumas escolas, mas todas foram modernizadas não só quanto à metodologia e especificidade dos seus conteúdos programáticos, mas também com a adopção das ideias de racionalidade económica e de boa gestão de recursos por parte dos seus comandos ou direcções.

Adiante são analisadas cada uma destas escolas e centros de formação relativamente aos principais aspectos da sua evolução, modernização ou extinção, depois de 1974, sendo a sua apresentação feita por ordem alfabética e de forma muito sucinta.<sup>632</sup>

631 Embora o período temporal tratado nesta Parte IV esteja compreendido entre 1974 e 2014, foram incluídas algumas informações relativas a anos posteriores, sempre que foi possível e julgado oportuno.

632 A partir de 1979, a **Lista da Armada** deixou de indicar as situações dos oficiais, o que dificulta o processo de recolha de informações sobre os comandantes ou directores das escolas e dos centros de formação da Armada. Daí resultarão, neste trabalho, algumas inexactidões ou omissões naturalmente involuntárias.

A pesquisa de informações baseou-se essencialmente na consulta de documentação disponível (legislação, ordens e regulamentos), das revistas oficiais ou não (**Revista da Armada e Anais do Clube Militar Naval**) e em entrevistas a militares que estiveram envolvidos nos processos de reestruturação analisados.

No sentido de facilitar a consulta individualizada de cada escola ou centro de instrução, optou-se pela inclusão também individualizada da informação pertinente, que sendo comum a várias escolas, tendem a tornar o texto eventualmente demasiado repetitivo.

7.1. Centro de Educação Física da Armada (CEFA)	7.15. Escola de Hidrografia e Oceanografia (EHO)
7.2. Centro de Instrução de Controle Naval e Defesa da Navegação (CICNDN)	7.16. Escola de Informações de Combate (EIC)
7.3. Centro de Instrução de Minas e Contramedidas (CIMC,)	7.17. Escola de Limitação de Avarias (ELA)
7.4. Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN)	7.18. Escola de Máquinas (EMAQ)
7.5. Centro Naval de Ensino à Distância (CNED)	7.19. Escola de Marinharia (EMR)
7.6. Escola da Autoridade Marítima (EAM)	7.20. Escola de Mergulhadores (EMERG)
7.7. Escola de Abastecimento (EAB)	7.21. Escola de Sargentos
7.8. Escola de Alunos Marinheiros (EAM)	7.22. Escola de Submarinos/Centro Instrução de Submarinos (CISUB)
7.9. Escola de Armas Submarinas (EAS)	7.23. Escola de Tecnologias de Educação e Treino (ETET)
7.10. Escola de Artilharia Naval (EAN)	7.24. Escola de Tecnologias Navais (ETNA)
7.11. Escola de Comunicações (ECO)	7.25. Escola Naval
7.12. Escola de Electrotecnia (EEL)	7.26. Escola Superior de Tecnologias Navais (ESTNA)
7.13. Escola de Enfermagem da Armada (EEA)	7.27. Grupo nº 1 de Escolas da Armada (G1EA)
7.14. Escola de Fuzileiros	7.28. Grupo nº 2 de Escolas da Armada (G2EA)
	7.29. Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG)

### 7.1. Centro de Educação Física da Armada (CEFA)

O Centro de Educação Física da Armada (CEFA) foi criado em 1962, ficando adstrito ao Comando da Base Naval de Lisboa.<sup>633</sup>

As suas instalações desportivas estavam localizadas no Alfeite, dentro do perímetro da Base Naval de Lisboa, sendo facilmente acessíveis aos militares da Armada que prestavam serviço naquela área e, por isso, o CEFA tornou-se no organismo destinado a promover a aptidão física e a prática desportiva dos militares da Armada, a organizar

633 Portaria nº 19.114, de 5 Abril de 1962, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 76, 5 Abril 1962.

competições internas e a assegurar a participação da Marinha em provas inter-ramos ou internacionais.

As consequências das mudanças que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 não implicaram quaisquer alterações relevantes na estrutura do CEFA, mas terão dado origem a um acrescido interesse pela Educação Física na Armada, de que é testemunho uma “mesa-redonda” realizada em 1976 no Clube Militar Naval.<sup>634</sup> Da mesma forma, alguns artigos publicados nos **Anais do Clube Militar Naval**, bem como a manutenção durante alguns anos de uma «Crónica de Educação Física» nas suas edições, demonstram um renovado interesse pela Educação Física na Armada.<sup>635</sup>

Na sequência da publicação da Lei Orgânica da Marinha foi definida a organização dos seus recursos humanos e foi publicado o Decreto Regulamentar nº 22/94, de 1 de Setembro, orientado «pela imperiosa necessidade de uma racional aplicação dos recursos disponíveis». A Direcção do Serviço de Instrução e Treino recebeu a nova designação de Direcção do Serviço de Formação e o CEFA passou a depender directamente do seu director. Na mesma data, o Decreto Regulamentar nº 36/94, de 1 de Setembro<sup>636</sup>, definiu o CEFA como «um órgão de execução de serviços» ao qual incumbia «assegurar o desenvolvimento de actividades dirigidas ao desenvolvimento e manutenção da condição física do pessoal da Marinha», estabelecendo a sua organização e as suas competências. Este diploma criou a figura de um Director, um Conselho Escolar como órgão de consulta daquele para assuntos de natureza pedagógica, um Gabinete Escolar, um Gabinete de Actividades Físicas e um Gabinete Médico.

O Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, estabeleceu a organização e as competências das estruturas principais da Marinha, fixando as competências dos respectivos comandantes, diretores ou chefes. Relativamente ao CEFA, a artigo 117º daquele diploma estabelece que é um órgão de execução de serviços, na directa dependência do Director de Formação e que faz parte do SFPM. A sua missão é assegurar e promover actividades dirigidas ao desenvolvimento e manutenção da condição física do pessoal da Marinha e garantir a formação técnica nas áreas de educação física, desporto e salvamento humano no meio aquático, competindo-lhe entre outras funções, «assegurar a formação técnica do pessoal de educação física» e «assegurar a formação aos militares da Marinha na área do salvamento humano no meio aquático».

634 “A Educação Física na Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 106, Abril-Junho, 1976, p. 257-276.

635 Essas **Crónicas de Educação Física** foram publicadas de forma não regular entre 1974 e 1981, sendo subscritas pelos comandantes Carlos Encarnação Gomes, Luís Costa Correia e Fernando Sanches Oliveira.

636 Decreto Regulamentar nº 36/94, de 1 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série - B, nº 202, de 1.Set.1994.

O CEFA tem um Regulamento Interno próprio que foi aprovado pelo CEMA através do Despacho nº 72/2016, de 24 de Junho. Os serviços prestados à Marinha e ao país, quer directamente, quer através da cooperação com os outros ramos das Forças Armadas e com organizações da sociedade civil têm sido reconhecidos, como aconteceu por ocasião da passagem do seu 50º aniversário, em que o CEFA foi agraciado pelo Governo com a Medalha de Honra ao Mérito Desportivo, por despacho de 15 de Maio de 2012 do Secretário de Estado do Desporto e Juventude. Nesse longo despacho transcrito na **Revista da Armada**, pode ler-se:

Considerando o brilhante percurso de 50 anos vividos pelo CEFA, criado em 5 de Abril de 1962, na formação do pessoal técnico de educação física, na formação na área do salvamento humano no meio aquático, no apoio ao treino físico de todo o pessoal da Marinha, na organização de provas desportivas e no desenvolvimento de actividades no domínio da medicina desportiva;

Considerando que, ao longo destes 50 anos, para além da resposta que soube dar às necessidades da Marinha, o CEFA revelou sempre uma grande capacidade de integrar com a sociedade civil no âmbito da actividade física e desporto, sendo que dos cerca de mil alunos formados em educação física, muitos orientaram as suas vidas profissionais para modalidades federadas, tais como árbitros ou treinadores;[...].<sup>637</sup>

### **Directores do Centro de Educação Física da Armada (1974-2014)**

Depois de 1974 as funções de Director do CEFA foram desempenhadas pelos seguintes oficiais: Alfredo Ramos Rocha (1974), José Artiaga Barreiros (1974), José Manuel Monteiro Fiadeiro (1974-1975), Fernando de Almeida e Silva (1975-1976), José Marques Elpídeo (1976-1977), José Manuel Monteiro Fiadeiro (1977-1980), Heitor Prudêncio dos Santos Patrício (1980-1982), Fernando Manuel Loureiro de Sousa (1982-1983), António Luís Santarém da Cruz (1983-1987), António Luís Sarmiento Coelho (1987-2000), Fernando Sanches Oliveira (2000-2005), José Manuel Lopes Pires (2005-2012), José Nanques de Matos (2012-2014), Vítor Manuel Ramos Josefino (2014-2018), Abílio Manuel Ramalho da Silva (2018-2023) e Alexandre Correia Nunes da Silva (2023-...).

## **7.2. Centro de Instrução de Controle Naval e Defesa da Navegação**

O Centro de Instrução de Controle Naval e de Defesa da Navegação (CICNDN) foi criado pela Portaria nº 16.650, de 31 de Março de 1958, destinando-se a orientar e a ministrar as instruções de controlo naval e defesa da navegação, nas matérias que, pelo seu carácter especial, não devessem ser tratadas noutros estabelecimentos de instrução da Armada.<sup>638</sup>

---

637 **Revista da Armada**, nº 471, Fevereiro 2013, p. 2.

638 Portaria nº 16.650, de 31 de Março de 1958, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 67, 31 Março 1958.

De acordo com o preâmbulo daquele diploma, a criação do CICNDN resultou da necessidade de intensificar a instrução do pessoal da Reserva Marítima, que servia na Marinha Mercante, relativamente à defesa da mesma em tempo de guerra.

O CICNDN ficou integrado, para efeitos administrativos, no Comando da Defesa Marítima do Porto de Lisboa. Quando, através da Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, foram criados os Grupos nº 1 e nº 2 de Escolas da Armada, bem como algumas escolas e centros de instrução, o CICNDN manteve a sua dependência do Comando da Defesa Marítima do Porto de Lisboa. Entre as suas actividades destacavam-se os cursos NCSO (*Naval Control of Shipping Officer*), que habilitavam os oficiais na gestão da navegação mercante e do tráfego marítimo em tempo de guerra.

O CICNDN esteve em actividade durante cerca de 36 anos, funcionando nas instalações da Marinha junto à doca do Bom Sucesso, mas veio a ser extinto pelo Decreto Regulamentar nº 39/94, de 1 de Setembro, tendo as suas competências transitado para o CITAN.<sup>639</sup>

### **Comandantes do Centro de Instrução de Controlo Naval e de Defesa da Navegação (1974-1994)**

Entre 1974 e 1994 as funções de Comandante do Centro de Instrução de Controlo Naval e de Defesa da Navegação (CICNDN) foram exercidas cumulativamente pelo Comandante da Defesa Marítima do Porto de Lisboa, cargo que foi desempenhado pelos seguintes oficiais: Alberto Pereira de Miranda (1974-1977), Fernando Miranda Gomes (1977-1982), Henrique Eugénio Bartolomeu Guimarães (1982-1984), Francisco Manuel Pinto Coelho Dória Nóbrega (1984-1989), Luís Manuel Medeiros Ferreira (1989-1990), António Lucas Dias Costa (1990-1992) e António Luís Santarém da Cruz (1992-1995).

### **7.3. Centro de Instrução de Minas e Contramedidas (CIMCM)**

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) foi criada em 1949 e Portugal integrou o grupo dos seus doze membros fundadores. Na sequência da integração nesta aliança política e militar, a partir de 1953 começou a ser incorporado na Marinha Portuguesa um significativo número de unidades draga-minas, navios de casco de madeira que foram constituídos em flotilha e representaram um elemento de modernidade por exigirem elevados padrões de desempenho operacional e por terem sido pioneiros da participação portuguesa em exercícios navais internacionais. Desde meados dos anos 1950 e durante muitos anos, os navios draga-minas constituíram uma verdadeira escola de marinheiros, muitas vezes traduzida na icónica frase “homens de ferro em navios de madeira”.<sup>640</sup>

639 Decreto Regulamentar nº 39/94, de 1 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série-B, nº 202, 1 Setembro 1994.

640 CARVALHEIRA, José; COSTA, Francisco Duarte, “A escola dos Draga-Minas”, **Revista da Armada**, nº 352, Abril, 2002, p. 17-20.

Bons navios para o mar embora nem sempre para os estômagos, aguentando bem o SW rijo do Inverno e as fortes nortadas do Verão, podemos dizer que se tornaram “pau para toda a obra” ou “jack of all trades”, como diriam os ingleses.<sup>641</sup>

A operacionalidade alcançada e o reconhecimento internacional dos navios draga-minas portugueses resultaram de muito treino e de muita dedicação das suas guarnições, mas também dos conhecimentos adquiridos nas publicações e nos procedimentos NATO.

No sentido de sedimentar, acrescentar e transmitir o conhecimento da “guerra de minas” que era obtido em escolas estrangeiras e em exercícios no mar, em 1964 foi criado o Centro de Instrução de Minas e Contramedidas (CIMCM), adstrito ao Comando Naval do Continente.<sup>642</sup> Nesse mesmo ano foi aprovado o seu regulamento que foi objecto de uma nova versão em 1965.<sup>643</sup>

A importância deste centro de instrução é atestada pela construção de um edifício destinado à sua instalação no Alfeite, que foi autorizada em 1967.<sup>644</sup>

A área de instrução do CIMCM rapidamente se alargou e, para além da “guerra de minas”, passou a organizar cursos sobre identificação e inactivação de armamento em coordenação com a Escola de Mergulhadores e com a Escola de Fuzileiros, mas também a instrução relativa ao uso de material de demolição. A criação do Campo de Treino de Minas e Demolições na ilha da Culatra foi um contributo positivo para o aperfeiçoamento das técnicas relativas a minas, uma actividade muito sensível em que «os sustos estiveram sempre associados à montagem, à superfície ou submarina, de cargas de contraminagem ou de demolição».<sup>645</sup>

O CIMCM tornou-se um centro de instrução muito especializado em todas as matérias relativas à guerra de minas. Porém, veio a ser extinto através do Decreto Regulamentar nº 39/94, de 1 de Setembro, quando foi reorganizada a estrutura operacional da Marinha. O artigo 59º desse diploma é lacónico ao anunciar a extinção do CIMCM, determinando que as suas competências transitem para a Escola de Mergulhadores, para a Escola de Armas Submarinas e para o CITAN, enquanto as suas infraestruturas e material transitaram para o CITAN e para outros órgãos da Marinha.

---

641 *Ibidem*, p. 19.

642 Portaria nº 20.637, de 17 de Junho de 1964, publicada no **Diário da República**, I Série, nº 141, 17 Jun. 1964.

643 Regulamento do Centro de Instrução de Minas e Contramedidas, publicado na **OAI** 39/15-9-1965.

644 Decreto nº 48.096, de 9 de Dezembro de 1967, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 285, 12 Dez. 1967.

645 CARVALHEIRA, José; COSTA, Francisco Duarte, *op. cit.*, p. 18.

### Directores do Centro de Instrução de Minas e Contramedidas (1964-1994)

O Director do Centro de Instrução de Minas e Contramedidas em 1974 era o 1º tenente Luís Alberto Cristiano de Oliveira, mas não foi possível identificar os oficiais que lhe sucederam no desempenho daquela função.

### 7.4. Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN)

O Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN) é o estabelecimento que em 2014 sucedeu ao Centro de Instrução de Tática Naval (CITAN) que, por sua vez, tinha sucedido ao Centro de Instrução de Tática Anti-Submarina (CITAS), existente no Alfeite desde 1958.

Quando em 1961 foram reorganizadas as escolas e centros de instrução da Armada, foram criados, mantidos ou extintos alguns estabelecimentos de ensino, verificando-se que o CITAS foi um dos centros de instrução que foi mantido, o que significava que a sua actividade respondia eficazmente às necessidades da Marinha. Porém, através da Portaria nº 21.116, de 19 de Fevereiro de 1965, o CITAS foi extinto, tendo sido criado no Comando Naval do Continente, o Centro de Instrução de Tática Naval (CITAN), como centro de instrução responsável pelo treino e avaliação das unidades navais.

O prestígio internacional do CITAN foi reconhecido no seio da NATO, quando em Junho de 1998 organizou o *Maritime Tactical Schools Meeting*, em cujos trabalhos participaram os directores de centros e escolas de tática e operações navais da Turquia.<sup>646</sup>

No ano de 2000 realizaram-se cursos de busca e salvamento marítimo em que pela primeira vez participaram oficiais das Forças Armadas de alguns países de Língua Oficial Portuguesa.<sup>647</sup>

No ano de 2004 a **Revista da Armada** publicou dois artigos de divulgação das actividades do CITAN, intitulados “Um dia no... CITAN” e “O CITAN por dentro”, nos quais foram detalhadamente divulgadas as suas actividades.<sup>648</sup>

Através do Decreto-Lei nº 185/2014, de 29 de Dezembro, foi aprovada a nova orgânica da Marinha e no seu artigo 27º é referido o Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN), como uma das «escolas e centros de formação do SPFM», dependendo directamente do 2º Comandante Naval, o que significa que, embora utilizando a mesma sigla, foi alterada a sua designação.

O Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, no seu artigo 64º determina que o CITAN depende do 2º Comandante Naval, a quem compete “coordenar, controlar

646 **Revista da Armada**, nº 313, Setembro-Outubro, 1998, p. 24.

647 **Revista da Armada**, nº 335, Setembro-Outubro, 2000, p. 26.

648 **Revista da Armada**, nº 372, Fevereiro 2004, p. 14-17; e nº 373, Março 2004, p. 10-11.

e inspecionar as actividades e funcionamento do CITAN» e «homologar os resultados das ações de treino e avaliação efetuadas pelo CITAN».

O CITAN formou gerações de oficiais, sargentos e praças, habilitando-os na utilização de procedimentos, tecnologias e equipamentos necessários às modernas operações navais, destacando-se os cursos de preparação para oficiais superiores visando a sua melhor habilitação para o desempenho de funções de comando no mar. Em Outubro de 2015, pela primeira vez, o Curso de de Aperfeiçoamento em Operações SAR (*Search and Rescue*) foi frequentado por um oficial argelino e por um oficial marroquino.

No dia 30 de Abril de 1998, o Presidente da República Jorge Sampaio visitou demoradamente o CITAN e, no respectivo “Livro de Honra”, deixou a seguinte mensagem:

Os tempos mudaram tanto o quotidiano das Forças Armadas que, na preparação da resposta, toda a moderna capacidade é necessária. Dá gosto ver como este Centro de Instrução se preparou, em pessoas e material, para fornecer as exigentes e necessárias respostas. Ainda bem, para honra da Marinha e de Portugal. Bem hajam!<sup>649</sup>

Aquelas palavras eram o reconhecimento da longa tradição e experiência da Marinha na gestão de simuladores para treino operacional, uma área em que era pioneira a nível nacional, pois desde 1958 que possuía um simulador táctico no CITAS, o centro que antecedeu o actual CITAN.

#### **Directores do CITAN (1974-2014)**

Depois de 1974 as funções de Director do CITAN foram desempenhadas pelos seguintes oficiais: Arnaldo dos Santos Aguiar de Jesus (1971-1976), Francisco Manuel Pité Trabucho (1976-1981), João Nuno Ribeiro Ferreira Barbosa (1981-1983), Américo da Silva Santos (1984-1988), Lívio José Salgueiro Carneiro da Silva (1988-1991), Francisco da Franca Duarte Lima (1991-1993), Henrique Alexandre Machado da Silva da Fonseca (1994-1996), Fernando José Ribeiro de Melo Gomes (1996-1999), João da Cruz de Carvalho Abreu (1999-2001), Bento Manuel Almeida Gonçalves (2001-2004), Luis Filipe Correia Andrade (2005-2007), Luís Carlos de Sousa Pereira (2007-2008), Vladimiro José das Neves Coelho (2008-2010), José António Croca Favinha (2010-2015), Manuel Vicente Silvestre Correia (2016-2018), José Rafael Salvado de Figueiredo (2018-2019), José Diogo Pessoa Arroteia (2020-2021) e Rui Manuel Marcelo Correia (2021-...).

### **7.5. Centro Naval de Ensino à Distância (CNED)**

O Centro Naval de Ensino a Distância (CNED) foi criado pelo Decreto Regulamentar nº 36/94, de 1 de Setembro, que extinguiu o Centro de Instrução por Correspondência da Marinha (CIC), que tinha nascido da inspiração do comandante Saturnino

---

649 **Revista da Armada**, nº 310, Junho 1998, p. 21.

Monteiro e que fora consagrado através da Portaria nº 408/79, de 8 de Agosto, com a «missão de organizar e promover a realização de cursos por correspondência destinados ao pessoal em serviço na Marinha». <sup>650</sup>

Através daquele decreto, o CNED veio substituir o CIC que foi extinto. As suas actividades tinham começado em Junho de 1992 como um órgão de execução de serviços, tendo como missão principal «desenvolver, conduzir ou coordenar a execução de cursos, em modalidades especiais de ensino, nomeadamente de ensino à distância, destinados à elevação ou complemento de habilitações académicas e profissionais definidas estatutariamente para o pessoal da Marinha ou que contribuam para a sua formação contínua». <sup>651</sup>

A criação do CNED resultou da identificação de uma necessidade, mas também do facto do pessoal da Marinha estar disperso por todo o país, ou embarcado, o que recomendava a modalidade de ensino à distância, que veio a ser destinado aos militares dos três ramos das Forças Armadas que não possuissem o 12º ano de escolaridade, que era a habilitação mínima para o progresso na carreira, pois mais de metade dos militares não tinham o ensino secundário completo.

O director do CNED estava directamente subordinado ao director do Serviço de Formação e era apoiado por um Conselho Pedagógico que o aconselhava em assuntos de natureza pedagógica. A avaliação das potencialidades do ensino a distância para a educação e formação de adultos levou a Marinha a actuar junto dos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação no sentido de ser conseguida a autonomia pedagógica.

Nessa altura, a **Revista da Armada** publicou um artigo que analisava a relação entre o ensino/formação profissional e o serviço militar, que quase constituía um ponto de partida das actividades do CNED. <sup>652</sup> Em Abril de 1994 um outro artigo publicado na mesma revista, informava que “os resultados começam a aparecer” e publicitava o despacho nº 10/94 do CEMA em que, no âmbito do sistema de formação da Marinha, determinava aos comandantes, directores e chefes de unidades ou organismos, que acompanhassem as acções de formação e incentivassem a auto-formação do pessoal. Ainda na **Revista da Armada** foi publicado um texto da autoria do comandante Ferreira da Silva, o então director do CNED, em que informava a Marinha sobre a «irrecusável oportunidade de carreira profissional para muitos elementos da Marinha» que o CNED constituía, bem como um balanço da actividade já desenvolvida. <sup>653</sup>

650 Portaria nº 408/79 de 8 de Agosto, publicada no **Diário da República**, I Série, nº 182, de 8 Agosto 1979.

651 Decreto Regulamentar nº 36/94, de 1 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série-B, nº 202, de 1 de Setembro de 1994.

652 MOURA, António Almeida de, “A relação entre o ensino/formação profissional e o serviço militar”, **Revista da Armada**, nº 248, Dezembro 1992.

653 SILVA, Alcindo Ferreira da, “Centro Naval de Ensino à Distância”, **Revista da Armada**, nº 282, Dezembro 1995.

Através do Despacho Conjunto nº 347/97, de 18 de Setembro, dos Ministérios da Educação e da Defesa Nacional, o CNED passou a executar um projeto de ensino secundário à distância disponibilizado aos militares dos três ramos das Forças Armadas.

Nessa altura, o Ministério da Educação destacou uma equipa de professores para o CNED para desenvolverem materiais para aprendizagem à distância e, ainda na **Revista da Armada**, era publicado um artigo mostrando que o ensino a distância era uma oportunidade para muitos militares.<sup>654</sup>

Porém, nos primeiros meses de 2012 foram dispensados os últimos professores e técnicos que estavam destacados no CNED, alguns deles há mais de dez anos. Nesse ano, invocando restrições orçamentais, a Marinha decidiu encerrar o CNED, o que veio a acontecer através do Decreto-Lei nº 185/2014, de 29 de Dezembro, que no seu artigo 41º determina a extinção do CNED, a partir do dia 1 de Janeiro de 2015.<sup>655</sup>

Desde o início da sua actividade até à sua extinção, o CNED teve um total de 3.500 alunos dos três ramos das Forças Armadas, que concretizaram um total de cerca de 18.300 matrículas em módulos/unidades capitalizáveis, nas diversas disciplinas do ensino secundário (10º, 11º e 12º anos), com 14.700 matrículas concluídas com sucesso, isto é, cerca de 80% de resultados positivos. O CNED era reconhecido e colaborava com o Ministério da Educação, a Direcção-Geral de Educação, o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua de Professores, o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, a Universidade do Minho, a Universidade Nova de Lisboa, a Associação de Professores de Português, a Associação de Professores de História e o Projecto “Adult Education Network”. No plano internacional, o CNED era reconhecido e colaborava com o *International Council for Distance and Open Education* e o *European Distance and W-Learning Network*, tendo participado em conferências em vários países europeus, nos Estados Unidos e no Brasil.<sup>656</sup>

### **Directores do Centro Naval de Ensino à Distância (1992-2012)**

Entre 1992 e 2012 as funções de Director do CNED foram desempenhadas pelos comandantes Alcindo Manuel Pacheco Ferreira da Silva (1992-2006) e António Joaquim Almeida de Moura (2006-2012).

---

654 SILVA, Alcindo Ferreira da, “Aprender a Distância – Uma Oportunidade e um Desafio”, **Revista da Armada**, nº 389, Agosto 2005.

655 Decreto-Lei nº 185/2014, de 29 de Dezembro, publicado no **Diário da República**, 1ª Série, nº 250, 29 Dez. 2014.

656 Informação do CMG AN António Joaquim Almeida de Moura, antigo director do CNED.

## 7.6. Escola da Autoridade Marítima (EAM)

A Escola da Autoridade Marítima (EAM), foi criada como centro de instrução e formação profissional do Sistema da Autoridade Marítima, através do Decreto-Lei nº 264/97 de 2 de Outubro.

Antes, através do Decreto-Lei nº 300/84 de 7 de Setembro tinha sido definido o Sistema da Autoridade Marítima (SAM), criado a partir do ramo do fomento marítimo do antigo Ministério da Marinha, que tratava dos assuntos relativos às marinhas de comércio, de pescas e de recreio, às pescas, faróis, socorros a náufragos e domínio público marítimo.

Como refere o respectivo preâmbulo «as profundas modificações orgânicas operadas após 25 de Abril de 1974, em particular as que concretizaram, a título transitório, a separação institucional das Forças Armadas relativamente ao Governo, determinaram, entre outros, que os assuntos da marinha mercante e das pescas passassem a ser tratados por departamentos governamentais criados para o efeito». Os assuntos relativos à marinha mercante e às pescas passaram a ser da responsabilidade de departamentos governamentais, designadamente da Secretaria de Estado da Marinha Mercante e da Secretaria de Estado das Pescas. Porém, a Marinha continuou a tratar dos assuntos de carácter militar naval e, ao mesmo tempo, «a tratar de questões cuja natureza reveste evidentes características de serviço público», sobretudo as que são exercidas através da autoridade marítima, enquanto poder público que zela pelo cumprimento das leis e dos regulamentos marítimos nas áreas de jurisdição marítima.

Passados dez anos, tornou-se evidente a necessidade de ir mais longe e separar os assuntos estritamente militares das questões que, nas áreas de jurisdição marítima, revestissem a natureza de serviço público. Daí resultou a definição do SAM, criado pelo decreto-lei já antes mencionado, com o objectivo de assegurar o cumprimento da lei nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional.<sup>657</sup>

Esse diploma determinou que o sistema da autoridade marítima dependia do CEMA e, na sua dependência, foi então criada uma nova Direcção-Geral da Marinha, como órgão central do sistema e com atribuições de apoio técnico às suas actividades, nomeadamente a segurança marítima, a salvaguarda da vida humana no mar, o assinalamento marítimo, a fiscalização e vigilância do litoral, a preservação dos recursos vivos, o combate à poluição e a preservação e protecção do património cultural subaquático. O SAM tinha implantação territorial através de órgãos regionais - os departamentos marítimos - e órgãos locais - as capitánias dos portos.

A vastidão temática e a complexidade técnica das actividades do SAM recomendaram uma formação específica do seu pessoal. O já referido Decreto-Lei nº 264/97, de 2 de Outubro, criou a Escola da Autoridade Marítima (EAM), na dependência

<sup>657</sup> Decreto-Lei nº 300/84, de 7 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 208, 7 Set. 1984.

da Direcção-Geral da Marinha e com competência para organizar e ministrar cursos, estágios e outras acções de formação, “que habilitem o pessoal afecto aos serviços que integram o Sistema de Autoridade Marítima com os conhecimentos técnico-profissionais adequados ao exercício das respectivas funções”.<sup>658</sup>

O Estatuto da Escola da Autoridade Marítima veio a ser aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 3/99, de 29 de Março, definindo atribuições, organização, corpo docente, corpo discente e organização da formação.<sup>659</sup>

A formação a ministrar pela EAM foi organizada por núcleos de formação (NF) específicos, ficando constituídos os seguintes: Núcleo de Formação da Autoridade Marítima (NFAM), Núcleo de Formação da Polícia Marítima (NFPM), Núcleo de Formação de Faroleiros (NFF) e Núcleo de Formação de Socorros a Náufragos (NFSN).

Os NFAM e NFPM, assim como a direcção e a secretaria da EAM, ficaram sedeados nas instalações da Escola de Tecnologias Navais, no Alfeite, enquanto o NFF ficou localizado nas instalações da Direcção de Faróis, em Paço de Arcos, e o NFSN nas instalações do Instituto de Socorros a Náufragos, em Caxias. Mais tarde, para satisfazer necessidades específicas de formação profissional no âmbito do SAM, foram constituídos dois novos NF: o Núcleo de Formação Náutica (NFN) e o Núcleo de Formação de Combate à Poluição (NFPC).

O SAM só veio a ser institucionalizado através do Decreto-Lei nº 43/2002, de 2 de Março, quando também foi criada a Autoridade Marítima Nacional (AMN), «como estrutura superior de administração e coordenação dos órgãos e serviços que, integrados na Marinha, possuem competências ou desenvolvem acções enquadradas no âmbito do SAM».<sup>660</sup>

No preâmbulo desse diploma refere-se que «as novas realidades e os novos desafios que se apresentavam à segurança marítima, acompanhados pela evolução da regulamentação técnica internacional, comunitária e nacional, fizeram incidir a atenção dos Estados em matéria de segurança marítima». Surgiu, por isso, a necessidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos conhecimentos e técnicas, sobretudo em relação ao combate à criminalidade por via marítima e ao tráfico de estupefacientes, à salvaguarda da vida humana no mar e à defesa e preservação do meio marinho. Foi adoptado, portanto, um novo conceito de Sistema de Autoridade Marítima, assumindo carácter de transversalidade e passando a integrar todas as entidades, civis e militares, com responsabilidades no exercício da autoridade marítima.

---

658 Decreto-Lei nº 264/97, de 2 de Outubro, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 228, 2 Out. 1997.

659 Decreto Regulamentar nº 3/99, de 29 de Março, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 74, 29 Mar. 1999.

660 Decreto-Lei nº 43/2002, de 2 de Março, publicado no **Diário da República**, I Série-A, nº 52, 2 Mar. 2002.

O Decreto-Lei nº 44/2002, de 2 de Março, criou a Direcção-Geral da Autoridade Marítima que sucedeu à Direcção-Geral de Marinha, como organismo operativo da AMN, em conformidade com as directrizes e orientações emitidas pelo Conselho Coordenador Nacional do Sistema de Autoridade Marítima (CCN), o órgão de coordenação nacional das diversas entidades e órgãos com representação no SAM.<sup>661</sup>

A **Revista da Armada** dedicou uma alargada reportagem à Escola da Autoridade Marítima, na qual fez o seu historial, incluindo o seu enquadramento no SAM e as suas relações com as outras escolas da Marinha e com outras entidades.<sup>662</sup>

### **Directores da Escola da Autoridade Marítima (1997-2014)**

A Escola da Autoridade Marítima foi dirigida desde 1997 pelos seguintes oficiais: Silvério Teixeira Rodrigues (1997-2001), José Manuel Rodrigues Calado Leonor (2001-2005), Júlio Manuel Sajara Madeira (2005-2010), Luís José de Oliveira Urbano (2010-2014), Guilherme Adelino Figueiredo Marques Ferreira (2014-2015), Jaime Filipe dos Santos Lameiras Trabucho (2015-2018), Rui Fernando Amoroso Marrafa Santos Amaral (2018-2020) e Samuel Calado Carvalho de Oliveira (2021-...).

## **7.7. Escola de Abastecimento**

A Escola de Abastecimento (EAB) foi criada pela Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, nessa altura designada como Escola de Escriturários, ficando integrada no Grupo nº 1 de Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira.<sup>663</sup> A alteração da sua designação inicial para a nova designação de Escola de Abastecimento ocorreu através da Portaria nº 19.637, de 15 de Janeiro de 1963.<sup>664</sup>

A sua missão fundamental era a formação dos jovens que após a recruta desejavam ingressar no quadro permanente de Praças e a formação de Cabos como condição de acesso ao quadro de Sargentos. A EAB tinha duas áreas de formação principais: a área do Abastecimento (L) com as componentes de Secretariado, Contabilidade e Logística, e a área da Taifa com as componentes de Despenseiros (TFD), Cozinheiros (TFH) e Padeiros (TFP).

Ao longo dos anos ocorreram naturais ajustamentos em relação a várias escolas, tendo havido transferências de instalações de algumas delas de Vila Franca de Xira para o Alfeite, mas a Escola de Abastecimento, que foi responsável pela formação do pessoal

661 Decreto-Lei nº 44/2002, de 2 de Março, publicado no **Diário da República**, I Série-A, nº 52, 2 Mar. 2002.

662 **Revista da Armada**, edição nº 494, Março 2015.

663 Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129, 3 Jun. 1961.

664 Portaria nº 19.637, de 15 de Janeiro de 1963, publicada no **Diário do Governo** de 15 Jan. 1963.

da Marinha nas áreas do Abastecimento e da Taifa, manteve sempre a sua localização inicial. Cerca de 1990 a Marinha participou num projecto nacional que envolveu o Ministério da Educação e algumas associações profissionais, com vista à definição de conceitos e normas que levassem à equivalência da formação ministrada na EAB, no quadro da formação profissional civil.<sup>665</sup>

Na sequência da Lei Orgânica da Marinha de 1993, verificou-se uma primeira grande reestruturação dos Grupos de Escolas da Marinha que tinham sido criados em 1961, tendo o Decreto Regulamentar nº 34/94, de 1 de Setembro mantido a Escola de Abastecimento no Grupo nº 1 de Escolas da Armada.<sup>666</sup> Segundo o Regulamento Interno do G1EA aprovado pelo Despacho nº 21/97, de 7 de Abril, à EAB «compete executar os planos de curso aprovados, no domínio da logística do abastecimento e da hotelaria».<sup>667</sup>

Entretanto, foi criado o Grupo de Projecto de Reestruturação do Sistema de Formação da Marinha (GPRSFM), que recomendou a implementação de um novo Sistema de Formação da Marinha de que resultou o Despacho do CEMA nº 51/2004, de 20 de Agosto, que criou a Escola de Tecnologias Navais (ETNA).<sup>668</sup> Com base nesse despacho, em Outubro de 2004 foi iniciada a reorganização do Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM), sendo extintos os Grupos de Escolas existentes e criada a ETNA, passando as instalações de Vila Franca de Xira a ser designadas transitóriamente por Pólo de Vila Franca da Xira da ETNA. Integrada naquele pólo, a Escola de Abastecimento tornou-se no Departamento de Administração e Logística da nova escola.

As instalações do Grupo nº 1 de Escolas da Armada foram encerradas oficialmente no dia 1 de Setembro de 2009, quando todos os seus serviços foram transferidos para as instalações da ETNA, no Alfeite, onde a Marinha passou a concentrar a formação do seu pessoal.

### **Directores da Escola de Abastecimento (1974-2004)**

Entre 1974 e 2004 as funções de Director de Instrução da Escola de Abastecimento foram desempenhadas pelos seguintes oficiais: José Fernandes Mendes Barata (1971-1974), José António Machado Diogo (1974-1977), Carlos Alberto Nunes Marques (1977-1979), Alexandre António Sarmiento (1979-1981), João Sadler Simões (1981-1985) e António Joaquim Almeida de Moura (1989-1993). A partir de 1993 não foi possível identificar os Directores da EAB.

---

665 Esse projecto implicou visitas a algumas escolas da Marinha, designadamente as escolas do Grupo Nº 1 de Escolas da Armada. Na visita à EAB, os elementos do Ministério da Educação levantaram dúvidas quanto à formação de cozinheiros. Depois de visitarem as instalações, a EAB ofereceu-lhes um almoço e a sua opinião sobre a formação dos cozinheiros da Marinha mudou completamente.

666 Decreto Regulamentar nº 34/94, de 1 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série-B, nº 202, de 1 Setembro 1994.

667 Artigo 19º do Regulamento Interno do G1EA, publicado na **OAI** 17/16-4-1997.

668 Despacho do CEMA nº 51/2004, de 20 de Agosto, publicado na **OAI** 36/1 Setembro 2004.

## 7.8. Escola de Alunos Marinheiros (EAM)

Como foi amplamente descrito nas Partes anteriores, a formação em escola dos candidatos a ingressarem como praças da Armada foi institucionalizada por Carta de Lei de 21 de Fevereiro de 1876, mas só começou em 1877 «a bordo de um navio já sem uso prático». Depois de ter tido diversas localizações e de, a partir de 1938, ter funcionado em Vila Franca de Xira, em 1961 a Escola de Alunos Marinheiros integrou o Grupo nº 1 de Escolas da Armada, tal como sucedeu as restantes escolas técnicas ali situadas. Em 1976 a Escola de Alunos Marinheiros celebrou o seu primeiro centenário e a **Revista da Armada** deu o devido relevo a essa efeméride.<sup>669</sup>

Em finais do ano de 1975 a Escola de Alunos Marinheiros tinha passado a receber três incorporações anuais de 800 recrutas e a instrução que lhes era ministrada passara a ter a duração de 14 semanas e a ser designada por Instrução Militar Básica (IMB). Essa instrução destinava-se a «proporcionar a formação militar e técnico-naval comuns às diferentes classes de praças da Armada, com excepção da classe de Fuzileiro» ou, como então se escreveu, a «converter os mancebos que lhe são confiados em bons militares e bons cidadãos a fim de bem servirem a Pátria».<sup>670</sup>

A partir de 1988 a IMB passou a ter a duração de 8 semanas e, em 1991, foi reduzida para 5 semanas. Em 1993 a designação IMB foi alterada para Curso de Formação Básica de Praças (C.F.B.P.) e, nesse ano, foi constituído o primeiro Batalhão Escolar misto, no qual se integraram 79 mulheres-recrutas.



**Figura 30** - O primeiro contingente de militares do sexo feminino incorporado em 1993 (Arquivo da **Revista da Armada**).

669 “Centenário da Escola de Alunos Marinheiros”, **Revista da Armada**, nº 57, Junho 1976, p. 18-20.

670 “Missão da Escola de Alunos Marinheiros”, **Revista da Armada**, nº 57, Junho 1976, p. 14-16.

O juramento de bandeira verificou-se no dia 9 de Fevereiro de 1993 e assinalou o início do regular ingresso de militares do sexo feminino na Marinha, uma aspiração de muitas jovens portuguesas, mas também um importante passo na concretização da igualdade de género, consagrada na Constituição da República de 1976.

A Escola de Alunos Marinheiros assistiu a um juramento de bandeira que, tendo sido semelhante a tantos outros, assinalou o início do regular ingresso de militares do sexo feminino na Marinha. De facto, entre os 757 recrutas em parada, encontravam-se 79 jovens do sexo feminino, dispersas pelas respectivas companhias. À excepção da bonita farda, pouco mais as distinguiu dos seus 678 companheiros: o mesmo aprumo, idêntica concentração, igual determinação na marcha e no manejo de armas.<sup>671</sup>

No ano seguinte e na óptica do reordenamento do parque escolar da Marinha, foi determinada a extinção da EAM através do Decreto Regulamentar nº 34/94, de 1 de Setembro, embora até 1996 continuasse a funcionar no espaço físico do Grupo nº 1 de Escolas da Armada. Esta situação iria acontecer até que estivessem reunidas as condições para que as atribuições da EAM fossem assumidas pela Escola de Fuzileiros, onde passou a ter lugar toda a instrução dos mancebos incorporados na Marinha.

O último juramento de bandeira da EAM aconteceu no dia 4 de Julho de 1995 e foi noticiado na **Revista da Armada**.<sup>672</sup> Antes, a mesma revista publicou um expressivo texto intitulado “A ‘escola-mãe’ foi extinta”.

Durante mais de um século a EAM formou dezenas de milhares de marinheiros, uns por vocação, quando havia o “apelo do mar”, outros por necessidade, se em casa não abundava o pão. No entanto, todos nela encontraram as raízes referenciais dos mais elevados princípios de camaradagem, amizade e solidariedade, que fazem do marujo um militar “diferente”. Eram designados por “escolinhas” ou por filhos da escola”, designação que conservaram ao longo da vida e que permanece no seu mais emotivo imaginário”.<sup>673</sup>

### **Comandantes da Escola de Alunos Marinheiros (1974-1996)**

Entre 1974 e 1996 a EAM foi comandada pelos seguintes oficiais superiores: Manuel Frutuoso Barreiros Jorge (1974-1975), Isaiás Augusto Gomes Teixeira (1975-1976), Joaquim Alberto Pires Dias (1976-1977), Carlos Saraiva da Costa Pecorelli (1977-

---

671 COSTA, Adelino Rodrigues da, “O primeiro recrutamento feminino da Marinha”, **Revista da Armada**, nº 252, Março 1993, p. 17-20.

672 “O último juramento de bandeira na Escola de Alunos Marinheiros”, **Revista da Armada**, nº 290, Agosto 1996, p. 23.

673 ROBLES, Roberto Figueiredo, “A ‘escola-mãe’ foi extinta”, **Revista da Armada**, nº 290, Março 1995, p. 8-9.

1978), José Luís Leiria Pinto (1978-1981), Henrique João Pais Vacas de Carvalho (1982-1987), Pedro Miguel Peixoto Correia do Amaral (1987-1989), António Manuel Varela Marques de Sá (1989-1991), Guilherme Eduardo Trigo Allen (1991-1993), Rogério António Jorge Guerra (1993-1994), Roberto Figueiredo Robles (1994-1996) e José Pedro Rodrigues de Almeida Pico (1996).

### 7.9. Escola de Armas Submarinas (EAS)

Como já foi anteriormente referido, as origens da Escola de Armas Submarinas (EAS) remontam ao ano de 1878 quando a Escola e Serviço de Torpedos foi instalada em terrenos anexos ao Forte de S. Pedro, em Paço de Arcos, ficando na dependência do Ministério da Guerra, mas sendo dirigida por oficiais da Armada. Mais tarde foi integrada no Ministério da Marinha e Ultramar, mas em 1902 foi instalada em Vale de Zebro, tendo a Marinha tomado então posse plena desta área técnica, associando estreitamente os torpedos e a electricidade.

A Escola de Armas Submarinas (EAS) foi criada em 1953 em Vila Franca de Xira e em 1961 foi integrada no Grupo nº 1 de Escolas da Armada (G1EA), mas veio a ser transferida para novas instalações situadas no Alfeite, ficando integrada no Grupo nº 2 de Escolas da Armada (G2EA).<sup>674</sup>

No início do ano de 1994 a Escola de Informações de Combate (EIC) também foi transferida de Vila Franca de Xira para o Alfeite, tendo sido instalada no mesmo edifício da EAS, razão porque pouco tempo depois, a EAS e a EIC passaram a ter o mesmo Director de Instrução.<sup>675</sup>

Segundo o Regulamento Interno do G2EA aprovado pelo Despacho nº 22/97, de 7 de Abril, à EAS «compete executar os planos de curso aprovados, no domínio dos sistemas de armas, sensores e contramedidas anti-submarinas».<sup>676</sup>

No quadro da política de reestruturação que começava a ser adoptada, em 1998 foi criado um grupo de projecto para estudar o Sistema de Formação da Marinha, que recomendou a implementação de um novo modelo e o reordenamento do parque escolar, de que resultou a extinção da centenária EAS. No dia 15 de Dezembro de 2003, com a presença do CEMA, realizou-se a cerimónia simbólica de desactivação das escolas do G2EA, incluindo a EAS, tendo em sua substituição sido criados diversos departamentos.<sup>677</sup>

674 Portaria nº 206/72, de 13 de Abril, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 87, 13 Abril 1972.

675 SILVA, Jorge Moreira, **A Marinha Passou por aqui – Herança e Legado do Grupo nº 2 de Escolas da Armada**, Lisboa, 2005, p. 66.

676 Artigo 18º do Regulamento Interno do G2EA, publicado na **OA1** 17/16-4-1997.

677 **Revista da Armada**, nº 373, Março 2004.

### **Directores da Escola de Armas Submarinas (1974-2003)**

Entre 1974 e até à sua extinção em 2003, a Escola de Armas Submarinas teve como Directores de Instrução os oficiais que adiante são indicados, sendo que a partir de 4 de Janeiro de 1994 a EAS e a EIC tiveram o mesmo Director:<sup>678</sup> Fausto José do Lago Domingues (1971-1976), José Carlos Borges de Brito Subtil (1976-1980), João Manuel dos Santos Roque (1980-1982), José Augusto de Brito (1982-1983), José Joaquim Casado Parreira (1983-1986), Carlos Manuel Hipólito Carço (1986-1988), José Manuel Narciso de Sousa Henriques (1988-1989), Carlos Alberto Mano Simões Lopes (1989), Simão Neves de Almeida (1989-1990), Orlando da Silva Paulino (1990-1991), Martinho Ramalho Santana (1991-1992), Querubim Meireles Reisinho (1992), António Joaquim Ribeiro Ezequiel (1992-1993), Alexandre Alberto de Martins Marvanejo (1993-1995), Fernando Delfim Guimarães Tavares de Almeida (1995-1997), José António Peixoto de Queiroz (1997-1998), José António Vizinha Mirones (1998-2001) e Paulo Jorge de Oliveira Cavaleiro Ângelo (2001-2003).

### **7.10. Escola de Artilharia Naval (EAN)**

A Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, reformou o ensino militar-naval e criou várias escolas e estabelecimentos de ensino, mas mantece outras que já existiam, como foi o caso da Escola de Artilharia Naval (EAN), que então foi integrada no Grupo nº 2 de Escolas da Armada.

Como já foi referido nas Partes anteriores, em 1797 fora determinado que a fragata *Princesa do Brasil* ficasse fundeada em São José de Ribamar a fim de servir de escola de «artelheiros-marinheiros», com vista à instrução de «artilharia de mar». Em 1997 a EAN comemorou o seu 200º aniversário, tendo-o assinalado com diversas iniciativas de que se destaca a cunhagem de uma medalha em bronze no módulo de 80 mm e a organização de uma exposição de material de artilharia que já estava fora de uso<sup>679</sup>.

Ao longo da sua vida, a EAN adaptou-se às evoluções tecnológicas havidas no material de artilharia, relacionado sobretudo com os navios que a Marinha sucessivamente incorporou, nomeadamente com os programas das corvetas-mistas e dos cruzadores (no século XIX), depois com o programa naval do ministro Magalhães Correia (anos 1930), com as fragatas francesas da classe *Comandante João Belo* (anos 1960/70) e, finalmente, com o programa das fragatas da classe *Vasco da Gama* (anos 1990/2000).<sup>680</sup>

---

678 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 97-98.

679 “A Escola de Artilharia Naval celebra 200 anos”, **Revista da Armada**, nº 299, Junho 1997.

680 SAMPAIO, Rui Casqueiro de, “A Escola de Artilharia Naval e as Fragatas Classe ‘Vasco da Gama’”, **Anais do Clube Militar Naval**, A.121, Out.-Dez. 1991, p. 765-768.

Segundo o Regulamento Interno do G2EA aprovado pelo Despacho nº 22/97, de 7 de Abril, à EAN «compete executar os planos de curso aprovados, no domínio dos sistemas de armas de superfície e anti-aéreas, armamento e munições».<sup>681</sup>

Entretanto, em 1998 foi criado um grupo de projecto para estudar o Sistema de Formação da Marinha, que recomendou a implementação de um novo modelo e o reordenamento do parque escolar, de que resultou a extinção da centenária EAN. No dia 15 de Dezembro de 2003, com a presença do CEMA, realizou-se a cerimónia simbólica de desactivação da EAN, bem como das EAS, ECO e EIC, tendo em sua substituição sido criados diversos departamentos.<sup>682</sup>

Com base no Despacho do CEMA nº 51/2004, de 20 de Agosto, em Outubro de 2004 foi iniciada a reorganização do Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM), sendo extintos os grupos de escolas existentes e criada a Escola de Tecnologias Navais (ETNA), passando as matérias antes leccionadas na EAN para a responsabilidade da ETNA.

### **Directores da Escola de Artilharia Naval (1974-2003)**

Entre 1974 e 2003 as funções de Director de Instrução da Escola de Artilharia Naval foram desempenhadas pelos seguintes oficiais:<sup>683</sup> Horácio Augusto Carvalho da Costa Ferreira (1973-1975), Vasco António Leitão Rodrigues (1975-1979), Eurico Ferreira de Carvalho (1979-1981), Fernando Luís Caldeira Ferreira dos Santos (1981-1982), Mário Ceríaco Dores Sousa (1982-1985), Filipe Horácio Pereira Macedo (1985-1987), Raúl Bernardo Mourato Ramos Gouveia (1987-1989), António Maria Mendes Calado (1989-1991), Rui Manuel Costa Casqueiro de Sampaio (1991-1992), Silvério Tavares Martins (1992-1994), Fernando Nuno Claro Fidalgo de Oliveira (1994-1997), João Paulo Maria Freire Cardoso (1997-1999), Vítor Manuel Martins dos Santos (1999-2002) e Luís Nicholson Lavrador (2002-2003).

### **7.11. Escola de Comunicações (ECO)**

O historial das Comunicações na Marinha é muito antigo e a sua instrução passou por diferentes enquadramentos e locais, evoluindo desde o início do século XX, da utilização dos sinais visuais até à telegrafia sem fios.<sup>684</sup>

Os cursos para a formação do pessoal telegrafista e sinaleiro funcionaram em Vila Franca de Xira, onde em 1953 foi criada a Escola de Comunicações, que em 1961 foi integrada no Grupo nº 1 de Escola das Armada. Porém, em Setembro de 1963 a

681 Artigo 17º do Regulamento Interno do G2EA, publicado na **OAI** 17/16-4-1997.

682 **Revista da Armada**, nº 373, Março 2004.

683 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 97.

684 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 63.

Escola de Comunicações (ECO) foi transferida para novas instalações localizadas no Grupo Nº 2 de Escolas da Armada, no Alfeite.

Segundo o Regulamento Interno do G2EA aprovado pelo Despacho nº 22/97, de 7 de Abril, à ECO «*competete executar os planos de curso aprovados, no domínio das telecomunicações e guerra electrónica*».<sup>685</sup>

Em 1998 foi criado um grupo de projecto para estudar o Sistema de Formação da Marinha, que recomendou a implementação de um novo modelo de formação e o reordenamento do parque escolar.

No dia 15 de Dezembro de 2003, com a presença do CEMA, realizou-se a cerimónia simbólica de desactivação da ECO, bem como das EAN, EAS e EIC, tendo em sua substituição sido criados diversos departamentos.<sup>686</sup>

Com base no Despacho do CEMA nº 51/2004, de 20 de Agosto, em Outubro de 2004 foi iniciada a reorganização do Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM), sendo extintos os grupos de escolas existentes e criada a Escola de Tecnologias Navais (ETNA).<sup>687</sup>

### **Directores da Escola de Comunicações (1974-2003)**

Entre 1974 e até à sua extinção em 2004, a Escola de Comunicações teve os seguintes Directores de Instrução:<sup>688</sup> Fernando Duarte Rocha Almeida Carvalho (1972-1975), Américo da Silva Santos (1975-1978), Júlio de Almeida Marinho (1978-1979), Fernando Carlos Fuzeta da Ponte (1979-1980), António Manuel Abrantes Lopes (1980-1982), Fernando Santos Lourenço (1982-1986), Francisco Manuel Saldanha Junceiro (1986-1987), Pedro Manuel Rocha Pereira Pimenta (1987-1990), António Pedro Silvério de Oliveira Guimarães (1990-1993), José António Ramos Osório Sayanda (1993-1994), José Luís dos Santos Alcobia (1994-1996), João Manuel Rijo Fonseca Ribeiro (1996-1998), Fernando Manuel Félix Marques (1998-2000) e Rui Manuel Figueiredo Pereira da Silva (2000-2003).

## **7.12. Escola de Electrotecnia (EEL)**

A Escola de Electrotecnia (EEL) fora criada em 1953 no seio da Escola de Mecânicos em Vila Franca de Xira, ficando integrada no Grupo Nº 1 de Escolas da Armada, que foi instituído em 1961. Durante vários anos, a EEL formou os electricistas e os electrotécnicos de que a Marinha necessitava, através de cursos destinados a praças, a sargentos e à especialização de oficiais.

---

685 Artigo 19º do Regulamento Interno do G2EA, publicado na **OAI** 17/16-4-1997.

686 **Revista da Armada**, nº 373, Março 2004.

687 Despacho nº 51/2004, de 20 de Agosto, publicado na **OAI** 36/1 Setembro 2004.

688 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 96.

Todas as escolas técnicas da Marinha tiveram de se adaptar aos novos tempos de avanços tecnológicos e de novos equipamentos, mas esse desafio de modernização foi particularmente intenso na EEL, com a electrónica digital a substituir a electrónica analógica e com o advento dos microprocessadores. Aproximava-se a chegada das novas fragatas da classe *Vasco da Gama* e houve necessidade de um elevado esforço na actualização de programas, da preparação de manuais e na requalificação do pessoal instrutor.<sup>689</sup>

Segundo o Regulamento Interno do G1EA aprovado pelo Despacho nº 21/97, de 7 de Abril, à EEL «compete executar os planos de curso aprovados, no domínio da electricidade e da electrónica».<sup>690</sup>

No quadro da implementação do novo Sistema de Formação Profissional da Marinha e do reordenamento do parque escolar, o Despacho nº 51/2004, de 20 de Agosto, criou a Escola de Tecnologias Navais (ETNA) que seria instalada no Alfeite nas infraestruturas do Grupo nº 2 de Escolas da Armada. Transitoriamente, até à conclusão do referido reordenamento do parque escolar, as escolas instaladas no Grupo nº 1 de Escolas da Armada constituiriam o Pólo de Vila Franca de Xira da ETNA. As áreas de especialização da EEL foram integradas em dois novos departamentos: o Departamento de Propulsão e Energia criado a partir da ex-Escola de Máquinas, integrou o pessoal electricista, enquanto o Departamento de Armas e Electrónica criado no Alfeite a partir da ex-Escola de Artilharia Naval, integrou o pessoal electrotécnico.

A Escola de Electrotecnicia que fora criada em 1961 foi efectivamente extinta em 2004.<sup>691</sup>

No dia 1 de Setembro de 2009, sob a presidência do CEMA, realizou-se a cerimónia de encerramento deste pólo, «cumprindo-se assim um novo e decisivo passo no reordenamento do parque escolar, no âmbito do Sistema de Formação Profissional da Marinha».<sup>692</sup>

### **Directores da Escola de Electrotecnicia (1974-2004)**

Depois de 1974 a Escola de Electrotecnicia teve os seguintes directores: Luís Fernando Camós de Oliveira Rego (1973-1974), José Manuel Oliveira Monteiro (1974-1976), João António Jorge Mendes (1976-1979), Luís Saraiva Pereira Vale (1979-1982) e Álvaro Amado Bordalo Ventura (1982-1985). Não foi possível identificar os oficiais que dirigiram a EEL depois de 1985.

689 O contra-almirante Luís Pereira Vale, que dirigiu a EEL no período de 1979-1982, considerou que o comandante João António Jorge Mendes, seu antecessor, foi o pilar do renascimento e da modernização daquela escola, ao conseguir mobilizar os melhores oficiais especializados que a Marinha então possuía, bem como os recursos financeiros que permitiram a modernização dos equipamentos.

690 Artigo 18º do Regulamento Interno do G1EA, publicado na **OAI** 17/16-4-1997.

691 Despacho nº 51/2004, de 20 de Agosto, publicado na **OAI** 36/1 Setembro 2004.

692 **Revista da Armada**, nº 434, Setembro-Outubro 2009.

### 7.13. Escola de Enfermagem da Armada (EEA)

Na década de 1960, os enfermeiros formados na Escola de Enfermagem da Armada (EEA), criada em 1968 e funcionando nas instalações do Hospital da Marinha, como antes foi referido, eram reconhecidos pela sua elevada qualificação profissional e foram elementos essenciais no apoio aos militares da Marinha, embarcados ou em terra, durante as campanhas de África que decorreram até 1974.

As mudanças verificadas com o 25 de Abril de 1974 conduziram a uma nova geografia de intervenção das Forças Armadas, a uma substancial redução de efectivos e a uma progressiva adaptação a novas realidades, pelo que progressivamente se racionalizaram e adaptaram algumas estruturas, num quadro de uma crescente tendência para a integração de alguns sectores específicos dos três ramos das Forças Armadas. A área da saúde foi um desses sectores e em 1979 foi objecto de medidas da desejada racionalização de recursos.

A Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM) foi criada pelo Decreto-Lei nº 266/79, de 2 de Agosto, como estabelecimento de ensino técnico-militar, ficando instalada no Quartel de Campo de Ourique e funcionando na directa dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. A respectiva comissão instaladora foi presidida pelo contra-almirante médico naval Rúben Lopes Lavoura, que veio a ser o primeiro director da ESSM.

A criação de um único estabelecimento de ensino para os serviços de saúde dos três ramos das Forças Armadas pretendia conduzir «a uma economia de meios humanos (sobretudo pessoal docente) e materiais (instalações e equipamentos), mas também satisfazer as exigências técnicas específicas de cada ramo».<sup>693</sup> Com a criação da ESSM, foram extintas a Escola de Enfermagem da Armada e a Escola do Serviço de Saúde do Exército. O seu primeiro regulamento foi aprovado pela Portaria n.º 582/80, de 10 de setembro.<sup>694</sup>

O Decreto Regulamentar nº 4/94, de 18 de Fevereiro, aprovou o estatuto da ESSM e elevou-a à categoria de Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar politécnico. Sete anos depois, a Portaria nº 853/2001, de 27 de Julho, dos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação, criou o curso de licenciatura em Enfermagem com a duração de quatro anos, ficando a ESSM autorizada a conferir o grau de licenciado em Enfermagem. Porém, em 2005 foi decidida a externalização dos cursos de licenciatura em enfermagem.

---

693 Decreto-Lei nº 266/79, de 2 de Agosto, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 177, 2 Ago. 1979.

694 Portaria 580/80, de 10 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 209, 10 Set. 1980.

Através do Decreto-Lei nº 186/2014, de 29 de Dezembro, foi decidida a extinção da ESSM e a criação, em sua substituição, de uma Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM), integrada na estrutura orgânica do EMGFA. Assim, a partir do dia 1 de Janeiro de 2017, a ESSM deixou de ministrar os cursos de licenciatura em enfermagem e em tecnologias de diagnóstico e terapêutica, deixando de ser classificada como Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar.

Entre 1980 e 2016 a ESSM licenciou 907 enfermeiros, 180 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 3 enfermeiros veterinários, havendo ainda 493 enfermeiros que concluíram o curso de complemento de formação em enfermagem e 129 enfermeiros que concluíram o curso de especialização em enfermagem.<sup>695</sup>

Embora não directamente ligado à missão e actividade da ESSM, justifica-se uma referência ao Hospital das Forças Armadas. O Decreto-Lei nº 234/2009 de 15 de Setembro, estabeleceu a criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR) como hospital militar único, que ficaria organizado em dois polos hospitalares, um em Lisboa e outro no Porto, «como corolário do processo de reestruturação hospitalar nas Forças Armadas preconizado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2008, de 28 de Fevereiro».

### **Directores da Escola de Enfermagem da Armada (1974-1979)**

Entre 1974 e 1978 a Escola de Enfermagem da Armada foi dirigida pelos seguintes oficiais médicos-navais: João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu (1973-1974), António Eduardo Baptista Coelho (1974-1976), Joaquim dos Santos Félix António (1976-1978) e Luís Vieira Lopes Brotero Santa Bárbara (1978-1979).

Depois da extinção da Escola de Enfermagem da Armada, a recém-criada ESSM teve os seguintes oficiais médicos-navais como directores: Rúben Lopes Lavoura (1980-1982), Marcelo Rui da Costa Soares Rebelo Barbosa (1987-1990), Manoel José Nobre Pires de Carvalho (1993-1994), Fernando Hélder Silvestre Romero (1997-1999), José Filipe Araújo Moreira Braga (2003-2005), Armando Filipe da Silva Roque (2010-2012) e Luís António Medeiros Ramos (2012-2013).<sup>696</sup>

## **7.14. Escola de Fuzileiros**

Como foi referido na Parte III, a Escola de Fuzileiros foi criada pela Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, ficando integrada no Grupo nº 2 de Escolas da Armada, da qual foi desintegrada pela Portaria nº 23.892, de 8 de Fevereiro de 1969, passando a funcionar como unidade independente.

<sup>695</sup> Informação fornecida pelo capitão-tenente Vítor Mendonça.

<sup>696</sup> Informação fornecida pelo capitão-tenente Vítor Mendonça.

Nas circunstâncias agitadas que se seguiram ao movimento do 25 de Abril de 1974, quando havia grupos que agitavam palavras de ordem como “nem mais um soldado para as colónias”, pressionando para o regresso imediato das tropas e ainda não se passara do “estado de guerra” (não-declarada) a negociações de paz nos territórios africanos, com base na legislação do poder político-militar então vigente<sup>697</sup>, o CEMA determinou que a Escola de Fuzileiros passasse a ficar «subordinada ao Comando do Corpo de Fuzileiros»<sup>698</sup>, recém-criado e sediado no Alfeite, nas proximidades do Grupo Nº 2 de Escolas da Armada.



**Figura 31** - Vista aérea das instalações da Escola de Fuzileiros em 2009 (Arquivo da **Revista da Armada**).

Entretanto, a Escola de Fuzileiros ampliou e modernizou as suas instalações de Vale de Zebro e, em 1979, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, inaugurou o Monumento aos Mortos em Combate na parada das suas instalações. No ano de 1986, para preservar a memória das actividades das unidades de Fuzileiros nas guerras de África, foi criada a Sala-Museu do Fuzileiro.

Com o fim das guerras nos territórios africanos, o conceito de emprego das unidades de fuzileiros foi recontextualizado e orientado especialmente para missões no âmbito

697 Decreto nº 275/74 (publicado do **Diário do Governo**, I, 145/26-6-1974 pelo Ministério da Defesa Nacional/Departamento da Marinha; e na O.A., I, 35/26.Jun.1974 Anexo H).

698 Portaria nº 392/74, de 29.Jun.1974, do Ministério da Defesa Nacional/Departamento da Marinha (publicado no **Diário do Governo**, I, 150/29-6-1974; e na O.A., I, 36/3.Jul.1974 Anexo E).

das Nações Unidas, da NATO ou de cooperação técnico-militar com os países de língua oficial portuguesa, destacando-se a presença de unidades de fuzileiros na República do Zaire (1977), na República da Guiné-Bissau (1988), na Bosnia-Herzegovina (2000), na República Democrática de Timor-Leste (2000-2004), na República de Moçambique (2000-2019), no Gabão e República Democrática do Congo (2006), no Afeganistão (2009-2013) e na Lituânia (2018-2023).<sup>699</sup>

Quando o Decreto-Lei nº 49/93, de 26 de Fevereiro, «no respeito pelos princípios de eficácia e racionalização» adoptou a Lei Orgânica da Marinha, confirmou no seu artigo 22º que a Escola de Fuzileiros ficasse na dependência do Comando do Corpo de Fuzileiros.

Em 1997, na sequência da extinção da Escola de Alunos Marinheiros, a Escola de Fuzileiros assumiu a responsabilidade pela Instrução Militar Básica a todas as praças incorporadas na Armada. Através do Decreto-Lei nº 233/2009 de 15 de Setembro, a Escola de Fuzileiros passou a integrar o Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM), cuja principal missão é assegurar a formação técnico-profissional dos militares da Marinha.

Em 2011 a Escola de Fuzileiros celebrou o seu 50º aniversário e, a propósito dessa efeméride, a **Revista da Armada** publicou um texto cujo subtítulo salientava «50 anos a formar Fuzileiros, ao serviço da Marinha e de Portugal», o qual informava que, entre 1975 e 2010, a Escola de Fuzileiros formara 13.539 instruídos, dos quais 12.519 praças, 888 oficiais e 132 alunos estrangeiros.<sup>700</sup>

O Decreto-Lei nº 185/2014, de 29 de Dezembro, efectivou a reorganização da estrutura orgânica da Marinha, no quadro da reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Nesse diploma, o Comando do Corpo de Fuzileiros foi definido como um elemento da componente operacional do sistema de forças e, na sua directa dependência, encontra-se a Escola de Fuzileiros, tal como a Base de Fuzileiros e as forças e unidades de fuzileiros atribuídas. O Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, estabelece que a Escola de Fuzileiros é uma das escolas que integra o Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM) e determina que a sua estrutura e funcionamento sejam definidos pelo seu regulamento interno.<sup>701</sup>

A Escola de Fuzileiros foi distinguida no dia 13 de Outubro de 2006 como Membro-Honorário da Ordem Militar de Avis e, no dia 11 de Maio de 2011, como Membro-Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

699 Informação do CMG FZ José Eduardo Pinto Conde, oficial do Corpo de Fuzileiros.

700 **Revista da Armada**, nº 452, Maio 2011.

701 Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, publicado no **Diário da República**, 1ª Série, nº 148, 31 Julho 2015.

A **Revista da Armada** publicou textos relativos ao historial e às actividades da Escola de Fuzileiros em várias das suas edições.<sup>702</sup>

### **Comandantes da Escola de Fuzileiros (1974-2014)**

Depois de 1974 as funções de Comandante da Escola de Fuzileiros foram desempenhadas pelos seguintes oficiais: António da Rocha Calhorda (1972-1974), João Geraldes Freire (1974-1975), Joaquim Alberto Pires Dias (1975-1976), Horácio Gata Metelo de Nápoles (1976-1977), Francisco Isidoro Montes de Oliveira Monteiro (1977-1978), Alexandre da Silva Anacleto (1978-1980), Luís Filipe Vidigal Aragão (1980-1982), António João Carreiro e Silva (1982-1987), Vasco Manuel da Cunha Brazão (1987-1992), António Manuel Mateus (1992-1997), Hernâni Vidal de Resende (1997-1999), Francisco Lhano Preto (1999-2002), José António Rocha e Abreu (2002-2005), José Manuel Dias da Silva (2005-2006), João Alberto Pires Carmona (2006-2007), José António Ruivo (2007-2008), António Ferreira Campos (2008-2009), Jorge Manuel de Oliveira Monteiro (2009-2010), António Augusto Pereira Leite (2010-2011), Carlos Teixeira Moreira (2011-2015), Joaquim José Assis Pacheco dos Santos (2015-2017), Joel Carlos Neto dos Santos Formiga (2017-2018), Rogério Paulo Figueira Martins de Brito (2018-2020), Joel Carlos Neto dos Santos Formiga (2020-2022) e Clemente Manuel Fernandes Gil (2022-2023).

## **7.15. Escola de Hidrografia e Oceanografia (EHO)**

As necessidades de formação do pessoal destinado a servir no Instituto Hidrográfico (IH) e nas diferentes missões hidrográficas, levaram à criação em 1967 de um curso destinado a criar auxiliares oceanográficos, com a designação de Curso de Técnicos Auxiliares de Oceanografia” e com a duração de três semestres.<sup>703</sup> Esse curso foi homologado pelos Ministros da Marinha e da Educação Nacional e, como anexo ao respectivo decreto, foi publicado o programa das disciplinas a ministrar no curso. Porém, na manhã do dia 18 de Fevereiro de 1969 deflagrou um incêndio de grande intensidade que destruiu os dois corpos ocidentais do antigo Arsenal da Marinha, onde se encontravam instalados o Instituto Hidrográfico e a Escola Náutica.<sup>704</sup>

Nesse mesmo ano o Instituto Hidrográfico veio a ser instalado no Convento das Trinas do Mocambo, situado no bairro da Madragoa em Lisboa, nele passando a funcionar o Centro de Instrução de Hidrografia e Oceanografia, adstrito ao Instituto Hidrográfico.<sup>705</sup>

702 **Revista da Armada**, nº 239, Janeiro 1992; nº 417, Março 2008; nº 428, Março 2009; nº 452, Maio 2011; nº 454, Julho 2011.

703 Decreto nº 47.987, de 9 de Outubro de 1967, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 235, 9 Out. 1967.

704 **Diário de Lisboa**, edição de 19 de Fevereiro de 1969.

705 Portaria nº 124/70 de 2 de Março, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 51 de 2 Março 1970.

Porém, o processo de descolonização que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 deu origem à cessação das actividades de três missões hidrográficas que actuavam nos territórios ultramarinos e a uma reestruturação do Instituto Hidrográfico que, inclusive, deixou de ter algumas atribuições que passaram para as Secretarias de Estado da Marinha Mercante (SEMM) e das Pescas (SEP). Assim, a SEMM assumiu as funções de inspecção dos serviços de pilotagem, a regulação e compensação de agulhas e a inspecção para efeitos de segurança de navegação, segundo a Convenção para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) dos navios mercantes, de pesca e de recreio, enquanto a SEP acolheu a Secção de Biologia Oceanográfica da Direcção do Serviço de Hidrografia do IH.<sup>706</sup>

A Escola de Hidrografia e Navegação (EHO) veio a ser criada em 1979, substituindo o Centro de Instrução de Hidrografia e Oceanografia, ficando adstrita ao Instituto Hidrográfico.<sup>707</sup>

O seu objectivo consistia na realização de cursos com vista à formação de técnicos necessários às actividades hidrográficas e oceanográficas do IH ou que, relacionadas com estas, interessam à Marinha ou ao país. Neste sentido, em 1982 iniciou o primeiro Curso de Especialização para oficiais, embora a formação de engenheiros hidrógrafos continuasse a ser feita no estrangeiro.

Com base na progressiva inserção do Instituto Hidrográfico no sistema científico e tecnológico nacional no sector da investigação do mar, o Decreto-Lei nº 134/91, de 4 de Abril de 1991, pretendeu revitalizar e expandir a actividade do IH, por forma a responder às crescentes solicitações de interesse público e de defesa militar em especial, designadamente os que decorrem das relações de cooperação técnica e científica com os países africanos de língua oficial portuguesa. Nesse sentido, entre os seus serviços, encontra-se a EHO que depende do director-geral do IH e que tem como atribuições a realização de cursos com vista à formação de técnicos necessários às actividades hidrográficas e oceanográficas do IH.<sup>708</sup>

Na sequência do gradual estabelecimento do novo Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM) que começou a ser estudado em 1997, o Decreto-Lei nº 233/2009, de 15 de Setembro, reorganizou a estrutura orgânica da Marinha e classificou a EHO como uma das escolas e centros de formação do SFPM.

Entre outros, a EHO ministra dois cursos reconhecidos internacionalmente, em conformidade com os padrões de competência estabelecidos para as categorias “A” e “B”

706 AGUILAR, J. T. de, *et al.*, **A Marinha na Investigação do Mar - 1800-1999**, Lisboa, 2001 p. 33.

707 Portaria nº 350/79, de 18 de Julho, publicada no **Diário da República**, I Série, nº 164, 18 Julho 1979.

708 Decreto-Lei nº 134/91, de 4 de Abril, publicado no **Diário da República**, I Série-A, nº 78, 4 Abril 1991.

pelo *FIG/IHO/ICA International Board on Standards of Competence for Hydrographic Surveyors and Nautical Cartographers* (IBSC), sendo a única instituição de ensino da Hidrografia em Portugal.<sup>709</sup>

A EHO representa um importante instrumento da cooperação internacional portuguesa, pois desde 1986 já proporcionou formação especializada a mais de meia centena de alunos estrangeiros oriundos de Angola, Brasil, Cabo Verde, China (Macau), Espanha, Guiné-Bissau, Itália, Marrocos, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Suíça e Tunísia.

### **Directores da Escola de Hidrografia e Oceanografia**

Depois de 1974 dirigiram a EHO os seguintes oficiais engenheiros hidrógrafos ou especializados em Hidrografia: João Luís de Oliveira (1970-77), José Alberto de Almeida e Costa (1977-81), Carlos Fernando Dias Souto (1981-83), Pedro Monteiro Fiadeiro (1983-90), José Luís Gonçalves Cardoso (1990-92), Francisco José Morgado Castro e Silva (1993-98), Rogério Paulo Antunes Chumbinho (1998-99), António Vítor Simões da Costa Rei (1999-2001), José Luís Branco Seabra de Melo (2001-2002), Carlos Miguel Reis Silva de Oliveira e Lemos (2002-06), Carlos Manuel da Costa Ventura Soares (2006), José Alberto Fernandes de Oliveira Robalo (2006-09), João Paulo Ramalho Marreiros (2009-13), Vítor Manuel Arruda Vasconcelos Capelo (2013-14), José Alberto Mesquita Onofre (2014-16), Leonel Pereira Manteigas (2026-2020), José António Velho Gouveia (2020-2023) e Luís Miguel dos Reis Arenga (2023-...).

## **7.16. Escola de Informações de Combate (EIC)**

A Escola de Informações de Combate (EIC) fora criada na Escola de Mecânicos de Vila Franca de Xira em 1956 e, em 1961, foi integrada no Grupo nº 1 de Escolas da Armada, então instituído.<sup>710</sup>

De facto, no início da década de 1950 a Marinha tinha adoptado a nova tecnologia da detecção radar e iniciado a formação de pessoal radarista, designadamente através de uma escola que ocupou um edifício próprio nas instalações navais de Vila Franca de Xira.<sup>711</sup>

Pelo despacho do CEMA nº 89, de 22 de Dezembro de 1993, a EIC foi transferida para o Grupo nº 2 de Escolas da Armada, no Alfeite, passando a ocupar parte das instalações da EAS, pelo que as duas escolas passaram a estar sob a tutela do mesmo director.

Segundo o Regulamento Interno do G2EA aprovado pelo Despacho nº 22/97, de 7 de Abril, à EIC «compete executar os planos de curso aprovados, no domínio da

709 Informação fornecida em Junho de 2023 pelo Comandante Luís Miguel dos Reis Arenga, director da EHO.

710 Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129, 3 Jun. 1961.

711 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 66.

exploração dos sistemas de detecção e identificação radar e do registo da informação de natureza táctica».<sup>712</sup>

Em Julho de 2003 foi iniciada a transferência da EIC para as instalações da Escola de Comunicações e, no dia 15 de Dezembro, com a presença do CEMA, realizou-se a cerimónia simbólica da desactivação da EIC, bem como das EAN, EAS e ECO, tendo em sua substituição sido criados diversos departamentos.<sup>713</sup>

Com base no Despacho do CEMA nº 51/2004, de 20 de Agosto, em Outubro foi iniciada a reorganização do Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM), sendo extintos os grupos de escolas existentes e criada a Escola de Tecnologias Navais (ETNA), que integrou os departamentos criados em 2003 e ocupou as instalações do extinto G2EA.<sup>714</sup>

### **Directores da Escola de Informações de Combate (1974-2003)**

Entre 1974 e até à sua extinção em 2003, a Escola de Informações de Combate teve como Directores os seguintes oficiais, sendo que a partir de 4 de Janeiro de 1994 a EIC e a EAS tiveram o mesmo Director:<sup>715</sup> Gabriel Rodrigues Paulo (1972-1974), Carlos Alberto Ferreira Gonçalves (1974-1978), Carlos Alberto Viegas Filipe (1978-1981), Fausto José Tomás Coelho (1981-1984), Luís Germano Santos Galaio (1984-1986), José Manuel Rodrigues Calado Leonor (1986-1987), João Pedro Felícia Moreira (1987-1989), Vítor Manuel dos Santos Sequeira (1989-1992), Raúl David Nuno Vieira Pita (1992-1994), Alexandre Alberto de Martins Marvanejo (1994-1995), Fernando Delfim Guimarães Tavares de Almeida (1995-1997), José António Peixoto de Queiroz (1997-1998), José António Vizinha Mirones (1998-2001) e Paulo Jorge de Oliveira Cavaleiro Ângelo (2001-2003).

## **7.17. Escola de Limitação de Avarias (ELA)**

A Escola de Limitação de Avarias (ELA) foi criada pelo Decreto nº 42.246, de 1 de Maio de 1959, ficando na dependência da Superintendência dos Serviços da Armada e provisoriamente integrada no Corpo de Marinheiros da Armada, no Alfeite. No preâmbulo daquele diploma é destacada «a grande importância da limitação de avarias e da defesa contra o emprego de armas atómicas, biológicas e químicas nas unidades e serviços da Armada e na Marinha Mercante».<sup>716</sup>

712 Artigo 20º do Regulamento Interno do G2EA, publicado na **OAI** 17/16-4-1997.

713 **Revista da Armada**, nº 373, Março 2004.

714 Despacho nº 51/2004, de 20 de Agosto, publicado na **OAI** 36/1 Setembro 2004.

715 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 97-98.

716 Decreto nº 42.246, de 1 de Maio de 1959, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 99, 1 Maio 1959.

Quando a Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, criou algumas novas escolas e centros de instrução da Armada, foi mantida a ELA que ficou integrada no Grupo nº 2 de Escolas da Armada, então criado e com sede no Alfeite.<sup>717</sup> Num artigo publicado em 1978 nos **Anais do Clube Militar Naval**, foi feito o historial da limitação de avarias que, «a maior parte das marinhas estrangeiras considera ser o serviço nº 1, do qual depende a segurança do pessoal e material», nele se incluindo uma proposta de estrutura funcional para a Limitação de Avarias na Armada.<sup>718</sup>

A actividade da ELA foi sempre muito intensa e, em 1993, por ocasião do seu aniversário, era salientado o facto de «ao longo dos seus 34 anos de contínuo funcionamento, já terem passado pela ELA mais de 100.000 alunos, que contribuíram para a reconhecida eficiência da Limitação de Avarias na Marinha, mas também para a crescente sensibilização da sociedade civil relativamente à segurança contra incêndios».<sup>719</sup>

Segundo o Regulamento Interno do G2EA aprovado pelo Despacho nº 22/97, de 7 de Abril, à ELA «compete executar os planos de curso aprovados, no domínio da limitação de avarias».<sup>720</sup>

No ano de 2000, a propósito da participação da ELA numa feira internacional, foi salientada a forma como se procura a melhoria da formação e treino «aos 3000 alunos militares e 1000 civis que, em média, frequentam anualmente a ELA».<sup>721</sup>

Depois de muitos estudos, a Marinha decidiu implementar um novo Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM) e proceder ao reordenamento do seu parque escolar. Pelo despacho do CEMA nº 51/2004, de 20 de Agosto, foi criada a Escola de Tecnologias Navais (ETNA), foram desactivadas as escolas do G1EA e do G2EA e a estrutura da nova escola passou a ter departamentos de formação, um dos quais foi o Departamento de Limitação de Avarias (DLA).<sup>722</sup>

#### **Directores da Escola de Limitação de Avarias (1974-2004)**

Entre 1974 e 2004 as funções de Director da Escola de Limitação de Avarias foram desempenhadas pelos seguintes oficiais:<sup>723</sup> Luís Guilherme Cogumbreiro Ivens Brandão (1974-1975), Carlos Nelson da Silva Sousa (1975-1977), Jorge Santana da Silva (1977), António João George de Lacerda Nobre (1977-1981), António José Correia

---

717 Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129, 3 Jun. 1961.

718 SERRANO, Manuel Bouza; ROBERTO, António Possidónio, “A Limitação de Avarias na Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, A. 108, Janeiro-Março 1978, p. 9-64.

719 **Revista da Armada**, nº 256, Junho 1993.

720 Artigo 21º do Regulamento Interno do G2EA, publicado na OA1 17/16-4-1997.

721 **Revista da Armada**, nº 329, Março 2000.

722 **OAI** 36/1-9-2004.

723 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 99.

Possidónio Roberto (1981-1984), Manuel de Matos Vitorino (1984-1989), Raúl Henrique Isidro Valente (1989-1993), Heitor Sequeira Alves (1993-1997), João Madeira Domingues Cega (1997-1999), José Eduardo Goulão Marques (1999-2002) e Carlos Alberto Dias Ferreira (2002-2004).

### 7.18. Escola de Máquinas (EMAQ)

A Escola de Máquinas (EMAQ) foi criada pela Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, ficando integrada no Grupo nº 1 de Escolas da Armada, que foi criado através do mesmo diploma.<sup>724</sup>

A formação das praças e sargentos maquinistas (fogueiros-motoristas e artífices condutores de máquinas) era assegurada desde os anos 1930 pela Escola de Mecânicos, em Vila Franca de Xira. No quase centenário historial do ensino de máquinas na Marinha e de instrução do pessoal maquinista, houve sempre a capacidade de adaptação às novas tecnologias da propulsão desde o tempo das turbinas de vapor, bem como à substituição do carvão pelos combustíveis líquidos. Os métodos e meios de formação também evoluíram para responder às novas necessidades exigidas pela modernização dos navios.

As transformações políticas havidas em 1974 proporcionaram as condições para a modernização da Marinha, designadamente com a aquisição das fragatas da classe *Vasco da Gama*, que foram incorporadas no efectivo dos navios da Armada a partir de 1991. A Escola de Máquinas adaptou-se e passou a ministrar formação técnica na área da automação, dos sistemas de Comando e Controlo e da Informática.

Segundo o Regulamento Interno do G1EA aprovado pelo Despacho nº 21/97, de 7 de Abril, à EMAQ «compete executar os planos de curso aprovados, no domínio da mecânica e condução de viaturas».<sup>725</sup>

Porém, no quadro da implementação do novo Sistema de Formação Profissional da Marinha e do reordenamento do parque escolar, o Despacho nº 51/2004, de 20 de Agosto, criou a Escola de Tecnologias Navais (ETNA) que seria instalada no Alfeite nas infraestruturas do Grupo nº 2 de Escolas da Armada e, transitoriamente, até à conclusão do referido reordenamento, as escolas instaladas no Grupo nº 1 de Escolas da Armada constituiriam o Pólo de Vila Franca de Xira da ETNA, onde a Escola de Máquinas passou a constituir o seu Departamento de Propulsão e Energia, isto é, a Escola de Máquinas que fora criada em 1961 foi efectivamente extinta em 2004.<sup>726</sup>

724 Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129, 3 Jun. 1961.

725 Artigo 17º do Regulamento Interno do G1EA, publicado na **OAI** 17/16-4-1997.

726 Despacho nº 51/2004, de 20 de Agosto, publicado na **OAI** 36/1 Setembro 2004.

No dia 1 de Setembro de 2009, sob a presidência do CEMA, realizou-se a cerimónia de encerramento deste pólo, “cumprindo-se assim um novo e decisivo passo no reordenamento do parque escolar, no âmbito do Sistema de Formação Profissional da Marinha”.<sup>727</sup>

### **Directores da Escola de Máquinas (1974-2003)**

Entre 1974 e 2003 as funções de Director da Escola de Máquinas foram desempenhadas pelos seguintes oficiais: João Alberto Pereira Tomás (1973-1974), Carlos Alberto Caetano Dias (1974-1977), Fausto Monteiro (1977), Joaquim da Silva Duarte (1977-1979), Fernando António Lorena da Costa Freire (1979), Joaquim da Silva Duarte (1979-1980), Pedro Amarílio Monteiro Pombo Ramalho (1980-1985), Francisco José Costa Pereira (1985-1989), Armindo da Conceição Godinho (1989-1990), Manuel Aires Vilaça Barbosa de Barros (1990-1994), António de Castro Figueiredo (1994-1996), Nuno José da Cunha Lopes (1996-1998), José de Pinho Moreira Gilde (1998), Pedro Maria Montes Alves de Castro (1998-2000) e Vítor João Nunes Bernardino (2000-2003).

### **7.19. Escola de Marinharia (EMR)**

A Marinharia é um conjunto de conhecimentos e práticas essenciais para quem anda no mar e que, entre outras, inclui a manobra de navios, a condução de embarcações à vela e a motor e a chamada arte de marinheiro, pelo que sempre foi objecto de instrução na Marinha. Nesse longo percurso, a Escola de Marinharia e Manobra, que foi criada em 1934, pode ser considerada a antecessora da Escola de Marinharia (EMR), criada pela Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961.

A nova escola tinha por missão assegurar a formação dos conhecimentos de Marinharia ao pessoal da classe de Manobra, tendo ficado adstrita ao comando do navio-escola *Sagres*.<sup>728</sup> Alguns anos depois, através da Portaria nº 701/72, de 2 de Dezembro, a EMR foi integrada no Grupo nº 2 de Escolas da Armada (G2EA), deixando de estar adstrita ao navio que em 1962 fora classificado como navio-depósito e tomara o nome de *Santo André*.

Segundo o Regulamento Interno do G2EA aprovado pelo Despacho nº 22/97, de 7 de Abril, à EMR «compete executar os planos de curso aprovados, no domínio da marinharia e navegação».<sup>729</sup>

No ano de 2001 a EMR abandonou as suas instalações habituais e passou a ocupar um novo edifício localizado junto da Escola de Artilharia Naval.

---

727 **Revista da Armada**, nº 434, Setembro-Outubro 2009.

728 Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129, 3 Jun. 1961.

729 Artigo 22º do Regulamento Interno do G2EA, publicado na **OA1** 17/16-4-1997.

Em Outubro de 2004, com a activação da Escola de Tecnologias Navais (ETNA), a EMR foi integrada no seu Departamento de Formação Geral.<sup>730</sup>

### **Directores da Escola de Marinharia (1974-2004)**

Entre 1974 e 2004 as funções de Director da Escola de Marinharia foram desempenhadas pelos seguintes oficiais:<sup>731</sup> João Garcês Correia (1973-1975), Carlos Alberto Mano Simões Lopes (1975-1976), Eugénio José Martins Cavalheiro (1976-1977), Carlos Saraiva da Costa Pecorelli (1977), Vítor Manuel Dias Coelho da Silva (1977-1979), Francisco Ferreira Baptista (1979-1982), Amândio Elói Pintado Lopes Pereira (1982-1983), José Armando Rodrigues Leite (1983), Rogério António Jorge Guerra (1983-1987), Luís Carlos Vieira Ferreira (1987-1989), Vasco Falcão Peres Galvão (1989-1990), Júlio Manuel Sajara Madeira (1990-1991). Jorge Carlos Alves D'Almeida (1991-1993), António José da Costa Bento (1993-1997), Paulo José de Almeida Borges Gaspar (1997-2000), Paulo Jorge Santos Colaço (2000-2002) e João Paulo Pena Rodrigues Rato (2002).

### **7.20. Escola de Mergulhadores (EMERG)**

No âmbito das actividades da Direcção do Serviço de Submersíveis, através do Decreto nº 41.646, de 24 de Maio de 1958, foi criado um Serviço de Mergulhadores e de Salvação (SMS).<sup>732</sup> Porém, com a chegada da 4ª Esquadilha de Submarinos, foi criada a Escola de Submarinos e Mergulhadores (ESM), através da Portaria nº 23.768, de 12 de Dezembro de 1968, enquanto o Serviço de Mergulhadores e de Salvação foi integrado na nova escola.<sup>733</sup> Este serviço veio a ser extinto através da Portaria nº 120/74, de 25 de Março.

Com os ajustamentos feitos ao sistema de formação da Marinha, a Portaria nº 928/73, de 29 de Dezembro, clarificou alguns aspectos em vigor e, entre os estabelecimentos de ensino da Armada, indica separadamente a Escola de Submarinos e a Escola de Mergulhadores, embora ambas adstritas à Esquadilha de Submarinos. Assim, a Escola de Mergulhadores só foi institucionalmente criada em 1973, embora as suas actividades já se tivessem desenvolvido desde há alguns anos. A **Lista da Armada** referida a 31 de Dezembro de 1974, indica o capitão-de-fragata SE Canelas Cardoso como responsável desde 24-9-1965 pela Direcção de Instrução da Escola de Mergulhadores e o 1º tenente SE Ferdinando de Oliveira Simões como um dos seus instrutores desde

730 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 66-67.

731 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 99.

732 Decreto-lei nº 41.646, de 24 de Maio de 1958, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 111, de 24 Mai. 1958.

733 Portaria nº 23.768, de 12 de Dezembro de 1968, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 292, 12 Dez. 1968.

22-9-1969, isto é, estes oficiais estavam ao serviço da nova Escola de Mergulhadores, antes da sua existência formal.

O Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, aprovou a nova orgânica da Marinha e trata do Sistema de Formação Profissional da Marinha, indicando as respectivas escolas e centros de formação, entre as quais se destaca a Escola de Mergulhadores (EMERG), cuja estrutura e funcionamento seria definido pelo respectivo regulamento interno.

### **Comandantes da Esquadilha de Submarinos/Directores da Escola de Submarinos**

Os comandantes da Esquadilha de Submarinos dirigiram, por inerência, a Escola de Mergulhadores e, desde 1974, foram os seguintes oficiais superiores: Armando António Pimentel Saraiva (1974), Miguel Pereira dos Santos Trigo (1974-1975), António José Conde Martins (1975-1976), Carlos Alberto da Costa Monteiro (1976-1977), Jorge Manuel Cabeçadas Pereira Leite (1977-1984), António José Conde Martins (1984-1989), Adolfo Esteves de Sousa (1989), Tito Manuel Peixe Cerqueira (1989-1993), Luís Sebastião Delgado de Rodrigues Nascimento (1993-1994), Álvaro Rodrigues Gaspar (1994-1997), Carlos Manuel Brites Nunes (1997-2000), Joaquim Nobre (2000-2004), José António Almeida da Costa Andrade (2004-2006), José Paulo Duarte Cantiga (2006-2008), Henrique Passaláqua Gouveia e Melo (2008-2011), Mário Francisco da Silva Gouveia (2011-2018) e Paulo Nuno Farinha Alves (2018-2021).

## **7.21. Escola de Sargentos**

Embora já anteriormente existisse o Curso Geral de Sargentos, a Escola de Sargentos só terá sido formalizada pela Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, ficando integrada no Grupo nº 1 de Escolas da Armada, que foi criado através do mesmo diploma.<sup>734</sup>

A Portaria nº 124/70, de 2 de Março, bem como a **Lista da Armada** referida a 31 de Dezembro de 1974, ainda mencionam a Escola de Sargentos, mas a documentação que poderia historiar a sua evolução ou a sua extinção não está disponível. Nessa edição da **Lista da Armada** está indicado como seu Director de Instrução o capitão-de-fragata Rui Francisco Corte-Real Negrão, mas a edição referida a 31 de Dezembro de 1975 já não menciona a Escola de Sargentos, o que indicia que a mesma foi extinta durante o ano de 1975.

O Despacho Ministerial nº 21/75, de 27 de Fevereiro, cancelou os dois cursos de Formação de Sargentos previstos para o ano escolar de 1974-75 e, mais tarde, a **Revista da Armada** informava que no dia 27 de Outubro de 1975 se iniciara na Escola Naval o Curso de Formação de Oficiais Técnicos (CFOTE).<sup>735</sup>

---

734 Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129, 3 Jun. 1961.

735 **Revista da Armada**, nº 51, Dezembro, 1975.

## **7.22. Escola de Submarinos/Centro de Instrução de Submarinos (CISUB)**

Apesar da formação submarinista ser centenária na Marinha Portuguesa, a Escola de Submarinos só foi criada em 1973. Antes existira o Centro de Instrução de Navegação Submarina, que tinha sido criado em 1961, mas que veio a ser extinto em 1968, quando foi criada a Escola de Submarinos e de Mergulhadores. Porém, a Portaria nº 928/73, de 29 de Dezembro, que enumerou os estabelecimentos de ensino da Armada, menciona separadamente a Escola de Submarinos e a Escola de Mergulhadores, embora ambas adstritas à Esquadilha de Submarinos.

Nos diversos ajustamentos adoptados no sistema de ensino da Marinha, designadamente em 1979 e 1981, a Escola de Submarinos foi mantida com o mesmo nome e com as mesmas actividades.

O Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, que aprovou a nova orgânica da Marinha e tratou do Sistema de Formação Profissional da Marinha, também enumerou as respectivas escolas e centros de formação, entre as quais se destaca o Centro de Instrução de Submarinos (CISUB), que é o herdeiro do Centro de Instrução de Navegação Submarina (1961), da Escola de Submarinos e de Mergulhadores (1968) e da Escola de Submarinos (1973).

### **Comandantes da Esquadilha de Submarinos/Directores da Escola de Submarinos**

Os comandantes da Esquadilha de Submarinos dirigiram, por inerência, a Escola de Submarinos e, desde 1974, foram os seguintes oficiais superiores: Armando António Pimentel Saraiva (1974), Miguel Pereira dos Santos Trigoso (1974-1975), António José Conde Martins (1975-1976), Carlos Alberto da Costa Monteiro (1976-1977), Jorge Manuel Cabeçadas Pereira Leite (1977-1984), António José Conde Martins (1984-1989), Adolfo Esteves de Sousa (1989), Tito Manuel Peixe Cerqueira (1989-1993), Luís Sebastião Delgado de Rodrigues Nascimento (1993-1994), Álvaro Rodrigues Gaspar (1994-1997), Carlos Manuel Brites Nunes (1997-2000), Joaquim Nobre (2000-2004), José António Almeida da Costa Andrade (2004-2006), José Paulo Duarte Cantiga (2006-2008), Henrique Passaláqua Gouveia e Melo (2008-2011), Mário Francisco da Silva Gouveia (2011-2018) e Paulo Nuno Farinha Alves (2018-2021).

## **7.23. Escola de Tecnologias de Educação e Treino (ETET)**

A Escola de Tecnologias de Educação e Treino (ETET) foi a designação adoptada em 1994 para a Escola de Tecnologias de Instrução e Treino (ETIT) que fora criada pela Portaria nº 236/85, de 26 de Abril. Estava integrada no Grupo nº 2 de Escolas da Armada (G2EA) e destinava-se à preparação do pessoal de Marinha, em ordem ao funcionamento eficiente e tecnicamente correcto dos seus estabelecimentos de ensino,

mediante uma ajustada aplicação dos princípios e da metodologia de abordagem sistémica do treino.<sup>736</sup>

Em 1975 nascera um Curso de Preparação de Instrutores, mas perante a sua evolução surgiu a necessidade da criação de uma escola. O seu aparecimento resultou de um processo de aprendizagem/ensino de técnicas e métodos de instrução, que a Marinha já apreendera depois da criação da NATO no contacto com outras Marinhas e que, em alguns casos, já incorporara nas suas escolas.<sup>737</sup>

Após os primeiros anos de actividade, em Abril de 1994 a ETIT comemorou o seu 9º aniversário e era então referido que «apesar da sua curta existência, a ETIT começa a ver reconhecida a sua importância estratégica na preparação de formadores e de técnicos especializados, para servirem nos estabelecimentos de ensino da Marinha».<sup>738</sup>

Na sequência da publicação da Lei Orgânica da Marinha, o Decreto Regulamentar nº 34/94, de 1 de Setembro, reviu as competências dos grupos de escolas da Armada. Nesse documento, o G2EA integrava a Escola de Tecnologia de Educação e Treino (ETET), sendo de relevar que a ETIT passou a denominar-se ETET, isto é, o termo “Instrução” foi substituído pelo termo “Educação”.

Segundo o Regulamento Interno do G2EA aprovado pelo Despacho nº 22/97, de 7 de Abril, à ETET «compete executar os planos de curso aprovados, no domínio da formação e respectiva gestão».<sup>739</sup>

Vários cursos foram sendo preparados para responder às necessidades da Marinha, destacando-se o Curso para Gestores de Sistemas de Formação, que se realizava anualmente na ETET e que envolvia responsáveis de topo das organizações de formação da Marinha, mas também do Ministério da Defesa Nacional, do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Escola de Sargentos da Força Aérea Portuguesa.<sup>740</sup> Outras iniciativas foram a criação de uma estrutura de formação no G2EA, designado por Departamento de Formação de Sargentos, destinado especialmente à formação e desenvolvimento dos quadros intermédios da Marinha, bem como os Cursos de Atendimento Directo ao Público, de que se realizaram quatro cursos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, ambos com cofinanciamento do Fundo Social Europeu, através do programa PROFAP.<sup>741</sup>

---

736 Portaria nº 236/85, de 26 de Abril, publicada na **OAI** 18/2 de Maio de 1985.

737 “O Grupo Nº 2 de Escolas da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 126, Outubro-Dezembro 1996, p. 671-674.

738 **Revista da Armada**, nº 266, Junho 1996.

739 Artigo 23º do Regulamento Interno do G2EA, publicado na **OAI** 17/16-4-1997.

740 **Revista da Armada**, nº 272, Janeiro 1995.

741 **Revista da Armada**, nº 302, Setembro-Outubro 1997.

A ETET foi extinta em 2003 e foi integrada na ETNA como o Departamento de Formação em Tecnologias de Educação (DFTE).

### **Directores da ETIT/ETET (1986-2003)**

Entre 1986 e 2003 as funções de Director da ETET foram desempenhadas pelos seguintes oficiais:<sup>742</sup> Agostinho Vidal de Pinho (1986-1993), Etelberto Lopes da Costa (1993-1997), Nuno Manuel Nunes Neves Agostinho (1997-1999), Jorge Manuel de Oliveira Monteiro (1999-2001) e Daniel Pires Ramos (2001-2003).

## **7.24. Escola de Tecnologias Navais (ETNA)**

A Escola de Tecnologias Navais (ETNA) foi criada em 2004 a partir da junção das escolas que integravam o Grupo nº 1 de Escolas da Armada e o Grupo nº 2 de Escolas da Armada, respectivamente em Vila Franca de Xira e no Alfeite, tendo como principal missão a formação profissional dos sargentos e praças da Marinha, sem prejuízo das competências específicas de outras entidades no mesmo âmbito.

A ideia de criar um único grupo de escolas que até então se encontravam dispersas e que assegurasse maior racionalidade económica e uma efectiva redução de custos, surgiu a partir do Grupo de Projecto de Reestruturação do Sistema de Formação da Marinha (GPRFSM), que fora criado em 1998 no âmbito da actividade da Superintendência dos Serviços de Pessoal da Armada e que esteve activo até 2001. Entre outras propostas relativas a uma nova visão da formação na Marinha e à sua reestruturação, aquele grupo coordenado pelo contra-almirante Leitão Rodrigues defendeu a criação de uma escola técnico-profissional moderna, adequadamente apetrechada, motivadora para o pessoal e capaz de satisfazer as necessidades da Marinha e a valorização dos seus recursos humanos. Depois, foi criado o Grupo de Trabalho para a Implementação do Novo Sistema de Formação da Marinha, cujos principais projectos em que se envolveu foram a própria implementação do novo Sistema de Formação da Marinha, a configuração das novas classes de Praças da Marinha e o reordenamento do Parque Escolar, cuja responsabilidade foi confiada ao contra-almirante Luís Pereira Vale.

Este último projecto teve por missão estudar as instalações que deveriam reunir os departamentos de formação e as escolas que então constituíam o G1EA e o G2EA. Foram escolhidas as instalações do G2EA para acolher a nova unidade, desde logo designada por Escola de Tecnologias Navais (ETNA), que se pretendia fosse “um grande pólo tecnológico de formação profissional da Marinha, com um vasto leque de saberes agregados, com formação profissional acreditada e com um Sistema de Qualidade implementado na sua estrutura”.<sup>743</sup>

<sup>742</sup> SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 100.

<sup>743</sup> **Revista da Armada**, nº 373, Março 2004.

O despacho do CEMA nº 51/2004, de 20 de Agosto, criou a Escola de Tecnologias Navais com uma estrutura com os seguintes departamentos de formação:<sup>744</sup>

- Departamento de Operações (DOP);
- Departamento de Armas e Electrónica (DAE);
- Departamento de Propulsão e Energia (DPE);
- Departamento de Limitação de Avarias (DLA);
- Departamento de Administração e Logística (DAL);
- Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação (DCSI);
- Departamento de Formação em Tecnologias de Educação (DFTE);
- Departamento de Formação Geral (DFG).

Para além da transformação das escolas técnicas então existentes em departamentos de formação, reflectindo a estrutura funcional existente a bordo dos novos navios e as novas classes de sargentos e praças daí resultantes, o processo de mudança então iniciado implicou o reordenamento do parque escolar no mesmo espaço físico e com uma estrutura de apoio comum. A necessidade de garantir que a sua concretização fosse feita sem interrupção das actividades escolares, fez com que em Outubro de 2004 tivessem sido desactivadas as escolas dos G1EA e do G2EA, ficando a nova escola a funcionar, transitoriamente, em dois pólos correspondentes às antigas instalações de Vila Franca de Xira e do Alfeite.<sup>745</sup>

Em Novembro de 2009, por ocasião das celebrações do 5º aniversário da ETNA, o seu comandante fez um balanço da actividade desenvolvida e declarou que “nos últimos doze meses formámos mais de 5000 alunos, em cerca de 480 cursos ministrados e com uma percentagem de sucesso que ronda os 95% de aprovações. Dispomos de recursos para formar e qualificar, com elevado nível de qualidade, nas áreas da electrónica, da mecânica, da energia, das operações, comunicações, logísticas, sistemas de informação e administração, da segurança e limitação de avarias, da simulação médica, da assistência humanitária, da formação militar, física e naval, da formação em línguas e em tecnologias educativas”.<sup>746</sup>

Poucos meses depois ficava finalizada transferência para o Alfeite dos dois últimos departamentos que ainda estavam activos em Vila Franca de Xira, ficando concluído o reordenamento do parque escolar.<sup>747</sup>

Em 2011 a **Revista da Armada** publicou uma série de textos assinados por Rui Ortigão Neves que intitulou “Quinze dias na Escola de Tecnologias Navais”, onde aquele oficial de Marinha descreve com grande detalhe o processo de criação da ETNA, as

---

744 OAI 36/1-9-2004.

745 **Revista da Armada**, nº 425, Dezembro 2008.

746 **Revista da Armada**, nº 437, Janeiro 2010.

747 **Revista da Armada**, nº 437, Janeiro 2010.

suas actividades, os seus cursos e a forma como responde quotidianamente aos desafios exigidos pela modernidade da Marinha.<sup>748</sup>

O processo de reestruturação das escolas do Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM) foi concluído pelo Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, que aprovou a nova orgânica da Marinha, definindo atribuições, competências e organização da estrutura interna da Marinha. Entre os seus órgãos centrais da administração e direcção encontra-se o Superintendente do Pessoal a quem compete, entre outras funções, assegurar as actividades no domínio da formação. No seu artigo 115º, aquele diploma refere que a ETNA é um órgão de base na directa dependência do Superintendente do Pessoal, que integra o SFPM, tendo por missão assegurar a formação técnico-profissional dos militares da Marinha, nomeadamente a formação inicial e contínua, sem prejuízo das competências de outras entidades.<sup>749</sup>

O processo de reestruturação do sistema de formação da Marinha foi prolongado no tempo por razões de ordem diversa que evitaram rupturas e custos indesejáveis, mas que garantiram a eficácia do processo. Muitos militares da Marinha estiveram envolvidos nesta viragem para a modernidade tecnológica, sem que a herança cultural das velhas escolas técnicas tivesse sido esquecida. A Marinha ficou devedora de gratidão a todos os que participaram neste processo de modernização e reestruturação.

No dia 27 de Novembro de 2017, a ETNA foi visitada pelo Presidente da República.

### **Comandantes da Escola de Tecnologias Navais (2004-2014)**

Desde a sua criação em 2004, a ETNA foi comandada pelos seguintes oficiais: Fernão Manuel Pacheco Malaquias Pereira (2004-2006), Rui Manuel Costa Casqueiro de Sampaio (2006-2008), Valentim José Pires Antunes Rodrigues (2008-2011), António Manuel Henriques Gomes (2011-2015), Carlos Osvaldo Rodrigues Campos (2015-2017), Nuno Maria d'Orey Roquette Cornélio da Silva (2017-2018) e António Pedro Ferreira Moreira (2018-2020).

## **7.25. Escola Naval**

A Escola Naval foi a herdeira da Academia Real dos Guardas-Marinhas fundada em 1782 e foi criada por Carta de Lei de 23 de Abril de 1845, tendo funcionado nas suas históricas instalações da Ribeira das Naus até 1936, data em que foi transferida para as suas actuais instalações no Alfeite. O seu historial está abundantemente investigado e apresentado nas antecedentes Partes I, II e III.

748 *Revista da Armada*, nº 454/Julho, 455/Agosto, 456/Setembro-Outubro e 457/Novembro, 2011.

749 Decreto Regulamentar nº 10/2015, de 31 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1ª Série, nº 148, 31 Julho 2015.

Provavelmente, nenhuma outra entidade ou organismo da Marinha como a Escola Naval, agrega tão fortemente o historial da corporação, a tradição marinheira e a cultura naval. As suas instalações localizam-se no perímetro da Base Naval de Lisboa, mas têm sido modernizadas para poder cumprir a sua missão, constando actualmente de 18 edifícios e instalações de apoio de natureza diversa.<sup>750</sup> Através da Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, a Escola Naval foi classificada como unidade independente.<sup>751</sup>



**Figura 32** - Fachada principal da Escola Naval (Arquivo da **Revista da Armada**).

Quando ocorreu o movimento do 25 de Abril de 1974, a Escola Naval tinha uma existência e um prestígio de 129 anos de actividade, mas o ambiente de mudança por que passava a sociedade portuguesa, muitas vezes dinamizado pelas estruturas militares, influenciou a Marinha e, naturalmente, também a Escola Naval.

Um dos primeiros sinais de adaptação aos novos tempos foi a constituição de um grupo de trabalho, que incluía professores e alunos escolhidos democraticamente, que discutiu e apresentou um projecto de regulamento para a Escola Naval, que veio a ser rejeitado pelo Estado-Maior da Armada.<sup>752</sup> Embora então se procurassem princípios

---

750 **Revista da Armada**, nº 424, Novembro 2008.

751 Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129, 3 Junho 1961.

752 LEMOS, Carlos Alberto Oliveira e, “Escola Naval – Um projecto de Regulamento”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 106, Julho-Setembro 1976, p. 595-603.

e critérios comuns relativamente às necessárias reestruturações dos três ramos das Forças Armadas, o Decreto-Lei nº 417/77, de 3 de Outubro, atendeu parcialmente à proposta daquele grupo de trabalho e promoveu uma primeira reforma do ensino na Escola Naval.<sup>753</sup>

Antes, «verificando-se que em muitos casos sargentos e praças da Armada, por sua iniciativa e mérito próprio, têm vindo a melhorar o nível das suas habilitações, demonstrando assim um sério desejo de valorização», foi decretado que «os sargentos e praças da Armada do activo podem ser admitidos aos concursos para ingresso nos cursos da Escola Naval».<sup>754</sup> Esta medida foi uma consequência do clima democrático que atravessava a Marinha e um sinal integrador que respondia às novas realidades sociais.

Porém, as grandes mudanças a ser feitas para responder à «complexidade e ecletismo das funções dos futuros oficiais», só se concretizaram a partir de 1986, com a publicação do Decreto-Lei nº 48/86, de 13 de Março, relativo ao relacionamento institucional das escolas militares de ensino superior com os estabelecimentos que integram o sistema universitário português. Com base naquele diploma e como resposta à «dinâmica de evolução da Marinha», foi publicado o Decreto Regulamentar nº 22/86, de 11 de Julho, que define a Escola Naval como «um estabelecimento militar de ensino superior que tem por missão formar os alunos que a frequentam para o exercício das funções de oficial da Armada». Aquele diploma definia que «todos os cursos ministrados na Escola Naval deverão ser orientados no sentido de conseguir uma formação integral dos alunos como militares, marinheiros, chefes e técnicos».<sup>755</sup>

O novo Regulamento da Escola Naval foi aprovado pela Portaria nº 471/86, de 28 de Agosto, sendo um longo documento que consta de seis capítulos com 250 artigos e com cinco anexos. Esse diploma determinou que, no âmbito da sua missão e como unidade independente, a Escola Naval «está directamente subordinada ao CEMA, para fins de ensino, disciplina, segurança e defesa», definindo que os cursos ali ministrados são o curso de Marinha, o curso de Engenheiros Maquinistas Navais, o curso de Administração Naval e o curso de Fuzileiros, cada um com «os seus planos de estudos organizados num sistema de unidades de crédito».<sup>756</sup> Porém, porque foi referenciada uma nova área funcional relativamente à «manutenção do armamento, sensores e demais

753 Decreto-Lei nº 417/77, de 19 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 229, 3 Outubro 1977.

754 Decreto-Lei nº 548/75, de 30 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 226, 30 Setembro 1975.

755 Decreto Regulamentar nº 22/86, de 11 de Julho, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 157, 11 Julho 1986.

756 Portaria nº 471/86, de 28 de Agosto, publicada no **Diário da República**, I Série, nº 197, 28 Agosto 1986.

equipamentos electrónicos», em 1987 foi alargado o número de cursos ministrados na Escola Naval, tendo sido criado um novo curso de Armas e Electrónica.<sup>757</sup>

Alguns anos depois, a Portaria nº 276/98, de 2 de Maio, procedeu à estruturação curricular dos cursos da Escola Naval que passaram a conferir cinco graus de licenciado, respectivamente:

- Ciências Militares Navais – Marinha;
- Ciências Militares Navais – Engenheiros Navais, ramo de Mecânica;
- Ciências Militares Navais – Engenheiros Navais, ramo de Armas e Electrónica;
- Ciências Militares Navais – Administração Naval;
- Ciências Militares Navais – Fuzileiros.

Os cursos referidos eram ministrados na Escola Naval e foram organizados segundo o sistema de unidades de crédito, que são indicadas em cinco anexos àquela Portaria.<sup>758</sup>

No ano lectivo de 1999-2000 teve início o curso de Médicos Navais, sendo a respectiva licenciatura da responsabilidade académica da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.<sup>759</sup> A partir de 2007 a Escola Naval adoptou o processo de Bolonha, isto é, introduziu um sistema de ensino superior de três ciclos, com estudos de licenciatura, mestrado e doutoramento com reconhecimento mútuo no espaço europeu.

Os cursos da Escola Naval têm a duração de cinco anos, sendo os quatro primeiros de frequência académica e o último, correspondente a um ano de estágio em navios ou outros organismos, que tem a finalidade de gradualmente adaptar os alunos ao desempenho das funções e às responsabilidades que competem aos oficiais subalternos. Nos quatro primeiros anos de ensino, além das matérias de natureza académica que são ministradas nas salas de aula, os alunos têm uma viagem de instrução embarcados e efectuam regulares embarques de fim-de-semana, designadamente nos veleiros atribuídos à Escola Naval. Para todos os cursos, as diferentes disciplinas curriculares da Escola Naval estão agrupadas em áreas científicas ou de formação, de acordo com a sua natureza sendo, respectivamente, a Área de Formação Científica de Base, a Área de Formação Técnico-Naval e a Área de Formação Militar-Naval. Os alunos têm diversas actividades complementares de formação, destacando-se a preparação e apresentação de uma memória de fim de curso sobre um assunto de interesse técnico, científico ou cultural, do âmbito do respectivo curso ou de interesse para a Marinha.<sup>760</sup>

---

757 Decreto Regulamentar nº 55/87, de 8 de Agosto, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 181, 8 Agosto 1987.

758 Portaria nº 276/98, de 2 de Maio, publicada no **Diário da República**, I Série B, nº 101, 2 Maio 1998.

759 SALGADO, Augusto, **Escola Naval – Talant de Bien Faire**, Escola Naval, 2013, p. 101.

760 COSTA, António Luís Centeno da, “Escola Naval”, **Revista da Armada**, nº 308, Abril 1998.

O Decreto-Lei nº 233/2009, de 15 de Setembro, reorganizou a estrutura orgânica da Marinha, em linha com a reorganização da estrutura superior da defesa nacional e das Forças Armadas, no qual a Escola Naval é um órgão de base e é definido como “um estabelecimento de ensino superior público universitário militar, regulado por legislação própria”.

Em 1998 tinha sido criado o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior através do Decreto-Lei nº 205/98, de 11 de Julho, que contempla especificamente o ensino superior militar.<sup>761</sup> Com base na lei, em Maio de 2002 a Escola Naval recebeu a primeira visita da Comissão de Avaliação Externa.<sup>762</sup>

No plano académico, uma das mais importantes iniciativas da Escola Naval no que respeita à sua abertura ao exterior, têm sido as «Jornadas do Mar», um colóquio dirigido aos estudantes do ensino superior onde são apresentados trabalhos em vários domínios relacionados com o mar, que começaram a ser organizadas em 1998 com periodicidade bienal. Na oitava edição deste colóquio, que se realizou entre os dias 12 e 16 de Novembro de 2012, foram admitidos 67 trabalhos de 90 autores, em nome individual ou colectivo, oriundos de 24 instituições de ensino, abrangendo as oito áreas temáticas pré-definidas.<sup>763</sup>

A Escola Naval possui algumas condecorações estrangeiras e as seguintes condecorações nacionais: Ordem Militar da Torre e Espada, Grau de Cavaleiro, concedida em 1930 pelo presidente Óscar Carmona; Ordem do Infante D. Henrique, Grã-Cruz, concedida em 1961 pelo presidente Américo Thomaz; Ordem Militar de Avis, Membro Honorário, concedida em 1988 pelo presidente Mário Soares; Ordem Militar de Santiago da Espada, Membro Honorário, concedida em 1982 pelo presidente Ramalho Eanes.<sup>764</sup>

Como nota final, refere-se que os **Anais do Clube Militar Naval**, que são publicados ininterruptamente desde 1870, bem como a **Revista da Armada**, que é a «revista oficial da Marinha», são um repositório de informações sobre a Escola Naval e o seu enquadramento na Marinha, o seu ordenamento jurídico e as suas actividades.

### **Comandantes/Directores da Escola Naval (1974-2014)**

Entre 1974 e 2014 a Escola Naval teve os seguintes comandantes ou directores: José Augusto Barahona Fernandes (1972-1974), Eugénio Eduardo da Silva Gameiro (1974-1975), Silvano Ribeiro (1975-1976), Rui do Carmo Fernandes (1976-1979), Henrique Serpa de Vasconcelos (1979-1983), António Carlos Fuzeta da Ponte (1983-1988), Fernando Manuel Machado da Silva (1988-1989), José Manuel Teles Pereira

761 Decreto-Lei nº 205/98, de 11 de Julho, publicado no **Diário da República**, I Série-A, nº 158, 11 Julho 1998.

762 **Revista da Armada**, nº 356, Agosto, 2002.

763 **Revista da Armada**, nº 470, Janeiro, 2013.

764 SALGADO, Augusto, *op.cit.*, p. 44-45.

Germano (1989-1991), José Augusto de Moraes Sarmiento Gouveia (1991-1992), Fausto Moraes de Brito e Abreu (1992-1994), José Luís Leiria Pinto (1994-1995), José Manuel Castanho Paes (1995-1997), Américo da Silva Santos (1997-2000), António Carlos Rebelo Duarte (2000-2002), Carlos Alberto Viegas Filipe (2002-2004), Francisco Manuel Saldanha Junceiro (2004-2008), Luís Manuel Fourneax Macieira Fragoso (2008-2010), José Luís Branco Seabra de Melo (2010-2012), Edgar Marcos de Bastos Ribeiro (2012-2016), António Manuel Henriques Gomes (2016-2018), Mário José Simões Marques (2018-2022) e Valentim José Pires Antunes Rodrigues (2022-2023).

## 7.26. Escola Superior de Tecnologias Navais (ESTNA)

A necessidade cada vez mais evidente da Marinha dispor de oficiais com competências marcadamente técnicas, recomendou a criação de uma escola específica, a funcionar junto da Escola Naval por razões de racionalidade económica. Daí que tivesse sido criada a Escola Superior de Tecnologias Navais (ESTNA), «um estabelecimento militar de ensino superior politécnico», instituído pelo Decreto-Lei nº 255/96, de 27 de Dezembro, com a missão de «formar os oficiais da classe do serviço técnico dos quadros permanentes da Marinha». Essa escola conferia o grau de bacharel em tecnologias navais, funcionava junto da Escola Naval, cujo comandante, por inerência, também comandava a ESTNA.<sup>765</sup> O seu estatuto foi aprovado em 1998.<sup>766</sup>

Porém, no ano de 2008 foram aprovadas algumas alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo, que estabeleceram um novo regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, em conformidade com a Declaração de Bolonha de 1999. Esta Declaração foi sucessivamente aprofundada para melhor compatibilizar os interesses dos estados-membros da União Europeia e para concretizar a construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior, bem como a mobilidade e a empregabilidade no espaço europeu.

Daí resultou a publicação do Decreto-Lei nº 37/2008, de 5 de Março, que define como estabelecimentos de ensino superior público militar o IESM, a Escola Naval, a Academia Militar, a Academia da Força Aérea e a ESSM, extinguindo a ESTNA e criando um departamento de ensino politécnico na Escola Naval, «procurando-se maximizar e potenciar a formação superior politécnica».<sup>767</sup>

Significa que a Escola Superior de Tecnologias Navais só desenvolveu actividades durante cerca de uma dezena de anos.

---

765 Decreto-Lei nº 255/96, de 27 de Dezembro, publicado no **Diário da República**, I Série-A, nº 299, 27 Dezembro 1996.

766 Decreto Regulamentar nº 27/98, de 24 de Novembro publicado no **Diário da República**, I Série-B, nº 272, 24 Novembro 1998.

767 Decreto-Lei nº 37/2008, de 5 de Março, publicado no **Diário da República**, I Série, nº 46, 5 Março 2008.

### **Directores da Escola Superior de Tecnologias Navais (1997-2008)**

Entre 1997 e 2008 a Escola Superior de Tecnologias Navais teve os seguintes directores, que também comandaram a Escola Naval: Américo da Silva Santos (1997-2000), António Carlos Rebelo Duarte (2000-2002), Carlos Alberto Viegas Filipe (2002-2004) e Francisco Manuel Saldanha Junceiro (2004-2008).

### **7.27. Grupo nº 1 de Escolas da Armada (G1EA)**

O Grupo nº 1 de Escolas da Armada (G1EA) foi criado pela Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, tinha a sua sede nos terrenos da Quinta das Torres em Vila Franca de Xira e, à data da sua criação, integrava as seguintes oito escolas: Escola de Máquinas, Escola de Electrotecnia, Escola de Escriturários que a partir de 1963 passou a ser designada por Escola de Abastecimento, Escola de Informações de Combate, Escola de Comunicações, Escola de Armas Submarinas, Escola de Alunos Marinheiros e Escola de Sargentos.<sup>768</sup>



**Figura 33** - Vista aérea das instalações do Grupo nº 1 de Escolas da Armada (Arquivo da **Revista da Armada**).

Por razões diversas, o G1EA foi sucessivamente amputado de algumas das suas escolas. Em Setembro de 1963 a Escola de Comunicações foi transferida para novas instala-

<sup>768</sup> Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129 de 3 Junho 1961.

ções localizadas no Grupo nº 2 de Escolas da Armada (G2EA), no Alfeite, e no ano de 1972, também a Escola de Armas Submarinas foi transferida para as suas novas instalações do Alfeite, ficando integrada no G2EA.<sup>769</sup>

A partir de 1974, quando o G1EA tinha apenas seis escolas, surgiu uma crescente necessidade de revisão e de modernização do sistema de formação da Marinha, não só para dar resposta às novas realidades tecnológicas, mas também por razões de racionalidade económica. Através da Portaria nº 350/79, de 18 de Julho, foi reconhecido à Escola de Alunos Marinheiros (EAM) «um regime diferenciado do das demais escolas do Grupo nº 1 de Escolas da Armada», ficando a mesma adstrita ao G1EA, o que significava a intenção de futuramente «encarar outras medidas de maior alcance».

No dia 25 de Outubro de 1992 o CEMA, almirante Fuzeta da Ponte, visitou o G1EA e, perante a formatura geral da guarnição, proferiu uma alocução em que afirmou:

Mas a função formativa da escola não se esgota na transmissão de conhecimentos técnicos. De facto, na vida militar, são indispensáveis outros tipos de conhecimentos, tanto ou mais importantes que aqueles. Trata-se do sentido do dever, da honra, da compreensão da disciplina e, também, da vivência, da camaradagem, da confiança mútua e do orgulho de ser marinheiro.<sup>770</sup>

Com a aprovação da Lei Orgânica da Marinha publicada em Fevereiro de 1993, prosseguiu o processo de esvaziamento do G1EA, que foi determinado por razões de racionalidade económica. Pelo despacho do CEMA nº 89, de 22 de Dezembro de 1993, a Escola de Informações de Combate (EIC) foi transferida para o G2EA, passando a ocupar parte das instalações da EAS. Depois, através do Decreto Regulamentar nº 34/94, de 1 de Setembro, foi determinada a extinção da EAM, embora até 1996 continuasse a funcionar no espaço físico do G1EA, até que estivessem reunidas as condições para que as suas atribuições fossem assumidas pela Escola de Fuzileiros, onde passou a ter lugar toda a instrução dos mancebos incorporados na Marinha.

O Despacho do CEMA nº 21/97, de 7 de Abril de 1997, aprovou o Regulamento Interno do G1EA, numa altura em que se aproximavam as grandes mudanças do sistema de formação da Marinha.<sup>771</sup>

Depois, em 1998 foi criado o Grupo de Projecto de Reestruturação do Sistema de Formação da Marinha (GPRFSM) que, entre outras propostas, recomendava a implementação de um novo Sistema de Formação da Marinha (SFM) e o reordenamento do parque escolar existente, disperso por Vila Franca de Xira e pelo Alfeite.<sup>772</sup> Aquele grupo de

---

769 Portaria nº 206/72, de 13 de Abril, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 87, 13 Abril 1972.

770 **Revista da Armada**, nº 239, Janeiro 1992.

771 Despacho do CEMA nº 21/97, de 7 de Abril, publicado na **OAI** 17/16-4-1997.

772 Despacho do CEMA nº 23/98, de 27 de Abril, publicado na **OAI** 18/29-4-1998.

trabalho propôs a substituição do sistema de formação existente que assentava em escolas técnicas, por uma estrutura departamental modular, mais moderna, mais económica e mais ajustada à estrutura organizacional dos novos navios. Essa mudança iniciou-se e o G2EA deveria acolher, por deslocalização, toda as unidades de formação do G1EA.<sup>773</sup>

Com base no Despacho do CEMA nº 51/2004, de 20 de Agosto, em Outubro de 2004 foi iniciada a reorganização do Sistema de Formação Profissional da Marinha (SFPM), sendo extintos os grupos de escolas existentes e criada a Escola de Tecnologias Navais (ETNA), resultante da junção das escolas técnicas que tinham integrado os G1EA e o G2EA.<sup>774</sup>

De 2004 a 2009 o G1EA tornou-se, transitoriamente, no Pólo de Vila Franca de Xira da ETNA, acolhendo os Departamentos de Propulsão e Energia, de Administração e Logística e de Formação Militar-Naval. No dia 1 de Setembro de 2009, sob a presidência do CEMA, realizou-se a cerimónia de encerramento deste pólo, «cumprindo-se assim um novo e decisivo passo no reordenamento do parque escolar, no âmbito do Sistema de Formação Profissional da Marinha».<sup>775</sup>

Na palavra do último comandante do G1EA, «Vila Franca fica na memória dos nossos marinheiros e de muitos portugueses, como uma grande escola de formação cívica, militar e técnica». Nessa ocasião, também o CEMA, almirante Melo Gomes, destacou que «a actividade de formação que nestes oitenta anos fruíram dezenas de milhares de alunos, representa um património incalculável de que justamente nos podemos orgulhar», deixando «uma palavra de regozijo pela forma como a Marinha sempre foi acolhida pela comunidade local e, de uma forma geral, pelos organismos e entidades com que foi interagindo», manifestando a certeza que «este relacionamento ficará na memória desta terra, mas também na dos milhares de marinheiros que por aqui passaram».

Um texto publicado na **Revista da Armada** pelo contra-almirante Leiria Pinto intitulado “Oito décadas da Marinha na Quinta das Torres – 1925-2009”, constitui uma excelente memória sobre as instalações da Marinha em Vila Franca de Xira.<sup>776</sup>

### **Comandantes do Grupo nº 1 de Escolas da Armada (1974-2003)**

Depois de 1974 foram comandantes do Grupo nº 1 de Escolas da Armada os seguintes capitães de mar-e-guerra: Alfredo Ramos Rocha (1974-1975), Pedro Manuel Casqueiro de Sampaio (1975-1976), Edgar Manuel Portugal Ribeiro (1976-1978), Eduardo Manuel de Almeida Rebelo da Silva (1978-1979), José Manuel de Sousa Cerejeiro

773 RODRIGUES, Vasco António Leitão, “A Formação Profissional na Marinha”, **Revista da Armada**, nº 327, Janeiro 2000.

774 Despacho nº 51/2004, de 20 de Agosto, publicado na **OAI** 36/1 Setembro 2004.

775 **Revista da Armada**, nº 434, Setembro-Outubro, 2009.

776 PINTO, José Luís Leiria, “Oito décadas da Marinha na Quinta das Torres – 1925-2009”, **Revista da Armada**, nº 434, Setembro-Outubro, 2009.

(1979-1980), Artur Aurélio Rodrigues Consolado (1980-1982), José Luís Gomes Teixeira (1982-1984), Joaquim Manuel Espadinha Galo (1984-1986), Rui Vasco de Vasconcelos e Sá Vaz (1986-1987), José Luís Leiria Pinto (1988-1990), Alfredo Ribeiro Reis (1990-1992), José Deolindo Torres Sobral (1992-1993), Luís Saraiva Pereira Vale (1993-1996), Carlos Alberto Viegas Filipe (1996-1998), José Manuel Alves Correia (1998-1999), António Manuel Abrantes Lopes (1999-2000), Joaquim Filipe Alves Gaspar (2000-2002) e António Verde Franco (2002-2004). Foram comandantes do Pólo de Vila Franca de Xira da ETNA os capitães de mar-e-guerra Fernão Manuel Malaquias Pereira (2004-2006), João Manuel Casqueiro de Sampaio (2006-2008) e Valentim Antunes Rodrigues (2008-2009).

### **7.28. Grupo nº 2 de Escolas da Armada (G2EA)**

O Grupo nº 2 de Escolas da Armada (G2EA), com sede no Alfeite, foi criado através da Portaria nº 18.509, de 3 de Junho de 1961, passando a integrar a Escola de Artilharia Naval (EAN), a Escola de Limitação de Avarias (ELA) e a Escola de Fuzileiros (EF).<sup>777</sup>

Entre outras funções, ao G2EA competia assegurar a formação militar e técnica dos sargentos e praças nas respectivas áreas funcionais, por forma a habilitá-los para o exercício das suas funções. Esse diploma criou diversas escolas e centros de instrução, designadamente a Escola de Comunicações, a Escola de Armas Submarinas e a Escola de Marinharia, que vieram mais tarde a ser integradas no G2EA.

O Decreto nº 46.807, de 30 de Dezembro de 1965, extinguiu o Corpo de Marinheiros da Armada e determinou que «todas as infraestruturas e equipamento que constituem o aquartelamento do Corpo de Marinheiros da Armada passam a pertencer ao Grupo nº 2 de Escolas da Armada».<sup>778</sup>

Através da Portaria nº 124/70, de 2 de Março, o G2EA manteve a inclusão da Escola de Comunicações (ECO), ali inserida desde 1963, mas retirou da sua tutela a Escola de Fuzileiros, que passou a funcionar como unidade independente.

Depois, tornando-se necessário alterar a constituição do G1EA e do G2EA, em face da transferência da Escola de Armas Submarinas (EAS) de Vila Franca de Xira para o Alfeite, a Portaria nº 206/72, de 13 de Abril, indica as escolas que nessa data se integravam no G2EA, respectivamente a EAN, a ELA, a ECO e a EAS.<sup>779</sup>

A Portaria nº 701/72, de 2 de Dezembro, integrou no G2EA a Escola de Marinharia, que funcionava adstrita ao navio-escola *Sagres*, pelo que o G2EA passou a compreender

---

777 Portaria nº 18.509 de 3 de Junho, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 129 de 3 Junho 1961.

778 Decreto nº 46.807, de 30 de Dezembro de 1965, publicado no **Diário do Governo**, I série, nº 295, de 30 Dezembro 1965.

779 Portaria nº 206/72, de 13 de Abril, publicada no **Diário do Governo**, I Série, nº 87, 13 Abril 1972.

cinco escolas. Esta situação manteve-se sem alterações significativas durante alguns anos.

Como reflexo da procura de uma maior racionalidade na gestão dos recursos, o G2EA criou em 1979 um Departamento de Instrução Comum (DIC), destinado a coordenar o ensino das disciplinas de cultura geral e de formação nas diferentes escolas do Grupo. O DIC veio a ser extinto em 1995, dando origem ao Departamento de Formação de Sargentos (DFS) e ao Departamento de Formação de Língua Inglesa (DFLI).<sup>780</sup>

Na sequência da Lei Orgânica da Marinha publicada em Fevereiro de 1993 e tornando-se necessário definir a organização dos grupos de escolas, foi publicado o Decreto Regulamentar nº 34/94, de 1 de Setembro, que estabeleceu que o G2EA integrava as seguintes sete escolas técnicas: Escola de Artilharia Naval (EAN), Escola de Armas Submarinas (EAS), Escola de Comunicações (ECO), Escola de Informações de Combate (EIC), Escola de Marinhagem (EM), Escola de Limitação de Avarias (ELA) e Escola de Tecnologia de Educação e Treino (ETET).<sup>781</sup>

O Despacho do CEMA nº 22/97, de 7 de Abril de 1997, aprovou o Regulamento Interno do G2EA, numa altura em que se aproximavam as grandes mudanças do sistema de formação da Marinha.<sup>782</sup>

Depois, em 1998 foi criado o Grupo de Projecto de Reestruturação do Sistema de Formação da Marinha (GPRSFM) que, entre outras propostas, recomendava a implementação de um novo Sistema de Formação da Marinha (SFM) e o reordenamento do parque escolar existente, disperso por Vila Franca de Xira e pelo Alfeite.<sup>783</sup>

Aquele grupo propôs a substituição do sistema existente que assentava em escolas técnicas, por uma estrutura departamental modular, mais moderna, mais económica e mais ajustada à estrutura organizacional dos novos navios. Essa mudança iniciou-se e o G2EA deveria acolher, por deslocalização, toda as unidades de formação do G1EA.<sup>784</sup>

Assim, a EAN, a EAS, a ECO e a EIC foram desactivadas e foram substituídas por Departamentos, respectivamente o Departamento de Operações, o Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação e o Gabinete de Tecnologia Educativa. Com esta estrutura operativa departamental, o G2EA passou a reunir todas as condições para iniciar a formação das praças das novas classes de operações e de técnicos de armamento, tendo aqueles Departamentos herdado as competências e os recursos das antigas esco-

780 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 69.

781 Decreto Regulamentar nº 34/94, de 1 de Setembro, publicado no **Diário da República**, I Série-B, nº 202, 1 Setembro 1994.

782 Despacho do CEMA nº 22/97, de 7 de Abril, publicado na **OAI** 17/16-4-1997.

783 Despacho do CEMA nº 23/1998, de 27 de Abril, publicado na **OAI** 18/29-4-1998.

784 RODRIGUES, Vasco António Leitão, “A Formação Profissional na Marinha”, **Revista da Armada**, nº 327, Janeiro 2000.

las.<sup>785</sup> Da junção das unidades do G1EA e do G2EA iria surgir a Escola de Tecnologias Navais (ETNA), para melhor servir a componente operacional da Marinha.

No dia 15 de Dezembro de 2003, com a presença do CEMA, realizou-se a cerimónia simbólica de desactivação das EAN, EAS, ECO e EIC.<sup>786</sup>

Não é habitual acontecer, mas o comandante Jorge Moreira Silva teve a louvável iniciativa de registar para a posteridade «o passado, o presente e o futuro do Grupo nº 2 de Escolas da Armada», num livro em cuja introdução escreveu:<sup>787</sup>

Pouca gente haverá na Marinha que não tenha, pelo menos uma vez na sua carreira, passado pelo Grupo Nº 2 de Escolas da Armada (G2EA). Quantos, porém, se terão, alguma vez, interrogado sobre o significado histórico dos vetustos edifícios e, de um modo geral, do património diverso que lhes foi dado contemplar?

A história do G2EA acaba, naturalmente, por se misturar com a história da Marinha nos últimos dois séculos: primeiro como herdeiro do Corpo de Marinheiros da Armada, escola e depósito geral de todo o pessoal da Armada; mais tarde como local de concentração da maior parte das escolas técnicas que ministraram a formação complementar a grande parte dos militares que prestam serviço na Marinha.

O Grupo nº 2 de Escolas da Armada, foi o sucessor do Corpo de Marinheiros da Armada e é o antepassado mais directo da nova Escola de Tecnologias Navais. Herdou um legado de grande importância histórica e cultural a que acrescentou a Medalha Militar de Ouro de Serviços Distintos, que lhe foi concedida por Portaria do Ministro da Defesa Nacional, de 22 de Maio de 1995.<sup>788</sup>

### **Comandantes do Grupo nº 2 de Escolas da Armada (1974-2003)**

Desde 1974 e até à sua extinção em 2004, o Grupo nº 2 de Escolas da Armada foi comandado pelos seguintes oficiais:<sup>789</sup> José Joaquim de Sá Melo Cristino (1974-1976), João Francisco da Encarnação Simões (1976), Joaquim Neves Cardoso Tavares (1976-1978), Jorge Rasquilho Raposo (1978-1979), José Henrique Ferreira Cyrne de Castro (1979), Fernando Manuel Ribeiro dos Ramos (1979-1981), Paulo Joaquim Costa Teixeira (1981-1982), Augusto Miranda Filipe da Silva (1982-1983), Fernando Manuel Palla Machado da Silva (1983-1985), Joaquim Alberto Pires Dias (1985-1987), João Manuel Nobre de Carvalho (1987-1989), António Luís Santarém da Cruz (1989-1991), Elder Martins Viegas (1991-1993), José Carlos Borges de Brito Subtil (1993-1996), Eurico Ferreira de Carvalho (1996-1997), Carlos Manuel Silva Serrano

---

785 **Revista da Armada**, nº 373, Março 2004.

786 **Revista da Armada**, nº 373, Março 2004.

787 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 15.

788 **Revista da Armada**, nº 277, Julho 1995.

789 SILVA, Jorge Moreira, *op. cit.*, p. 95.

(1997-2000), Manuel Raúl Ferreira Pires (2000-2002), Raúl Bernardo Mourato Ramos Gouveia (2002-2004) e Fernão Manuel Pacheco Malaquias Pereira (2004).

### 7.29. Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG)

Como já foi salientado na Parte III, o Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG) foi um organismo de ensino superior da Marinha Portuguesa destinado à preparação complementar dos seus oficiais na área doutrinária e técnica das ciências militares, que foi criado pelo Decreto-Lei nº 37.130, de 4 de Novembro de 1948.<sup>790</sup>

A democratização do regime político que se seguiu ao movimento do 25 de Abril de 1974 teve consequências no ISNG e deu origem a um processo de reflexão e a um complexo processo evolutivo de reestruturação, «que se espera e deseja seja dinâmico, e no qual professores e auditores terão sempre um papel indispensável a desempenhar», mas que «não poderá, porém, ser levado à prática definitiva em curto prazo, até porque está intimamente ligado à carreira militar dos oficiais, presentemente em estudo».<sup>791</sup>

Enquanto o processo de reestruturação era estudado, foram suspensos os Cursos Geral e Superior Naval de Guerra, mas no ano de 1979 foram ministrados diversos cursos monográficos, destinados aos oficiais que deveriam estar a frequentar o Curso Geral Naval de Guerra.

As actividades lectivas do ISNG foram retomadas e em 1993 foram reforçadas através do decreto nº 49/93 de 26 de Fevereiro que estabeleceu a nova organização geral da Marinha e que, no seu artigo 24º, definia o ISNG como «o estabelecimento de ensino da Marinha a que incumbe promover a preparação complementar dos oficiais no campo doutrinário e técnico das ciências militares»<sup>792</sup>. Isto significava que o ISNG mantinha as atribuições que lhe tinham sido determinadas no seu documento fundador de «melhorar a cultura geral dos oficiais no campo doutrinário e técnico das ciências militares»<sup>793</sup>.

Em Dezembro de 1998, a propósito da passagem do 50º aniversário do ISNG, o seu director foi entrevistado para a **Revista da Armada**, tendo feito um breve historial da instituição.<sup>794</sup> Porém, já nessa altura se pensava num processo reformador das escolas

790 Decreto-Lei nº 37.130, de 4 de Novembro de 1948, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 257, de 4 Nov 1948.

791 SOARES, Armando Eugénio Filgueiras, “O Recomeço das Actividades Pedagógicas no Instituto Superior Naval de Guerra”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 108, Janeiro-Março, 1978, p. 119-124.

792 Decreto-Lei nº 49/93 de 28 de Fevereiro, publicado no **Diário da República**, I Série-A, Número 48 de 26 Fev 1993.

793 Decreto-Lei nº 37.130, de 4 de Novembro de 1948, publicado no **Diário do Governo**, I Série, nº 257, de 4 Nov 1948.

794 **Revista da Armada**, nº 315, Dezembro 1998, p. 17-19.

superiores militares, semelhante ao que se passava em alguns países aliados, destinado a assegurar uma melhor cooperação entre os três ramos das Forças Armadas, bem como a racionalização de estruturas, a economia de meios e a optimização de recursos, embora subsistissem questões de natureza cultural relativas às práticas, tradições e mentalidades de cada um dos ramos.<sup>795</sup> Todos esses argumentos convergiram na publicação do Decreto-Lei nº 161/2005 de 22 de Setembro, que criou o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), directamente dependente do Ministro da Defesa Nacional, em substituição do Instituto Superior Naval de Guerra, do Instituto de Altos Estudos Militares e do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (ex-Instituto Superior de Guerra Aérea), por forma a promover uma maior unidade de doutrina, o reforço da cooperação e mais eficácia no emprego conjunto das forças militares.

Nessas circunstâncias o ISNG cessou as suas actividades, tendo-se realizado uma sessão solene de encerramento no dia 29 de Setembro de 2005, durante a qual a instituição foi condecorada com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos. Terminava um período de cerca de seis dezenas de anos em que o ISNG qualificara os oficiais da Armada.<sup>796</sup>

O último director do ISNG, vice-almirante António Carlos Rebelo Duarte, proferiu nessa ocasião um significativo discurso em que homenageou os directores, os professores, os auditores e os alunos que ao longo de muitos anos prestigiaram o ISNG e referiu-se ao novo IESM:

[...] a Marinha há largo tempo vinha reconhecendo o mérito e a oportunidade de uma reforma no sector do ESM [Ensino Superior Militar]. Precisamente por isso e porque valoriza os pressupostos básicos de qualquer processo reformador, designadamente a racionalização de estruturas, a economia de meios e a optimização de recursos, procurou posicionar-se de forma construtiva nos trabalhos do Conselho Coordenador do ESM, recém-criado na dependência do Ministro da Defesa Nacional.

[...] A Marinha pretende que a nova instituição seja bem-sucedida [...]. Nesse arquétipo, deve merecer ponderação adequada a questão cultural, como resultado de um somatório de práticas, costumes e mentalidades, que hoje continuam a funcionar em cada um dos ramos, por maior que seja a realidade e o discurso da acção conjunta”.<sup>797</sup>

O IESM ocupou as instalações até então utilizadas pelo Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços, tendo iniciado o seu funcionamento no ano lectivo de 2005-2006.

Em 2014 foi aprovada a Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas que criou o Instituto Universitário Militar (IUM), com a missão e funções do IESM.

---

795 DUARTE, António Carlos Rebelo, “A Formação Superior na Marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 130, Outubro-Dezembro, 2001, p. 695-720.

796 **Revista da Armada**, nº 391, Novembro 2005, p. 10-13.

797 Documento cedido pelo próprio.

Através do Decreto-Lei nº 249/2015, de 28 de Outubro, foi aprovada a orgânica do ensino superior militar e aprovado o Estatuto do Instituto Universitário Militar<sup>798</sup>.

### **Directores do Instituto Superior Naval de Guerra (1974-2005)**

Entre 1974 e 2005 o ISNG foi dirigido pelos seguintes oficiais-generais: Roberto Ivens Ferraz de Carvalho (1974-76), Nuno Ximenes Teixeira de Aragão (1976), Armando Eugénio de Castro Filgueiras Soares (1977-78), Fernando Simões Coelho da Fonseca (1978-1985), António Emílio de A. B. Ferraz Sachetti (1985-88), Paulo Joaquim Costa Teixeira (1988-90), António Maria Quesada de Andrade (1990-95), Jaime Barata Botelho (1995-97), Carlos Jorge Ferreira de Magalhães Queiroz (1997-2001), José Manuel Mendes Cabeçadas (2001-2002) e António Carlos Rebelo Duarte (2002-2005).

## **8. Breve síntese conclusiva**

A evolução verificada na Marinha Portuguesa desde o último quartel do século XX foi rápida e profunda, não só pelas mudanças relacionadas com o «fim do império» e a independência dos territórios coloniais, mas também pela necessidade de acompanhar a modernização tecnológica e as alterações do tecido social, mas também de assegurar um adequado alinhamento operacional com os seus aliados, num quadro económico de «recursos escassos e necessidades ilimitadas».

As exigências tecnológicas dos novos meios navais obrigaram a um enorme esforço de adaptação, mas a corporação da Marinha deu boa resposta às necessidades.

Desde a criação da NATO, há 50 anos, a Marinha já enfrentou grandes saltos tecnológicos e drásticas reorientações do esforço. Nunca o factor humano foi problema, nunca o pessoal deixou de suportar e de responder ao desafio.<sup>799</sup>

Seguramente que no centenário historial da nossa Marinha, juntamente com o eficiente uso dos meios navais modernos, a utilização de submarinos e helicópteros, a fiscalização das nossas águas territoriais, o estudo oceanográfico do nosso mar, a preservação do património marítimo-cultural ou a participação em várias operações em cenários localizados em quase todo mundo, irão também figurar com grande destaque as transformações modernizadoras levadas a cabo no sistema de formação que foram realizadas depois de 1974, em que a concepção, o planeamento e a execução da mudança foram feitos com baixos custos e grande eficácia, mas também com segurança, coerência, competência e a discrição que é timbre da Marinha.

Em menos de cinquenta anos, a Marinha transformou o seu sistema de formação e transformou-se. Foram reestruturados e modernizados todos os estabelecimentos de

798 Decreto-Lei nº 249/2015, de 28 de Outubro, publicado no **Diário da República**, nº 211/2015, Série I de 28 Out. 2015.

799 SACHETTI, António Emílio Ferraz, “A Marinha nos 50 Anos da NATO”, **Nação e Defesa**, nº 89 – 2ª Série, 1999, p. 98.

ensino existentes, incluindo os institutos de ensino superior, os grupos de escolas, as escolas técnicas e os diversos centros de instrução da Marinha. Foram adoptados novos programas e novas tecnologias pedagógicas, ajustaram-se os requisitos de formação específica da Marinha aos padrões adoptados no mercado de trabalho empresarial e aos níveis de qualificação profissional da União Europeia. Para além de formar cidadãos, marinheiros e técnicos, a Marinha também passou a certificar os seus profissionais, preparando-os para outras carreiras fora da Marinha, se for essa a sua opção.

As escolas técnicas que formaram milhares de homens, como especialistas, deram lugar a novas e mais modernas unidades de formação e até a Escola de Alunos Marinheiros, a “escola-mãe”, foi extinta.

Durante mais de um século, a EAM formou dezenas de milhares de marinheiros, uns por vocação, quando havia o “apelo do mar”, outros por necessidade, se em casa não abundava o pão. No entanto, todos nela encontraram as raízes referenciais dos mais elevados princípios de camaradagem, amizade e solidariedade, que fazem do marujo um militar “diferente”. Eram designados por “escolinhas” ou por “filhos da escola”, designação que conservaram ao longo da vida e que permanece no seu mais emotivo imaginário.<sup>800</sup>

Nessa perspectiva, a fotografia que incluímos nesta síntese conclusiva revela o fim de um outro tempo em que os mancebos eram incorporados e, como muitos afirmaram, «aqui se fizeram homens» nas escolas que frequentaram em Vila Franca de Xira, no Alfeite ou noutros locais.



**Figura 34** - O Batalhão Escolar da Escola de Alunos Marinheiros desfilando em 1976 (Arquivo da **Revista da Armada**).

800 ROBLES, Figueiredo, “A escola-mãe foi extinta”, **Revista da Armada**, nº 274, Março 1995, p. 8-9.

Uma portaria de 20 de Março de 1863 do ministro da Marinha e Ultramar José da Silva Mendes Leal, tinha declarado que «sendo muito conveniente estimular por todos os modos os brios patrióticos e os nobres sentimentos, determina que o inspector do arsenal da marinha faça immediatamente apromptar e assentar nos navios que tenham tombadilho, no vau d'este, e nos outros no ponto mais visível da tolda, a seguinte inscrição em letras de metal bem visíveis»:

*A pátria honrae que a pátria vos contempla!*<sup>801</sup>

Desde então, essa frase acompanhou e terá inspirado muitos milhares de homens que se formaram nas escolas e centros de instrução, servindo em terra ou a bordo dos navios da Marinha Portuguesa. Nesse longo percurso percorrido desde o século XIX até ao século XXI, «mudaram-se os tempos, mudaram-se as vontades», como fora profetizado por Luís de Camões, mas a divisa adoptada em 1863 certamente que continua a inspirar os homens e as mulheres que usam a farda do botão de âncora.

---

801 **Ordem da Armada** nº 87, de 31 de Março de 1863.



## ENSAIO DE CONCLUSÃO

No término deste bosquejo pelas memórias escritas residuais conservadas em arquivo e correspondente pesquisa bibliográfica ou legislativa sobre as Escolas da Marinha, que mais competirá aos autores dizer que não seja reconhecer as limitações deste trabalho? Apesar disso, talvez o seu propósito de disponibilizar aos leitores actuais interessados pelas *coisas do mar e da Marinha* uma “resenha” ou um “breviário” sobre este tema não tenha sido em vão. E que isto sirva também a outros para completar, corrigir, aumentar e actualizar o que aqui se escreveu.

Olhando transversalmente – no tempo e na evolução das técnicas – para estes mais de dois séculos de história da Marinha Portuguesa, podemos constatar que esta instituição esteve na primeira linha dos conhecimentos científicos aplicados à navegação marítima e na sua transmissão aos oficiais responsáveis pela condução a bordo do pessoal “embarcado” para o cumprimento das missões de soberania que lhes foram designadas. Aqueles últimos, provinham ainda de uma longa tradição que tinha algumas raízes nas actividades das pescas costeiras mas que, no essencial, eram formados pela vida prática nos navios, na sua dureza, aspectos de violência e tradições. Hoje já não é tanto assim.

A “revolução industrial” também chegou às Marinhas a partir do terceiro quartel do século XIX, trazendo para bordo os “maquinistas” da propulsão a vapor, ao mesmo tempo que a tecnologia artilheira dava passos em frente decisivos com as almas estriadas das suas bocas-de-fogo, mecanismos do seu posicionamento mais elaborados e aparelhos-de-pontaria ópticos bem mais precisos. Foram as duas primeiras “classes” profissionais a imporem a sua presença orgânica ao lado dos “marinheiros” e dos “fuzileiros” (que entretanto se extinguiram), embora o pessoal “de máquinas” tivesse depurado com especiais dificuldades de reconhecimento numa instituição muito regida pela tradição, mais até do que os “electricistas e torpedeiros” que não tardaram a fazer a sua aparição nestas novas unidades navais preparadas para a guerra moderna.

Num tal quadro, as instituições de *formação técnica* da Marinha Portuguesa começaram a constituir-se e a evoluir a partir dos últimos anos de Novecentos, e não cessaram de o fazer ao longo do século seguinte. A tal ponto que, por meados dessa centúria, alguém pôde dizer que “*metade da Armada* estava nos navios, cumprido as suas missões”, enquanto “*a outra metade* se encontrava nas Escolas, preparando-se para fazer o mesmo”.

Com efeito, ao lado dos navios, o tema das Escolas parece ser muito adequado e complementar para uma análise dos processos de evolução da Marinha face ao Mundo Moderno e tendentes a uma cada vez mais afirmada *profissionalidade* dos seus grupos humanos, sem contudo perderem o lastro da sua ligação ao múnus militar. Foi certamente um exercício difícil, na gestão de uma tensão sempre latente nesta instituição entre *tradição* e *progresso*.

Talvez que nas últimas décadas o contínuo avanço das tecnologias tenha evoluído agora num sentido de *maior integração* (proporcionada pelos automatismos e a tele-informática, que quase eliminam a distância e o particularismo dos ofícios) e já não do prosseguimento da *especialização* que caracterizava muito da época precedente. Mas, disso, já este livro só foi capaz de dar conta das primeiras alterações ocorridas por volta deste último virar de século. Os mais novos prosseguirão decerto nesse rumo, proa ao mar!

João Freire  
Adelino Rodrigues da Costa  
(Novembro 2023)

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES:

Biblioteca Central de Marinha/Arquivo Histórico:

Documentação Avulsa, Índice 32, Caixas 2, 3, 4, 5, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 175, 197, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 1.346, 1.347, 1.355, 1.372, 4.603-B, 4.603-C, 6.226

Arquivo Fotográfico, Caixa 401

*Anais do Clube Militar Naval*, diversos números e anos

*Anais de Marinha*, diversos números e anos

*Diário do Governo*, diversos números e anos

*Leis e Disposições Regulamentares da Armada*, diversos números e anos

*Lista da Armada*, diversos anos

*Ordem da Armada*, diversos números e anos

*Revista da Armada*, diversos números e anos

*Revista de Marinha*, diversos números e anos

### BIBLIOGRAFIA:

#### PARTES I, II e III:

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e, - “A Real Academia dos Guardas-Marinha”, in **História Naval Brasileira** – Segundo Volume, Tomo II, Parte III, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979.

CANAS, António Costa; COSTA, Adelino Rodrigues da; BASTIÃO, Ana Mafalda - **175 Anos – 175 Personalidades**, Alfeite, Escola Naval, 2021 (ISBN: 978-972-781-163-2).

COSTA, Adelino Rodrigues da - **A Marinha de Goa e outros ensaios náuticos**, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 2009 (ISBN: 978-989-8159-10-6).

FERREIRA, Nuno Martins - **A Institucionalização do Ensino da Náutica em Portugal (1779-1807)**, Lisboa, Academia de Marinha, 2017 (ISBN: 978-972-781-131-1).

FONSECA, José da Cruz Moura da - **A TSF na Armada: O seu septuagenário aniversário e algumas páginas da sua história.**, Lisboa, Academia de Marinha, 1985.

FREIRE, João - **Do controlo do Mar ao controlo da Terra**, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 2013 (ISBN: 978-989-8159-60-1).

FREIRE, João - **Homens em fundo azul marinho**, Oeiras, Celta, 2003 (ISBN: 978-972-774-164-9).

FREIRE, João - **A Instrução e o Uso de Armas Brancas na Marinha**, Lisboa, Academia de Marinha, 2018 (ISBN: 978-972-781-148-9).

FREIRE, João - **Jornal da Marinha: chefias, mudanças, permanências e esempeños nos últimos 180 anos**, Lisboa, Colibri, 2016 (ISBN: 978-989-689-618-8).

FREIRE, João (compil.) - **Olhares europeus sobre Angola**, Lisboa, Ed. Culturais da Marinha, 2011.

GOMES, Carlos Alberto Encarnação - **Pilotos de Viana do Castelo**, Viana do Castelo, Câmara Municipal (Cadernos Vienenses, Tomo 51), 2017 (ISSN: 0871-4282).

Ministério da Marinha - **A Marinha nos Últimos 40 Anos**, Lisboa, M.M., sd [1966],

MOURA, Carlos Francisco - **O Ensino na Real Academia dos Guardas-Marinhas no Século XVIII**, Lisboa, Academia de Marinha, 2019.

NAPIER, Charles - **A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel**, ed. orig. ingl. 1836, trad. port. 1841, reedição Caleidoscópio, 2005.

NEVES, Bruno Gonçalves e outros - **Álbum de Memórias: Aviação Naval 1917-1952**, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2012.

OLIVEIRA, João Braz de - **Modelos de Navios que existiram na Escola Naval e pertenceram ao Museu de Marinha**, Lisboa, se, (Tip. S.N.T.), 2ª ed., 1947.

OLIVEIRA, Maurício, GASPAR, Álvaro Rodrigues coord. e outros - **Os Submarinos na Marinha Portuguesa**, Lisboa, Ed. Revista de Marinha, 4ª ed., 2018

PEREIRA, Rodrigues; CASTRO, Paulo - **Da Armada Real para a Marinha Imperial**, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 2018.

- PINTO, José Luís Leiria - “Dantas Pereira e a Real Academia dos Guardas-Marinha”, in **Bicentenário da partida da Família Real para o Brasil**, Lisboa, Academia de Marinha, 2011, p. 57-66
- PIRES, Daniel - **Bocage ou o elogio da inquietude**, Lisboa, Imprensa Nacional, 2019
- REIS, António Estácio dos - **Observatório Real da Marinha**, Lisboa, CTT, 2009.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes - **Os Engenheiros em Portugal**, Oeiras, Celta, 1999.
- [S.A.] **O Corpo de Marinheiros da Armada no seu Primeiro Centenário, 1851-1951**, Lisboa, Tip. União Gráfica, 1956.
- [S.A.] **Grupo de Defesa Submarina de Costa**, Paço de Arcos, se, 1937.
- [S.A.] **Patronos dos Cursos Tradicionais da Escola Naval, 1936-2007**, Almada, Escola Naval, 2007.
- [S. A.] **Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval – 23.IV.1845 a 3.IV.1945**, Lisboa, s/ed (Tip. União Gráfica), s/d [c. 1946].
- SALGADO, Augusto - **Escola Naval: Talant de Bien Faire**, Alfeite, Escola Naval, 2013 (ISBN: 978-972-98098-5-9).
- SILVA, Carlos André Lopes da - **A Real Companhia e a Academia dos Guardas-Marinha: Aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839**, (Dissertação de Mestrado em História Social), Rio de Janeiro, Universidade Federal do R. J., 2012.
- SILVA, Fernando David e - “Jorge Maia Ramos Pereira (1901-1974), oficial de Marinha, homem de cultura e cidadão”, in MATOS, Artur Teodoro de, coord., **Home-nagem aos Fundadores da Academia de Marinha**, Lisboa, A.M., 2019, p. 169-191 (ISBN: 978-972-781-150-2).
- SILVA, Francisco Braz, coord. - **Os Mergulhadores na Marinha**, Lisboa, Ed. Revista de Marinha, 2022.
- SOARES, António Silva - “A extinção da Aviação Naval: Breve historial de uma vida curta com final polémico», in OLIVEIRA, Rogério S. d’; SOARES, António Silva; BASTOS, Alberto Manuel da Costa, **Aviação Naval – Evocação no 50º Aniversário da sua Extinção**, Lisboa, Academia de Marinha, 2002.
- TADEU, Viriato - **Quando a Marinha tinha Asas. Anotações para a história da Aviação Naval Portuguesa (1916-1952)**, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1984.
- TELO, António José, coord. - **O Assalto à Escola de Guerra**, sl, Academia Militar/Fronteira do Caos, 2015.

#### PARTE IV:

AGUILAR, José António Teixeira de, *et al.*, **A Marinha na Investigação do Mar - 1800-1999**, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2001 (ISBN: 978-8486-18-9).

AUGUSTO, Sérgio, “Promoção sociocultural na Armada”, **Revista da Armada**, nº 53, Fevereiro 1976, p. 20-22.

BARBOSA, João Nuno Ferreira, “Um novo simulador para a Marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 113, Julho-Setembro, 1983, p. 665-674.

BARREIROS, Delmar, “Escola de Alunos Marinheiros: onde o ‘paisano’ acaba... e o militar começa”, **Revista da Armada**, nº 114, Março, 1981, p. 10-14.

BASTOS, João Carlos da Fonseca Pereira, “Tec-Ed para que te vais...”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 122, Outubro-Dezembro, 1992, p. 519-522.

CANECO, Paulo João Leal, “Escola de Artilharia Naval no seu bicentenário”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 127, Janeiro-Março, 1997, p. 75-98.

CARVALHEIRA, José; COSTA, Francisco Duarte, “A escola dos Draga-Minas”, **Revista da Armada**, nº 352, Abril, 2002, p. 17-20.

CARVALHO, Eurico Ferreira de; SILVA, José Manuel Aires da, “Conversando sobre instrução”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 107, Abril-Junho, 1977, p. 361-366.

CARVALHO, Eurico Ferreira de, “Objectivos das actividades de Educação e Treino”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 115, Janeiro-Março, 1985, p. 99-106.

CARVALHO, Eurico Ferreira de, “A Instrução na Armada e a Lei de Bases no Sistema Educativo”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 119, Janeiro-Março, 1989, p. 75-86.

CARVALHO, Eurico Ferreira de, *et al.*, “O Grupo nº 2 de Escolas da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 126, Outubro-Dezembro, 1996, p. 663-683.

CASTRO, Pedro Alves de, “75 anos da Brigada de Mecânicos”, **Revista da Armada**, nº 326, Dezembro 1999.

COSTA, Adelino Rodrigues da, “Formação Profissional em Navegação”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 111, Outubro-Dezembro, 1981, p. 667-679.

COSTA, Adelino Rodrigues da, “O filho da minha escola”, **Revista da Armada**, nº 248, Dezembro, 1992.

COSTA, António Luís Soares Centeno da, “Escola Naval”, **Revista da Armada**, nº 308, Abril 1998.

COSTA, Eteberto Lopes da, “A formação na Marinha”, **Revista da Armada**, nº 283, Janeiro 1996.

COSTA, Erelberto Lopes da; LOPES, Júlio César Soares, “Análise de Trabalho para Treino – uma experiência na Marinha de Guerra Portuguesa”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 131, Outubro-Dezembro, 2001, p. 127-144.

DUARTE, António Carlos Rebelo, “A Formação Superior na Marinha”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 131, Outubro-Dezembro, 2001, p. 695-720.

ENTRUDO, António Manuel Pina, “A Escola de Limitação de Avarias”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 103, Abril-Junho, 1973, p. 399-418.

FERNANDES, José Augusto Barahona, “Escolas de Fuzileiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 102, Outubro-Dezembro, 1972, p. 399-835.

FONSECA, Henrique Alexandre da, “As Escolas de Alunos Marinheiros”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 105, Abril-Setembro, 1975, p. 269-285.

GOUVEIA, Raúl Bernardo Ramos, “Seleção de Meios segundo um Modelo de Tecnologia Educativa”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 119, Janeiro-Março, 1989, p. 145-153.

JESUÍNO, Jorge Correia, “O ensino das Ciências Sociais na Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 109, Abril-Junho, 1979, p. 333-346.

JORGE, José dos Santos, “Instrução e Preparação do Pessoal da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 110, Abril-Junho, 1980, p. 407-413.

LEMONS, Carlos Alberto de Oliveira, “Escola Naval. Um projecto de regulamento”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 106, Julho-Setembro, 1976, p. 595-603.

MATOS, Jorge Semedo de, “A Cultura que faz o Homem – Cultura e Universidade: o caso da Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 133, Outubro-Dezembro, 2003, p. 623-656.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, “Uma Armada nova?”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 105, Janeiro-Março, 1975, p. 161-169.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, “Seleção e Formação de Oficiais”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 107, Abril-Junho, 1977, p. 269-286.

MOURA, António Joaquim Almeida de, “A relação entre o ensino/formação profissional e o serviço militar”, **Revista da Armada**, nº 249, Dezembro, 1992, p. 12-14.

MOURA, António Joaquim Almeida de, “O Desafio da Formação”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 125, Abril-Junho, 1995, p. 211-240.

NETO, Francisco José Ferreira, “A Formação dos Oficiais de Marinha na Escola Naval (Educação e *Dressage*)”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 130, Outubro-Dezembro, 2001, p. 785-811.

NEVES, João Manuel Lopes Pires, “O processo de mudança na Marinha”, **Revista da Armada**, nº 426, Janeiro, 2009, p. 6-7.

NEVES, Rui M. R. Ortigão, “Tribuna de Opinião - Reflexões: Escola Naval, Porque tem de ser uma escola exigente?”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 151, Janeiro-Junho, 2021, p. 129-136.

NORONHA, Henrique Vosgien de, “Grupo nº 1 de Escolas da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 102, Abril-Junho, 1972, p. 349-364.

ONOFRE, José Maria Soares Ferreira, “Subsídios para uma reestruturação da Armada a curto e a médio prazo”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 105, Janeiro-Março, 1975, p. 111-133.

PAES, José Manuel Castanho, “A instrução e a prática da **vela** na Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 112, Abril-Junho, 1982, p. 349-389.

PEREIRA, Francisco José Costa, *et al.*, “Abordagem sistémica ao treino – a experiência da Escola de Máquinas”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 117, Julho-Setembro, 1987, p. 471-495.

PINTO, José Luís Leiria, “Oito décadas da Marinha na Quinta das Torres”, **Revista da Armada**, nº 434, Setembro-Outubro, 2009, p. 20-23.

ROBLES, Roberto Figueiredo, “A ‘escola-mãe’ foi extinta”, **Revista da Armada**, nº 290, Março 1995, p. 8-9.

RODRIGUES, Vasco António Leitão, “A Formação Profissional na Marinha”, **Revista da Armada**, nº 327, Janeiro, 2000, p. 4-5.

[S.A.], “A Preparação Profissional dos Oficiais da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 104, Outubro-Dezembro, 1974, 877-906.

[S.A.], “A Educação Física na Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 106, Abril-Junho, 1976, p. 257-276.

[S.A.], “Missão da Escola de Alunos Marinheiros”, **Revista da Armada**, nº 57, Junho 1976, p. 14-16.

[S.A.], “Mergulhadores da Armada – 100 Anos de História”, **Revista da Armada**, nº 337, Dezembro, 2000, p. 10-12.

SACCHETTI, António Emílio Ferraz, “A Marinha nos 50 Anos da NATO”, Instituto da Defesa Nacional, **Nação e Defesa**, nº 89 – 2ª Série, 1999, p. 85-99.

SALGADO, Augusto Alves - **Escola Naval – Talant de Bien Faire**, edição da Escola Naval, Outubro, 2013 (ISBN: 978-972-98098-5-9).

- SAMPAIO, Rui Casqueiro de, “A Escola de Artilharia Naval e as Fragatas Classe ‘Vasco da Gama’”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 121, Outubro-Dezembro, 1991, p. 765-768.
- SANTOS, Paulo; CABRITA, José – **Do Terço da Armada aos Fuzileiros: 400 anos de memórias** (trilíngue Fr. e Ingl.), sl, se, 2022 (ISBN: 978-989-54963-2-7).
- SERRANO, Manuel Bouza; ROBERTO, António José Possidónio, “A Limitação de Avarias na Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 108, Janeiro-Março, 1978, p. 9-64.
- SILVA, Alcindo Ferreira da, “Centro Naval de Ensino à Distância”, **Revista da Armada**, nº 282, Dezembro, 1995, p. 4-6.
- SILVA, Alcindo Ferreira da, “Controlo do aluno e avaliação no Ensino a Distância (EAD) – a experiência do Centro Naval de Ensino a Distância (CNED)”, **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Ano 40-3, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2006, p. 149-186 (ISSN: 0870-418X).
- SILVA, Fernando David e, “A Marinha e a Universidade”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 116, Abril-Junho, 1986, p. 239-246.
- SILVA, Jorge Manuel Moreira, “Herança e Património do Grupo Nº 2 de Escolas da Armada”, **Revista da Armada**, nº 341, Abril 2001.
- SILVA, Jorge Manuel Moreira - **A Marinha Passou por aqui – Herança e Legado do Grupo nº 2 de Escolas da Armada**, Lisboa, Edições Culturais de Marinha, 2005 (ISBN 972-8004-73-7).
- SILVA, Jorge Manuel Moreira, “Das Escolas de Aplicação de Marinha à Escola de Tecnologias Navais”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 135, Abril-Junho, 2005, p. 663-683.
- SILVA, José Manuel Aires da, “O novo Sistema de Instrução – Características e Implicações”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 112, Julho-Setembro, 1982, p. 345-367.
- SILVA, José Manuel Aires da, “Tecnologia Educativa. O que é?”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 117, Julho-Setembro, 1987, p. 443-450.
- SILVA, Miguel Nuno Machado da, “Processo de Selecção de Candidatos à Escola Naval”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 130, Outubro-Dezembro, 2001, p. 813-829.
- SOARES, Armando Eugénio de Castro Rodrigues Filgueiras, “O Recomeço das Actividades Pedagógicas no Instituto Superior Naval de Guerra”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 108, Janeiro-Março, 1978, p. 119-124.

SUBTIL, José Carlos Borges de Brito, “Ainda a Instrução de Praças na Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 110, Julho-Setembro, 1980, p. 653-659.

TRINDADE, Joaquim José Gomes e, “O Grupo nº 2 de Escolas da Armada”, **Anais do Clube Militar Naval**, Ano 104, Julho-Setembro, 1974, p. 643-669.

## ÍNDICE REMISSIVO DE FIGURAS E TABELAS

### FIGURAS:

<b>Figura 1 (A e B)</b> - Criação e estatutos da Real Academia da Marinha – 1779.....	21
<b>Figura 2</b> - Relação de Discípulos da Real Academia de Marinha – 1792.....	24
<b>Figura 3</b> - Relação dos Empregados da Real Academia da Marinha – 1815 .....	26
<b>Figura 4</b> - Decreto de 24.Jul.1822 das Cortes da Nação sobre os Lentos da Academia de Marinha .....	27
<b>Figura 5</b> - Desenho da fachada do edifício do Colégio dos Nobres, na Cotovia ...	28
<b>Figura 6</b> - Estatutos da Real Academia dos Guardas-Marinhas – 1796 .....	35
<b>Figura 7 (A e B)</b> - Modelos de impressos da Companhia dos G-M – 1788 e 1790 .....	39
<b>Figura 8</b> - Folha de cálculo do GM Dantas Pereira – 1789.....	40
<b>Figura 9</b> - Reprodução reduzida de desenho de cálculos náuticos – 1792 .....	41
<b>Figura 10</b> – Hipotética localização da Companhia dos Guardas-Marinhas no “Quartel dos Anjos”, vizinho da Bemposta, freguesia dos Anjos, ou porventura mais aproximado à Cruz dos Quatro Caminhos (Sapadores) .....	46
<b>Figura 11</b> - Mapa de localizações em Lisboa da Academia Real dos Guardas-Marinhas e da sua Companhia, coincidindo na Cotovia e no Arsenal com a Academia Real da Marinha e Escola Naval .....	47
<b>Figura 12</b> - Mosteiro de S. Bento, no Rio de Janeiro .....	50
<b>Figura 13</b> - A Escola Politécnica de Lisboa (ex-Colégio dos Nobres).....	58
<b>Figura 14</b> - Planta das instalações da Escola Naval – 1888.....	68

<b>Figura 15</b> - Horário do serviço escolar – 1897-1898 .....	72
<b>Figura 16</b> - Sala do Risco .....	82
<b>Figura 17</b> - Mapa do serviço escolar na EPAN – 1880 .....	93
<b>Figura 18</b> - A corveta <i>Duque de Palmela</i> , o primeiro navio que funcionou como Escola de Alunos-Marinheiros .....	99
<b>Figura 19</b> - Horário do ensino na Escola Naval – 1912-1913 .....	114
<b>Figura 20</b> - O edifício onde funcionou Escola Naval (1845-1936) e a Sala do Risco.....	127
<b>Figura 21</b> - Vale de Zebro: Escola Prática de Torpedos e Electricidade (1902-1934), hoje Escola de Fuzileiros .....	141
<b>Figura 22</b> – Vila Franca de Xira: Escola de Mecânicos e outras (G1EA) .....	143
<b>Figura 23</b> - Mostra geral da EAN (na fragata <i>D. Fernando</i> ) circa 1934/1936 ao Major-General da Armada, vice-almirante Bernardo Macedo (Mesquitela) .....	145
<b>Figura 24</b> - Projecto de 1925 da Comissão Técnica de Educação Física da Armada .....	147
<b>Figura 25</b> - Navio-Escola <i>Sagres</i> (Escola de Marinharia e Manobra, 1962-1972)....	149
<b>Figura 26</b> - Edifício escolar da Escola Naval no Alfeite – 1936 .....	154
<b>Figura 27</b> - Edifício onde funcionou o Instituto Superior Naval de Guerra .....	165
<b>Figura 28</b> – O movimento militar de 25 de Abril de 1974 e o seu anúncio feito pela imprensa portuguesa. ....	175/176
<b>Figura 29</b> – Os <b>Anais do Clube Militar Naval</b> (desde 1870) e a <b>Revista da Armada</b> (desde 1971) são importantes repositórios da história contemporânea da Marinha. ....	182
<b>Figura 30</b> – O primeiro contingente de militares do sexo feminino incorporado em 1993. ....	207
<b>Figura 31</b> – Vista aérea das instalações da Escola de Fuzileiros em 2009. ....	216
<b>Figura 32</b> - Fachada principal da Escola Naval. ....	232
<b>Figura 33</b> – Vista aérea das instalações do Grupo nº 1 de Escolas da Armada. ....	237
<b>Figura 34</b> – O Batalhão Escolar da Escola de Alunos Marinheiros desfilando em 1976. ....	246

**TABELAS:**

<b>Tabela 1</b> - Efectivos da Companhia dos Guardas-Marinhas ao findar de cada ano (1825-1844) .....	62
<b>Tabela 2</b> - Efectivos da Companhia dos Guardas-Marinhas ao findar de cada ano (1845-1910) .....	83/84
<b>Tabela 3</b> – Escolas da Armada em 1974 .....	179
<b>Tabela 4</b> – Escolas da Marinha em 1994 .....	186
<b>Tabela 5</b> – Sistema de formação profissional da Marinha em 2015 .....	192



## PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

AMN	Autoridade Marítima Nacional
CEFA	Centro de Educação Física da Armada
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CIC	Centro de Instrução por Correspondência
CICNDN	Centro de Instrução de Controle Naval e Defesa da Navegação
CIH	Centro de Instrução de Helicópteros
CIMCM	Centro de Instrução de Minas e Contramedidas
CISUB	Centro de Instrução de Submarinos
CITAN	Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval
CITAS	Centro de Instrução de Tática Naval
CNED	Centro Naval de Ensino à Distância
CPIT	Comissão Permanente de Instrução e Treino
DAE	Departamento de Armas e Electrónica
DAL	Departamento de Administração e Logística
DCSI	Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação
DFG	Departamento de Formação Geral
DFMN	Departamento de Formação Militar Naval
DFTE	Departamento de Formação em Tecnologias de Educação
DGAM	Direcção Geral da Autoridade Marítima
DLA	Departamento de Limitação de Avarias
DOP	Departamento de Operações
DPE	Departamento de Propulsão e Energia
DSF	Direcção do Serviço de Formação
DSIT	Direcção do Serviço de Instrução e Treino
EAB	Escola de Abastecimento
EAM	Escola de Alunos Marinheiros

EAM	Escola da Autoridade Marítima
EAN	Escola de Artilharia Naval
EAS	Escola de Armas Submarinas
ECO	Escola de Comunicações
EEA	Escola de Enfermagem da Armada
EET	Escola de Electrotecnia
EHO	Escola de Hidrografia e Oceanografia
EIC	Escola de Informações de Combate
ELA	Escola de Limitação de Avarias
EMAQ	Escola de Máquinas
EMERG	Escola de Mergulhadores
EMR	Escola de Marinharia
EN	Escola Naval
ESSM	Escola do Serviço de Saúde Militar
ESTNA	Escola Superior de Tecnologias Navais
ETET	Escola de Tecnologias de Educação e Treino
ETIT	Escola de Tecnologias de Instrução e Treino
ETNA	Escola de Tecnologias Navais
G1EA	Grupo nº 1 de Escolas da Armada
G2EA	Grupo nº 2 de Escolas da Armada
GPRSFM	Grupo de Projecto de Reestruturação do Sist de Formação da Marinha
GTE	Gabinete de Tecnologia Educativa
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IMB	Instrução Militar Básica
ISNG	Instituto Superior Naval de Guerra
IUM	Instituto Universitário Militar
NFAM	Núcleo de Formação da Autoridade
NFCP	Núcleo de Formação de Combate à Poluição
NFF	Núcleo de Formação de Faroleiros
NFN	Núcleo de Formação Náutica
NFPM	Núcleo de Formação da Polícia Marítima
NFSN	Núcleo de Formação de Socorros a Náufragos
OA	Ordem da Armada
RPE	Reordenamento do Parque Escolar
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SFM	Sistema de Formação da Marinha
SFPM	Sistema de Formação Profissional da Marinha

# AS ESCOLAS DA MARINHA

A Marinha começou a criar as suas Escolas para a formação técnica e profissional do seu pessoal desde a segunda metade do século XVIII, ao mesmo tempo que iniciava a sua formalização em termos pré-modernos. A partir de meados do século XIX, os progressos técnicos da industrialização chegaram à Marinha, o que exigiu a criação de novas Escolas que instruísem os oficiais, mas também as praças e a mestrança da Armada no uso actualizado de navios e de equipamentos. Essas exigências e as correspondentes escolas técnicas foram-se tornando sempre mais prementes, numerosas e especializadas ao longo do século XX.

A partir de 1974, com a democratização da sociedade portuguesa, a Marinha adaptou-se rapidamente aos novos tempos tecnológicos e culturais, mas também às novas necessidades, tendo o conceito de “instrução” dado origem ao conceito de “formação”. O tema é muito extenso e esta obra é apenas uma resenha e, quiçá, um ponto de partida para estudos mais aprofundados.

